



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



THAIS MOURA DOS SANTOS

**GUARDIÃS DE SEMENTES CRIOULAS DO ALTO SERTÃO DE
SERGIPE: NO CULTIVO DA DIVERSIDADE, CONSTRUINDO
AUTONOMIA CAMPONESA**



Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão/SE
2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**GUARDIÃS DE SEMENTES CRIOULAS DO ALTO SERTÃO DE
SERGIPE: NO CULTIVO DA DIVERSIDADE, CONSTRUINDO
AUTONOMIA CAMPONESA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, área de Concentração, Produção e Organização do Espaço Agrário.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão/SE
2021

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237g Santos, Thais Moura dos
Guardiãs de sementes crioulas do alto sertão de Sergipe : no cultivo da diversidade, construindo autonomia camponesa / Thais Moura dos Santos ; orientador, Eraldo da Silva Ramos Filho. – São Cristóvão, SE, 2021.
250 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. Geografia agrícola. 2. Agricultura e Estado. 3. Banco de sementes. 4. Mulheres do campo – Sergipe. 5. Divisão do trabalho por sexo. 6. Camponeses – Sergipe. I. Ramos Filho, Eraldo da Silva.

CDU 911.3:63:338.43.02(813.7)

THAIS MOURA DOS SANTOS

**GUARDIÃS DE SEMENTES CRIOULAS DO ALTO SERTÃO DE
SERGIPE: NO CULTIVO DA DIVERSIDADE, CONSTRUINDO
AUTONOMIA CAMPONESA**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho - Orientador
Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFS

Prof.^a Dr.^a Rosana de Oliveira Santos Batista
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFS

Prof.^a Dr.^a Lucy Mirtha Ketterer Romero
Universidad de La Frontera, UFRO-Chile

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão/SE
2021

Dedico este trabalho às mulheres da minha vida, na pessoa da minha mãe, Suzana.

E a todas as Guardiãs de Sementes que abriram as portas e os corações para que esta dissertação pudesse ganhar corpo e alma.

AGRADECIMENTOS

Desde pequena ouvia meus mais velhos e minhas mais velhas aconselharem: “Só pega na rodilha¹, quem pode com o pote”, apontando que na vida era preciso estar pronta para dar passos largos, sem arrependimentos, sem covardia. Costumo pensar que meu “pote” foi o mestrado, e a “rodilha”, a vontade de pesquisar as Guardiãs de Sementes, mulheres que aqueceram meu coração e me fizeram acreditar em construções que podem tecer um futuro melhor para todos.

No caminho que percorri equilibrando meu “pote”, não estive sozinha, ao contrário, recebi incentivos, orientações e suporte, e são as pessoas que estiveram comigo na caminhada, para quem quero direcionar meus agradecimentos na linha de chegada.

Primeiramente e estando ciente da contradição, agradeço a Deus pelo todo, “Porque eu, o Senhor teu Deus, te seguro pela tua mão direita, e te digo: Não temas; Eu te ajudo” (Isaías 41:13).

Gostaria de agradecer a minha mãe **Suzana** e ao meu pai **Zé Carlos** por todo carinho e apoio durante mais essa jornada, amo vocês. Aos meus irmãos **Ed**, **Dudu**, **Tauane** e **Talita** pelas partilhas de vida. E aos meus sobrinhos **Maria**, **Jhady** e **Luís** (de sangue) e a **Guto** (de coração), gratidão pela existência de vocês.

Aos meus primos mais chegados **Igor**, **Laice** e **Rafaely** pelas brincadeiras e descobertas do dia a dia. Agradeço a minha vó **Nide** e meu vô **Zé Coquinho**, vocês ao seu modo foram grandes incentivadores da minha jornada na universidade.

Agradecer a **Alana Inêz** por estar comigo diariamente mesmo na distância, gratidão pelo companheirismo e carinho, te amo sempre. Aproveito para agradecer por todo carinho e gentileza a seu **Fernando** e dona **Selma**, meus pais de Recife.

À Dona **Clemência** (*in memoriam*), **Gizelia** e Seu **Zé Branquinho** por terem me acolhido na sua casa quando a universidade ainda era um emaranhado de siglas, pelos incentivos e por sempre acreditarem nos meus sonhos.

À **Dani** e **Iva**, gratidão pelos afetos, risos e sopas que compartilhamos, sempre é um aprendizado e uma honra estar com vocês. Aos companheiros e companheiras do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em especial a **Elielma**, **Eliene**, **Cleilton**,

¹ Rosca de pano para pôr sobre a cabeça, no transporte de carga.

Samuel, Rafaela, Sueline, Andresa, Itamar, Iva, Maria e Marcela, a conduta de vocês me inspira.

À **Prof.ª Dr.ª Rosana Batista** por ter me acolhido como sua bolsista de iniciação científica ainda no início da graduação, e por ter se tornado minha amiga, confidente e por vezes mãe, gratidão por sempre ter sido tão humana e por ter compartilhado comigo diversos conhecimentos e momentos dentro da universidade. Agradeço também pelas valiosas contribuições na ocasião da qualificação.

Ao **Prof. Dr. Eraldo Ramos** pelas trocas de conhecimento durante a construção dessa dissertação, por ter se desafiado cotidianamente para me dar suporte nos temas da pesquisa, por toda paciência e docilidade das orientações, gratidão por me compreender, mesmo quando nem eu mesmo me compreendia.

Aos colegas da turma de mestrado, em especial **Pel, Júlio, Flávio e Cícero** vocês foram e continuam sendo especiais pra mim, espero encontrar os “senhoritos” pela vida. Aos professores e funcionários do PPGEO meus mais sinceros agradecimentos, **Jobson** você é incrível!

Aos amigos que a infância me deu e que a vida adulta não conseguiu separar: **Quezia e Jônatas**.

A **Robson, Jaqueline e Lidiane**, pessoas especiais que a graduação me apresentou.

À **Deby, Maisa, Amanda e Manu**, companheiras da república feminina F4, irmãs nascidas de outros úteros, desejo todo sucesso do mundo para vocês, gratidão pela cumplicidade e paciência comigo, a pessoa mais bagunceira da casa (risos).

À **Prof.ª Dr.ª Laiany Rose Souza Santos** pelas contribuições na qualificação, por ter apontado direções tão certas para a construção dessa versão, gratidão!

À **Prof.ª Dr.ª Lucy Mirtha Ketterer Romero** por ter aceitado o desafio de estar compondo a banca de defesa e por ter sido luz quando ministrou a disciplina *género y etnia*, foi um privilégio estar naquela turma e ter aprendido tanto contigo.

Aos companheiros e companheiras do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR) pelo apoio, por terem me acolhido tão gentilmente, em especial a **Jorge, Carla, Bruno e Steffany**, aqueles com quem tive maior convívio e possui enorme admiração.

Aos colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Educação e Filosofia (NEPGFE), um grupo diverso e comprometido, onde sempre me senti em casa e feliz. Aproveito para agradecer a **Laysa da Hora**, pessoa mais “coisada” que eu tive

o privilégio de conhecer, dividimos muitos risos e nervosos, muitos diálogos e sonhos, gratidão pelo apoio de sempre minha “migles”!

Aos **colegas do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC)**, pelo aprendizado cotidiano e por me proporcionarem o convívio com os sujeitos dos mangues, marés, rios e mar, ambiente tão distinto da minha realidade sertaneja.

Às **Guardiãs de Sementes de Bom Jardim e Lagoa da Volta**, que me receberam tão carinhosamente em seus quintais e vidas, gratidão pelo diálogo, por terem me ensinado tanto sobre suas práticas e por terem compartilhado seus lugares-cotidianos comigo. Posso dizer que nunca havia tido experiência tão marcante, vocês são excepcionais no que pensam e constroem. Assim que for seguro, quero abraçar vocês novamente, “dar bença” as tias e mães que me adotaram durante os trabalhos de campo e dar vários “xeros” naquelas que com suas ervas me ajudaram a sarar dos machucados que a combinação estrada íngreme e bicicleta imprimiram nos meus braços e joelhos.

À **Fundação de Apoio a Pesquisa de Sergipe (FAPese)** pelo financiamento para realização desta pesquisa.

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo compreender a importância do trabalho feminino na conservação das sementes crioulas, e como esse processo contribui na construção da autonomia camponesa nas localidades sergipanas Bom Jardim/Poço Redondo e Lagoa da Volta/Porto da Folha. Para subsidiar nossas análises, adotamos como procedimentos metodológicos a leitura de referencial teórico, trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas e caderno de campo, que a *posteriori* foram traduzidos em dados quantitativos e qualitativos. Pudemos concluir no trilhar dos diálogos que perfizeram esse estudo, que a guarda de sementes ancestralmente se faz presente nas comunidades, sendo uma prática que se liga à necessidade de armazenar material genético de uma colheita, para dar origem às lavouras seguintes. Com a entrada das sementes transgênicas no campo sergipano, muitos camponeses foram induzidos a abandonar as sementes de família, acentuando o fenômeno da erosão genética. Como forma de combater a perda da diversidade, a figura do Guardiã e da Guardiã de sementes, sujeitos históricos constituídos a partir das tradições comunitárias, passaram a ganhar visibilidade. Nas comunidades percebemos a forte presença das mulheres nesse processo de conservação e multiplicação das sementes crioulas. Sempre utilizando os quintais, arredores de casa e roças, as Guardiãs produzem ampla variedade de alimentos e sementes, que além de servirem para a autossuficiência alimentar são comercializadas, permitindo a obtenção de mercadorias não produzidas dentro da Unidade de Produção Familiar Camponesa, fato que tributa à reprodução de uma vida digna. São também as mulheres que se responsabilizam pelo armazenamento das variedades crioulas nas casas comunitárias de sementes, prática que diminui o risco de perda e atesta a qualidade do material genético, além de garantir ações de sociabilidade camponesa. A presença de mediadores sociais, tais como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), impulsiona estratégias e ações de conservação e multiplicação das sementes como intercâmbios, formações e oficinas. Como saldo desses processos de mediação, as Guardiãs passaram a discutir e entender as sementes em seu sentido político de embate à lógica do agronegócio e perceber a importância do seu trabalho para a manutenção da vida e aporte para construção de autonomia camponesa.

Palavras-chave: Guardiãs de Sementes; Sementes Crioulas; Trabalho Feminino; Autonomia Camponesa; Território Camponês.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Canindé do São Francisco – Festa das Sementes Crioulas em 19 de março, dia de São José, 2019.	28
Figura 2 – Aracaju – Atividades no âmbito da ASA. A e B Encontro Estadual da ASA e C e D Encontro Estadual Sementes do Semiárido, 2019	29
Figura 3 – Canindé do São Francisco – Intercâmbio entre Guardiãs de Sementes e alunos do IFS Campus São Cristóvão, 2019	31
Figura 4 – Realização das entrevistas com as Guardiãs de Sementes, 2019	33
Figura 5 – Sergipe – Municípios pertencentes ao semiárido sergipano, com indicação para Porto da Folha e Poço Redondo, 2020	39
Figura 6 – Sergipe – Territórios da Cidadania, destaque para o Alto Sertão, 2020	42
Figura 7 – Sergipe – Localização de Porto da Folha e do Povoado Lagoa da Volta, 2020.	45
Figura 8 – Sergipe – Localização de Poço Redondo e da Comunidade Bom Jardim, 2020	50
Figura 9 – Comunidade Bom Jardim – Escola Municipal Manoel Braz que se encontra fechada, 2019	52
Figura 10 – Comunidade Bom Jardim – Capela São José de Anchieta, 2019	53
Figura 11 – Povoado Lagoa da Volta – Símbolo e objetivo da Associação de Mulheres "Resgatando sua História", 2019	59
Figura 12 – Povoado Lagoa da Volta – Mulheres recolhendo esterco e adubando a terra para o plantio, 2003	62
Figura 13 – Povoado Lagoa da Volta – Horta do grupo de mulheres, 2003.	63
Figura 14 – Povoado Lagoa da Volta – Sede da Associação Mulheres “Resgatando sua História”, 2019	64
Figura 15 – Povoado Lagoa da Volta – Instalações da Associação de Mulheres "Resgatando sua História". A) Galinheiro, B) Viveiro para mudas, C) Minhocário, D) Cozinha com equipamentos modernos, E) Casa de Semente, 2019	65
Figura 16 – Comunidade Lagoa da Volta – Prêmios conquistados pela Associação de Mulheres "Resgatando sua História", 2019	67
Figura 17 – Comunidade Bom Jardim – Detalhes da casa de sementes da Comunidade, 2019	68
Figura 18 – Slogan oficial do Planapo	104

Figura 19 – Comunidade Bom Jardim – Sementes adquiridas através da Política Estadual de Sementes, 2019	109
Figura 20 – Oligopolização da produção de alimentos no mundo, 2016	119
Figura 21 – Área plantada com transgênicos no mundo em 2018.	125
Figura 22 – Slogan da Campanha "Cada Família Adote uma Semente" desenvolvida pelo	179
Figura 23 – Slogan do Programa Sementes do Semiárido da ASA	182
Figura 24 – Povoado Lagoa da Volta – Guardiãs de Sementes em seus trabalhos cotidianos, 2019	184
Figura 25 – Comunidade Bom Jardim. Guardiãs de Sementes em seus trabalhos cotidianos, 2019	184
Figura 26 – Croqui exemplificando os espaços do trabalho das mulheres na Unidade Familiar de Produção Camponesa	187
Figura 27 – Comunidade Bom Jardim – Guardiã de Sementes regando as hortaliças, 2019	188
Figura 28 – Povoado Lagoa da Volta – Guardiã de Sementes trabalhando em seu quintal, 2020	189
Figura 29 – Elementos constituintes do quintal.	190
Figura 30 – Povoado Lagoa da Volta – Variedade de plantas nos arredores de casa, 2020	192
Figura 31 – Comunidade Bom Jardim – Guardiã de Sementes cuidando das galinhas nos arredores de casa, 2019	193
Figura 32 – Comunidade Bom Jardim – Guardiã de Sementes em sua roça, 2019	194
Figura 33 – Comunidade Bom Jardim – Guardiãs e suas sementes, 2020	205
Figura 34 – Povoado Lagoa da Volta – Barraca Camponesa, que é abastecida com produtos produzidos pelas Guardiãs de Sementes, 2020	212
Figura 35 – Poço Redondo – Barraca camponesa na feira semanal da sede municipal, 2019	213
Figura 36 – Momento da realização dos testes de transgenia.	219
Figura 37 – Comunidade Bom Jardim – Cisterna de primeira água, 2019	224
Figura 38 – Cisterna calçadão – A) Bom Jardim e B) Lagoa da Volta.	225
Figura 39 – A) Canindé do São Francisco. Intercâmbio estadual de sementes da liberdade, 2019. B) Comunidade Lagoa da Volta. Intercâmbio realizado com	

Camponeses do Polo da Borborema/PB, 2018. C) Comunidade Bom Jardim.
Intercâmbio com integrantes da Via Campesina, 2019. 228

Figura 40 – Esquema que demonstra a forma como as Guardiãs resgatam suas sementes com outros camponeses. 231

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Situação do Brasil frente aos principais acordos que regulam o acesso à biodiversidade e à apropriação e manejo dos recursos genéticos em escala internacional 77
- Quadro 2** – Dispositivos e principais diferenças entre os Atos de 1978 e 1991 da UPOV 82
- Quadro 3** – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) do Plano 2013-2015. 105
- Quadro 4** – Comunidade Lagoa da Volta – Espécies vegetais citadas pelas Guardiãs de Sementes durante as entrevistas que são cultivadas nos arredores de casa, 2019 200
- Quadro 5** – Comunidade Bom Jardim. Espécies vegetais citadas pelas Guardiãs de Sementes durante as entrevistas que são cultivadas nos arredores de casa. 201
- Quadro 6** – Comunidade Bom Jardim – Quantitativo de sementes guardadas, 2019 203
- Quadro 7** – Povoado Lagoa da Volta – Sementes guardadas, 2019 206
- Quadro 8** – Proteínas transgênicas testadas pelo Programa Sementes do Semiárido no estado de Sergipe 220

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porto da Folha – Média anual de precipitação pluviométrica entre 2009 a 2019.	48
Gráfico 2 – Poço Redondo – Média anual de precipitação pluviométrica entre 2009 a 2019.	54
Gráfico 3 – Transgênicos liberados comercialmente no Brasil até 2018 por cultivo e empresa.	126
Gráfico 4 – Faixa etária das Guardiãs de Sementes entrevistadas	170
Gráfico 5 – Escolaridade das Guardiãs entrevistadas	171
Gráfico 6 – Tipos de animais criados pelas Guardiãs de Sementes entrevistadas, 2019.	191
Gráfico 7 – Povoado Lagoa da Volta – Espécies vegetais citadas pelas Guardiãs de Sementes durante as entrevistas que são cultivadas nos arredores de casa, 2019	201
Gráfico 8 – Comunidade Bom Jardim – Espécies vegetais citadas pelas Guardiãs de Sementes durante as entrevistas que são cultivadas nos arredores de casa, 2019	202
Gráfico 9 – Comunidade Bom Jardim – Quantitativo de sementes guardadas, 2019	204
Gráfico 10 – Povoado Lagoa da Volta – Quantitativo dos tipos de sementes guardadas, 2019	207
Gráfico 11 – Poço Redondo – Distribuição mensal das chuvas, 2015-2019.	216
Gráfico 12 – Porto da Folha – Distribuição mensal das chuvas, 2015-2019.	216
Gráfico 13 – Contaminação por município das sementes identificadas pelos agricultores como crioulas, 2019	221

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Membros da União Internacional para Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), situação até fevereiro de 2020 84

Tabela 2 – Fusões mais significativas no mundo entre 2008 e 2018 no ramo de bebidas, alimentos, agrotóxicos e farmacêuticos. 121

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia
ABRASEM – Associação Brasileira de Sementes e Mudas
ADPIC – Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio
ANA – Articulação Nacional da Agroecologia
AoA – Acordo sobre Agricultura
ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro
ATER – Assistência Técnica Rural
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
CDJBC – Centro Dom José Brandão de Castro
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CIAPO – Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CIB – Conselho de Informações sobre Biotecnologia
CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNBS – Conselho Nacional de Biossegurança
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
Condraf – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COP – Conferência das Partes
CTA – Conhecimento Tradicional Associado
Ctao – Câmara Temática de Agricultura Orgânica
CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
DHE – Distinguilidade, Homogeneidade e Estabilidade
DPI – Direitos de Propriedade Intelectual
DSC – Discurso do Sujeito Coletivo
EIA – Estudos de Impactos Ambientais
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
EUA – Estados Unidos da América
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
Fetraf – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FMI – Fundo Monetário Internacional
GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio/*General Agreement on Tariffs and Trade*
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFS – Instituto Federal de Sergipe
IICA – Instituto Interamericana de Cooperação Agrícola
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LPC – Lei de Proteção de Cultivar
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCP – Movimento Camponês Popular
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MHD – Materialismo Histórico e Dialético
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OGM – Organismo Geneticamente Modificado
OIC – Organização Internacional do Comércio
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMPI – Organização Mundial para Propriedade Intelectual
ONU – Organização das Nações Unidas
OVMs – Organismos Vivos Modificados
PCT – Programa Territórios da Cidadania
PI – Propriedade Intelectual
PL – Projeto de Lei
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNB – Política Nacional de Biossegurança
PNSMAF – Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia
PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RENASEM – Registro Nacional de Sementes e Mudas
RESEA – Rede Sergipana de Agroecologia
RIMA – Relatório de Impactos Ambientais
RNC – Registro Nacional de Cultivares
RSs – Representações Sociais
SAB – Região Semiárida brasileira
SASAC – Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Social
SEPLANTEC – Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia
SNPC – Serviço Nacional de Proteção de Cultivares
SNSM – Sistema Nacional de Sementes e Mudas
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TIRFAA – Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura
TRIPS – *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UPC – Unidade de Produção Camponesa
UPOV – União para Proteção das Obtenções Vegetais
WIPO – Organização Mundial de Propriedade Intelectual

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE QUADROS	13
LISTA DE GRÁFICOS	14
LISTA DE TABELAS	15
LISTA DE SIGLAS	16
SUMÁRIO	18
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 01 – CARACTERIZAÇÕES GEOGRÁFICAS E PRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DAS MULHERES CAMPONESAS	37
1.1.SEMIÁRIDO BRASILEIRO E TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: APONTAMENTOS SOBRE AS REGIONALIZAÇÕES QUE ABRANGEM A ÁREA DE ESTUDO	38
1.2.CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS E COMUNIDADES ESTUDADAS	44
1.2.1. PORTO DA FOLHA E O POVOADO LAGOA DA VOLTA	44
1.2.2. POÇO REDONDO E A COMUNIDADE BOM JARDIM	49
1.3. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DAS MULHERES	55
1.3.1. ASSOCIAÇÃO DE MULHERES RESGATANDO SUA HISTÓRIA	56
1.3.2. MULHERES QUE SE ORGANIZAM E ESTÃO EM MOVIMENTO	68
1.4. ARTICULAÇÕES EM REDE, MEDIADORES E MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES	70
CAPÍTULO 02 – ACORDOS, TRATADOS E LEIS: DISPOSITIVOS QUE REGULAM O ACESSO À BIODIVERSIDADE	75
2.1. PRINCIPAIS ACORDOS E TRATADOS QUE REGULAM O ACESSO À BIODIVERSIDADE	75
2.1.1. ACORDO SOBRE ASPECTOS DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL RELACIONADOS AO COMÉRCIO (ADPIC) <i>OU AGREEMENT ON TRADE-RELATED ASPECTS OF INTELLECTUAL PROPERTY RIGHTS</i> (TRIPS).	78
2.1.2. UNIÃO PARA PROTEÇÃO DAS OBTENÇÕES VEGETAIS (UPOV)	81
2.1.3. CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB)	86
2.1.4. TRATADO INTERNACIONAL SOBRE RECURSOS FITOGENÉTICOS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (TIRFAA)	88
2.2. DA PRODUÇÃO À COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	90
2.2.1. LEI DE SEMENTES E MUDAS (Lei 10.711/03)	92
2.2.2. LEI DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES (Lei 9.456/97)	95

2.2.3. LEI DE BIOSSEGURANÇA (Lei n.º 11.105/05)	98
2.2.4. LEI DE ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO (Lei nº 13.123/15)	100
2.2.5. PROJETO DE LEI (PL) 827/2015 (PROJETO DE LEI DE PROTEÇÃO AOS CULTIVARES)	101
2.3. RESISTÊNCIA LEGAL: PNAPO E LEI DAS SEMENTES CRIOULAS DE SERGIPE	102
CAPÍTULO 03 – CAMPESINATO E SEMENTES CRIOULAS	111
3.1. AGRICULTURA CAPITALISTA E O CONTROLE CORPORATIVO SOBRE O MERCADO DE ALIMENTOS E SEMENTES	117
3.2. “O CAMPESINATO É EXPLORADO, MAS RESISTE”: UMA CLASSE <i>SUI GENERIS</i> QUE SE REPRODUZ NO CAPITALISMO	128
3.3. SEMENTES CRIOULAS: AUTONOMIA E RESISTÊNCIA CAMPONESA FRENTE ÀS INVESTIDAS DA AGRICULTURA CAPITALISTA	137
CAPÍTULO 04 – A CONSTRUÇÃO DAS MULHERES: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO FEMININO NA AGRICULTURA CAMPONESA	142
4.1. TRABALHO DE HOMEM E TRABALHO DE MULHER: O MUNDO MOLDADO SEGUNDO A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	144
4.2. RELAÇÕES DE GÊNERO	159
4.3. ONDE ESTÃO AS MULHERES DENTRO DO CAMPESINATO? LANÇANDO UM OLHAR SOBRE O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR	161
4.4. TRABALHO FEMININO NA CONSERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS COMO CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA PARA O CAMPESINATO	166
CAPÍTULO 05 – GUARDIÃS DE SEMENTES DO ALTO SERTÃO DE SERGIPE: RESISTÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIAS	170
5.1. SENTIDOS E SIGNIFICADOS DE SER GUARDIÃ DE SEMENTES CRIOULAS	172
5.1.1. SEMENTES ENQUANTO TRADIÇÃO FAMILIAR, COM QUEM SE APRENDE O CARINHO E A IMPORTÂNCIA DE GUARDÁ-LAS?	176
5.2. MOVIMENTO, SEMENTES E CONSTRUÇÕES COLETIVAS.	178
5.3. O COTIDIANO E SUAS DIMENSÕES: LUGAR DO TRABALHO FEMININO	183
5.3.1. “LUGARES DE MULHER” E DA REPRODUÇÃO DA VIDA: QUINTAL, ARREDORES DE CASA E ROÇA	186
5.3.2. MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS	195
5.4. DIVERSIDADE PRODUTIVA COMO SEMENTES DE AUTONOMIA: O QUE AS GUARDIÃS DO ALTO SERTÃO DE SERGIPE PRODUZEM? QUAIS SEMENTES GUARDAM?	199
5.5. COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS E APORTES PARA A ECONOMIA FAMILIAR	209
5.6. DESAFIOS DA GUARDA DE SEMENTES CRIOULAS	215

5.7. ESTRATÉGIAS QUE PERMITEM ROMPER COM AS DEPENDÊNCIAS E
CONSTRUIR AUTONOMIA 223

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS233

7. REFERÊNCIAS240

ANEXO I – Roteiro da Entrevista Aplicada com as Guardiãs de Sementes Crioulas
249

INTRODUÇÃO

Na minha jornada durante o curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), transitei entre a pesquisa e a extensão, conhecendo as facetas da precarização do trabalho enquanto investigava os sujeitos aplicadores de venenos agrícolas no campo sergipano, fato que me ajudou na construção de um olhar mais sensível diante das contradições de classes inerentes ao atual modelo de sociedade. Os questionamentos da pesquisa me fizeram buscar respostas e alternativas ao modelo de agricultura capitalista, monocultor e responsável pelo adoecimento dos camponeses e destruição da natureza.

Nesse ínterim, no ano de 2015 conheci as propostas do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e iniciei na militância nesse movimento social do campo. Aliando a teoria acadêmica com a prática dentro do movimento fui percebendo que as técnicas realizadas pelos meus pais são agroecológicas. Atualmente consigo enxergar minha mãe como uma guardiã de sementes nas trocas, solidariedades e sociabilidades camponesas que realiza com os vizinhos.

Em março de 2017 pude participar do *Encontro Estadual dos Guardiões e Guardiãs das Sementes da Liberdade e Encontro Territorial do Programa de Manejo da Agrobiodiversidade de Sementes do Semiárido*² com o tema *Semeando a Rede Sementes da Liberdade*, construído da parceria entre a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA) e o MPA, contando com a participação de entidades da sociedade civil, redes, movimentos sociais, pesquisadores da UFS e do Instituto Federal de Sergipe (IFS), Guardiãs e Guardiões de sementes dos territórios sergipanos Alto Sertão e Sertão Ocidental.

O encontro refletiu os principais desafios enfrentados para a conservação das sementes crioulas e articulou a rede de Guardiãs e Guardiões das sementes da liberdade³.

² <https://expressaosergipana.com.br/guardioes-de-sementes-crioulas-realizam-encontro-no-sertao-sergipano/>

³ Em cada região do país, em função das dinâmicas sociais, culturais e políticas que alimentam seu uso e sua conservação, as sementes costumam ganhar um nome - e um significado simbólico - que guarda forte relação com a própria identidade das comunidades rurais. Na Paraíba, as sementes recebem o nome de “Sementes da Paixão”, no Piauí, da “Fartura”, em Alagoas, da “Resistência”, em Minas Gerais, “da Gente”. Em Sergipe, no ano de 2015 a semente crioula sergipana foi batizada como “Sementes da Liberdade”, justamente para enfatizar a potencialidade destas em libertar os camponeses dos abusos das multinacionais que vendem as sementes envoltas de um pacote tecnológico.

Durante o referido evento trabalhei na cobertura fotográfica e contribuí na construção de uma matéria jornalística, o que me possibilitou dialogar com algumas Guardiãs e compreender um pouco do universo político e simbólico do ato de guardar sementes. Na ocasião, dois aspectos em particular chamaram a minha atenção.

O primeiro foi o fato das mulheres constituírem maioria do público presente no encontro e explicitarem situações que convergem para: dilemas decorrentes da manifestação do patriarcado nas relações intrafamiliares, que se manifestam na divisão sexual do trabalho, além do receio de ter seus sistemas produtivos (quintais e roças) contaminados por agrotóxicos e transgenia advindos da vizinhança.

O segundo aspecto foi perceber as mulheres como produtoras e multiplicadoras de ampla variedade de sementes de frutas (banana, acerola, melancia, goiaba, coco, etc.), hortaliças (alface, couve, coentro, cebolinha, rúcula, etc.), vegetais ervas medicinais (boldo, babosa, erva cidreira, capim santo, etc.) e grãos (milhos, feijões, favas), que traziam consigo conhecimentos ancestrais sobre modos de plantar, técnicas de cultivo, receitas e outros saberes atrelados à agricultura. A partir desse momento esse se tornou meu tema de estudo para o mestrado.

No cotidiano das Guardiãs de Sementes presentes no evento coexistem duas formas de produzir no campo, a agricultura camponesa-familiar (realizada pelas Guardiãs) e a capitalista-agronegócio (temida pelas mulheres).

O sociólogo britânico Teodor Shanin (2005) concebe o campesinato como uma classe *sui generis*, onde, sua singularidade se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. Dessa forma, a agricultura camponesa se realiza através do uso (principalmente) da força de trabalho familiar, na produção de mercadorias simples sem visar à acumulação de capital, controlando os meios de produção e muitas vezes tendo posse sobre a terra.

Concordando com essa reflexão, Ramos Filho (2015) afirma que o fundamento da existência campesina reside em uma economia, na qual o trabalho da família é a principal referência, e os objetivos do seu trabalho não são guiados pela realização da acumulação. Então, as camponesas Guardiãs de Sementes produzem com o intuito principal de alimentar a família, ou seja, para o autoconsumo.

Nessa direção, Chayanov (1981) vai conceber a Unidade de Produção Familiar Camponesa (UPFC) como aquela que se assenta em uma produção não-capitalista, pois seu horizonte não se assenta na extração de mais-valia, e sim na satisfação das necessidades da família. Dessa forma, o trabalho familiar é central para a cultura

camponesa, e sua organização irá variar conforme a composição (número de integrantes da família) e a estrutura da família (distribuição dos integrantes por faixa etária).

Então, a UPFC é ao mesmo tempo uma unidade de trabalho e de consumo, ou seja, a vida é regulada pela satisfação e penosidade do trabalho, um cálculo qualitativo que pesa variáveis de acordo com cada realidade. Em tempos normais, o sujeito toma decisões (forma de manejo, investimento de capital, incorporação de terra, etc.) se ele avaliar que essa ação não vai acarretar trabalho em excesso; se vai tirar o conforto da família e outros. Quando a situação é de crise o campesinato tende a aumentar a penosidade do trabalho ou a auto exploração, que ganha concretude no maior grau de esforço da família para conseguir passar por essa fase.

Para o camponês, a relação com a terra enquanto lugar de reprodução da vida é também diferenciada. Paulino e Almeida (2010) e Ramos Filho (2015) apontam que a terra para o campesinato comporta a função de moradia e de trabalho, ou seja, é o espaço da produção e reprodução da vida, é o bem comum elementar que permite sua realização material como a base territorial de garantia de sua sobrevivência e simultaneamente imaterial da cultura, da espiritualidade, do afeto e apego.

Família-terra-trabalho é o tripé dos valores camponeses, portanto, características que permitem ao campesinato conservar a capacidade de produzir seus próprios meios de vida. No entanto, é necessário compreender que o campesinato não está de fora do capitalismo. Oliveira (2007) assevera que o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento.

O modelo de agricultura capitalista-agronegócio possui como principal relação social o trabalho assalariado e o resultado da produção orientado para a fabricação de mercadorias e acumulação. Nesse modelo de produção, a terra é compreendida como terra de negócio, ou seja, é terra utilizada como instrumento de exploração da força de trabalho alheia, para extrair lucro (MARTINS, 1981).

Por sua vez, Ramos Filho (2015) nos ajuda a compreender o agronegócio como um complexo de sistemas capitalistas que envolvem a agropecuária de larga escala, os diversos ramos da indústria (alimentar, farmacêutica, agrotóxicos e outras), finanças (bancos, papéis, empréstimos e financiamentos), centros de pesquisa (engenharia genética, biotecnologia, nanotecnologia, robótica), transporte, comunicação (marketing e propaganda) e ideologia.

Segundo Ramos Filho (2015), a agricultura capitalista concretiza sua expansão a partir da territorialização do capital no campo, que se expande incorporando terras, trabalho assalariado e produção de mercadorias. Ou monopolizando o território camponês, sujeitando a renda camponesa, explorando o trabalho familiar, controlando os sistemas de produção e o produto final sob as condições que ele impõe.

Esse último processo visa cravar a dependência do mercado nos territórios camponeses. Em Oliveira (2007), esse fenômeno é tratado como a sujeição da renda da terra ao capital, que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra. A contaminação do território camponês, no caso das comunidades estudadas, pela transgenia e agrotóxicos, é uma das formas pelas quais o capital atua para, monopolizar e subordinar o trabalho do campesinato, visto que, a partir de práticas contaminantes os sujeitos são obrigados a alterar seus manejos e modos de reprodução da vida.

Como foi possível perceber, os modos de produzir a agricultura camponesa-familiar e capitalista-agronegócio possuem formas de realização e objetivos antagônicos. Ramos Filho (2015) aponta que o agronegócio, movido pela busca da lucratividade produz pobreza, destruição da natureza, concentração de terra e território. Já o campesinato objetivando a dignidade da família, o abastecimento dos mercados, a proteção da natureza (natural e humana) e a desconcentração do território (partilhando seu conteúdo, conhecimentos e contingente) produz riqueza.

Fernandes (2008) aponta esses modelos como os dois campos da questão agrária, e por isso são gestados sobre plena conflitualidade. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados a partir de diferentes relações sociais. Para o referido autor, essas diferenças são expressas na paisagem e podem ser observadas nas distintas formas de organização de seus territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogênea, em detrimento da paisagem do território camponês, que é heterogênea.

Nesse contexto, o controle das sementes pelo campesinato se configura como uma estratégia autônoma frente ao avanço da agricultura capitalista. Os processos de apropriação privada oligopolista da geração, reprodução e distribuição de sementes pelas empresas multinacionais, reverbera no domínio direto da oferta desse bem comum da humanidade, conseqüentemente no abastecimento alimentar que tem delimitado o tipo, o volume, a diversidade, a periodicidade e a qualidade dos alimentos que são oferecidos às populações (ADRIOLI, 2008; LONDRES, 2006).

Esse processo é gestado sob o risco de perda da autonomia e erosão genética sem precedentes. A partir desse artifício, instaura-se o controle externo na propriedade camponesa, que entre outras coisas, dita a forma de plantar, colher e se relacionar com o mercado, pois não priva o camponês “apenas” das sementes, mas também retira desse sujeito seu conhecimento ancestral (saber fazer) e autonomia nas práticas de cultivos (o que plantar, quando plantar e como plantar) (LEÓN, 2003).

Enquanto, historicamente, a semente foi para o camponês, parte guardada da última colheita, o agronegócio a transformou em um insumo, a semente híbrida ou transgênica, que precisa ser comprada ano após ano. Sob essa ótica, os transgênicos aprofundam a relação de dependência dos mercados. Barbosa (2014) afirma que esse fenômeno implica diretamente na escolha do modo de cultivo que determinadas comunidades tradicionais faziam há várias gerações.

Grisa e Schneider (2008) dão relevo à importância do trabalho feminino para o resgate e manutenção das variedades crioulas nas unidades de produção familiar camponesa, pois as mulheres das comunidades rurais são até hoje as maiores responsáveis pelo resgate, conservação e pela troca de sementes crioulas, isso se dá contraditoriamente pela divisão sexual do trabalho.

Kergoat (2009) conceitua a divisão sexual do trabalho como a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo, relação que tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. Nas famílias rurais, geralmente os homens se responsabilizam pelas culturas consideradas de maior importância econômica, como o milho, e as mulheres ficam responsáveis pelas espécies destinadas principalmente para a autossuficiência alimentar da família e são responsáveis pelos cuidados com as sementes, atividades que permitem a manutenção da vida, da diversidade e a construção da autonomia camponesa.

Para Ploeg (2008), falar em autonomia camponesa é pensar formas para a criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada pelas famílias, que proporcione, ao mesmo tempo, a coprodução, que diz respeito à interação e transformação constante entre o homem e a natureza viva. Nessa direção, a autonomia camponesa reside no marco de um processo histórico e relacional, onde o campesinato, como sujeito coletivo, constrói as próprias alternativas para produzir sua vida.

Costa (2009) aponta que é mister reconhecer o papel que as mulheres desempenharam historicamente a partir da observação da natureza, das práticas, dos

símbolos e saberes acumulados, como a seleção e o armazenamento de sementes, aclimatação de novas espécies, construção e transmissão de saberes sobre a utilização de determinados produtos, contribuindo para que esses materiais e saberes não se percam. Isso corrobora para destacar o papel das mulheres na conservação da Agrobiodiversidade e na manutenção das sementes que são verdadeiro patrimônio genético.

A interlocução com autores ao longo da minha vida acadêmica, as revisões bibliográficas realizadas nas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), a participação nos eventos, a (con)vivência nos trabalhos de campo, o diálogo com mulheres Guardiãs de Sementes e os diálogos com meu orientador me levaram a refletir sobre os seguintes questionamentos de pesquisa:

1. São as mulheres as principais responsáveis pelo processo de seleção, conservação e multiplicação das sementes crioulas nas comunidades que serão estudadas?
2. Essa prática tem relação com o enfrentamento às amarras do capital?
3. Qual o lugar da Guardiã de Sementes na construção da autonomia camponesa?
4. Existe de fato uma diversidade de sementes guardadas e multiplicadas nesse território?
5. Quais entraves estão presentes no processo da guarda das sementes crioulas?
6. O que diz e a quem privilegia a lei brasileira que versa sobre as sementes?

Entendendo que quando tratamos da autonomia camponesa estamos no marco de um processo histórico, processual e relacional, onde o campesinato, como sujeito coletivo, constrói as próprias alternativas para produzir sua vida, o objetivo geral deste estudo é compreender a importância do trabalho feminino na conservação das sementes crioulas e sua contribuição na construção da autonomia camponesa.

Os objetivos específicos foram: (i) Identificar as determinações sociais presentes no processo de naturalização da prática feminina de guardar sementes crioulas; (ii) Discutir a contribuição das guardiãs de sementes para a construção da autossuficiência alimentar e autonomia camponesa; (iii) Identificar os desafios presentes na prática de guardar sementes crioulas; (iv) Investigar as formas como o capital monopoliza o

território camponês nas comunidades estudadas; (v) Atualizar o debate sobre a agrobiodiversidade e os direitos dos agricultores.

CAMINHOS E CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Antes de qualquer reflexão acerca do percurso metodológico que foi adotado para a construção desta dissertação, é imprescindível apontar que minhas reflexões iniciais quando se encontraram com os direcionamentos do meu orientador, o Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho, deixaram de ser individuais e tornaram-se coletivas, nesse sentido, gostaria de justificar minha escrita ora na primeira pessoa do singular, ora na primeira pessoa plural. Outra questão fundamental para pontuar aqui é que esta pesquisa passou pelo crivo do Conselho de Ética da Universidade Federal de Sergipe, sendo aprovada em 13 de Novembro de 2019, sob o número de parecer 3.702.761.

Sabendo que a ciência é um conjunto de descrições, interpretações, teorias, leis e modelos, com a principal finalidade de dar suporte para a construção do conhecimento acerca de uma parcela da realidade, buscamos aplicar método e procedimentos metodológicos coesos para embasar nossas análises (BATISTA, 2007). Dessa forma, o estudo foi construído na perspectiva da dialética sob o prisma do materialismo histórico, que parte do conceito fundamental de que o mundo não pode ser considerado enquanto conjunto de coisas acabadas, mas sim um processo de complexos, existente em uma realidade objetiva/material.

Engels em *A Dialética da Natureza* aponta três leis fundamentais do materialismo dialético: a lei da transformação da quantidade em qualidade, segundo a qual as mudanças quantitativas dão origem às mudanças qualitativas revolucionárias; a lei da unidade e interpenetração dos contrários, que sustenta que a unidade da realidade concreta é uma unidade dos contrários ou contradições; lei da negação da negação, no conflito dos contrários, um contrário nega o outro e é, por sua vez, negado por um nível superior de desenvolvimento histórico que preserva alguma coisa de ambos os termos negados, processo por vezes representado no esquema triádico de tese, antítese e síntese (ENGELS, 1977).

O materialismo histórico e dialético nos permite afastar o fantasma da neutralidade científica. Em seu método, Marx (2013) propõe a análise da crise na base produtiva da sociedade. Em função disso a pesquisa marxista não parte do ponto de vista da neutralidade e sim da luta de classes. Triviños (1987) e Paulo Netto (2011) aconselham que o pesquisador que segue uma linha teórica baseada no materialismo

dialético deve buscar compreender a realidade como um contínuo movimento. A dialética como método de conhecimento pretende uma visão de totalidade, atentando para a história, o movimento e a processualidade.

Buscamos essa interação por meio da realização de uma pesquisa participante, visto que, essa incorpora o rol das metodologias participativas. Para Severino (2007, p. 120), a pesquisa participante: “é aquela em que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistêmica e permanente, ao longo do tempo de pesquisa, das suas atividades”.

A pesquisa participante se situa entre as diversas práticas de investigação que primam pela presença do sujeito-pesquisador nas problematizações construídas em sua pesquisa, partindo do pressuposto que esse pode atuar, através das vivências e diálogos, na construção de problemas e soluções para o grupo social e território em questão (ITABORAHY, 2013). Nesse contexto, no âmbito da militância buscamos uma maior participação na vida das comunidades estudadas, participação e acompanhamento dos eventos promovidos por organizações sociais camponesas sobre a produção e guarda de sementes no semiárido.

Participamos da idealização e construção do *Encontro da Rede de Guardiões de Sementes da Liberdade* em março de 2019, em Canindé do São Francisco. Esse momento foi importante para confirmação das nossas escolhas, pois, para além da maior aproximação com os sujeitos da nossa pesquisa, pudemos perceber a diversidade de sementes que as Guardiãs trouxeram consigo para o momento da troca entre os camponeses, confirmando a nossa hipótese de que elas guardavam ampla variedade de germoplasma⁴.

⁴ Um germoplasma pode ser entendido como uma amostra de material genético com capacidade de manter as características de uma população mesmo com o passar do tempo.

Figura 1 – Canindé do São Francisco – Festa das Sementes Crioulas em 19 de março, dia de São José, 2019.



Fonte: Thais Moura dos Santos (2019).

A figura 1 é bastante emblemática e nos mostra alguns aspectos relevantes desse encontro. No primeiro plano é possível visualizar mulheres e homens manejando e dialogando sobre as sementes que haviam trazido para o “dia de troca”, é durante esse diálogo que ocorre os intercâmbios de conhecimentos, a curiosidade e o interesse em produzir determinada semente na sua unidade familiar. Outro aspecto marcante que também é possível visualizar na figura é a presença de diferentes gerações em redor das sementes, o campesinato historicamente se reproduz exatamente na transmissão de saberes intergeracional.

Quando fitamos a mesa, além de perceber a variedade de sementes dispostas, é importante que se diga que cada guardiã e guardião não se afasta das suas sementes, eles fazem questão de ficar ao lado delas até que o último germoplasma tenha sido doado, e fazem isso tanto pelo cuidado, quanto pelo dever de transmitir todas as informações que o novo cuidador daquela semente precisa saber, “o casamento entre um guardião e sua semente é indissolúvel, uma semente é nada menos que fruto de um amor, e esse fruto

a gente doa com todo carinho”⁵, as sementes para o campesinato transcendem as características econômicas materiais, elas se ligam ao simbólico, ao sagrado.

Acompanhamos e contribuímos nos eventos promovidos pela ASA Sergipe, tanto no *Encontro Estadual da ASA* (Figura 2A e 2B) quanto no *Encontro Estadual Sementes do Semiárido* (Figura 2C e 2D) pudemos visualizar as Guardiãs de Sementes dialogando sobre suas experiências individuais e comunitárias no resgate e multiplicação das sementes. Foram momentos, onde, o controle coletivo das sementes foi debatido no seu sentido político, e na afirmação da importância dessas para a autonomia camponesa.

Figura 2 – Aracaju – Atividades no âmbito da ASA. A e B Encontro Estadual da ASA e C e D Encontro Estadual Sementes do Semiárido, 2019



Fonte: Thais Moura dos Santos (2019).

Foram dois momentos construídos no âmbito da instituição ASA, mas que reuniu guardiãs e guardiões de sementes reconhecidos nacionalmente. A exemplo da

⁵ Informação verbal ouvida durante o encontro.

figura 2B que traz uma mesa, da direita pra esquerda, formada por Seu Carlinhos, nada mais, nada menos que o camponês que batizou as sementes crioulas sergipanas: Sementes da Liberdade; Dona Josefa, quilombola que compôs dezenas de músicas alusivas às sementes, bem como o hino da ASA; Cida Silva, camponesa internacionalmente conhecida pelo seu trabalho com as sementes crioulas e práticas agroecológicas que aportam a convivência com o semiárido; e Dona Rinilde, guardiã de sementes de Poço Verde, presença garantida nos eventos que discutem práticas agroecológicas.

É interessante salientar que durante o *Encontro Estadual Sementes do Semiárido*, o momento de troca de sementes, figura 2D, ocorreu numa praça central em Aracaju, capital de Sergipe. Esse momento foi bastante rico e contou com o diálogo entre camponeses e o público que transitava e tinha a curiosidade de parar e indagar sobre as sementes e seus guardadores.

Contribuímos também para o intercâmbio entre guardiões de sementes e os discentes do curso de agroecologia do Instituto Federal de Sergipe (IFS) campus São Cristóvão (Figura 3), momento que resultou na plantação de um campo experimental de espécies de feijão, milho e abóbora para estudos sobre produção e fertilidade do solo.

Figura 3 – Canindé do São Francisco – Intercâmbio entre Guardiãs de Sementes e alunos do IFS Campus São Cristóvão, 2019



Fonte: Thais Moura dos Santos (2019).

Essa atividade foi excepcional. No primeiro plano está uma guardiã empunhando suas sementes, explicando os procedimentos que devem ser realizados para um plantio exitoso, explicação direcionada para uma estudante de um curso técnico, que atentamente grava as instruções, demonstrando o respeito aos conhecimentos tradicionais daquela matriarca. Ao fundo, outras guardiãs assistem ao diálogo e nos momentos oportunos complementam os ensinamentos, ou demonstram outras maneiras (suas maneiras) de fazer. A outra participante dessa conversação é reconhecida como a principal referência acadêmica em Sergipe sobre sementes crioulas, a Prof.^a Dr.^a Eliane Dalmora.

Pudemos presenciar o diálogo entre saberes popular e acadêmico, perceber na prática como as guardiãs são detentoras de conhecimentos sobre as técnicas de plantação, de cultivo e seleção de sementes.

Esses momentos foram extremamente relevantes para a construção das nossas análises, pois fomos compreendendo em cada evento os diversos significados atrelados às sementes, os desafios que estavam por trás do processo de guarda e como os debates eram construídos no âmbito das organizações sociais camponesas. Nos eventos foi possível empreender a observação apontada por Markoni e Lakatos (2003) como uma técnica de pesquisa que tem a intenção de coletar dados para conseguir informações utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Para os autores, a observação não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar.

Os autores ainda apontam que essa técnica ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social. Frente a isso, fomos o que Markoni e Lakatos (2003) denominam de observador participante, processo que consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo.

Realizamos jornadas de campo com o objetivo de conhecer a rotina de trabalho e para entrevistar os sujeitos da pesquisa. Para escolha da amostra, baseamo-nos em Markoni e Lakatos (2003), levando em consideração que essa é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população), adotamos a amostra do tipo intencional, também chamada de amostragem por julgamento, faz parte do grupo de amostragens não probabilísticas, sendo destas a que envolve a maior participação por

parte do pesquisador na escolha dos elementos da população os quais irão compor a amostra.

Dessa forma, escolhemos entrevistar guardiãs que fossem sócias da Casa de Sementes de suas respectivas comunidades, e que se disponibilizaram para o diálogo. Também entrevistamos representantes de organizações como a ASA e MPA, que são ligadas às questões das sementes crioulas em Sergipe. Pensando na nossa amostra, a forma de captar as informações resultantes das entrevistas foi com gravador de som mediante prévia autorização por parte da entrevistada.

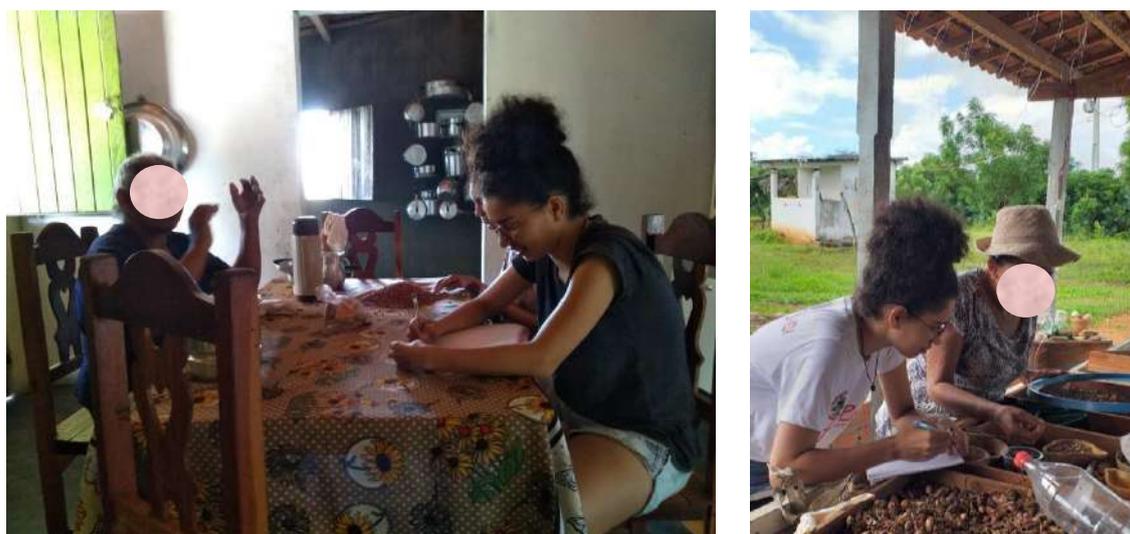
Para a coleta de dados primários utilizaremos a técnica da Entrevista Semiestruturada. Em Triviños (1987), a entrevista semiestruturada é um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.

Por entrevista semiestruturada, o autor entende que em geral é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Dessa maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

O intento foi que o nosso roteiro da entrevista (Apêndice 1) possibilitasse que as entrevistadas tivessem liberdade para desenvolver situações que considerassem adequadas, bem como permitir que a voz dos sujeitos ecoassem na nossa pesquisa. No roteiro da entrevista buscamos informações sobre a comunidade, escolaridade, sementes crioulas, trabalho feminino e suas dinâmicas, bem como os desafios encontrados para a multiplicação e conservação das sementes. Fomos ao campo com roteiro prévio de entrevista, mas esse foi sendo modificado de acordo com as necessidades encontradas.

É interessante salientar que as entrevistas ocorreram durante visitas agendadas com antecedência, para que a pesquisadora pudesse passar algum tempo na casa da Guardiã. Então, algumas visitas duraram o dia inteiro e a pesquisadora teve a oportunidade de contribuir nos trabalhos da unidade de produção familiar (catar e debulhar feijão, dar comida aos animais, visitar a roça e outros), e assim conhecer melhor a rotina familiar.

Figura 4 – Realização das entrevistas com as Guardiãs de Sementes, 2019



Fonte: Thais Moura dos Santos (2019).

Os resultados das entrevistas foram analisados à luz de Triviños (1897), no primeiro momento com a realização de uma leitura atenta das respostas para sublinhar as ideias que de alguma maneira se apresentam ligadas a algum fundamento teórico. Em seguida, classificamos de forma a permitir a detecção de divergências, conflitos, vazios e pontos coincidentes que se acham nas afirmações dos respondentes e assim poder compreendê-las.

Nos valem das contribuições de Lefebvre e Lefebvre (2014) para fazer a análise do discurso do sujeito coletivo, onde, as opiniões individuais após passarem pelo crivo analítico do pesquisador, são transformadas em produtos cientificamente tratados, mantendo, porém, as características espontâneas e reconhecíveis como tal, da fala cotidiana. Análises quantitativas também foram realizadas utilizando o Microsoft Excel para tabular em gráficos e tabelas os dados coletados.

Markoni e Lakatos (2003) classificam tabelas e quadros como um método estatístico sistemático, sendo um bom auxiliar na apresentação das informações, uma vez que facilita, ao leitor, a compreensão e interpretação rápida da massa de dados. Todavia, seu propósito mais importante é ajudar o investigador na distinção de diferenças, semelhanças e relações, por meio da clareza e destaque que a distribuição lógica e a apresentação gráfica oferecem às classificações.

Utilizamos também a técnica do diário de campo, onde, nele foram registradas as impressões e fatos que saltaram aos olhos, mas não foram captadas pelo gravador, ou foram ditas fora do momento da realização das entrevistas. Para Oliveira (2014), no

diário de campo podem ser registradas tanto as perspectivas que o/a pesquisador/a tem ao iniciar a pesquisa, como as diversas teias que envolvem cada momento do campo de pesquisa/lócus, ao diálogo com os escritos que emergiram das diversas observações.

Durante todos os trabalhos de campo fizemos registros fotográficos, pois compreendemos a fotografia como uma forma de cartografar o espaço, dando-lhe concretude. Para Rios, Costa e Mendes (2016), atendo-se à ligação das imagens com a pesquisa e com as incursões científicas, inferem que a fotografia é um recorte do real, que ora se apresenta como fonte de dados em si mesma, ora como objeto de pesquisa, mas que também pode ser instrumento e resultado. As fotografias são gravações detalhadas de fatos, além de que proporcionam uma apresentação mais abrangente e holística de estilos e condições de vida.

Para delimitação da área de estudos, dialogamos com lideranças do MPA, um “movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo, de luta permanente, cuja base social é organizada por famílias nas comunidades camponesas” (SILVA et al, 2019, p.15). De pronto, o movimento indicou comunidades da sua base social, que haviam sido beneficiadas com a construção de casas comunitárias de sementes e que possuíam protagonismos femininos no trabalho com as mesmas. Após as indicações, procedemos com as observações e decidimos escolher Bom Jardim, no município de Poço Redondo, e Lagoa da Volta, município de Porto da Folha.

A metodologia empreendida nesse estudo levou-me a focar o trabalho das mulheres que se dá no cotidiano atravessado pelas relações de subordinação ao capital; pelas disputas em torno da apropriação do conhecimento; pela convivência com as estiagens prolongadas no clima adverso do semiárido; pelas escalas do cuidado que envolve a preparação do alimento, os cuidados do doméstico, a lida nos quintais, arredores da casa e roça, os cuidados com os animais; pela organização política engendrada junto aos mediadores e etc. Nesse contexto, o lugar enquanto categoria geográfica e o cotidiano como chave analítica vinda da sociologia, permeiam e direcionam as análises contidas nesta dissertação.

Compreendemos, em consonância com Santos (2006) e Carlos (2007), o lugar como a base da reprodução da vida, sendo o intermediário entre o mundo e o indivíduo. Assim, ao seu modo, o lugar é produto de uma dinâmica que lhe é única (resultante de características históricas e culturais intrínsecas ao seu processo de formação) e da expressão da mundialidade em constituição.

Por sua vez, o cotidiano é o plano onde se realiza a produção espacial e aparecem as formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar. Dessa forma, Heller (2008) afirma que a vida cotidiana é a vida do homem inteiro, nela, colocam-se “em funcionamento” todos os sentidos, todas as capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos, paixões, ideias, ideologias.

Essas categorias serão melhores explicitadas no terceiro capítulo, onde também apresentamos uma reflexão sobre o conceito de campesinato e como se dá a sujeição camponesa ao capital. Ainda exibimos uma discussão sobre os rebatimentos da agricultura capitalista embebida no pacote tecnológico da Revolução Verde no controle corporativo sobre o mercado de alimentos e sementes e como o controle coletivo das sementes crioulas aportam a construção de uma autonomia relativa pelo campesinato.

No primeiro capítulo, intitulado “Caracterizações geográficas e produção socioterritorial das mulheres camponesas”, fazemos um esforço para apresentar/situar o sujeito Guardiã de Sementes em seus lugares e cotidianos, atentando para a formação territorial e as características socioeconômicas e edafoclimáticas da área de estudos.

O segundo capítulo “Acordos, tratados e leis: dispositivos que regulam o acesso à biodiversidade” tem a função de expor o sistema legal que disciplinam o acesso à biodiversidade, os direitos dos agricultores e a forma como as sementes crioulas são tratadas, buscando perceber qual modelo de agricultura é beneficiado com esses dispositivos jurídicos.

No quarto capítulo “A construção das mulheres: Divisão sexual do trabalho, Relações de gênero e Trabalho feminino na agricultura camponesa”, tratamos conceitos fundamentais para compreender o lugar da mulher na nossa sociedade, bem como, buscamos apontar um panorama sobre a importância e invisibilidade do trabalho feminino. Para isso, nos debruçamos sobre autoras como Kallontai (1976), Lerner (1990), León (2003), Jalil (2009), Costa (2009) e Santos (2013).

Por fim, temos o quinto capítulo intitulado “Guardiãs de Sementes do Alto Sertão de Sergipe: resistências na construção de autonomias” constituído pelas análises da realidade que nos propomos estudar, com os apontamentos sobre as dimensões de vida das Guardiãs, permeada pela dinâmica da guarda de sementes, os desafios presentes nessa prática e as relações de gênero que se apresentam nas relações do cuidado.

CAPÍTULO 01 – CARACTERIZAÇÕES GEOGRÁFICAS E PRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DAS MULHERES CAMPONESAS

O conhecimento é o referencial diferenciador do agir humano em relação ao agir de outras espécies. O conhecimento é a grande estratégia da espécie. Sem dúvida, refiro-me aqui ao conhecimento ainda em sua generalidade, antecipando-me assim a uma crítica que levantasse a efetiva determinação de nosso agir a partir de formas ambíguas e de internacionalizações deficientes e precárias, como ocorre nos casos do senso comum, da ideologia etc. Mas mesmo nestas suas formas enviesadas, o conhecimento já se revela como o grande instrumento estratégico dos homens, testemunhando sua imprescindibilidade e sua irreversibilidade em nossa história. O conhecimento é, pois elemento específico fundamental na construção do destino da humanidade. (ANTÔNIO JOAQUIM SEVERINO, 2007).

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar/situar o sujeito Guardiã de Sementes em seus lugares e cotidianos, bem como, expor a formação territorial e as características socioeconômicas e edafoclimáticas da área de estudo. Para tanto, optamos por apresentar duas regionalizações que abrangem os municípios onde estão situadas as comunidades que foram pesquisadas.

No que diz respeito às regionalizações, uma é o Semiárido que adotamos com base em aspectos ambientais, fundamentalmente o clima que impacta as formas de viver e fazer agricultura. Estar inserido no semiárido brasileiro condiciona uma agricultura bastante peculiar, não somente do ponto de vista das espécies que devem ser adaptadas, mas implica em desenvolver técnicas que viabilize aos sujeitos produzir, e consequentemente conviver com as condições climáticas. Assim, o semiárido acaba sendo condição para o desenvolvimento de um conjunto de práticas agrícolas, que pudemos visualizar junto às guardiãs de sementes durante as jornadas de campo.

A outra regionalização adotada foi o Programa Territórios da Cidadania (PCT), que decorre de uma política pública de planejamento para implementação de ações de combate à pobreza. O território da cidadania vem de uma governança que foi adotada no governo Luiz Inácio Lula da Silva, que em Sergipe, na especificidade do Território Alto Sertão, os movimentos socioterritoriais camponeses incidiram nessa política pública e deliberaram que iriam dimensionar o território como espaço de articulação política, e, portanto, oportunidade de captação de investimento produtivo para o fortalecimento da agricultura camponesa.

Nessa perspectiva, a escolha dessas regionalizações aconteceu por critérios e com finalidades distintas, mas que se sobrepõem e que de fato se encontram: o semiárido para evidenciar os aspectos ambientais que contribuem para uma prática de agricultura determinada e os territórios da cidadania como espaço de articulação política, onde os sujeitos das comunidades estudadas de algum modo são possibilitados ao encontro com os mediadores e acesso aos investimentos produtivos.

1.1. SEMIÁRIDO BRASILEIRO E TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: APONTAMENTOS SOBRE AS REGIONALIZAÇÕES QUE ABRANGEM A ÁREA DE ESTUDO

A Região Semiárida brasileira (SAB) é composta por uma realidade dinâmica, complexa e multidimensional. É um amplo mosaico com características peculiares e povos que convivem com o clima e, criativamente, constituem seus modos de vida nessa parcela do território nacional que precisa ser compreendida sob múltiplos olhares.

No mundo, existem diversas áreas áridas e semiáridas que se diferenciam entre si pelas suas especificidades, como as características ambientais, a extensão territorial, os biomas, a densidade demográfica, as formas de apropriação dos recursos naturais e os modos como os seus habitantes culturalmente vivem e desenvolvem as atividades que garantem sua reprodução social nesses ambientes (CONTI, 2013).

No Brasil a região semiárida foi oficialmente definida em 2005 pelo Ministério da Integração Nacional (MIN), através da Portaria nº 89, para fins administrativos. A delimitação do Semiárido foi aprovada pelas Resoluções do Conselho Deliberativo da SUDENE de nº 107, de 27/07/2017 e de nº 115, de 23/11/2017. Nesse documento, o Semiárido corresponde a um conjunto de municípios que atende a, pelo menos, um dos seguintes critérios: i) precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; ii) o índice de aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50 e; iii) o percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano (IBGE, 2018).

A SAB apresenta como fator de destaque o clima, e esse se torna responsável pela variação dos outros elementos que compõem as paisagens. O Semiárido brasileiro possui diversas áreas naturais que são compostas por topografias, solos, precipitações pluviométricas e multiatividades distintas, contrastando a ideia difundida da paisagem homogênea, monótona, de pouca riqueza humana e biológica.

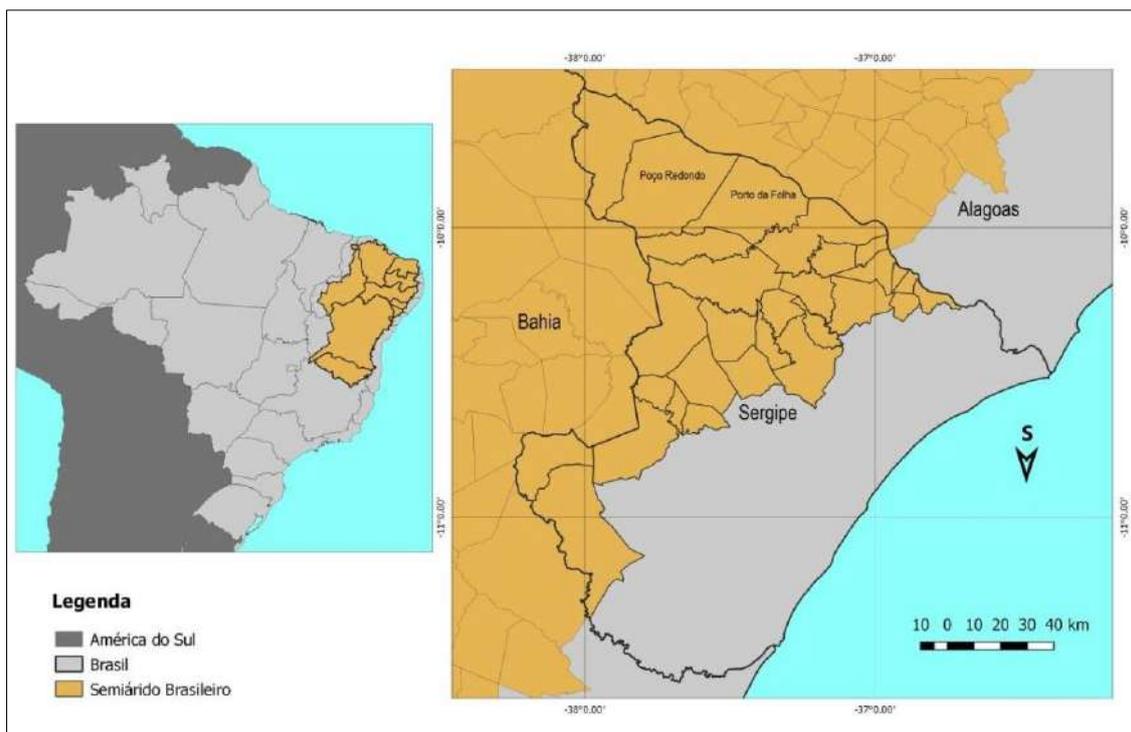
Ao longo da história, a questão climática, intrínseca ao Semiárido brasileiro, contribuiu para acentuar desigualdades regionais e fortalecer concepções e posturas de desprezo por essa região do Brasil. Para muitos, a seca era e continua sendo entendida como um problema limitante do desenvolvimento regional, logo responsável pela pobreza e os baixos índices de desenvolvimento humano ainda presentes na região.

Nesse contexto, a concepção da seca enquanto problema tem influenciado, orientado a atuação, formulação, direcionamento e execução de políticas públicas que contribuíram para perpetuar e até agravar problemas ambientais, econômicos, sociais e políticos. É exatamente essa lógica que fundamenta o que se denomina de ‘indústria da seca’, com a compreensão de que é necessário combater a seca, sem problematizar e entender a semiaridez desde suas origens e as múltiplas formas de conviver com o Semiárido (CONTI, 2013).

Considerando a delimitação atual, os dados da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) revelam que o Semiárido brasileiro é composto por 1.262 municípios dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, onde vivem cerca de 27 milhões de brasileiros/as.

Na especificidade de Sergipe, 29 municípios integram o SAB, uma área de 11.105,591 km², isso significa que 50,67% do território estadual está na porção Semiárida. Os dados do IBGE no último censo demográfico (2010) contabilizou que no semiárido sergipano residia uma população de 441.474 habitantes.

Figura 5 – Sergipe – Municípios pertencentes ao semiárido sergipano, com indicação para Porto da Folha e Poço Redondo, 2020



Fonte: Instituto Nacional do Semiárido, (2014).

Org.: Thais Moura dos Santos, (2020).

Nas jornadas de campo constatamos que, devido à atuação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) nos municípios sergipanos que integram essa regionalização, há presença recorrente do sentimento de pertencimento e orgulho de estar no semiárido. Esse sentimento tem relação direta ao acesso de tecnologias sociais e formação técnica-política, que permitem uma melhor convivência com o semiárido. Esse processo revolucionou o imaginário e as práticas dos sujeitos, transformando o inóspito “sertão seco” em um espaço possível de viver bem.

Outra regionalização que nos ajuda na compreensão da área de estudos é o Programa Território da Cidadania (PTC). A abordagem territorial foi incorporada às diretrizes de diversas agências e organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o Banco Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Instituto Interamericana de Cooperação Agrícola (IICA) e Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) que reverberaram nos programas e políticas públicas “de combate à pobreza rural e à

promoção do desenvolvimento sustentável” elaborados nos países da América Latina, particularmente no Brasil.

Ramos Filho (2020) demonstra que para tanto, a atuação do Estado se fez estratégica no dimensionamento de uma nova institucionalidade que estimulou o encontro entre agentes do capital, Estado e sociedade civil para supostamente planejar a construção do desenvolvimento rural. A nova institucionalidade apresentou-se, por um lado como a possibilidade da concertação entre os atores sociais, e, entre estes e o poder público, e por outro lado, “como o lugar da des-responsabilização do estado de suas atribuições e corresponsabilização da sociedade civil, obliterando a apreensão das contradições da produção do espaço geográfico” (RAMOS FILHO, 2020, p. 188).

No Brasil, a agenda do combate à pobreza rural contou com a conformação de políticas públicas e programas focais específicos, liderado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para as regiões concentradoras dos maiores indicadores de pobreza, fenômeno que espacializou a abordagem territorial do desenvolvimento rural em todo território brasileiro. Nesses programas, a unidade espacial de planejamento do desenvolvimento local denominou-se territórios rurais ou territórios da cidadania, assim essa abordagem foi inaugurada no país em 2003 com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e seguida pelo Programa Territórios da Cidadania, em 2008. Para entender o contexto da nossa área de estudos é necessário aprofundar algumas questões sobre o PTC.

O Programa Territórios da Cidadania foi instituído pelo Decreto de 25 de Fevereiro de 2008, onde, de acordo com Art. 2º, o objetivo era “promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”. No decreto de implantação ficou previsto que o PTC são criados e modificados pelo Comitê Gestor Nacional, considerando os seguintes aspectos: A partir dos agrupamentos municipais que apresentem densidade populacional média abaixo de 80 habitantes por quilômetro quadrado; concomitantemente, população média municipal de até 50 mil habitantes, com base nos dados censitários mais recentes.

Segundo o mesmo decreto, a forma de escolha e priorização do território a ser incorporado no PTC seria disciplinado pelo Art. 3º, que estabeleceu os seguintes critérios:

- I - estar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- II - menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH territorial;
- III - maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- IV - maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária;
- V - maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas;
- VI - baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais constantes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional;
- VII - convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)
- VIII - maior organização social; e (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)
- IX - maior concentração de municípios de menor IDEB - Índice de Desenvolvimento de Educação Básica. (Incluído pelo Decreto de 23 de março de 2009)

Posteriormente, foi dada uma nova redação ao decreto (Decreto de 23 de março de 2009), acrescentando-se outras prioridades, que deveriam ser utilizadas para a incorporação dos territórios posteriores a 2009, a saber: convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo; maior organização social; maior concentração de municípios de menor Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB).

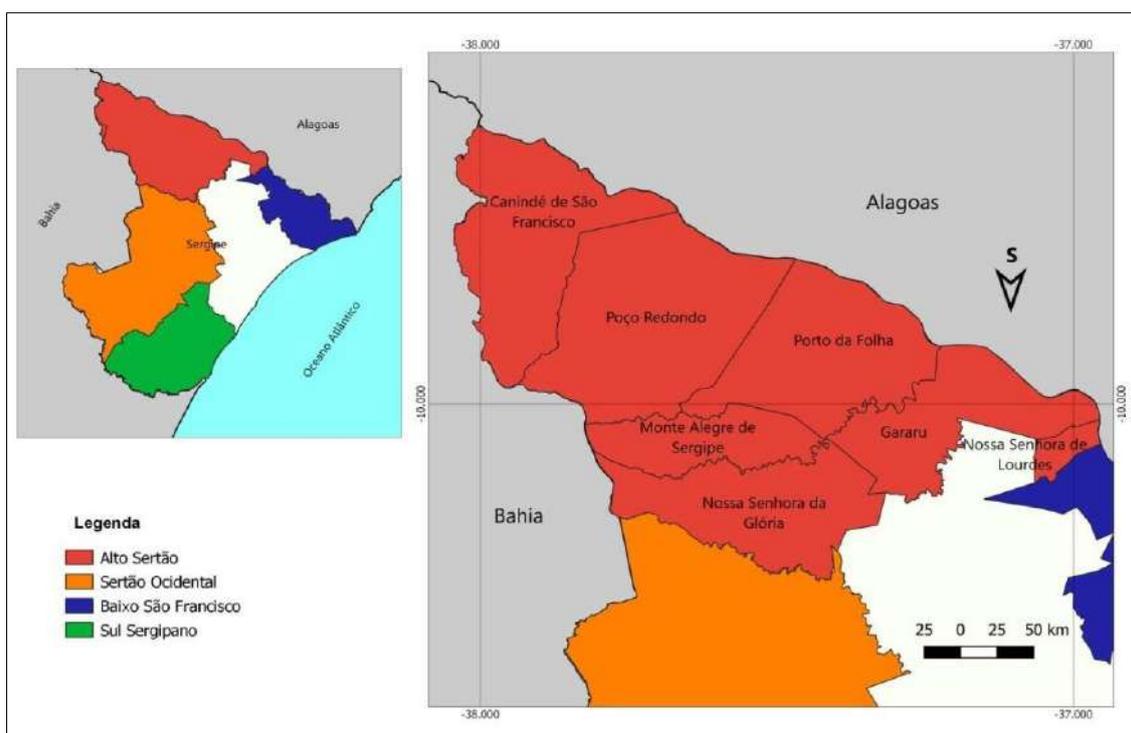
A iniciativa de criação dos territórios da cidadania tomou como base a integração entre os governos federais, estaduais e municipais, por meio da construção de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), específico para cada território e elaborado com a participação da sociedade, cuja implementação e o cumprimento de uma agenda pactuada de ações contava com a participação de colegiados territoriais compostos pelas três esferas governamentais e pela sociedade (MDA, 2016).

A estratégia territorial como espaço de governança híbrido alcançou notável capilaridade nos espaços rurais brasileiros, se expandindo nas cinco regiões, criando 120 territórios da cidadania. Sendo que somente em 2008 o PTC reuniu 135 ações de desenvolvimento regional e de garantia de direitos sociais, sendo que foram definidos 60 territórios para o início das ações (CORRÊA, 2009). Sergipe conta com quatro territórios da cidadania, a saber: Alto Sertão, Baixo São Francisco, Sertão Ocidental e Sul Sergipano, que juntos englobam 52 municípios, os quais perfazem uma área de 17.508 km², onde vivem 1.006.075 pessoas, das quais 447.429 se encontram no meio

rural. Nos quatro territórios contabiliza-se 199.795 agricultores familiares, 7.198 famílias assentadas, 11.026 pescadores, 09 comunidades quilombolas e 01 terra indígena (MDA, 2016).

O Território da Cidadania Alto Sertão abrange 7 municípios: Canindé de São Francisco; Gararu; Monte Alegre de Sergipe; Nossa Senhora da Glória; Nossa Senhora de Lourdes; Poço Redondo e Porto da Folha, ocupa uma área de 4.908,2 Km² e comporta uma população de 146.479 habitantes.

Figura 6 – Sergipe – Territórios da Cidadania, destaque para o Alto Sertão, 2020.



Fonte: Sistema de Informações Territoriais, (2016).

Org.: Thais Moura dos Santos, (2020).

A região onde está assentado o Alto Sertão sergipano conta com ampla base de assentados decorrente da luta pela terra. A criação do primeiro assentamento ocorreu em 1986 com a desapropriação da Barra da Onça no município de Poço Redondo. Desde esse marco histórico, e como resultado do intenso processo de lutas pela terra, os dados do último relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), revelou que, nesse território da cidadania foram conquistados 97 PA, uma área reformada de 105.781,79 ha, com 4.479 famílias assentadas (INCRA, 2017).

Essa base camponesa foi ampliada com a construção da barragem da Usina Hidroelétrica de Xingó, na década de 1990. Reverberando também na ampliação das

demandas sociais e no engrossamento das fileiras dos movimentos socioterritoriais – a exemplo do Movimento Sem Terra (MST) – presentes no território.

Nesse contexto, durante o empírico da pesquisa, foi possível visualizar que no Alto Sertão os movimentos socioterritoriais abraçaram o Programa de Territórios da Cidadania como espaço de articulação, sendo possível incidir nessa política pública, e, a partir desse processo deliberar e dimensionar oportunidades de captação de investimento produtivo para o fortalecimento da agricultura camponesa.

No entanto, o programa território da cidadania trouxe consigo um arrefecimento das lutas sociais. Ramos Filho (2020) revela que a política territorial deslocou a luta política dos movimentos sociais aguerridos para uma luta por políticas públicas, e estimulou um conjunto de convergência entre o Estado, capital e os movimentos que são contra-hegemônicos. Isso resultou no processo de acomodação dos movimentos mais combativos.

Essa regionalização figurou com força até 2016, na ocasião do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. E no Alto Sertão, essa regionalização perdeu potência passa e por um processo de esquecimento. Pouco restou dessa construção, mas entendê-la nos ajuda a compreender que de algum modo esse espaço de articulação possibilitou que as mulheres de Bom Jardim e Lagoa da Volta se encontrassem com os mediadores, e fossem beneficiadas com ações no âmbito da produção, capacitação e das relações de gênero.

1.2. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS E COMUNIDADES ESTUDADAS

Esta seção tem como finalidade a exposição das características geográficas e formação territorial dos municípios de Porto da Folha e Poço Redondo, e respectivamente das comunidades que foram estudadas: Lagoa da Volta e Bom Jardim. Apresento também a organização social das mulheres, discutindo a trajetória da construção desses espaços políticos e a presença dos mediadores sociais e suas influências.

Cabe neste momento apontar uma autocrítica. No decorrer do processo de construção das reflexões contidas nesta seção, tive dificuldades para contar a história dos lugares, ou seja, de ir além dos registros oficiais. Nesse sentido, apresento uma narrativa baseada nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e

outras fontes oficiais que nos contam apenas a história a partir do homem branco colonizador, invisibilizando as histórias dos povos originários, dos povos tradicionais e das mulheres. Compreendo a necessidade da construção dessa reflexão, e me comprometo a construí-la em outro momento.

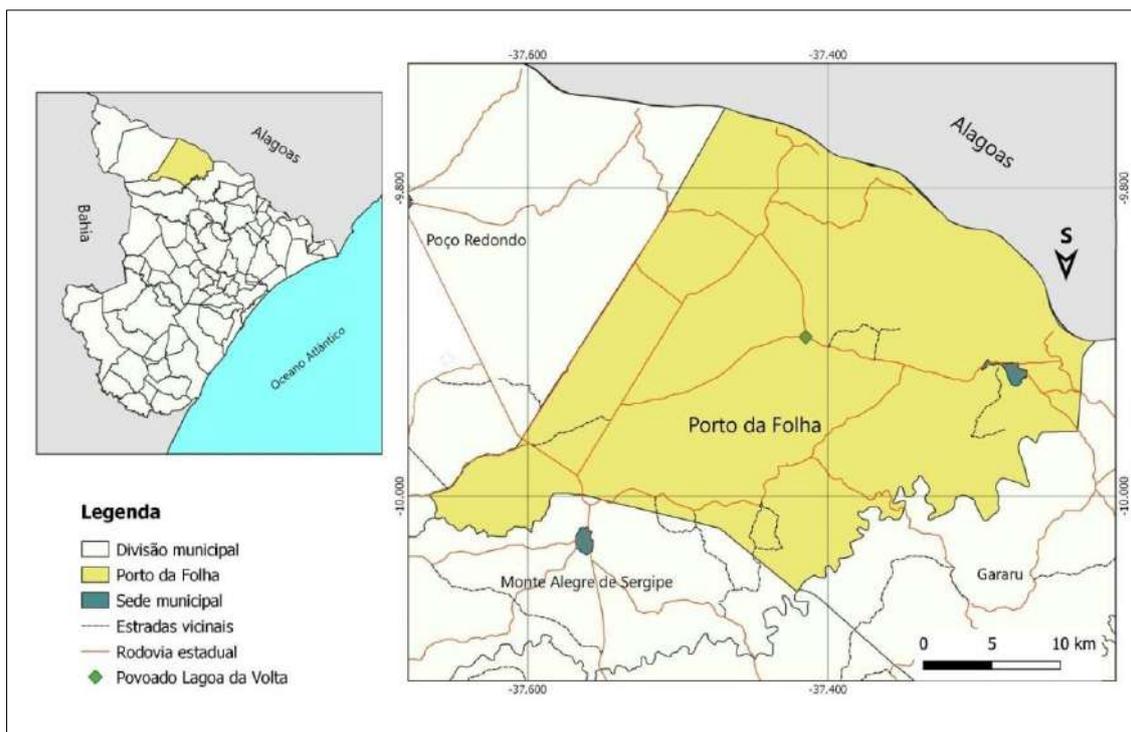
1.2.1. PORTO DA FOLHA E O POVOADO LAGOA DA VOLTA

Os dados da Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC) revelam que Porto da Folha possui uma área municipal de 895,1km², estando localizado no extremo norte do Estado de Sergipe, limitando-se ao norte com o Estado de Alagoas, a leste com Gararu, a oeste com Poço Redondo e a sul com Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre de Sergipe.

O município dista de Aracaju, capital do estado de Sergipe, 187 km via BR 101 e SE 230 e SE 317. Essa distância confere ao município o título de segunda cidade mais distante da capital, ficando atrás apenas de Canindé do São Francisco. Tal distanciamento significa que, para ter acesso à capital e conseqüentemente aos serviços que somente são oferecidos nos grandes centros urbanos (universidade pública, hospitais, shoppings e outros), é necessário viajar mais de três horas.

Por sua vez, Lagoa da Volta está distante 17 km da sede municipal, sendo o acesso realizado pela SE 200, sendo necessário frisar que no trecho Porto da Folha – Lagoa da Volta essa rodovia na maior parte se apresenta enquanto uma estrada de chão. Esse elemento é dificultador do acesso aos serviços urbanos.

Figura 7 – Sergipe – Localização de Porto da Folha e do Povoado Lagoa da Volta, 2020.



Fonte: Malhas Digitais do IBGE (2017).

Org.: Thais Moura dos Santos, (2020).

No último Censo Demográfico (2010), Porto da Folha possuía 27.146 habitantes (população urbana 36,7% e população rural 63,3%). No mesmo ano residiam 2.491 pessoas em Lagoa da Volta, o que representa 14,5% da população rural do município.

Silva (2016) aponta que a predominância da população residente no campo, na especificidade desse município, deve-se às políticas de reforma agrária desenvolvidas a partir da década de 1980, e na especificidade de Porto da Folha, foram materializadas na implementação de projetos de assentamentos rurais e na demarcação territorial de comunidades tradicionais, indígena (Kiriri-Xokó) e quilombola (Mocambo).

Outro fato que explica esse fenômeno em Porto da Folha é a presença de povoados que possuem aparelhamento urbano bastante consolidado, como escolas, postos de saúde, praças, supermercados e outros, assegurando que a população rural não possua interesse em migrar para a cidade.

A história oficial nos conta que Porto da Folha foi criado em 11 de Novembro de 1896 através da Lei Estadual nº 194. No entanto, França; Cruz (2007) e Silva (2016) demonstram que o território do atual município foi habitado no período pré-colonial por

tribos indígenas Kiriri. A principal referência desse grupo étnico são os Kiriri-Xokós, índios que, conforme documentos do INCRA eram chamados de Ceocose.

Para os supracitados autores, esses povos foram identificados às margens do rio São Francisco nos estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Em Porto da Folha, sua catequização e aculturação ocorrem no século XIX, a partir da realização da Missão de São Pedro de Porto da Folha, fundada por frades Capuchinhos.

Segundo o IBGE (2016), coube ao sesmeiro Tomás Bermudes efetivamente a colonização do território do município, através do estabelecimento da pecuária extensiva. Sendo emblemática, nesse momento, a fundação da fazenda Curral do Buraco às margens do riacho Capivara, afluente do rio São Francisco. Tal empreendimento originou a povoação do Buraco, que em 19 de fevereiro de 1841 passou a se chamar Nossa Senhora da Conceição de Porto da Folha.

Até os dias atuais, quem nasce em Porto da Folha carrega o topônimo de Buraqueiro, interpretado por muito como “apelido carinhoso” e ostentado com orgulho, mas que em seu cerne carrega os traços coloniais do processo de dominação dessas terras, que foi perpassado pela dominação dos povos originários e de seus territórios.

Dominado pela pecuária, o município constituiu o principal foco de ocupação do Sertão do São Francisco em Sergipe. A condição histórica da pecuária na ocupação do município está inscrita na paisagem e na cultura. Encontra-se no seu interior, resquícios de cercas de pedra utilizadas outrora na apartação e aprisionamento do gado. Da relação com a pecuária também decorrem várias festas tradicionais como as vaquejadas ou pega de boi no mato, corridas de mourão, cavalgadas e corridas de argola.

Também atrelado à atividade pecuarista está a formação territorial do povoado Lagoa da Volta. Essa localidade surgiu, a partir da construção da fazenda Lagoa da Volta, do senhor Manoel Francisco Sá. A fazenda recebeu essa denominação por estar próxima a uma lagoa⁶ “que parecia fazer uma volta, em épocas de cheia” (ML, 63). A primeira casa do povoado foi construída pelo senhor Manoel Alves Cardoso na década de 1940, margeando a lagoa e confeccionada em estrutura de taipa.

⁶ O município de Porto da Folha possui muitos povoados, onde, os topônimos fazem alusão às Lagoas (Lagoa do Rancho, Lagoa Redondo, Lagoa Comprida e outros). Para Silva (2016), esse fato é explicado por essas feições hidrológicas que ocorrem em um espaço de domínio do clima semiárido, marcado pela escassez de água. Dessa forma, esses ambientes foram e continuam sendo demasiado importantes para o estabelecimento de contingentes populacionais e para a realização de atividades pastoris. No entanto, a maioria dessas feições são espécies de açudes, escavados pela ação humana, para a captação de água pluvial.

A pecuária, por estar intrínseca a formação econômica e social de Porto da Folha, baliza, até os dias atuais, a cultura desse município. Exemplo disso são as tradições dos vaqueiros e as diversas festividades associadas a esse sujeito histórico e heroico. A mais famosa delas são as vaquejadas, protagonizadas pelos vaqueiros que, montados em cavalos, adentram a caatinga para capturar o gado bravo.

Na saída da caatinga, o vaqueiro é recebido por sua família e pelos espectadores como um herói. Orgulhoso, ele expõe as marcas na sua face como símbolo de valentia e bravura. A coragem ao adentrar no mato, os riscos da atividade, a indumentária de couro e o reconhecimento de sua voracidade são elementos que os tornam seres dotados de uma identidade particularizada, alicerçada na história e na labuta diária do sertanejo (SILVA, 2016, p. 140).

Em Lagoa da Volta também estão presentes a tradição das vaquejadas que quando realizadas em menor porte são chamadas de “pega de boi no mato”, que são momentos de diversão e de exaltação do vaqueiro e sua rotina.

Para entendermos o contexto material onde se produz e reproduz a vida das mulheres Guardiãs de Sementes, é interessante visualizar algumas características físicas do município de Porto da Folha, visto que, essas impactam diretamente as atividades humanas, com destaque para a agricultura e pecuária.

Riche e Montavani (1985) apontam que os principais solos presentes em Porto da Folha são: a) Regossolo, que em linhas gerais apresentam camada superficial mais escurecida, devido à presença de matéria orgânica possuem fertilidade natural, porém são sensíveis à erosão e b) Bruno-não-cálcico, que apresentam uma consistência muito dura quando secos, e pegajoso quando úmido, apesar de serem bastante férteis é muito comum nas áreas desses solos a presença de pedregosidade superficial, constituída por calhaus e, por vezes, matacões de quartzo, caracterizando um pavimento desértico.

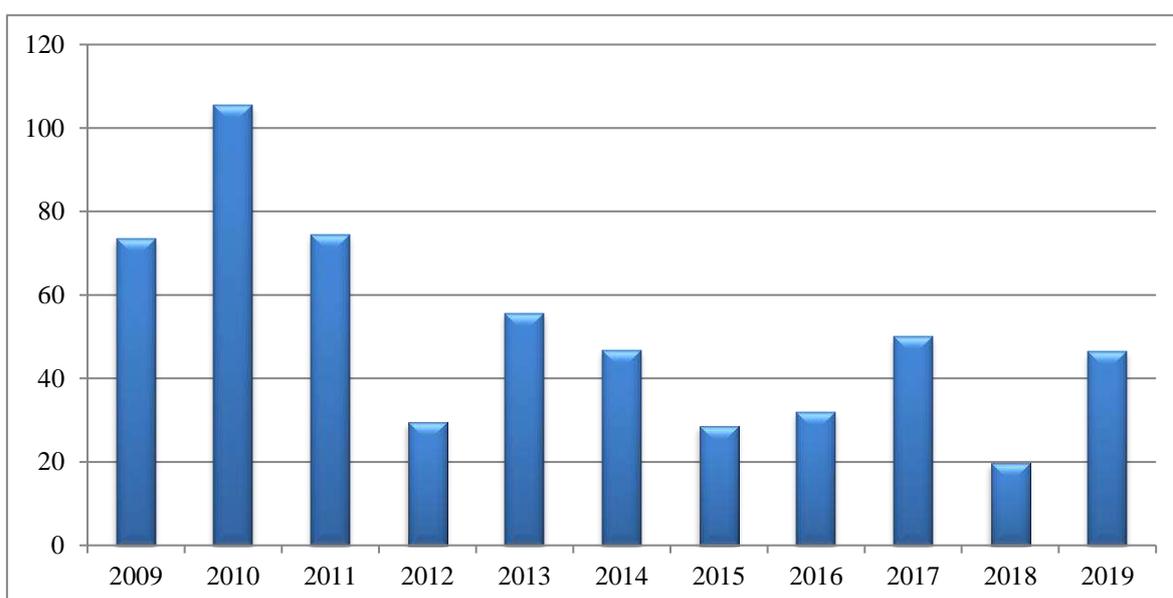
Durante o empírico da pesquisa, constatamos que no povoado Lagoa da Volta predomina o tipo de solo Bruno-não-cálcico, com a predominância da característica de pedregosidade e matacões de quartzo. Apesar de ser um solo bastante fértil, a prática da agricultura se torna inviável em épocas de escassez de chuvas, pois ele enrijece e as raízes das plantas não se desenvolvem.

Arelado à questão do solo, de imediato somos impelidos a pensar o clima. Porto da Folha está totalmente inserido no clima semiárido, que se caracteriza pelas altas temperaturas, chuvas escassas e mal distribuídas com longos períodos de estiagem. O município apresenta temperatura média anual de 26,2°C, com precipitação média anual de 850mm e o período chuvoso se concentra entre os meses de março a julho. Segundo

os estudos de PINTO (1999), o município apresenta alta vulnerabilidade pluvial, ou seja, dentre os municípios do estado de Sergipe é um dos que mais registram baixos índices de precipitação pluviométrica.

Os dados da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) demonstram que, entre 2009 e 2019 as precipitações pluviométricas ficaram muito abaixo do previsto, índices que demonstram o desafio que é sobreviver da agricultura em Porto da Folha.

Gráfico 1 – Porto da Folha – Média anual de precipitação pluviométrica entre 2009 a 2019.



Fonte: Escritórios locais da EMDAGRO

Vejamos o que diz uma Guardiã de Sementes sobre a questão da falta de chuvas em Lagoa da Volta: “Nós perdemos muita semente, foram sete anos de seca (2012-2018), sem chuva [...] nunca mais tivemos um ano bom para tirar semente, perdemos tudo” (ML, 63 anos, 2019). A prática cotidiana tem mostrado que as chuvas estão cada vez mais escassas, com verões cada vez mais quentes, invernos menos úmidos e mais espaçados.

Porto da Folha está inserido na bacia hidrográfica do rio São Francisco, isso significa que os riachos e rios presentes nesse município desaguam no São Francisco. Como consequência dos fatores climáticos, observa-se no interior do município a formação de rios intermitentes com leitos largos e pequena profundidade, onde a água corrente é detectada durante poucos dias do ano, quando ocorrem chuvas torrenciais no verão (SILVA, 2016).

Por muito tempo as cheias naturais do rio São Francisco fizeram do município um grande produtor de arroz nas suas famosas várzeas. As lavouras de arroz eram orientadas pelo regime das cheias e vazantes do rio. Com as alterações provocadas pela construção de barragens ao longo do rio São Francisco, esse plantio ficou impossibilitado. Santos (2010) aponta que esse tipo de cultura existente até final do século XX foi determinante na reprodução da vida da comunidade ribeirinha porto-folhense e que sua extinção impactou profundamente os hábitos culturais e alimentares da população.

Na área do município constituem-se como principais corpos hídricos para além do São Francisco, o rio Capivara, rio Campos Novos, riacho dos Cachorros e riacho do Mocambo. Todos esses são classificados como rios e riachos intermitentes, pois no decorrer do ano, seus trechos secam.

Solo, clima e hidrografia são fatores interdependentes que impactam diretamente as atividades humanas, e no contexto da nossa pesquisa, afetam cotidianamente a agricultura realizada pelas mulheres. Nesse contexto, duas situações acabam sendo corriqueira: i) a ausência de chuva torna extremamente difícil e restritivo cultivar solo, que na maior parte do ano não recebe nenhuma gota d'água, e por isso fica extremamente ressecado e impossível de ser preparado para cultivar, ii) o plantio é feito, no entanto as chuvas cessam, e conseqüentemente há a perda das sementes depositadas na terra.

No entanto, é fundamental destacar que, mesmo diante das condições restritivas vividas em função das características semiáridas, as mulheres Guardiãs têm construído meios para continuar produzindo diversidade de alimentos e multiplicando sementes, muitas das quais têm se propagado por causa das práticas de doação e troca entre as famílias que habitam nessa comunidade. Nesse contexto, ter a posse das sementes crioulas é um elemento estratégico, pois esses germoplasmas são adaptados ao clima, com baixa necessidade de água e adubação.

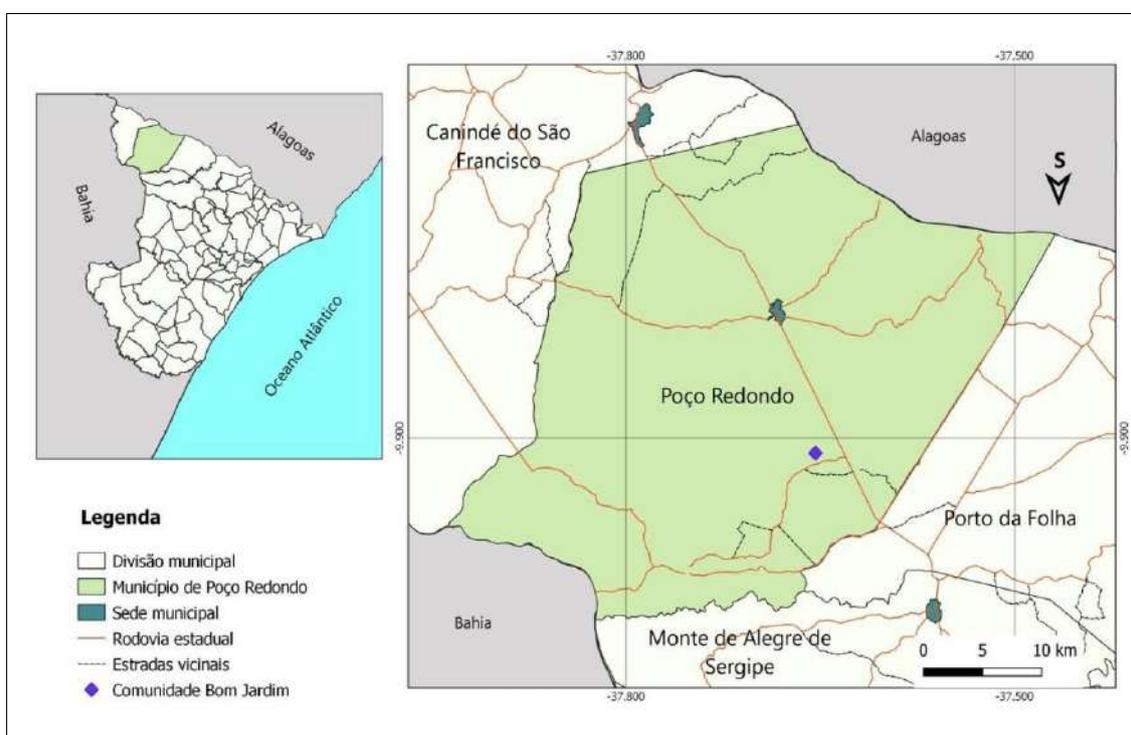
1.2.2. POÇO REDONDO E A COMUNIDADE BOM JARDIM

Poço Redondo dista de Aracaju, capital do estado de Sergipe, 185 km via BR 101 e SE 230. Para acessar os serviços urbanos disponíveis em Aracaju é necessário se deslocar por cerca de duas horas e meia. Por sua vez, Bom Jardim está distante 20 km da sede municipal, sendo o acesso realizado pela rodovia estadual SE 230. No entanto,

da comunidade até a rodovia é necessário andar cerca de 30 minutos a pé, por uma estrada vicinal.

Segundo os dados da Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), Poço Redondo possui 1.232,595 km² de área territorial e está localizado no extremo norte do Estado de Sergipe, limitando-se a nordeste com o Estado de Alagoas, a sudoeste com o Estado da Bahia, a sul e a leste com o município de Porto da Folha e a oeste e norte com Canindé do São Francisco.

Figura 8 – Sergipe – Localização de Poço Redondo e da Comunidade Bom Jardim, 2020.



Fonte: Malhas Digitais do IBGE (2017).

Org.: Thais Moura dos Santos, (2020)

No último Censo Demográfico (2010), o município possuía 30.880 habitantes (28% população urbana e 72% população rural). Poço Redondo é um dos municípios sergipanos que mais apresenta população rural, isso se deve ao fato da luta política pela terra realizada nesse território. Os dados do relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apontam que o município possui 47.665,019 hectares de área reformada, onde vivem 2.040 famílias assentadas.

Em Bom Jardim, não foi possível levantar o número de habitantes em virtude da falta de estudos sobre o lugar, mas em trabalho de campo junto com a Guardiã de

Sementes EF no ano de 2019, constatamos que a comunidade possuía cerca de 50 famílias.

Os dados oficiais demonstram que Poço Redondo foi criado pela Lei estadual nº 525-A, de 25/11/1953. Seu território foi nessa ocasião desmembrado do município de Porto da Folha. Os primeiros sinais dos colonizadores datam de fins do século XVII. Nesse contexto, é famosa a figura do fidalgo e fazendeiro dom Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco (SEPLANTEC, 2000).

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, o perímetro urbano de Poço Redondo nasceu a partir de 1902, quando Manoel Pereira estabelecido com fábrica de descaroçar algodão no arraial de Poço de Cima, resolveu transferir seu estabelecimento para Poço Redondo. Com o decorrer dos anos, o aglomerado de pessoas foi aumentando, principalmente pelo fenômeno da emigração daqueles que vieram tentar a vida cultivando as novas terras.

Há aproximadamente 20 km da cidade de Poço Redondo floresceu uma aglomeração rural batizada como Bom Jardim. Segundo o senhor José Gomes dos Santos, conhecido como Zé Baú, um dos moradores mais antigos, a comunidade surgiu, na década de 1950, da compra de uma parte das terras da fazenda Patos, que pertencia ao fazendeiro Juca Feitosa. A comunidade já teve alguns nomes. O primeiro foi Olho d'Água, nomenclatura dada pelo vaqueiro Vintura Vitor, que construiu uma casa de taipa próximo a uma nascente, também chamada de olho d'água.

Com o passar dos anos, o aglomerado ganhou outro nome bastante peculiar: Sete Inferno. Encontrei duas versões mais plausíveis para essa nomeação, a primeira tem a ver com as características da vegetação, pois a Caatinga muito fechada e repleta de plantas espinhosas fazia com que os vaqueiros sofressem diversos ferimentos, e também se perdiam com facilidade, e isso dava a impressão de inferno. A outra versão está associada à situação de extrema pobreza que assolava os que ali residiam, tal era a miserabilidade naquela área que as pessoas diziam que viviam num verdadeiro inferno.

Segundo os moradores de Bom Jardim, a situação começou a mudar as condições sociais quando o poder público municipal começou a intervir e a incluir os moradores nas ações sociais do município, Exemplo dessa intervenção foi a construção, em 1997, da Escola Municipal Manoel Braz, estabelecimento que passou a oferecer ensino fundamental para as crianças da comunidade.

Figura 9 – Comunidade Bom Jardim – Escola Municipal Manoel Braz que se encontra fechada, 2019.



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

No entanto, na ocasião do trabalho de campo, a escola de Bom Jardim encontrava-se fechada, reflexo da política de nucleação escolar. Para Correia (2018) a nucleação e os consequentes fechamentos das escolas no campo representam uma retirada de direitos básicos. A autora demonstra que entre os anos de 2007 e 2015 foram fechadas 404 escolas do campo em Sergipe, dessas, um total 296 foram extintas e 108 se somaram ao status de “escola rural paralisada”.

A justificativa para a ação de nucleação e de fechamentos das escolas rurais, normalmente está ancorada sobre os parâmetros financeiros e não levam em consideração os contextos sociais e identitários dos sujeitos que frequentavam essas escolas, impedindo-lhes de completar a sua formação escolar básica no âmbito de sua comunidade, podendo resultar em implicações sobre a sua própria identidade cultural, contribuindo para acelerar o êxodo rural dos que ainda permanecem no campo.

A comunidade conta ainda com uma capela, a capelinha São José de Anchieta, que foi inaugurada no ano de 2015. O prédio foi construído pelo esforço dos moradores e dos fiéis devotos. Para além de ser um espaço de fé, a capelinha hospeda reuniões comunitárias e as atividades culturais. Sendo assim, é o centro da organização coletiva da comunidade.

Figura 10 – Comunidade Bom Jardim – Capela São José de Anchieta, 2019.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Bom Jardim não se configura como um povoado, pois não apresenta um número mínimo de serviços ou equipamentos urbanos para atender aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas. Os moradores de Bom Jardim são dependentes dos serviços e equipamentos do povoado vizinho, Sítios Novos. Assim, no decorrer do nosso trabalho nos referiremos a essa aglomeração rural como comunidade.

Poço Redondo é um dos municípios de maior expressividade cultural do Alto Sertão de Sergipe. Suas manifestações populares mais conhecidas são os grupos de Cavalhada e de Xaxado. O teatro Raízes Nordestinas e o seu trabalho social com os jovens é marcante quando se fala na cultura do município. Bom Jardim reflete essa riqueza cultural, a comunidade recebe periodicamente oficinas de teatro, música e outras, ofertadas pelo Raízes Nordestinas.

Vamos nos atentar, a partir desse ponto, para o contexto físico onde se produz e reproduz a vida das mulheres Guardiãs de Sementes. É interessante visualizar algumas para entender quais fatores impactam as atividades agropastoris.

Os solos predominantes no município são: a) Planossolos, que geralmente são pouco profundos, textura arenosa, seguido de um horizonte B plânico de textura média, argilosa ou muito argilosa, pouco permeável b) Regossolos, caracterizado por apresentar

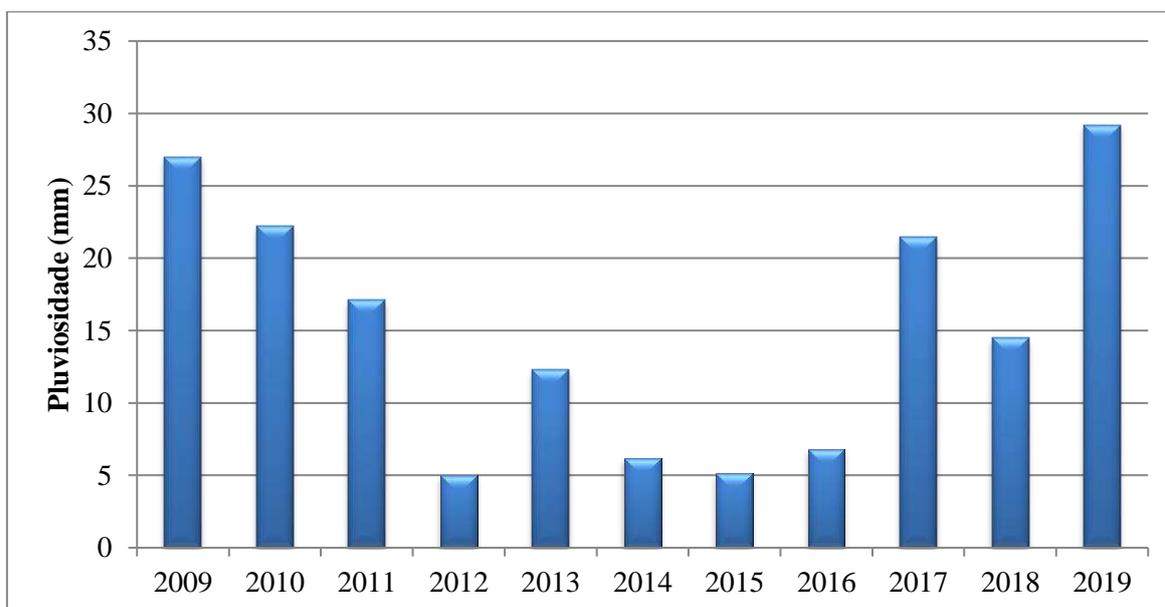
com textura arenosa, apresentam camada superficial mais escurecida devido à presença de matéria orgânica, porém são sensíveis à erosão; c) Bruno-não-Cálcico que são predominantemente rasos a pouco profundos, apresentam uma consistência muito dura quando secos, devido à estiagem e pegajoso quando úmido; e) Litólico são solos que ocorrem em áreas de topografia acidentada, notadamente em planaltos e depressões (Semi-Árido do Nordeste), associados a afloramentos de rocha, por isso são pouco desenvolvidos. A textura e a fertilidade variam de acordo com o material de origem. (SERGIPE. SEPLANTEC/SUPES, 1997/2000).

Durante os trabalhos de campo foi possível constatar que, na comunidade Bom Jardim, há predominância dos solos tipo arenosos (Planossolos e Regossolos). Esse solo é bastante favorável para o cultivo de tubérculos, porém sua porosidade facilita a maior rapidez no processo de infiltração da água no lençol freático, dificultando a agricultura em épocas de chuvas escassas.

Outra característica fundamental para entendermos o cotidiano das Guardiãs de sementes é o clima. Poço Redondo possui clima do tipo Tropical Semiárido, com temperatura média anual de 25,2°C. A média anual da precipitação pluviométrica é de 605,2 mm e o período chuvoso se concentra entre os meses de março a julho. O município apresenta alta vulnerabilidade pluvial, ou seja, está dentre os municípios do estado de Sergipe que mais registram baixos índices de precipitação pluviométrica.

Os dados da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) demonstram que, entre 2009 e 2019, as precipitações pluviométricas ficaram muito abaixo do previsto, índices que demonstram o desafio que é sobreviver da agricultura em Poço Redondo.

Gráfico 2 – Poço Redondo – Média anual de precipitação pluviométrica entre 2009 a 2019.



Fonte: Escritórios locais da EMDAGRO

O município está inserido na bacia hidrográfica do rio São Francisco. Como consequência dos fatores climáticos, observa-se no interior do município a formação de rios intermitentes com leitos largos e pequena profundidade, onde a água corrente é detectada durante poucos dias do ano, quando ocorrem chuvas torrenciais no verão (SILVA, 2016). Constituem a drenagem principal, além do São Francisco, os rios Jacaré e Marrequinho, e os riachos intermitentes Brás, São Clemente e o Caruru.

Diante dessas características, constata-se a dificuldade que é produzir a reprodução da vida. Nessa direção, a agricultura feita nesse lugar necessita ser estratégica e utilizar plantas e sementes adaptadas ao clima e solo. E nessa direção, as Guardiãs de Sementes produzem a diversidade de alimentos graças a sementes crioulas.

1.3. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DAS MULHERES

Nesta sessão apresentaremos a trajetória e os atores envolvidos na organização da Associação de Mulheres “Resgatando sua História”, em Lagoa da Volta, e em seguida faremos o mesmo exercício com as mulheres de Bom Jardim, que se organizam e constroem luta social e enfrentamento em torno de uma Casa Comunitária de Sementes.

É importante dizer que o leitor vai encontrar um relativo desequilíbrio entre a descrição das experiências das mulheres de Lagoa da Volta em relação à das mulheres

de Bom Jardim. Saliento que são tentames que não queremos e não podemos comparar, pois possuem trajetórias temporais e frentes de atuação distintas.

A Associação de Mulheres de Lagoa da Volta foi organizada oficialmente no ano de 2003, no entanto o trabalho com esse público teve início ainda na década de 1990 com a atuação da Congregação das Irmãs da Divina Providência. Desde lá, o foco do trabalho era a melhoria da vida das mulheres e da comunidade, assim, até hoje a associação desenvolve ações voltadas à juventude (oficinas de música, de informática e artesanato) e para produção de doces caseiros, hortaliças, apicultura, guarda de sementes crioulas e outros.

Já as mulheres de Bom Jardim se organizaram em torno de uma casa comunitária de sementes construída em 2015, e que é oriunda de uma política pública conquistada junto aos mediadores sociais presente no território, tal como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural (SASAC). O foco dessas mulheres são as sementes crioulas e ações voltadas para a produção de alimentos.

1.3.1. ASSOCIAÇÃO DE MULHERES RESGATANDO SUA HISTÓRIA

O protagonismo das mulheres sempre foi uma constante em Lagoa da Volta, essas sempre buscaram melhorias para sua população. Exemplo disso é o legado deixado por Dona Santinha, primeira professora do lugar, que ministrava aulas em sua residência, anteriormente à construção do primeiro prédio escolar no povoado. Têm-se também, as parteiras Alice, Mariáve e Déda, responsáveis por trazer as crianças ao mundo, antes dos hospitais e maternidades serem acessíveis para as pessoas do povoado. O advento dos hospitais e maternidades, com seus aparatos tecnológicos e racionalidade moderna, passou a institucionalizar o nascer e os conhecimentos ancestrais colocados sobre dúvida.

Além de cuidar do parto, essas mulheres eram as responsáveis pelos cuidados da saúde dos recém-nascidos e das parturientes com os chás, banhos, lambedores e toda sorte de ervas e benzimentos. Práticas balizadas pelos saberes femininos ancestrais, que traziam consigo o conhecimentos dos usos das ervas, raízes e rezas de uma medicina popular que não se dissociava do sagrado e das crenças.

Lagoa da Volta era um povoado muito carente, e o trabalho de cuidado realizado por essas mulheres tinha a função de minimizar tanto as questões associadas à pobreza,

quanto a ausência do Estado. Os relatos encontrados durante as entrevistas assinalaram que exista alto índice de mortalidade infantil, bem como situação de desnutrição, como é perceptível no relato a seguir: “Lagoa da Volta era um lugar, uma comunidade que morria muita criança, era todos os dias, muita criança desnutrida” (CS, 55 anos, 2019).

Lima e Santos (2019) apontam que entre 1995 a 2009 a presença da Congregação das Irmãs da Divina Providência criou condições para mudança nos rumos de Lagoa da Volta. No decorrer do nosso trabalho, para tratar sobre essa Congregação, nós vamos assumir o termo “Irmãs”, forma que carinhosamente nossas entrevistadas se referem às mulheres que lhes conferiram condições objetivas de mudar a vida da comunidade, conforme afirma CS (55 anos, 2019) “quem fez mudar a comunidade foi às Irmãs, que chegou para mudar mesmo, incentivar a mulher, jovem e crianças e idosos”.

Segundo informações do site⁷ da Rede de Saúde “Divina Providência”, as religiosas atuavam em projetos sociais na área da saúde comunitária, preventiva e holística, na formação de lideranças, na Pastoral da Criança e em outras pastorais nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na inserção em meios populares, especialmente com crianças, adolescentes, mulheres e idosos empobrecidos. O trabalho com os mais carentes, principalmente relacionado a questões de saúde e a organização de grupos, foi como se deu a atuação das Irmãs em Lagoa da Volta.

Ao longo do processo de pesquisa, deparamo-nos com a escassez de documentos e fontes de registros da atuação das religiosas na comunidade estudada e as peculiaridades dessa Congregação. Dentre os parcos materiais encontrados, destacamos aquele que trata da passagem das Irmãs no sul do Brasil, principalmente em Santa Catarina, e assim pudemos compreender algumas questões relevantes. Bianchezzi e Tramonte (2014) apontam que os projetos sociais da Congregação das Irmãs da Divina Providência desafiavam a orientação conservadora da Igreja Católica à época estudada (anos do regime ditatorial militar), que respaldadas pela Conferência Episcopal de Medellín/Colômbia expandiram a atuação para setores sociais excluídos.

As autoras enfatizam que a Congregação das Irmãs da Divina Providência destacava a necessidade de cumprir a missão social da Igreja, incentivando e abrindo possibilidades para que suas lideranças saíssem do encastelamento religioso, estando no e como o povo, com os pobres, vivenciando realidades que necessitavam de intervenção

⁷ <http://divinaprovidencia.org.br/>

urgente, em defesa de vidas humanas que estavam se perdendo em meio a realidades sociais injustas de desigualdade, pobreza e miséria.

Essas características nos levam a associar a atuação das Irmãs na Comunidade Lagoa da Volta com a Teologia da Libertação, que nasce na tentativa e engajamento de setores eclesiais de territorializar a igreja, conferindo-lhe uma feição mais real, objetiva e atuante no meio dos mais necessitados. Mitidiero Junior (2010, p.54) aponta que a Teologia da Libertação buscou realizar “um mundo mais fraterno, solidário e igualitário, palavras provindas de uma raiz bíblica, e não da revolução democrático-burguesa”.

Esse movimento transformou a teologia em incentivo às transformações sociais e para a construção de resistências nas comunidades, impulsionando os sujeitos a lutar pela libertação em detrimento do conformismo com as condições sociais opressoras e injustas, apontando principalmente para os contrastes socioeconômicos e sucessivos processos de pilhagem por parte dos projetos imperialistas das nações poderosas na América Latina.

A América Latina, mergulhada em um ambiente de miséria e exploração, foi o centro geográfico para o encaminhamento dessa nova teologia. Foi nesse continente que perguntas indigestas mexeram com os dogmas de muitos religiosos. A questão fundamental foi constatar que aquela organização social marcada pela pobreza não estava nos projetos de Deus e que a Igreja mostrava-se inerte e, muitas vezes, colaborava com a realidade injusta presente no cotidiano dos latino-americanos (MITIDIERO JUNIOR, 2010, p. 54).

O autor citado ainda nos ajuda a compreender que é o Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João XXIII, que vai legitimar e sistematizar novas orientações, e fazer com que a igreja não fique mais alheia à realidade socioeconômica e política. Dentre essa renovação, estava a vontade em deter-se nos aspectos sociais pouco valorizados em sua trajetória histórica. Com isso, a instituição católica passou a valorizar sua composição para além do clero e religiosos consagrados, compreendendo os fiéis “o povo de Deus” como parte essencial - para além de mero receptor do anúncio evangélico - identificando esse povo como protagonista da fé e do evangelho.

Bianchezzi (2013), discutindo a Congregação das Irmãs da Divina Providência no Sul do Brasil, aponta que uma das definições mais significativas pós-concílio reside no desenvolvimento da noção de “Igreja como povo de Deus”. Abriu-se a noção de que a autoridade não poderia ficar apenas nas mãos dos clérigos, pois todas as pessoas eram/são Igreja, dessa forma, eram/são corresponsáveis e capazes de falar de e sobre Deus. Quebrando a ideia de monopólio de Deus, as CEBs na América Latina foram um

dos exemplos “de que o povo de Deus organizado” foi capaz de fomentar e transformar muitas realidades de opressão em “sementes de esperanças” e concretude de mudanças sociais, aliando leigos, freiras, padres e bispos.

Em Lagoa da Volta, as Irmãs baseadas nessa teologia que percebia a necessidade de socorrer os pobres e de mudar suas realidades contribuíram no trabalho com os jovens, os idosos, as mulheres e as crianças. Como aponta os relatos a seguir:

As Irmãs criou a Pastoral da Criança para cuidar das crianças e cuidou, e cuidou do grupo de jovens, catequese e grupo de idosos para rezar terço, o terço dos homens, criou vários grupos e esses grupos não só para rezar, mas para discutir os problemas da comunidade (CS, 55 anos, 2019).

Essas Irmãs vieram para cá para crescer a comunidade, em 1994 ela chegaram aqui três Irmãs, uma vez do Sul e outra vez do Norte e assim fundaram a Pastoral da Criança, catequese, grupo de jovens e vários grupos religiosos elas fundaram e isso foi à semente muito boa que ficou em Lagoa da Volta. Elas ajudaram a levantar a autoestima das mulheres (ML, 63 anos, 2019).

Esses relatos corroboram com Mitidiero Junior (2010) quando o autor relata que essa nova ação pastoral estaria centrada no compromisso da “Igreja com os mais pobres, no reconhecimento de que o povo é oprimido e deve buscar caminhos de libertação e na necessidade de promover a organização do povo cristão em pequenas comunidades de fé e comunhão” (p. 64). As Irmãs buscaram organizar o povo para além das questões religiosas. Elas discutiam junto com a comunidade as fragilidades e possibilidades objetivas de mudança.

Frente a isso, aos trabalhos com crianças destaca-se a contribuição das Irmãs para a criação da Pastoral da Criança, que com sua atuação erradicou a mortalidade e a desnutrição infantil na comunidade, pois acompanhava de perto o desenvolvimento de cada criança, como por exemplo, a verificação mensal da evolução do peso e manutenção dos registros de evolução física e quadro geral de saúde.

As irmãs da Divina Providência fundou a Pastoral da Criança e a gente trabalhava muito, tudo voluntário para cuidar de lambedor, xarope para as crianças e pomada de ferida, porque naquele tempo o menino tinha piolho que só serena, remédio para matar piolho, para matar sarna e tudo a gente fazia na pastoral (CS, 55 anos, 2019).

No tocante ao trabalho pastoral com a juventude, fomentaram a formação do Grupo de Jovens Construtores da Paz, que reunia a juventude para debater temas relevantes à formação cristã e cidadã, ao passo que promovia diversas atividades dentro e fora da igreja – o mesmo existe até os dias de hoje e continua tendo um papel

importante na formação da juventude – por ele já passaram muitas pessoas que atualmente são destaques na vida da comunidade.

Por sua vez, é importante destacar a atuação das Irmãs junto ao fortalecimento comunitário e de mulheres, sendo determinante a atuação da Congregação Feminina Irmãs da Divina Providência para a fundação da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, cujo objetivo foi organizar as mulheres para construir processos que promovessem mudanças na comunidade, bem como, fomentar uma maior autonomia e valorização feminina.

Figura 11 – Povoado Lagoa da Volta – Símbolo e objetivo da Associação de Mulheres "Resgatando sua História", 2019.



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

A trajetória da associação começou em 2003, quando as Irmãs da Congregação da Divina Providência reuniram as mulheres da comunidade para a formação de um grupo produtivo, que para além da evangelização, incentivasse e valorizasse os saberes e os fazeres femininos.

Durante as entrevistas, nos foi relatado que o grupo se formou quando as Irmãs perceberam que as mulheres de Lagoa da Volta precisavam de estímulos para desenvolver sua autoestima e também, para que essas participarem mais ativamente da vida na comunidade. Diante desse cenário, primeiro se construiu um grupo de mulheres.

Vejam os trechos onde a entrevistada relata exatamente como surgiu a ideia de reunir as mulheres.

Quando a irmã chegou aí, nós foi na mata pegar as ervas medicinais para fazer remédio. E ela conversando no caminho, disse que tava achando que as mulheres não tinham nada para fazer além das coisas de casa. Então, é da porta da frente da casa para cozinha. Então ela disse: vamos criar um grupo de mulheres! E saiu convidando a mulherada [...] a gente não tinha lugar, a gente fazia as reuniões sempre na igreja e depois era muita mulher. E a gente foi se organizando, e era de 15 em 15 a reunião. Aí ela trouxe psicóloga para trabalhar com as mulheres, foi a primeira dinâmica de gênero que a gente teve. Que foi o espelho, né, de nós se olhar com a mulher se vê como mulher, porque às vezes a gente tem nem tempo de se olhar no espelho. As mulheres lutam tanto, que às vezes nem tem tempo de olhar no espelho. Então foi muito bom a psicóloga, todo mundo desabafou, foi muito emocionante, foi muito bom e depois disso ela disse: agora vamos! Ela trabalhou tudo, trabalhou tudo. Ela trabalhou desde quando a gente era criança, até o tempo daquele tempo que a gente tava (CS, 55 anos, 2019).

A fala da associada revela que o primeiro aspecto trabalhado no grupo foram relações de gênero atrelado ao resgate da autoestima das mulheres. Os encontros do grupo sempre aconteciam mediante partilha de alimentos preparados pelas próprias mulheres. Esses espaços eram oportunidades para discutir temáticas diversas para construir processos práticos e reflexivos sobre o lugar da mulher no mundo, que reverberava na troca de experiências de vida e na partilha de sonhos.

Essa organização feminina logo chamou atenção dos grupos políticos e foi lançada a proposta para que as mulheres formassem uma associação, conforme nos conta CS (55 anos, 2019).

Era muita mulher! Então estava próximo da política e chegou um candidato na reunião, aí disse, perguntou se podia ir para reunião. Aí a gente disse que ele podia, que tava aberto. Aí ele fez uma reunião no clube da comunidade e convidou as mulheres para ser um grupo registrado, porque se nós se registrasse nós teremos direito a fazer empréstimo no banco para melhorar e não sei o quê. E quando fala em dinheiro, todo mundo fica doido, né? e quando foi aí nós: não! Aí ele disse que já tinha trazido uma ata e estatuto para nos se registrar, aí a Irmã disse: vamos amadurecer e daqui um mês nos vamos dar a resposta. Aí ficou, aí na outra quinzena a gente teve reunião e nos disse que não queria e teve uma mulher que disse: Irmã nós já estamos madura, se nos amadurecer nós cai! Então, já sabia quem ia se afastar. Então, quando foi no dia lá o grupo se dividiu, ficou umas 35 e as outras 30 se registraram numa associação, ele já levou o estatuto pronto e eu sei que ficou dividida, elas fizeram associação e a gente continuou em grupo.

Apesar de ser dividido pela ação “do candidato”, as mulheres que não aderiram à associação continuaram com o ideal de trabalhar as relações de gênero, o fortalecimento feminino, mas, sobretudo contribuir para a melhoria da comunidade. É interessante salientar que as mulheres que integravam o grupo de mulheres contribuía também com a Pastoral da Criança, fazendo trabalhos voluntários para superar a mortalidade e desnutrição infantil. Esse fato fomentou nessas mulheres o sonho de possuírem terra, para procederem com o plantio das sementes e vegetais necessários para fabricar os produtos oferecidos às crianças.

Um dia fomos trabalhar os sonhos, perguntando qual era o sonho das mulheres e a maioria das mulheres não tinham terra e como a gente trabalhava com sementes para fazer remédio para nutrição, multimistura para tirar as crianças da desnutrição [...] então foi pensada que a gente poderia trabalhar e fazer uma plantação nossa com sementes, aí porque a gente ficava de casa em casa procurando quem tinha semente para dar para a gente [...] aí a gente falou que o sonho a mulher a terra porque a maioria não tinha terra [...] então aí a irmã não disse nada a gente, desde que ela já tava escrevendo um projeto para ela mandar para Alemanha, aí ela escreveu e quando foi em outra reunião ela disse ei o sonho de vocês foi realizado nós vamos comprar uma tarefa de terra.

Com os recursos advindos da Paróquia St. Martini, Munique/Alemanha, foi possível que ainda no ano de 2003 o grupo de mulheres adquirisse uma tarefa de terra (que em Sergipe equivale a 3.025 m²). As entrevistadas afirmaram que a terra precisava ser adubada para que fosse possível realizar o primeiro plantio. Conforme relato a seguir: “sei que no primeiro ano a gente pediu esterco. Ganhamos quatro carroções de trator. As mulheres mesmo que carregou, enchemos o trator, espalhamos na terra e plantemos” (ML 63 anos, 2019).

Figura 12 – Povoado Lagoa da Volta – Mulheres recolhendo esterco e adubando a terra para o plantio, 2003.



Fonte: Acervo da Associação de Mulheres Resgatando sua história.

A figura 12 demonstra a força e obstinação das mulheres de Lagoa da Volta em mudar suas vidas e a vida da comunidade. Na “primeira roça” o grupo optou por plantar gergelim, abóbora, melancia, milho, feijão de corda. Já na horta, cultivavam o quiabo, alface, maxixe, couve e coentro. De toda semente produzida, 35% era destinado para a Pastoral da Criança e o restante era repartido igualmente para todas as mulheres e complementava a alimentação das suas famílias, “a gente continuava trabalhando fazendo a nossas reuniões e tinha o dia de mutirão, que era dia da partilha, o dia de partilhar o que a gente produzia, cada uma levava para casa sua alimentação da semana” (CS, 55 anos, 2019).

Figura 13 – Povoado Lagoa da Volta – Horta do grupo de mulheres, 2003.



Fonte: Acervo da Associação de Mulheres Resgatando sua História.

Diante de tantas experiências exitosas, em 2004 o grupo entendeu que a mudança para uma associação seria necessária para galgar novos projetos. Essa então foi denominada Associação de Mulheres “Resgatando sua História”, que só viria a ser formalizada e legalizada em 18/05/2007. A nomenclatura da associação remete aos processos feitos com a psicóloga que levou as mulheres a relembrem e valorizarem suas histórias de vida.

As entrevistadas relataram que o estatuto da associação foi pensando em conjunto com as Irmãs e que cada ponto foi estudado e revisado criteriosamente “a gente passou um ano para fazer [o estatuto], sempre a gente levava um dia de estudo para irmã mostrar o ponto por ponto pra gente decidir” (CS, 55 anos, 2019). Como já possuíam a terra, o próximo passo dado pelas mulheres foi a construção da sede da Associação, que ocorreu em 2005.

Figura 14 – Povoado Lagoa da Volta – Sede da Associação Mulheres “Resgatando sua História”, 2019.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

A ampliação da terra, a construção de uma barragem para o armazenamento d'água e a compra de portas para a sede da associação se deu em 2008, já nos últimos meses de atuação das Irmãs da Divina Providência na Comunidade, quando na ocasião o trabalho das mulheres foi visitado pelas Irmãs da paróquia de São Martinho/Alemanha, que com a eminência do término do trabalho das missionárias no povoado, resolveram presentear a associação “E o presente foi em euro, sei que a gente trocou, e deu para aumentar a terra e fazer uma barragem para armazenar água e aí cercamos e compramos portas para tudo e ficou tudo bem organizado” (ML, 63 anos, 2019).

No ano de 2009 houve o encerramento das atividades realizadas pelas Irmãs da Divina Providência em Lagoa da Volta. No mesmo ano, as associadas junto ao Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC), que já atuava na assessoria técnica da Associação de Mulheres, buscaram parceria com a Oxfam Organização não Governamental (ONG) da Grã-Bretanha. Esta última instituição passou a financiar a

assistência técnica e a construção da primeira cisterna na associação. Pelo Projeto Dom Hélder Câmara⁸, as mulheres conseguiram uma casa de sementes.

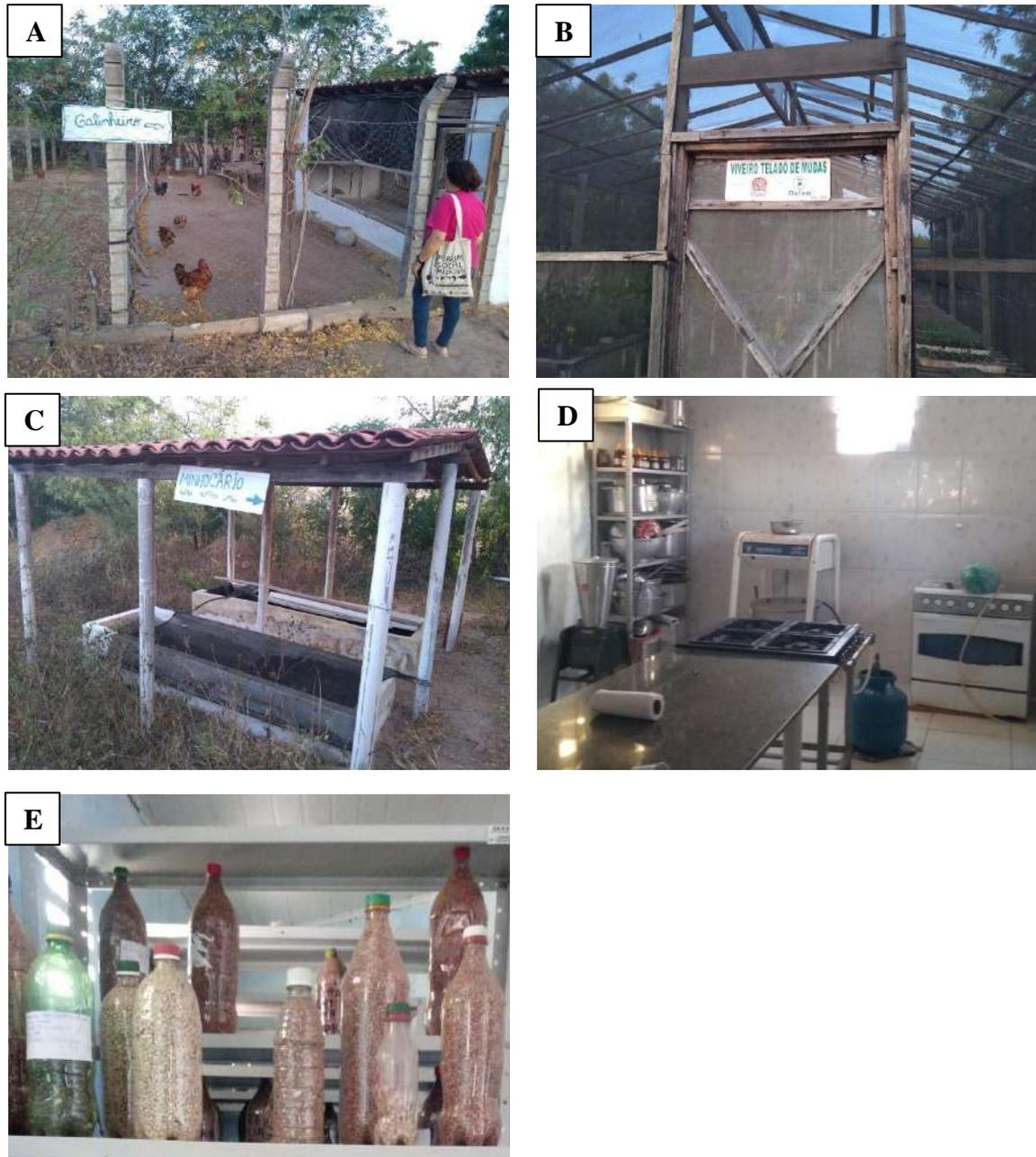
Além do CDJBC, Dom Hélder Câmara e da Oxfam, a Associação de Mulheres de Lagoa da Volta contou e conta ao longo dos anos com diversas parcerias, dentre as quais destacamos: Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Fundação Banco do Brasil, Prefeitura Municipal de Porto da Folha e outros.

Com a juventude, o primeiro projeto da Associação de Mulheres aconteceu no ano 2007 em parceria com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) e a Petrobras, o projeto foi intitulado “Resgatando Talento”. Diversos povoados de Porto da Folha foram contemplados com aulas de corte costura, rádio escola, xilogravura e artesanato de madeira. Ainda em parceria com o CMDCA, a associação em 2008 aprovou um projeto de música para criação de uma banda marcial que tocou em vários povoados do município. A Associação aprovou ainda o projeto Vozes da Infância, onde as crianças de Lagoa da Volta tiveram por seis meses aulas gratuitas de violão e teclado.

Na ocasião do nosso Trabalho de campo na sede da Associação de Mulheres “Resgatando sua História” percebemos como principais atividades desempenhadas pelas mulheres o trabalho de produção de doces (balas de banana e geleias), apicultura (cuidado com as abelhas, produção e venda de mel), produção de hortaliças nos viveiros, produção de mudas (ervas, frutíferas e árvores nativas), minhocário (produção de húmus para ser utilizados nos viveiros), galinheiro e a casa de sementes.

⁸ O Projeto Articulação e Diálogo Sobre Políticas Para Reduzir a Pobreza e Desigualdade no Nordeste Semiárido – Projeto Dom Hélder Câmara é uma decorrência de Acordos de Empréstimos firmados entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA. Possui como principal objetivo o desenvolvimento de ações referenciais de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável preferencialmente no semiárido. Em Sergipe sua área de atuação são 21 municípios nos territórios do Alto Sertão, Médio Sertão, Agreste Central e Centro Sul.

Figura 15 – Povoado Lagoa da Volta – Instalações da Associação de Mulheres "Resgatando sua História". A) Galinheiro, B) Viveiro para mudas, C) Minhocário, D) Cozinha com equipamentos modernos, E) Casa de Semente, 2019.



Fonte: Thais Moura dos Santos (2019).

Por todas essas práticas, a Associação de Mulheres “Resgatando sua História” já foi contemplada com dois prêmios em âmbito nacional, sendo eles o “Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável”, em 2013, oferecido pelo Governo Federal e o “Prêmio Caixa Melhores Práticas”, 2015/2016, na categoria melhor prática mulheres e suas histórias.

Figura 16 – Comunidade Lagoa da Volta – Prêmios conquistados pela Associação de Mulheres "Resgatando sua História", 2019



Fonte: Thais Moura dos Santos (2019).

A associação é um marco muito importante para as mulheres e consequentemente para a comunidade. Ao se referir à associação, a Guardiã de Sementes ML (63 anos, 2019) revelou seu carinho pela mesma, “eu sou apaixonada pela aquela associação, a associação mudou a vida aqui, foi a semente muito boa que ficou em Lagoa da Volta. Elas ajudaram a levantar a autoestima das mulheres”.

Desde sua fundação, a associação atua com base na conservação e multiplicação das sementes crioulas na comunidade, “a nossa casa de sementes que foi feita bem antes do Projeto Sementes do Semiárido, antes da semente do semiárido nós já tínhamos que era no quartinho dentro da associação porque a gente já guardava a nossa semente” (CS, 55 anos, 2019). Então, as sementes foram e continuam sendo um elemento aglutinador para a associação, e as mulheres que são associadas conhecem bem o valor simbólico e político contido nelas.

No que tange a política da casa de sementes de Lagoa da Volta, tem-se o acordo coletivo que as sócias podem tomar emprestado qualquer variedade, no entanto, na época da colheita, será devolvida a mesma quantia adicionando dois kg ou litros. As

pessoas que não são sócias devem, nas palavras da presidente da associação, “pagar mais, um pouquinho mais do que quem é sócio” (CS, 55 anos, 2019).

Na ocasião em que procedemos com o trabalho de campo, o estoque da casa de semente estava em baixa. Segundo nossa entrevistada, esse fato era decorrente das dificuldades que as sócias estavam enfrentando em devolver as sementes, em virtude da perda recorrente das lavouras, “não tem como pagar as sementes na casa, pois nós estamos perdendo muito a lavoura, o ano passado (2018) perdeu a lavoura, esse ano quem pegou e plantou perdeu de novo, não deu pra tirar nada de semente” (CS, 55 anos, 2019).

1.3.2. MULHERES QUE SE ORGANIZAM E ESTÃO EM MOVIMENTO

A comunidade se organiza através da igreja local e do MPA. Essa parceria permite a concretude do grupo de jovens que realiza atividades como aulas de violão, coral e do grupo de mulheres que se dedicam às experiências como: produção de sementes crioulas, hortas e coleta de sementes nativas. No trabalho com as sementes é destaque a casa de Sementes da Comunidade Bom Jardim.

Em entrevista com a Guardiã de Semente EF que cedeu área em que a casa está construída, a casa de sementes do Bom Jardim foi construída no ano de 2015, pela SASAC, com os recursos advindos do Projeto Sementes do Semiárido da ASA. Um dado interessante é que em seu início a casa possuía 20 membros, em sua maioria mulheres, apenas dois associados homens.

Figura 17 – Comunidade Bom Jardim – Detalhes da casa de sementes da Comunidade, 2019.





Fonte: Thais Moura dos Santos (2019).

A política que rege a casa de sementes se dá na seguinte forma: na época do plantio os sócios pegam emprestada uma quantidade x de sementes, quando é feita a colheita o associado deve devolver a mesma quantidade com um acréscimo. A coordenadora da Casa de Semente do Bom Jardim exemplifica “Você pega dois litros, devolve de volta três”.

Para quem não é sócio, é necessário a assinatura de um termo de responsabilidade pela semente, afirmando que o camponês vai devolvê-la após a colheita. Para ambos os casos, as pessoas não serão penalizadas por não conseguirem devolver as sementes, caso haja perda da lavoura, por motivos diversos, tais como, escassez de chuvas, ataque de pragas, excesso de chuvas e outros.

Para a Guardiã de Semente EF, a casa de Sementes possui uma grande importância, pois vai “criando uma rede, você é o responsável pela semente, de multiplicar, guardar, devolver, sabendo que outras pessoas vão poder pegar da sua semente”. Outro dado interessante para nossa pesquisa é que a comunidade Bom Jardim sediou em 2016 a primeira festa de sementes do território do Alto Sertão.

Naquele ano, a gente pediu que eles levassem a quantidade de sementes que eles quisessem, e daí surgiu uma variedade e uma diversidade de sementes e um grande número de pessoas, e a partir daí, saiu o encaminhamento de que todo ano o MPA realizasse, tirasse isso como algo que fosse parte da mística e do simbolismo das sementes e também do campesinato (Informação Verbal, Coordenadora do Coletivo de Produção do MPA).

Desde então, a festa vem acontecendo ano a ano, sempre realizada no dia 19 de março. Segundo o campesinato local, esse é dia tradicional de plantar a semente, “se planta São José para comer em São João”, então essa data é escolhida para fomentar o debate das sementes e para a troca das mesmas. Ainda, segundo a Coordenadora do

Coletivo de Produção do MPA, a festa faz parte de um processo, que busca reunir os guardiões e o povo da comunidade e do território. Ao ser indagada sobre os desafios da casa de Sementes do Bom Jardim, a Guardiã EF afirmou que:

A maior dificuldade é o processo de organização, é gerar a consciência no povo, porque mesmo assim não tem a consciência da necessidade da importância do que é uma casa de sementes, né? Não se sente. Por exemplo, a maioria da comunidade não se sente parte. Tipo isso é muito triste, principalmente porque não participa de todas as coisas, seria mais interessante se toda comunidade fizesse parte, se a comunidade se tornasse autônoma, mas enquanto isso vai andando com os que se interessa e compartilha com a ideia de uma forma ou de outra.

Apesar das dificuldades, a casa de sementes do Bom Jardim é uma referência para outras comunidades e territórios, por isso é recorrente os intercâmbios de camponeses que vêm conhecer a experiência bem sucedida. “A gente recebe muita visita de fora, aí eles levam sementes, trazem e a gente convida as pessoas da comunidade” (EF, líder da casa de sementes).

A fala da Guardiã demonstra a importância dos intercâmbios que recebem na casa de sementes, mostrando que existe durante esse processo a troca de material genético e a possibilidade de engajar pessoas da própria comunidade nas atividades desenvolvidas. Esse fluxo de material genético, quando vem de não sócios ou de intercâmbios, costuma passar pelo crivo dos testes de transgenia, esses que são realizados pela SASAC, antes de serem considerados como sementes da casa.

EF (líder da casa de sementes) afirma que todas as sementes que estão na casa já foram testadas, e que ao fazer empréstimo de sementes para os não sócios existe um processo de explicação de “como plantar, por exemplo, o milho, não pode ser perto de milho transgênico, tem que ser separado, tem que seguir algumas normas”. Dessa forma, a casa de semente cumpre a função de armazenar as sementes e socializar as sementes para o campesinato, sendo uma estrutura indispensável para a construção da autonomia camponesa. Sendo assim, nas duas comunidades acima citadas, essas estruturas são geridas por mulheres responsáveis pela guarda da ampla diversidade genética presente em suas comunidades.

1.4. ARTICULAÇÕES EM REDE, MEDIADORES E MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES

Quando nos debruçamos sobre a construção, estruturação e consolidação da associação de mulheres da Comunidade Lagoa da Volta e da casa comunitária de sementes na Comunidade Bom Jardim compreendemos que coexistem a atuação de diferentes atores sociais, que na busca pela mudança das realidades sociais de suas respectivas comunidades e na reivindicação de direitos, constroem o fenômeno da sociedade civil se organizando e construindo ações coletivas.

De acordo com Scherer-Warren (1999), embora a sociedade civil seja às vezes tratada como sinônimo de “terceiro setor”, essa inclui esse setor, mas também se refere à participação cidadã num sentido mais amplo. Dessa forma, configura um campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos e valores.

Ainda pode ser compreendida como a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade, para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. Segundo essa perspectiva, sociedade civil é o espaço social onde nascem e se organizam associações voluntárias (autônomas em relação ao mercado e ao estado), chamadas de movimentos sociais e populares, organizações não governamentais, grupos de mútua ajuda, entidades filantrópicas e outras semelhantes.

Na nossa leitura sobre as comunidades estudadas, percebemos que comparecem, enquanto sociedade civil organizada, o segmento da Igreja Católica adepto da Teologia da Libertação (Congregação das Irmãs da Divina Providência), as Organizações Não-Governamentais (ONGs) como o Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC) e a Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural (SASAC) que compõem a rede ASA, o movimento socioterritorial MPA e a Sociedade Civil Organizada (Associação de Mulheres “Resgatando sua História”), que diretamente ajudaram na constituição de cidadãos capacitados para influenciarem ou se anteciparem na construção e no atendimento de demandas politicamente qualificadas (NEVES, 2010).

Com a ajuda de Scherer-Warren (1999), compreendemos esses atores como associações civis e movimentos sociais. Para a autora, as Associações Civis são formas

organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução comunitária e outros. Incluem-se nessas associações a de moradores, ONGs, grupos de mútua ajuda, grupos de jovens, mulheres, étnicos, ecologistas e outros.

Já o Movimento social é compreendido como um conjunto mais abrangente de práticas sócio-políticas e culturais, que visam prioritariamente à realização de um projeto de mudança (social sistêmica ou civilizatória). É, dessa forma, resultado de múltiplas relações entre sujeitos e associações civis, é o entrelaçamento da utopia como o reconhecimento dos valores e representações simbólicas, como fazer político ou com múltiplas práticas efetivas. Portanto, “movimento social é a síntese de múltiplas práticas, produto das articulações de sujeitos e associações civis” (SCHERER-WARREN, 1999, p.16).

Os movimentos sociais são sujeitos coletivos e políticos que lutam por transformações sociais, pela construção de novos projetos societários, democráticos e participativos. Em outras palavras, movimento social, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das interações das múltiplas articulações.

Essa articulação, entre várias organizações, Scherer-Warren (1999) conceituou de rede de movimento social. Na sociedade das redes (terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorizado (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania.

Nessa visão, a ideia de rede pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais desde os níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores.

Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural. Isso ocorre porque as redes aproximam e criam espaços interorganizacionais de trocas materiais e simbólicas, de comunicação e debate entre as bases das ações coletivas, os agentes políticos mediadores e outras redes.

Scherer-Warren (1999, 1993) concebe as redes de movimentos sociais como formas mais horizontalizadas de relacionamento, mais abertas ao pluralismo, à diversidade e à complementaridade. E é nesse processo que se torna possível a construção de pautas para políticas públicas mais emancipatórias, que integram as várias especificidades dos sujeitos, permitindo maior transformação das realidades. Dessa forma, os territórios e suas realidades materiais podem ser atravessados por articulações em redes, criando práticas sociais que expressam distintas territorialidades.

Scherer-Warren (1999) afirma que a sociedade civil organizada tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes inter-organizacionais e de redes de movimentos, dinâmica que reverbera na formação de parcerias entre as esferas públicas, privadas e estatais, criando novos espaços de governança com o crescimento da participação cidadã. Nesse contexto, as redes de movimentos sociais possibilitam a transposição de fronteiras territoriais, temporais e sociais, produzindo experiências concretas de participação popular.

Esses espaços se constituem canal de representação e de mediação para as negociações entre a sociedade e o Estado, nas articulações políticas, nos processos pedagógicos e educacionais, nas conexões territoriais, nas mediações temporais do novo com o tradicional, no revigoramento ético como na questão da transparência nas políticas públicas. Neste sentido, a mediação é compreendida como um mecanismo relacional, que consiste de práticas comunicativas na intersecção de dois ou mais grupos (SILVA; ROCHA, 2015).

De acordo com Zangelmi, Oliveira e Sales (2016), as ações de mediação são a construção de novos arranjos, a partir dos fragmentos de significados, disponíveis nos vários universos. Dessa forma, essas ações possibilitam a comunicação e ação conjunta entre grupos em interação nos processos sociais. Os mediadores têm capacidade de transitar entre diferentes grupos, interpretar e reinventar códigos, sendo catalisadores de transformações. Sua atuação é mais ampla do que a de um intermediário, que apenas

transporta informações de um lado para outro. A interferência do mediador é criativa, gerando novos valores e condutas.

Para Neves (2010), outra característica dos mediadores é a capacidade de ampliarem as relações entre os atores, conectando o local com o nacional e o transnacional, e as questões do cotidiano com as planetárias. Sherer-Warrner (2006) aponta outros desdobramentos relevantes desenvolvidos no trabalho de mediação social, tais como a atuação no resgate da dignidade dos sujeitos socialmente excluídos, promoção das novas formas de ação coletiva junto às populações excluídas e o resgate das raízes culturais, simbólicas, estéticas das comunidades.

Nesse contexto, as mulheres de Lagoa da Volta e Bom Jardim, se articulam em diversas redes, onde, atuam concretamente buscando mudanças positivas para suas comunidades; demandam políticas públicas que possam ser eficazes em suas realidades concretas; se inserem em espaços políticos e levam suas reivindicações. E nesse interim, constroem paulatinamente a identidade de Guardiãs de Sementes, mulheres que possuem ancestralmente os conhecimentos relativos aos cuidados com os germoplasmas, que provocam nas suas comunidades micro revoluções cotidianas, pois embatem diretamente com instrumentos jurídicos forjados no contexto da governança global, mecanismos legais que estão por trás do processo crescente de monopolização e patenteamento da biodiversidade, tema abordado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 02 – ACORDOS, TRATADOS E LEIS: DISPOSITIVOS QUE REGULAM O ACESSO À BIODIVERSIDADE

As sementes camponesas estão em ataque em todo lado. Quer por pressão corporativa, quer por leis que, gradualmente, têm colocado limitações aos camponeses e camponesas em muitos países no que devem fazer com suas próprias sementes e com as que compram (VIA CAMPESINA, 2015).

Os recursos genéticos vegetais, uma herança comum de toda a humanidade há mais de 10.000 anos, foram sendo transformados gradual e crescentemente a partir do início do século XX, em propriedade de um reduzido grupo de multinacionais. Sob pressão das empresas, as leis de muitos países impõem cada vez mais limitações ao que os camponeses e camponesas podem fazer com as suas sementes e com as sementes que compram.

Concordamos com Londres (2006) quando afirma que é impossível compreender o “fenômeno” da captura da biodiversidade, incluindo as sementes, sem se ater às instâncias de decisão do Estado. Ainda, de acordo com a autora, desde o início da década de 1990, uma série de transformações nas áreas econômica, tecnológica, política e jurídica mudou a forma como a biodiversidade é tratada pela sociedade. Nas áreas política e econômica, sob o neoliberalismo, o papel dos Estados se enfraquecia e ganhavam força os tratados internacionais para facilitar o livre comércio de mercadorias e serviços, principalmente aqueles firmados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nesse contexto, este capítulo cumpre a função de apresentar os principais instrumentos jurídicos que lidam com o tema das sementes e os direitos dos agricultores, mecanismos legais que estão por trás do processo crescente de monopolização e patenteamento da biodiversidade, e duas leis fruto do processo de muitas lutas e resistências dos povos, numa escala nacional o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e numa escala local a Lei das Sementes Crioulas de Sergipe.

2.1. PRINCIPAIS ACORDOS E TRATADOS QUE REGULAM O ACESSO À BIODIVERSIDADE

No contexto da proximidade do fim da Segunda Guerra Mundial, em julho de 1944, delegados de 44 nações reuniram-se em Bretton Woods para definir uma nova ordem econômica mundial. Decidiu-se pela criação de um fundo encarregado de dar estabilidade ao sistema financeiro internacional – o Fundo Monetário Internacional (FMI) –, bem como, de um banco responsável pelo financiamento da reconstrução dos países atingidos pela destruição,

então se consolidou no Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) ou, simplesmente, Banco Mundial. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) só ocorreu um ano depois e representou a base política da ordem internacional pós-Segunda Guerra.

No campo da regulação multilateral do comércio, cogitou-se criar em 1947 a Organização Internacional do Comércio (OIC), para se juntar aos já citados pilares econômicos dessa nova ordem. No entanto, divergências entre os Estados Unidos e a Europa inviabilizaram a criação da OIC.

Os EUA desejavam o fim das taxas de importação e a eliminação dos sistemas preferenciais de comércio, confrontando-se aos interesses dos países europeus, que não queriam abrir mão dos sistemas preferenciais de comércio com suas colônias. A criação da OIC chegou a ser estabelecida pela Carta de Havana, em 1947, mas o Congresso norte-americano não ratificou a proposta (BRASIL, 2011).

Entretanto, havia o entendimento da necessidade de reverter a situação provocada pelo desastre econômico da década de 1930 que, aliado à destruição causada pela Segunda Guerra, tinha liquidado o liberalismo e levado todas as nações do mundo a praticarem uma política comercial protecionista. Nesse contexto, evoluíram as negociações para a criação de uma organização internacional visando regular as trocas entre as nações como meio de superação da crise. Optou-se então pela criação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que não era verdadeiramente uma instituição multilateral de comércio, mas apenas uma convenção entre partes contratantes (BRASIL, 2011).

Nessa direção, a partir de 1947, rodadas multilaterais de negociação do GATT se sucederam na tentativa de responder a uma realidade no mundo da produção: a introdução de novas tecnologias no processo produtivo, organizado em grandes unidades industriais voltadas para a produção em escala e para o barateamento do produto. A expansão das novas indústrias requeria um mercado ampliado e novas regras de comércio que regulassem e facilitassem o intercâmbio.

Depois de sete rodadas de negociações tarifárias realizadas respectivamente em: Genebra, Suíça (1947); Annecy, França (1949); Torquay, Reino Unido (1950-51); Genebra (1956); Dillon, Genebra (1960-62); Kennedy, Genebra (1964-67); e Tóquio, Japão (1974-79), chegou-se à Rodada Uruguai, em 1986.

Em 15 de abril de 1994, em Marrakesh, foi assinada a ata final, na qual se incorporaram os resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais – iniciada em 1986 em Punta Del Leste – criando a Organização Mundial do Comércio (OMC), sucessora do GATT. A partir de

então, o sistema multilateral de comércio passou a ser corporificado por uma instituição detentora de instrumento jurídico internacional capaz de aplicar efetivamente as regras acordadas e com poder de forçar o cumprimento.

É importante salientar que desde o primeiro momento, o Brasil inseriu-se no Sistema Multilateral de Comércio, do GATT até a OMC, visando aumentar o seu volume de negócios, reduzir sua vulnerabilidade externa e incrementar o desenvolvimento econômico aos moldes do sistema capitalista.

A partir da criação da OMC, diversos tratados e acordos foram estabelecidos nos diversos âmbitos do comércio internacional. A agricultura não ficou de fora. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (2019), um Acordo internacional é um documento pelo qual um Estado ou uma organização assume obrigações e adquire direitos perante outros no âmbito do direito internacional. Assim, serve para estabelecer regras concretas para a parceria em áreas específicas ou apontar possíveis formas de cooperações futuras.

Londres (2009) aponta que o objetivo de fundo de muitos desses acordos é o nivelamento das regras internacionais através de um novo regime de apropriação dos bens e serviços oriundos da biodiversidade, o que tem significado efetivamente a transformação dos recursos biológicos em mercadoria, em benefício das grandes empresas. O quadro 1 abaixo apresenta acordos que regulam o acesso à biodiversidade, apropriação e manejo dos recursos genéticos em escala internacional, que serão abordados nesta sessão.

Quadro 1 – Situação do Brasil frente aos principais acordos que regulam o acesso à biodiversidade e à apropriação e manejo dos recursos genéticos em escala internacional

ACORDO INTERNACIONAL	SITUAÇÃO NO BRASIL
Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC), da Organização Mundial do Comércio (OMC)	Ratificado em 1994
União para Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), da Organização Mundial para Propriedade Intelectual (OMPI)	O Brasil aderiu à UPOV em 1999
Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)	Ratificada em 1994
Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança	Ratificado 2003
Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (TIRFAA) da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).	Assinado pelo Brasil em 2002, ratificado em 2006 e promulgado em 2008

Fonte: Adaptado de LONDRES, 2009.

Conhecer esses dispositivos é interessante para nosso trabalho, pois ajudará na compreensão do arcabouço da governança mundial, que embasa a construção da legislação brasileira no que concerne ao acesso da biodiversidade, visto que o país é signatário de todos esses acordos e tratados. Servirá também para demonstrar as tensões e disputas presentes na construção da legislação do Brasil que cria duas frentes, uma que favorece o setor da agroindústria sementeira e outra que apoia a agroecologia.

2.1.1. ACORDO SOBRE ASPECTOS DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL RELACIONADOS AO COMÉRCIO (ADPIC) OU AGREEMENT ON TRADE-RELATED ASPECTS OF INTELLECTUAL PROPERTY RIGHTS (TRIPS).

Até o final do século XX, os acordos internacionais de Propriedade Intelectual (PI) eram baseados em grande medida em regimes nacionais preexistentes nos países desenvolvidos e em acordos bilaterais entre esses países. Fundamentalmente, os primeiros desses regimes em âmbito multilateral, as Convenções de Paris (1883) e de Berna (1886), preservavam a base territorial dos direitos de PI (NIEMEYER; RAMOS, 2007).

Tais convenções não criaram novas leis substantivas, nem obrigaram que os membros adotassem novas leis, permitindo assim considerável variação no escopo e duração da proteção de PI em âmbito nacional. Cada país-membro podia, portanto, adotar as leis e políticas de PI consideradas mais adequadas, em função de suas vantagens comparativas e de seus níveis de desenvolvimento tecnológico. A única restrição imposta à autonomia dos membros de adotar suas próprias políticas e leis de PI é que as mesmas não podiam discriminar contra estrangeiros de outros países-membros (SOUZA, 2011).

Mudanças significativas nas instituições de governança global da PI foram introduzidas juntamente com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ao contrário das rodadas de negociação anteriores do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, a Rodada Uruguai tratou de temas que não se encontram diretamente relacionados ao comércio de bens, como os investimentos estrangeiros diretos, o comércio de serviços, as compras governamentais e os direitos de PI.

Antes da Rodada do Uruguai, as regras do GATT eram aplicadas predominantemente a bens manufaturados e industriais, com os governos expressando pouco interesse em liberalizar a agricultura e os alimentos. O protecionismo na agricultura era forte e os Estados-nação defendiam orgulhosamente programas nacionais de instituições estatais – como reforma agrária, a gestão do abastecimento e sistemas de comercialização ordenados – que as organizações de agricultura haviam conquistado depois de muitos anos de luta (DESMARAI, 2013, p. 65).

De acordo com a autora supracitada, as políticas de desenvolvimento agrícola, incluindo as tecnologias da Revolução Verde, foram planejadas primeiramente para fortalecer os setores agrícolas nacionais, aumentar a produção e garantir a autossuficiência nacional de alimentos. Nesse sentido, a agricultura recebia no GATT tratamento especial no que tangia isenções importantes, fato que permitia que os países apoiassem e protegessem os setores agrícolas por meio de uma combinação de subsídios, quotas de importação e quotas tarifárias.

A partir da criação da OMC, os líderes mundiais iniciaram uma missão global de abertura do mercado liderados pelos Estados Unidos da América e a União Europeia. Nesse contexto, o Acordo sobre Agricultura (AoA) da Rodada do Uruguai teve duas orientações básicas: 1) a queda de barreiras governamentais à circulação de bens e serviços, ou seja, a liberalização do comércio agrícola, que foi feita de forma indiscriminada, desconsiderando-se o nível de desenvolvimento econômico dos países; 2) os compromissos e as regras que viessem a ser formuladas com relação aos limites aos subsídios agrícolas deveriam obter o consenso dos dois principais atores: os EUA e a Comunidade Econômica Europeia (BARBIERI, 2001).

Na verdade, as mudanças implementadas pela política agrícola da OMC beneficiaram principalmente as grandes empresas transnacionais, em detrimento de outros atores sociais, como os sindicatos de camponeses e trabalhadores, já que a política agrícola dos Estados passou a ser definida segundo regras, que tem como meta principal a liberalização total da agricultura e prescrevem como objetivos principais da agricultura: o fim dos subsídios agrícolas, a liberalização dos mercados e a exportação (NIEMEYER; RAMOS, 2007).

Em janeiro de 1995 entrou em vigor o Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionado ao Comércio (ADPIC), em inglês *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS), o qual passou a ser o principal acordo multilateral sobre os direitos de PI e a promover efetivamente sua globalização.

O ADPIC ou TRIPS é constituído por 72 artigos, divididos em quatro partes: disposições gerais e princípios básicos, normas sobre as espécies de propriedade intelectual, aplicação de normas de proteção dos direitos e solução de controvérsias. Para supervisionar a aplicação do Acordo foi criado o Conselho do TRIPS, que integra a estrutura da OMC (art. 68).

Ao contrário das Convenções de Paris e Berna, o TRIPS estabeleceu padrões mínimos para proteção dos direitos de PI, estendendo e especificando obrigações relativas ao escopo, objeto e duração dessa proteção. Ademais, ao ser estabelecido no âmbito da recém-criada OMC, o TRIPS assegurou que seus mecanismos de resolução de controvérsias e sanções seriam também usados com a finalidade de proteger a PI (OMC, 1994). Assim, o TRIPS não pode ser

considerado meramente um complemento das Convenções prévias de Paris e de Berna, mas representa uma ruptura radical na maneira como os direitos de PI são tratados globalmente.

Para Souza (2011) e Barbieri (2001), o acordo TRIPS restringe consideravelmente a autonomia dos países-membros da OMC de adotarem leis e políticas de PI, e encarece o acesso às inovações tecnológicas. Isso significa que, pelo menos no curto prazo, haverá uma transferência significativa de recursos dos países em desenvolvimento, que geralmente se limitam a consumir novas tecnologias, para os países desenvolvidos, que produzem tais tecnologias além de consumi-las. Ademais, o TRIPS reduz o acesso a medicamentos essenciais, ameaçando políticas de saúde pública, estimula a biopirataria e não protege a propriedade de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, ativos geralmente encontrados nos países em desenvolvimento com grande biodiversidade, como o Brasil.

O acordo TRIPS, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1995, abrigou as diversas formas de propriedade intelectual como direito de autor e direitos conexos; as marcas de fábrica ou de comércio; as indicações geográficas, incluídas as denominações de origem; os desenhos e modelos industriais; os esquemas de traçados dos circuitos integrados; a informação confidencial e as patentes (BRASIL, 2011, p.14).

A parte geral sobre patentes encontra-se nos artigos 27 a 32 da parte II do TRIPS, que trata das normas relativas à existência, abrangência e exercício dos direitos de propriedade industrial. O art. 27, 1, do TRIPS estabelece como regra geral que qualquer invenção, de produto ou de processo, em todos os setores tecnológicos, será patenteável, desde que seja nova, envolva um passo inventivo e seja passível de aplicação industrial.

Por essas razões, Barbieri (2001) afirma que é surpreendente que o TRIPS tenha sido aceito em maior número pelos países em desenvolvimento. Na Rodada Uruguai do GATT e durante o início das negociações poucos acreditavam que tal acordo pudesse ser alcançado. O acordo resultou da atuação política de uma coalizão intersetorial e transnacional de empresas, que pressionou e assessorou os governos europeus, japoneses e, sobretudo, norte-americano, nas negociações multilaterais e utilizou o poder econômico dos Estados Unidos para coagir os países em desenvolvimento – principalmente Brasil e Índia – a aceitarem suas propostas.

Desmarais (2013) salienta que pelo caráter limitante e controlador dos recursos genéticos que tradicionalmente fora utilizado e conhecido pelas comunidades indígenas e camponesas, e em reconhecimento do papel fundamental que as comunidades agrícolas e camponesas desempenham na conservação e no fortalecimento da biodiversidade, a Via Campesina rejeita cabalmente o conceito de PI como é definido pelo TRIPS da OMC, em favor

de uma proposta bem definida por direitos coletivos dos camponeses internacionalmente reconhecidos.

2.1.2. UNIÃO PARA PROTEÇÃO DAS OBTENÇÕES VEGETAIS (UPOV)

A União Internacional para Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV) nasceu com a “missão de fornecer e promover um sistema efetivo de proteção de variedades vegetais, com o objetivo de encorajar o desenvolvimento de novas cultivares para o benefício da sociedade.” (BRASIL, 2011, p. 14). A UPOV foi criada em 02 de dezembro de 1961, entrou em vigor em 1968 e estabeleceu uma forma *sui generis* de propriedade intelectual, especificamente adaptada para o processo de melhoramento genético vegetal.

A UPOV é um organismo reconhecido pelo sistema das Nações Unidas, com vínculos com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO), com sede em Genebra e instituída por uma convenção de 1961, revista em 1972, em 1978 e, mais recentemente, em 1991. O Ato de 1978 passou a vigorar em 8 de novembro de 1981 e o Ato de 1991, em 24 de abril de 1998.

A convenção é um mecanismo que garante a proteção ao direito dos obtentores e cria critérios para que tais cultivares sejam registradas. Logo, esses, indispensavelmente necessitam garantir a Distinção, Uniformidade e Estabilidade. Após registrada a cultivar, alguém exerce o direito de propriedade sobre a semente, ou seja, torna-se uma propriedade privada protegida pelo prazo de 15 anos (SANTOS, 2018).

O direito do obtentor é uma forma *sui generis* de propriedade intelectual por apresentar características únicas e particulares, adequadas especialmente ao objeto da proteção: as variedades vegetais. Assim, enquanto para a concessão de patentes são necessários requisitos como novidade, aplicação industrial, atividade inventiva e suficiência descritiva, para a concessão do Certificado de Proteção de Cultivares são exigidos os requisitos de novidade, distinguibilidade, homogeneidade, estabilidade e denominação própria (BRASIL, 2011, p.15).

Ao se tornarem membros da UPOV, os países ou organizações intergovernamentais (como a União Europeia) se comprometem a adotar em sua legislação nacional, o Ato em vigor. A partir do momento em que um novo Ato passa a vigorar, estabelece-se uma data limite para que as novas adesões à UPOV ainda possam ser efetuadas ao Ato anterior. Os membros existentes não têm obrigatoriedade de aderir ao novo Ato e permanecem signatários da versão anterior até que manifestem interesse espontâneo pela adesão ao Ato adicional e, neste caso, assumem o compromisso de compatibilizar sua legislação nacional com a nova versão (BRASIL, 2011).

Tal flexibilização faz com que nos territórios dos Estados-membros vigorem os mesmos princípios básicos da UPOV. Todavia, podem existir entre eles diferentes patamares de proteção. Alguns países, como Estados Unidos, Japão, Austrália e Coreia, optaram por um sistema de proteção misto, no qual se combinam os modelos patentário e o de proteção *sui generis*. Outros adotaram um sistema exclusivamente *sui generis*.

A UPOV possuía, na época da elaboração da lei brasileira, duas convenções em aberto, ou seja, passíveis de adesão. Uma, de 1978, à qual já haviam aderido 33 países, e outra, de 1991, assinada por 16 países, mas ratificada, então, por quatro (Dinamarca, Israel, Países Baixos e Suécia). Quando cinco países a ratificassem fechar-se-ia a possibilidade de outros países aderirem à Convenção de 1978. Isso ocorreu no início de 1998 com a ratificação por parte da Bulgária, da Rússia e da Alemanha. Entretanto, aos países que já haviam requerido a adesão à Convenção de 1978, foi dado um prazo para ratificarem tal decisão, fato que possibilitou que em abril de 1999, pelo Decreto Legislativo nº 28, o Congresso Nacional aprovasse o texto da Convenção da UPOV de 1978.

A adesão à Convenção da UPOV significa que o país passa a integrar um sistema de regulação, com direitos e deveres relativos aos direitos autorais concernentes às obtenções vegetais. É ainda exigida a aprovação de lei de proteção de cultivares que regule o tema e que atenda às condições estabelecidas na Convenção, tais como a proteção somente de cultivares novas, o direito de exclusividade ao melhorista, além de muitas outras disposições e exceções (uso público restrito, privilégio do agricultor, prazos de proteção, livre uso para melhoramento, entre outros) (ARAÚJO, 2010, p.38).

Quadro 2 – Dispositivos e principais diferenças entre os Atos de 1978 e 1991 da UPOV

Dispositivo	Ato 1978	Ato 1991
Espécies vegetais abrangidas pela proteção	Definidas pelos membros.	Todas as espécies podem ser protegidas.
Partes protegidas da cultivar	Material de propagação.	Qualquer material oriundo da cultivar.
Direitos sobre o material propagativo	Produção para comercialização de material propagativo; ofertar; vender; uso repetitivo para produção de outra cultivar .	Produção ou reprodução; armazenamento para fins de reprodução; oferta; venda ou outro tipo de comércio; exportação; importação ou armazenamento para essas finalidades.
Direitos sobre o produto da colheita	Não há, exceto para plantas ornamentais utilizadas para propagação com finalidade comercial.	Os mesmos do material propagativo, no caso de a cultivar ter sido utilizada sem autorização do detentor do direito de proteção.

Cultivar Essencialmente Derivada	Não prevista	A comercialização de cultivar essencialmente derivada de cultivar protegida requer autorização do detentor dos direitos de proteção sobre a cultivar inicial.
Privilégio do Agricultor	Não previsto (implícito na definição de <i>minimum exclusive rights</i>).	Permitido, desde que dentro de limites estabelecidos e preservado o legítimo interesse do detentor do direito de proteção.
Período mínimo de proteção	18 anos, para espécies arbóreas e videiras; 15 anos, para as demais espécies.	25 anos, para espécies arbóreas e videiras; 20 anos, para as demais espécies.

Fonte: Brasil, 2011.

Como é possível visualizar no quadro 3, a Convenção da UPOV de 1991 (UPOV, 1992) é a mais rigorosa e tem recebido severas críticas. Enquanto a Convenção de 1978 (UPOV, 1983) prevê o direito do obtentor sobre a comercialização de sementes e produção de novas cultivares, a Convenção de 1991 confere, como norma geral, o direito do melhorista também sobre a produção agrícola, ou seja, obriga o agricultor a obter a autorização do melhorista (e, muito provavelmente, pagar *royalties*) para comercializar sua própria produção agrícola, quando oriunda de uma cultivar protegida.

Além disso, a Convenção de 1991 prevê a possibilidade de serem instituídos, por um mesmo país, dois sistemas de proteção de cultivares (patenteamento e a proteção tradicional), enquanto a de 1978 aceita uma ou outra, somente. Outra diferença entre as convenções está em que a cultivar essencialmente derivada não é uma figura presente na Convenção de 1978, surgindo apenas na de 1991, além de aquela obrigar a que no mínimo 24 gêneros ou espécies sejam protegidos ao fim de um cronograma estabelecido, enquanto esta obriga à proteção de todos os gêneros e espécies de cada país ao final do prazo de implantação da respectiva lei de proteção (BRASIL, 2011).

Atualmente, a UPOV possui 46 membros (45 países e uma organização intergovernamental) e vigora o Ato de 1991, enquanto 22 países adotam o Ato de 1978 e um país (Bélgica) permanece signatário do Ato de 1961/1972.

Tabela 1 - Membros da União Internacional para Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), situação até fevereiro de 2020.

Estado/Organização	Ano de adesão à UPOV	Ata adotado pelo Estado/Organização
África do Sul	1977	Ata de 1978
Albânia	2005	Ata de 1991
Alemanha	1968	Ata de 1991
Argentina	1994	Ata de 1978
Austrália	1989	Ata de 1991
Azerbaijão	2004	Ata de 1991
Bélgica	1976	Ata de 1991
Belarus	2003	Ata de 1991
Bolívia	1999	Ata de 1978
Bósnia e Herzegovina	2017	Ata de 1991
Brasil	1999	Ata de 1978
Bulgária	1998	Ata de 1991
Canadá	1991	Ata de 1991
Chile	1996	Ata de 1978
China	1999	Ata de 1978
Colômbia	1996	Ata de 1978
Costa Rica	2009	Ata de 1991
Croácia	2001	Ata de 1991
Dinamarca	1968	Ata de 1991
Equador	1997	Ata de 1978
Egito	2019	Ata de 1991
Eslováquia	1993	Ata de 1991
Eslovênia	1999	Ata de 1991
Espanha	1980	Ata de 1991
Estados Unidos da América	1981	Ata de 1991
Estônia	2000	Ata de 1991
Federação da Rússia	1998	Ata de 1991
Finlândia	1993	Ata de 1991
França	1971	Ata de 1991
Geórgia	2008	Ata de 1991
Hungria	1983	Ata de 1991
Irlanda	181	Ata de 1991
Islândia	2006	Ata de 1991
Israel	1979	Ata de 1991
Itália	1977	Ata de 1978
Japão	1982	Ata de 1991
Jordânia	2004	Ata de 1991
Quênia	1999	Ata de 1991
Quirguistão	2000	Ata de 1991
Letônia	2002	Ata de 1991

Lituânia	2003	Ata de 1991
Macedônia do Norte	2011	Ata de 1991
Marrocos	2006	Ata de 1991
México	1997	Ata de 1978
Montenegro	2015	Ata de 1991
Nicarágua	2001	Ata de 1978
Noruega	1993	Ata de 1978
Nova Zelândia	1981	Ata de 1978
Omã	2009	Ata de 1991
Organização Africana de Propriedade Intelectual	2014	Ata de 1991
Países Baixos	1968	Ata de 1991
Panamá	1999	Ata de 1991
Paraguai	1997	Ata de 1978
Peru	2011	Ata de 1991
Polônia	1989	Ata de 1978
Portugal	1995	Ata de 1991
Reino Unido	1968	Ata de 1991
Republica Checa	1993	Ata de 1991
Republica da Coreia	2002	Ata de 1991
Republica da Moldova	1998	Ata de 1991
República Dominicana	2007	Ata de 1991
Republica Unida de Tanzânia	2015	Ata de 1991
România	2001	Ata de 1991
Servia	2013	Ata de 1991
Singapura	2004	Ata de 1991
Suécia	1971	Ata de 1991
Suíça	1977	Ata de 1991
Trindade e Tobago	1998	Ata de 1978
Tunísia	2003	Ata de 1991
Turquia	2007	Ata de 1991
Ucrânia	1995	Ata de 1991
União Europeia	2005	Ata de 1991
Uruguai	1994	Ata de 1978
Uzbequistão	2004	Ata de 1991
Vietnã	2006	Ata de 1991

Fonte: UPOV (2020).

Os principais Atos em vigor são os de 1978 e de 1991 que são similares na maior parte do texto e mantêm como princípios básicos os requisitos para proteção: novidade, distinguibilidade, homogeneidade, estabilidade e denominação própria, além do dispositivo de isenção do melhorista, condição que deve figurar nas legislações de todos os países-membros da UPOV. Por essa isenção, qualquer pesquisador pode utilizar uma cultivar protegida com a

finalidade de pesquisa ou como fonte de variação no melhoramento genético, sem que seja necessária a autorização do detentor de direitos sobre ela (ARAÚJO, 2010).

A lei brasileira foi desenhada para permitir a adesão do país à Convenção da UPOV de 1978, embora contenha aspectos (como a cultivar essencialmente derivada) que constam apenas da Convenção de 1991 (BRASIL, 2011).

Dentre as atividades da UPOV está a promoção de harmonização e cooperação internacional, principalmente entre seus membros, e o assessoramento a países e organizações que se interessam em aderir ao seu sistema de proteção de cultivares. O fato de a Convenção da UPOV conter dispositivos básicos mandatórios para os países-membros resulta em um elevado grau de harmonização nas regulamentações internas e na operacionalização dos sistemas de proteção entre os signatários (SANTILLI, 2009).

Esse sistema, de acordo com Santilli (2009, p.174), “trata os melhoristas profissionais como os únicos capazes de realizar inovações na agricultura e os agricultores, como meros usuários de seu trabalho”. Dessa forma, o sistema de proteção de cultivares expressa a negação do papel dos camponeses como sujeitos históricos e inovadores responsáveis pela diversificação da biodiversidade, o que inclui as sementes.

A autora ainda defende que a adesão do Brasil à Convenção da UPOV significa que o país fica sujeitado a um regime internacional que regula as relações jurídicas de cultivar, e uma maior abertura para os mercados alcançar a monopolização global das sementes e dos saberes incorporado nas sementes.

2.1.3. CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB)

Com o acelerado avanço, na perspectiva do acesso e apropriação da biodiversidade, em escala cada vez maior por parte de empresas multinacionais, passou a ser discutido internacionalmente o direito de acesso à diversidade biológica e proteção ao conhecimento tradicional associado como bem da coletividade.

Nesse sentido, em 1992, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. Mas somente em 1998, por meio do decreto 2.519 de 16 de março, foi ratificada a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). A CDB se constitui como único instrumento legal a conferir tratamento amplo à biodiversidade, na tentativa de equilibrar conservação e uso dos recursos naturais biológicos.

A elaboração da CDB iniciou-se formalmente em 1987, quando, conforme decisão do Conselho Governamental do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foi criado um Grupo de Trabalho *ad hoc* de Especialistas em Diversidade Biológica. Sua criação buscava consolidar, sob a forma de uma convenção, tentativas já em curso de criação de mecanismos globais de proteção ambiental, resultantes principalmente das ideias do movimento conservacionista (ROMA, CORADIN, 2016).

O Preâmbulo da CDB destaca que a “conservação da diversidade biológica é uma preocupação comum à humanidade” e que “conscientes de que a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica são de importância absoluta para atender as necessidades de alimentação, de saúde e de outra natureza da crescente população mundial”.

A CDB, juntamente com a Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas e a Agenda 21, é um dos principais acordos ambientais celebrados pelos países durante a CNUMAD. A Convenção reconhece pela primeira vez no regime jurídico internacional que a conservação da diversidade biológica é uma preocupação comum da humanidade e, ainda, que é uma parte integrante do processo de desenvolvimento. A CDB engloba todos os ecossistemas, as espécies e os recursos genéticos (SANTOS, 2018).

No artigo 1º, a CDB afirma seus objetivos, sendo eles:

[...] a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado. (BRASIL, 1998)

A CDB estabelece como objetivo central a repartição dos benefícios derivados do acesso aos recursos genéticos, dessa forma, aquele que usa recurso genético para melhorar uma variedade de cultivo fica obrigado pela convenção a repartir de forma equitativa os benefícios derivados da utilização de tais recursos, pois se trata de patrimônio genético construído de geração em geração pelas práticas dos agricultores e a agricultoras e esse elemento não pode ser desconsiderado no resultado final. A convenção determina, ainda, a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica para o benefício das gerações presentes e futuras (BARBIERI, 2001).

Adicionalmente, dois acordos suplementares buscam regulamentar e implementar partes específicas da Convenção: o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e o Protocolo de Nagoya sobre acesso a recursos genéticos e repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização.

O Protocolo de Nagoya, um desdobramento da CDB, foi adotado pela Conferência das Partes (COP-10) na cidade de Nagoya, Japão, em 29 de outubro de 2010, que entrou em vigor em outubro de 2014, quando o texto foi ratificado por 51 países. Atualmente o Protocolo tem 82 ratificações. O Brasil assinou o protocolo que define regras voltadas para o desenvolvimento de novos produtos e processos a partir da pesquisa e tecnologia em 02 de fevereiro de 2011, porém o Congresso ainda não ratificou o documento (SANTOS, 2018).

Já o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança é o tratado que regulamenta a CDB. Suas negociações iniciaram-se na primeira Conferência das Partes da CDB (COP-1) e se prolongaram por diversos encontros, que culminaram com sua assinatura em 2000, entrando em vigor em setembro de 2003 (ROSA, 2010).

Esse Protocolo visa assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguro dos Organismos Vivos Modificados (OVMs) resultantes da biotecnologia moderna, que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana, decorrentes do movimento transfronteiriço.

A adoção do Protocolo pelos Países-Partes da Convenção cria uma instância internacional para discutir os procedimentos que direcionam a introdução dos OGMs em seus territórios e estabelece procedimento para um acordo de aviso prévio para assegurar que os países tenham as informações necessárias para tomar decisões conscientes antes de aceitarem a importação dos organismos modificados.

Para Rosa (2010), inicialmente, o Protocolo de Cartagena foi considerado pelos ambientalistas uma vitória contra o desenvolvimento acelerado de práticas comerciais, cuja inocuidade ainda não havia sido comprovada. Entretanto, percebe-se que, ao longo dos anos de vigência, as normas elencadas pelo Protocolo não são cumpridas com eficiência no Brasil, tampouco em outro lugar do mundo.

2.1.4. TRATADO INTERNACIONAL SOBRE RECURSOS FITOGENÉTICOS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (TIRFAA)

O Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (TIRFAA) foi adotado durante a Trigesima Primeira Sessão da Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, em 3 de novembro de 2001.

O Tratado é o resultado de processos longos de negociações envolvendo a comunidade internacional, e traz como um dos elementos de preocupação “a continuada erosão de recursos genéticos”. Portanto, o artigo 1º do TIRFAA ressalta que os objetivos desse Tratado são a

conservação e o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização, em harmonia com a CDB, para uma agricultura sustentável e a segurança alimentar.

Um avanço trazido pelo TIRFAA é o reconhecimento no seu artigo 9º da “enorme contribuição que as comunidades locais e indígenas e os agricultores de todas as regiões do mundo, particularmente dos centros de origem e de diversidade de cultivos, têm realizado e continuarão a realizar para a conservação da diversidade e para garantir o direito dos agricultores”.

O Tratado elenca direitos dos agricultores, que devem ser recepcionados pelos países signatários, reconhecendo as contribuições passadas, presentes e futuras dos agricultores em todas as regiões do mundo, particularmente aquelas nos centros de origem e de diversidade, na conservação, melhoramento e na disponibilidade desses recursos constituem a base dos Direitos do Agricultor.

No mesmo artigo ainda é ressaltado que as partes se comprometeram com a responsabilidade de a) implementar o direito dos agricultores, b) garantir a proteção do conhecimento tradicional relevante aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, c) reconhecer que os agricultores têm o direito de participar de forma equitativa na repatriação dos benefícios que tenham sua origem na retirada de recursos fitogenéticos para a alimentação e agricultura.

Nesse sentido, o TIRFAA é considerado um instrumento jurídico importante, que reconhece o costume dos agricultores e agricultoras como práticas responsáveis pela construção e preservação dos recursos fitogenéticos que são a base da produção de todos os alimentos.

No Brasil, o TIRFAA foi aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio do Decreto Legislativo nº 70, de 19 de abril de 2006, e incorporado à legislação brasileira pelo Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008. O Governo brasileiro depositou seu instrumento de ratificação em 22 de maio de 2006, passando o mesmo a vigorar, para o Brasil, em 22 de agosto de 2006, na forma de seu artigo 28.2.

A adequação à legislação nacional, em consonância com TIRFAA, se deu em relação ao reconhecimento dos direitos dos indígenas e quilombolas, e ao legitimar as sementes crioulas, prevendo, desde então, que agricultura familiar, assentados da reforma agrária, indígenas e quilombolas pudessem multiplicar, distribuir, trocar ou vender essas sementes.

2.2. DA PRODUÇÃO À COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A regulamentação dos acordos e tratados acima mencionados e a respectiva adequação da legislação brasileira processou-se rapidamente, principalmente no que tange a TRIPS e a UPOV, esses que buscaram aumentar o controle da biodiversidade e propor ordenamentos internacionais para proteção da propriedade intelectual de novas variedades vegetais, ambas ações que favorecem as multinacionais do agronegócio.

Esse conjunto de leis, todas com orientações convergentes e complementares, consagram o princípio que atribui ao setor privado o papel de motor do processo de desenvolvimento, e de que a adequada proteção e remuneração de suas atividades é que permitirá que mais investimentos sejam realizados, promovendo o avanço tecnológico e o desenvolvimento do agronegócio. Os resultados desse modelo são a intensa concentração do mercado e o crescente controle das grandes empresas sobre o setor (LONDRES, 2009).

As primeiras leis de sementes e mudas surgiram na Europa e nos Estados Unidos em meados do século passado, tratando de regras para a produção e a comercialização de materiais de propagação vegetal. No período de 1960 a 1980 houve grande pressão por parte de organismos internacionais sobre países em desenvolvimento, no sentido de que criassem normas que garantissem aos agricultores o acesso a sementes e mudas de ‘boa qualidade’, de modo a aumentar a produtividade agrícola e a oferta de alimentos. De fato, foi um período intenso de criação de leis de sementes mundo afora (LONDRES, 2006).

Londres (2009) aponta que por trás dessa pressão estavam os interesses comerciais de grandes empresas sementeiras dos Estados Unidos e da Europa, visto que, de acordo com as leis criadas na maior parte dos países, o conceito de “sementes” ficou restrito apenas aos materiais desenvolvidos por especialistas de centros de pesquisa e empresas, ao passo que as sementes tradicionalmente melhoradas e conservadas por camponeses foram excluídas do mundo formal, sendo classificadas apenas como “grãos”.

Logo as grandes empresas sementeiras do agronegócio exercem notória influência sobre governos e legisladores, criando condições políticas e legais capazes de favorecer e ampliar sua posição e controle sobre os mercados.

No Brasil, a primeira lei de sementes foi a lei nº 4.727, de 13 de julho de 1965, foi editada em pleno início da ditadura militar, versava sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas. Somente em 1977 foi revogada pela lei de nº 6.507, de 19 de dezembro de 1977, que para além da fiscalização do comércio de sementes destacava também a inspeção da produção e do comércio de sementes (ARAÚJO, 2010). Somente em 2003 é editada a lei nº 10.711, que revoga a lei de 1977 e dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças.

Logo conforme delineado, as primeiras leis de sementes no Brasil foram construídas em momento de autoritarismo, vivia-se o auge da ditadura e implementação da revolução verde, caracterizada pelo avanço do capitalismo no campo. Dessa forma, as leis visavam atender a pressão externa que impunha a adequação da produção aos sistemas de monocultivos.

Para se adequar ao novo modelo de produção imposto, tornava-se fundamental uma legislação adequada para atender ao interesse do capital internacional, portanto a construção do sistema formal de sementes que visasse aumentar os índices de produtividade e para tanto precisava de regras legais para regular a fiscalização do comércio de sementes e mudas.

Santilli ressalta que no Brasil a primeira lei de sementes:

Foi editada em um período histórico em que muitos países adotaram legislação semelhantes, influenciados pelo paradigma do produtivismo e da modernização da agricultura, da padronização dos produtos agrícolas e da fragmentação das várias etapas da produção agrícola (SANTILLI, 2009, p.133).

As leis de sementes nascem no Brasil, a partir desse contexto de avanço da revolução verde e a necessidade de garantia das relações formais para a segurança de investimentos internacionais. Logo é possível compreender que as leis editadas seguem em sintonia com a perspectiva mercadológica internacional.

O programa de melhoramento e Desenvolvimento de Sementes da FAO atuou em sessenta países entre 1972 e 1984, enquanto o banco mundial financiou treze programas nacionais de sementes e pelo menos uma centena de projetos relacionados com a introdução de sementes melhoradas entre 1975 e 1985 (SANTILLI, 2009, p.143).

Dentre os objetivos de tais programas destacavam-se os de capacitação das instituições agrícolas locais para produzir sementes melhoradas e distribuí-las aos agricultores, bem como criar condições para que o setor privado assumisse a sua produção e comercialização. Assim, as leis de sementes (incluindo a brasileira) surgem com o objetivo de orientar a nova visão de desenvolvimento a partir da modernidade do setor de produção e comercialização de sementes.

Santilli (2009, p.134), ao citar Christophe Bonneuil, aponta outra característica desse modelo agrícola industrial: o “paradigma fixista ou estático da variedade” por meio da qual a variedade agrícola homogênea e estável é concebida como a “forma mais perfeita de variedade”, onde a homogeneidade genética é a garantia da previsibilidade e da estabilidade. A autora ressalta que a heterogeneidade das sementes e das variedades produzidas pelos sistemas locais, é por outro lado, o que as torna mais flexíveis e capazes de se adaptar às mudanças socioambientais.

A concepção “fixista” presente no auge da elaboração das leis de sementes desconsidera um elemento importante e histórico que é a construção da diversidade agrícola realizada pelos agricultores, assim ignorando os contextos socioculturais e ambientais das comunidades camponesas. É também nessa lógica que as sementes crioulas são desqualificadas, pois essas geneticamente e socialmente heterogêneas.

Esse padrão “fixista” desconsidera o papel fundamental dos agricultores no desenvolvimento das variedades de sementes locais, exalta apenas o campo da especialização profissional por meio da tecnologia que garante variedades estáveis e homogêneas e por essa forma desmerece todo o Conhecimento Tradicional Associado – CTA, que foi e é desenvolvido pelos agricultores como práticas constantes de melhoramento da diversidade biológica (SANTOS, 2018).

Portanto, a consolidação da cadeia jurídica na sociedade legitima o sistema formal de sementes, e as variedades desenvolvidas e produzidas milenarmente pelos agricultores são relegadas à informalidade. Desse processo, decorre a substituição por variedades estáticas e homogêneas, e os saberes agrícolas, a ser produzidos fora do campo, longe dos agricultores, pelas instituições de justiça.

2.2.1. LEI DE SEMENTES E MUDAS (Lei 10.711/03)

A Lei de nº 10.711/2003 regulamentada pelo Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, veio substituir (e revogar) a antiga Lei de Sementes (Lei nº 6.507, de 19/12/1977) e tratava-se de antiga aspiração dos setores produtores de sementes e das empresas envolvidas em pesquisa e desenvolvimento de novas cultivares.

A referida lei trata sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e estabelece no seu artigo 1º como objetivo, garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo o território nacional (BRASIL, 2003).

Desde seu primeiro artigo a lei já deixa claro suas intenções, garantir a qualidade do material de multiplicação (sementes e mudas) que certamente só poderá ser alcançada a partir da homogeneização, de pesquisas em laboratórios, biotecnologias e outros processos que na sua maioria são inacessíveis aos camponeses.

Uma das principais modificações dessa lei, em relação às disposições da norma anterior, diz respeito à certificação de sementes, que segundo o artigo 2º inciso IX, é um processo de

produção de sementes ou mudas executado mediante controle de qualidade em todas as etapas do seu ciclo, incluindo o conhecimento da origem genética e o controle das gerações.

Santilli (2009) e Londres (2009) destacam que a lei brasileira está essencialmente voltada para o sistema formal de produção de sementes, haja vista, que mesmo que em alguns dispositivos chegue a contemplar os sistemas locais, esses ao mesmo tempo estabelecem normas que só podem ser alcançadas pelo sistema industrial de produção de sementes, de tal modo que torna impossível ao camponês alcançar as exigências que são estabelecidas legalmente.

A mudança realizada na lei de sementes atende especificamente um público de grande potencial produtivo, centralizador de latifúndios e de influência política na esfera legislativa. Olhando para essa dimensão, Londres (2014) diz que:

A mudança era uma antiga aspiração dos setores produtores de sementes e das empresas envolvidas em pesquisa e desenvolvimento de novas cultivares, e a principal inovação na legislação teve o sentido de incentivar o investimento privado e facilitar a concentração e o controle das grandes empresas sobre o mercado sementeiro, sobretudo através da classificação e controle de gerações das sementes (p.14).

Para a supracitada autora, a lei representa o avanço dos interesses de grandes mercados, pois ao delimitar critérios que os camponeses jamais são capazes de alcançar, consolida a hegemonia de empresas sementeiras por meio da pesquisa, produção e comercialização. A lei de sementes inaugura um Sistema Nacional de Sementes e Mudas (SNSM) composto pelo Registro Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM) e o Registro Nacional de Cultivares (RNC) que devem reger a produção, a certificação, análise e comercialização de sementes e mudas.

A lei ainda estabelece no seu Art. 8º que “**as pessoas físicas e jurídicas** que exerçam as atividades de produção, beneficiamento, embalagem, armazenamento, análise, comércio, importação e exportação de sementes e mudas **ficam obrigadas à inscrição no Renasem**” (**Grifo nosso**), e completa:

§ 3º Ficam **isentos da inscrição** no Renasem os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária e os indígenas que multipliquem sementes ou mudas para distribuição, **troca ou comercialização entre si**. (artigo 8º, 10.711/03. Grifo nosso).

A lei define que as atividades que envolvam sementes e mudas como a produção, beneficiamento, embalagem, armazenamento, análise, comércio, importação e exportação sejam obrigatoriamente inscritas no Renasem. Santos (2018) afirma que essa é exigência melhor se adequa às grandes empresas que pode facilmente alcançar as cobranças formais

presentes no corpo da legislação. Nota-se que as práticas camponesas de trocas e a comercialização devem, segundo a lei, ficar restrita apenas aos intercâmbios “entre si”. Ou seja, a lei define o lugar das sementes crioulas, que é um lugar de subalternidade.

Assim, quando a lei se destina a alcançar apenas o sistema de produção de grande escala, ela nega por omissão os sistemas de produção camponesa ou os sistemas locais, pois somente são asseguradas ao mercado as sementes comerciais acentuando, portanto, a negação das formas agroecológicas de produção adotada pelo campesinato.

Na perspectiva de Londres (2009), as sementes nativas, crioulas ou locais, como são denominadas, estão em constante processo de evolução e adaptação, decorrente das influências culturais e dos intercâmbios de material genético praticado por comunidades rurais, ou seja, são heterogêneas. Logo se percebe que o SNSM estabelece critérios que impedem que os camponeses possam fazer registro de suas sementes, logo prevalecendo o monopólio dos que podem se adequar ao chamado sistema formal de sementes e mudas.

A lei nº 10.711/03 apresenta aspectos de reconhecimento das “sementes crioulas”. Embora a versão original submetida ao Congresso Nacional não previsse nenhuma abertura legal para o emprego dessas variedades nos programas governamentais. No entanto, movimentos sociais, articulações, instituições e ONGs, mobilizadas em torno da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), conseguiram influenciar o conteúdo da legislação, o que incluiu, pela primeira vez, o reconhecimento oficial dessas sementes.

No Art. 2º, inciso XVI da lei nº 10.771, as cultivares locais, tradicionais ou crioulas são reconhecidas como sendo “variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades”. Nos Art. 11º e 48º é estabelecido, respectivamente, que as variedades crioulas são isentas da inscrição no RNC e que é proibida a restrição à inclusão de sementes e mudas em programas de financiamento ou programas públicos de distribuição ou troca de sementes.

No entanto, em conflito com a própria lei de sementes, o Decreto 5.153/2004 que a regulamentou, circunscreveu o uso sementes crioulas aos associados de “organizações constituídas exclusivamente por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas que multipliquem sementes ou mudas de cultivar local, tradicional ou crioula para distribuição aos seus associados” (art. 4º, § 3º).

Santilli (2009) aponta que o decreto extrapolou os limites da lei, impondo restrições às organizações constituídas por agricultores que a lei não dispõe. Essa redação teve ainda o efeito

de restringir as atividades apenas às sementes e mudas crioulas, enquanto a lei tratava de sementes e mudas em geral (§ 3º do art. 8º da Lei de Sementes e § 2º do art. 4º do decreto).

Outra implicação foi limitar a dispensa de inscrição no RENASEM apenas para a “distribuição” de sementes crioulas, enquanto o texto da lei se referia à “distribuição, troca ou comercialização” (§ 3º do art. 8º da Lei, e § 2º do art. 4º do decreto). Por fim, o decreto limitou a isenção de inscrição no RENASEM apenas para organizações de agricultores familiares que multipliquem sementes ou mudas crioulas para distribuição “aos seus associados” (art. 4º, § 3º), ficando assim as organizações proibidas de comercializar ou distribuir sementes e mudas crioulas para agricultores que não façam parte de sua base social, ou mesmo para outras organizações de agricultores familiares (LONDRES, 2006).

Ao dar primazia ao desenvolvimento de um setor formal/comercial e subestimar a importância dos sistemas locais e tradicionais, a Lei de Sementes e Mudas brasileira exclui não só grande parte dos agricultores, que não têm condições de comprar as sementes ou preferem usar sementes adaptadas às condições socioambientais locais, como também marginaliza as espécies e variedades que os sistemas formais não têm interesse em produzir. Assim, a Lei de Sementes atende, principalmente, aos interesses privados (em assegurar mercados para as sementes comerciais), e não aos interesses dos agricultores familiares, tradicionais e locais.

2.2.2. LEI DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES (Lei 9.456/97)

O termo cultivar designa um grupo de plantas com características homogêneas, que deve se diferenciar de outras cultivares para ser considerado novo e também ser passível de multiplicações seguidas sem se descaracterizar. Assim, os cultivares são produzidos para obedecer ao tripé: distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE). Obtido o reconhecimento do direito de proteção com a expedição do Certificado de Proteção de Cultivar, abre-se ao titular o direito de exclusividade, que impede terceiros não autorizados de utilizarem a cultivar protegida (BRASIL, 2011).

Em abril de 1997 foi sancionada no Brasil a lei 9.456 que ficou conhecida como Lei de Proteção de Cultivar (LPC), que legisla sobre a patente de material vegetal. A lei brasileira foi projetada para permitir a adesão do Brasil à Convenção da UPOV de 1978, embora contenha aspectos (como a cultivar essencialmente derivada) que constam apenas da Convenção de 1991.

Dessa forma, o Brasil atendeu às disposições internacionais a que se propôs, configurando sua lei à imagem e semelhança da Convenção da UPOV e instituindo um sistema regulamentador *sui generis* que lhe permite integrar-se aos fóruns e ao circuito internacional, uma exigência dos países desenvolvidos (BRASIL, 2011).

Para efeito da referida lei, a proteção da cultivar é o direito dado, por um prazo determinado, a quem obteve uma cultivar nova (ou seja, a quem, por melhoramento genético, a fixou e a descreveu), requereu e recebeu um Certificado de Proteção (ou, ainda, a quem o adquiriu daquele que detinha o direito). Esse direito é representado, no caso da lei brasileira, pelo poder de decidir quem poderá produzir e comercializar sementes da cultivar, entre outras ações.

Esse direito é exclusivo, ou seja, o detentor do direito tem poderes totais para decidir (limitado por mecanismos de intervenção adiante explicados) se autoriza ou não a multiplicação e comercialização e para definir quem poderá multiplicar e comercializar o material. Esse direito estende-se também à permissão para utilização da cultivar, por melhoristas, como fonte permanente para obtenção de outra cultivar ou para obter a cultivar essencialmente derivada. Naturalmente que o pressuposto básico é que essa autorização seja dada mediante remuneração ao detentor do direito.

A justificação é dar às empresas o monopólio temporário para que possam obter as receitas dos seus investimentos, sem enfrentar concorrência (LONDRES, 2009).

Araújo (2010, p.26) exorta que:

O caráter inédito do sistema de proteção de cultivares no Brasil apresenta, como decorrência, pouca quantidade de estudos e de informações acadêmicas, técnicas ou científicas sobre o tema, em especial no que se refere aos fundamentos teóricos que o sustentam.

Nessa perspectiva, é imprescindível destacar que o Brasil, como a maior parte dos países em desenvolvimento, adotou uma lei de proteção de cultivares em virtude das obrigações decorrentes da adesão ao TRIPs da OMC, bem como, pelo assédio das fortes pressões políticas exercidas pelo grupo de grandes empresas multinacionais responsáveis pelo setor de pesquisa e de produção de sementes e as empresas de agroquímicos e biotecnologia.

Dessa forma, se esperava com a LPC grandes mudanças nas estruturas de produção, por tratar de inovação, que dá aos obtentores através de seu processo de produção de inovação o direito de propriedade sobre cultivar. Um dos elementos que se apresenta com mais nitidez é que a aplicação da lei influenciaria o preço dos insumos (SANTOS, 2018).

Araújo (2010), comentando o momento de implantação da LPC no Brasil, destaca que:

Não se descartava a possibilidade de importante influência no perfil do setor produtor de sementes, com eventual concentração empresarial ou mesmo a formação de setores monopolistas, além da subjacente possibilidade de desnacionalização do setor (ARAÚJO, 2010, p.14).

A LPC criou, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), a quem atribui a competência pela proteção de cultivares, ou seja, onde são inscritos os cultivares protegidos que não deve ser confundido com Registro Nacional de Cultivares (RNC). Neste último, trata-se de onde deverão ser inscritos os cultivares para fins de produção, beneficiamento e comercialização de sementes e mudas.

Portanto, trata-se de um sistema que visa à proteção de inovações produzidas por melhoristas tanto de instituições públicas como privadas. As técnicas logo devem ser científicas, pois, o resultado em geral devem ser cultivares homogêneos e estáveis adaptados no modelo agrícola industrial que atendem às exigências da formalidade.

Desta forma, Santilli (2009) destaca que:

A preocupação com a criação de um regime de proteção de propriedade intelectual sobre variedades de plantas surgiu a partir do momento em que o melhoramento vegetal passou a ser visto como uma ciência, dominada apenas por técnicos de instituições científicas, passando a atrair os interesses do capital privado. [...] A produção agrícola passou a ser tratada como uma atividade separada e distanciada de seleção e do melhoramento de sementes (SANTILLI, 2009, p.174).

Nessa perspectiva, a LPC desconsidera o trabalho histórico realizado pelos camponeses na construção da biodiversidade, que quando apropriada pelas empresas, são transformadas em novas variedades, chamadas de cultivar.

Para os camponeses terem acesso a esse cultivar devem pagar *royalties* ao proprietário da patente pela tecnologia aplicada na semente. Os agricultores que compram sementes patenteadas também são obrigados a cumprir várias condições: que não reutilizarão as sementes das suas colheitas na época seguinte; que não farão experiências com elas; que não as venderão nem as darão a ninguém (ARAÚJO, 2010).

Outra questão que demonstra a incompatibilidade da Lei 9.456/97 com a realidade do campesinato é, como dito anteriormente, as sementes crioulas são historicamente heterogêneas, e vão se adaptando ao longo do tempo e das condições sociais e edafoclimáticas, portanto são impossíveis de serem enquadradas aos termos da lei.

Pode-se, em uma visão geral, dizer que o sistema de proteção da propriedade intelectual por meio da obtenção vegetal “permite o acesso livre e gratuito aos recursos genéticos e, ao mesmo tempo, protege as inovações realizadas pelos melhoristas” (SANTILLI, 2009, p. 176). Portanto, figura dentre as características centrais do sistema de proteção de cultivares, a ideia de livre acesso ao conhecimento tradicional para fins de produção do conhecimento dito científico.

Ao discutir as imposições da LPC, Souza (2011) afirma que o tema de “proteção de cultivares” inclui-se entre aqueles que envolvem conflitos de ordem ideológica com reflexos no campo econômico e social. Para o autor, a instituição ou não do direito de propriedade intelectual sobre o desenvolvimento de cultivares enquadra-se nos assuntos que envolvem fortes choques de interesse e, como tal, a inauguração de uma política pública que abrigue essa proposta é, como foi no caso brasileiro, caracterizada pelo jogo de poder e pela tentativa de acomodação de conflitos que marcam a sua formulação.

Para Londres (2009), embora a Lei de Cultivares tenha representado um passo importante do ponto de vista do agronegócio na possibilidade de apropriação privada dos recursos genéticos, ela assegura, ainda que com limites, direitos dos agricultores familiares e camponeses ao uso próprio das sementes.

Entretanto, Araújo (2010) alerta que mesmo com a regulamentação do uso próprio, ainda há muita polêmica envolvendo a sua prática. O segmento de pesquisa em melhoramento vegetal clama pela alteração da LPC, a fim de reduzir a abrangência do uso próprio de sementes e, desse modo, obrigando o pequeno produtor ou a transgredi-la ou a inserir-se definitivamente no mercado de compra de sementes, com as implicações econômicas de tal ato.

2.2.3. LEI DE BIOSSEGURANÇA (Lei n.º 11.105/05)

As atividades envolvendo Organismos Geneticamente Modificados⁹ e seus derivados são reguladas pelas normas estabelecidas na legislação brasileira de biossegurança. Amâncio (2009) revela que, no Brasil, a primeira norma a tratar desse assunto foi a Lei 8.974, de 5 de janeiro de 1995. Essa tinha por objetivo regulamentar, da maneira mais completa possível, os aspectos de biossegurança relacionados ao desenvolvimento de produtos geneticamente modificados e seus derivados no país.

Todavia, a evolução das discussões acerca da adoção dos transgênicos no Brasil, principalmente após os conflitos entre a legislação de biossegurança, legislação de agrotóxicos e a legislação ambiental, levou à necessidade de uma reestruturação em nossa legislação sobre a matéria.

Na tentativa de solucionar o problema, o governo federal enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei, fruto da discussão com os diversos atores envolvidos, propondo uma nova regulamentação para o assunto no Brasil. Após um ano e meio de intensas e acaloradas

⁹ O artigo 3º, V da lei de biossegurança ressalta que para os efeitos desta Lei, considera-se, organismo geneticamente modificado - OGM: organismo cujo material genético tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética.

discussões, o projeto foi aprovado no Congresso Federal. Em 24 de março de 2005, foi sancionada a Lei 11.105, a nova Lei de Biossegurança no Brasil, posteriormente regulamentada pelo Decreto 5.591, de 22 de novembro de 2005 (FERMENT, 2015).

A Lei nº 11.105/2005 estabelece:

Normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, cultivo, produção, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, pesquisa, comercialização, consumo e liberação no meio ambiente, e descarte de OGM e seus derivados no País (Art. 1º).

Para além, cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) e reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) como também dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança (PNB). A nova legislação inaugurou um procedimento para análise dos pedidos de liberação de transgênicos em território nacional menos rigorosa que a vigente à época (FALEIRO; ANDRADE, 2009).

De acordo com Santos (2018), o Brasil entra na seara dos debates sobre as biotecnologias na esfera agrícola, em especial, as plantas geneticamente modificadas. O poder legislativo, pela pressão do setor sementeiro, precisava dar respostas, já que havia a efervescência do debate sobre os transgênicos como solução para aumentar a produção de alimento. Claro, que esse era o fundamento para aprovação dos transgênicos, mas na realidade a promulgação da lei visava o controle total das empresas sobre as sementes.

A tramitação do conjunto normativo que estabelece regras de segurança e mecanismos de fiscalização das atividades desenvolvidas no âmbito dos OGM suscitou debates relacionados principalmente aos impactos ambientais e alimentares que poderiam ser causados com a liberação desses organismos.

De acordo com Via Campesina (2008), os cultivos de transgênicos são uma ameaça aos agricultores, à soberania alimentar, à saúde e à biodiversidade no planeta. Esses organismos afetam diretamente os modos de produção camponesa que estão atrelados à diversidade, o uso diversificado e sustentável da natureza, valorizando as decisões locais e costumes tradicionais.

As plantas transgênicas comerciais são cultivadas em ambientes não controlados, ou seja, oferecem riscos de disseminação de transgenes no meio ambiente, podendo contaminar lavouras não transgênicas. No entanto, a lei permite que as pesquisas com transgênicos sejam conduzidas mesmo sem o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). A resolução ainda permite que pesquisas até então paralisadas por falta de regulamentação ambiental sejam levadas adiante. É interessante salientar que desde a aprovação da lei de biossegurança, nenhum pedido de liberação comercial de transgênicos foi negado.

Outros riscos que podem ser associados ao uso de OGMs, tem a ver com os efeitos não desejados resultantes do próprio processo de transgenia, como a alteração de vias metabólicas que podem resultar na síntese de novas proteínas, potencialmente tóxicas ou alergênicas.

2.2.4. LEI DE ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO (Lei nº 13.123/15)

A Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao Conhecimento Tradicional Associado (CTA) de recursos da biodiversidade brasileira e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira.

A Lei de Acesso ao Patrimônio Genético somente foi editada em 2015, após 10 anos da promulgação da lei de biossegurança em 2005. O intervalo é bem maior quando se compara com a própria Convenção sobre Diversidade Biológica, que é de 1992, ou seja, para 2015, são 23 anos. Essa demora é reflexo da inclinação que o Brasil possui em receber e implementar os mecanismos que dialogam com o interesse dos sistemas industriais de produção de sementes, em outra dimensão a dificuldade de implementar os direitos dos agricultores constados em tratados e convenções internacionais.

A lei dispõe sobre as obrigações referentes ao acesso ao “patrimônio genético” do País, que no artigo 1º, I, é definido como:

Bem de uso comum do povo encontrado em condições *in situ*, inclusive as espécies domesticadas e populações espontâneas, ou mantido em condições *ex situ*, desde que encontrado em condições *in situ* no território nacional, na plataforma continental, no mar territorial e na zona econômica exclusiva (1º, I).

A lei define o patrimônio como um bem de uso comum do povo, e independente da condição que se encontre, seja *in situ*¹⁰ ou em condições *ex situ*¹¹, está livre para o acesso, expondo, portanto, a riqueza do patrimônio genético presentes nas diferentes comunidades.

2.2.5. PROJETO DE LEI (PL) 827/2015 (PROJETO DE LEI DE PROTEÇÃO AOS CULTIVARES)

O projeto de lei (PL) 827/2015 é de autoria do deputado agropecuarista Dilceu Sperafico (PP-PA). Conhecido como **Projeto de Lei de Proteção aos Cultivares**, tem por objetivo restringir o livre plantio, armazenamento e distribuição de sementes de cultivares.

¹⁰ Condições em que o patrimônio genético existe em ecossistemas **habitats** naturais, e no caso de espécies domésticas ou cultivadas, por meio onde naturalmente tenham desenvolvido características distintas próprias, incluindo as que formem populações espontâneas.

¹¹ Condições em que o patrimônio genético é mantido fora do seu **habitat** natural.

Os obtentores de cultivares, normalmente grandes empresas, terão o direito à produção de sementes ou de qualquer forma de multiplicação comercial da cultivar no território brasileiro, bem como, o poder de vetar a comercialização, o acondicionamento, o armazenamento para fins comerciais e o material de propagação da cultivar protegida.

O PL 827/15 busca então regulamentar a propriedade intelectual sobre vegetais no país para garantir o pagamento de royalties sobre o uso para consumo próprio e a multiplicação (utilização de grãos de uma colheita na safra seguinte) de uma planta protegida.

Os agricultores que quiserem expor, ofertar, vender, beneficiar, reproduzir, embalar, ceder, importar ou exportar cultivares protegidas (que não sejam plantas ornamentais), ou suas partes, deverão ter autorização dos obtentores de cultivares mediante certificados ou pagamento de *royalties* (BRASIL, 2015).

Pelo projeto, o agricultor só pode reservar parte das sementes usadas em uma safra para reaproveitá-las em nova lavoura, nos casos de subsistência e em terreno de sua propriedade. A lei atual permite tanto a reserva de sementes quanto a venda da colheita como alimento ou matéria-prima, desde que sem a finalidade de reproduzir a semente patenteada. A reserva deve ser feita após a primeira aquisição comercial da semente.

Segundo o autor do PL, o objetivo do projeto é aumentar a produtividade e aprimorar a fiscalização sobre o uso de sementes obtidas pelo processo tradicional de melhoramento genético (que se diferem das transgênicas). O projeto também elenca regras para que as lavouras sejam consideradas de “uso próprio”: o agricultor deve adquirir sementes certificadas, usá-las por prazo máximo de um ano e em no máximo 50% da área plantada, pagar os *royalties* ao detentor da patente e ao responsável pela tecnologia de melhoramento da semente (independentemente de ser exigida a autorização prévia).

O texto mantém o direito previsto na lei atual de multiplicação de sementes protegidas nos casos de doação ou troca entre pequenos produtores inscritos em programas do governo (BRASIL, 2015). De acordo com o projeto, para ser beneficiado, o agricultor deve comprovar ter tido receita equivalente ao limite fixado para teto Demonstrativo da Atividade Rural, para efeito de Imposto de Renda.

No que se refere às sanções, o texto do projeto fixa a pena de detenção de três meses a um ano, ou multa, para quem comercializar ou multiplicar sementes protegidas em violação às normas de propriedade intelectual.

art. 37-A – fixa pena de detenção de três meses a um ano, ou multa, para quem expor, ofertar, vender, consignar, embalar, reembalar, ceder a qualquer título, importar e exportar cultivar protegida ou suas partes em inobservância às disposições da Lei;

art. 37-B – prevê a mesma pena que o anterior para quem reproduzir ou multiplicar, com finalidade de comercializar, material propagativo ou produto de colheita de cultivar protegida, com violação dos direitos do seu titular, podendo a pena ser aumentada de um terço ou à metade quando o agente é ou foi representante, mandatário, preposto, sócio ou empregado do obtentor, do titular do direito ou do licenciado; ou quando realiza qualquer ato que vise dissimular a comercialização de cultivar protegida ou de suas partes;

art. 37-C – estabelece que as penas de multa serão fixadas, no mínimo, em dez e, no máximo, em trezentos e sessenta dias-multa, observadas as disposições do Código Penal; faculta seu aumento ou redução em até dez vezes, em face das condições pessoais do agente e da magnitude da vantagem auferida; e estabelece que o produto da arrecadação da multa reverterá ao Fundo Setorial do Agronegócio.

A lei atual prevê a indenização ao detentor da patente e multa equivalente a vinte por cento do valor comercial do material apreendido. Além da responsabilização por descumprimento dos direitos de propriedade intelectual que quem desenvolveu a tecnologia de melhoramento genético da semente.

Na atualidade o projeto se encontra arquivado. Mas, seu conteúdo é altamente desqualificante e incriminador das práticas camponesas, reforça o poder das empresas sementeiras e a dependência do mercado de sementes para a reprodução do campesinato.

2.3. RESISTÊNCIA LEGAL: PNAPO E LEI DAS SEMENTES CRIOULAS DE SERGIPE

A contestação ao modelo de desenvolvimento difundido pela Revolução Verde começou no Brasil ainda na década de 1970, quando surgiu o movimento de “agricultura alternativa”. Esse movimento criticava as tecnologias adotadas no processo de modernização da agricultura brasileira por seu impacto ambiental e social e propunha o uso de outras tecnologias menos impactantes. Das escolas que compunham esse movimento, surgiram vários atores que viriam a atuar posteriormente nas organizações da sociedade civil ligadas à agroecologia e à agricultura orgânica (TROVATTO et al., 2017; FERNANDES, 2017).

A articulação das instituições e dos movimentos sociais ligados a esses temas veio aos poucos conseguindo colocar as suas demandas na agenda das políticas públicas, e, principalmente a partir do século XXI, foram sendo desenvolvidos vários programas e ações ligados à promoção dessas pautas (MOURA, 2016).

Todo esse processo contribuiu para que, em 2011, em resposta à demanda apresentada pelas mulheres rurais durante a 4ª Marcha das Margaridas, fosse tomada a decisão política que levou à criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) no ano seguinte (TROVATTO et al., 2017). A Marcha das Margaridas é uma manifestação realizada

por mulheres trabalhadoras do Brasil, na cidade de Brasília, desde o ano 2000, sempre no mês de agosto.

A marcha é conhecida como a maior ação conjunta de mulheres trabalhadoras da América Latina, e sua organização é encabeçada pela Confederação Nacional do Trabalhadores da Agricultura e a data escolhida rememora a morte da líder sindicalista paraibana Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 por lutar pelos direitos dos trabalhadores.

A pauta da 4ª Marcha das Margaridas reivindicou que o Estado desse maior importância ao desenvolvimento de um plano nacional para apoiar ações no campo da agroecologia, conforme as experiências bem-sucedidas que foram desenvolvidas pelos trabalhadores rurais e pelas instituições não governamentais e de pesquisa, que já o requeriam há pelo menos trinta anos (ANA, 2011). Nesse sentido, a instituição da Pnapo resultou de um longo processo de luta por parte de setores da sociedade que atuam no questionamento e na resistência ao modelo conservador da modernização da agricultura brasileira.

A Pnapo foi instituída pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, com o objetivo de “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica” (Brasil, 2012). Com isso, a agroecologia e a produção orgânica começaram a fazer parte oficialmente do projeto de desenvolvimento do Estado brasileiro, passando a conviver em paralelo com as políticas de fomento à agricultura convencional.

Trovatto (et al., 2017) aponta que nos espaços de diálogo das organizações sociais do campo, dois grandes movimentos nacionais foram importantes para a construção da Pnapo: no campo da agroecologia, os debates foram conduzidos pela ANA, pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e pela ASA; e no campo da produção orgânica, o diálogo ocorreu por meio da rede de Comissões da Produção Orgânica das Unidades da Federação e pela Câmara Temática de Agricultura Orgânica (Ctao), MAPA.

Outro *front* que contribuiu no coro a essa reivindicação, foram os movimentos sociais e fóruns, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), os movimentos integrantes da Via Campesina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrav), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o Fórum Permanente de Agroecologia da Embrapa.

Um dos principais instrumentos do Pnapo é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), conhecido como Brasil Agroecológico.

Figura 18 – Slogan oficial do Planapo



Fonte: Brasil agroecológico, 2019.

O decreto que instituiu a Pnapo estabeleceu como principal instrumento o Planapo e como instâncias de gestão a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), formada por representantes do governo e de entidades da sociedade civil e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), composta por representantes dos ministérios que atuam na política (Brasil, 2012).

Nesse sentido, a intenção maior era a construção de um sistema paritário de governança, um canal institucional permanente de diálogo entre o Estado e as organizações da Sociedade Civil em torno da negociação política para alcançar o desenvolvimento rural proposto pelo programa.

Quadro 3 – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) do Plano 2013-2015.

Representantes Governamentais	Representantes da Sociedade Civil
Secretaria-Geral da Presidência da República	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf Brasil)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)	Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	Rede Ecovida de Agroecologia
Ministério da Saúde	Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil)
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)	Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO)
Ministério da Educação (MEC)	Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg)
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC)
Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI)	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS)	Rede Cerrado
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer)
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	Associação Brasileira de Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista (Abrabio)

Fonte: Brasil agroecológico, 2019.

O quadro acima representa um dos principais elementos de sustentação da Pnapo, a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), composta por quatorze representantes da sociedade civil e quatorze de órgãos do Governo Federal, com seus respectivos suplentes. A missão do Cnapo é promover a participação da sociedade na elaboração do Planapo, propondo as diretrizes, objetivos e ações prioritárias a serem desenvolvidas. Isso se reflete na apropriação dessas propostas e, conseqüentemente, em intensa participação no acompanhamento de sua execução.

O primeiro ciclo do Plano, que abrangeu o período de 2013 a 2015, resultou em amplo conjunto de ações públicas que envolveram a destinação de mais de R\$ 2,9 bilhões. Além de ter incentivado a articulação entre agentes públicos e privados em torno da agroecologia, o Planapo contribuiu para a incorporação do tema em processos de planejamento e implementação de políticas públicas, tanto em nível federal, quanto subnacional. Em um processo de continuidade e aperfeiçoamento do primeiro ciclo do Plano, foi lançado o Planapo 2016-2019.

O princípio que une as ações e atividades ligadas a sementes no Planapo são os direitos dos(as) agricultores(as), povos e comunidades tradicionais ao livre uso da agrobiodiversidade, com autonomia e protagonismo (Brasil, 2013). É a trajetória desse desafio recente de

institucionalizar as sementes crioulas, varietais e orgânicas e o reconhecimento de seus guardiões nas políticas públicas.

Nesse sentido, no que se refere à conservação de recursos genéticos, o mais importante instrumento do Planapo I denomina-se Programa Nacional de Sementes e Mudanças para a Agricultura Familiar (PNSMAF), que foi instituído por meio da Portaria Interministerial nº 1, de 21 de dezembro de 2015, numa parceria entre os extintos Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O PNSMAF teve como objetivo ampliar o acesso de agricultores e agricultoras familiares às sementes e às mudas de reconhecida qualidade e adaptadas ao território. O programa atuou em cooperação do MDA com os governos estaduais e as organizações econômicas e sociais da agricultura familiar produtoras de sementes e mudas, buscando a ampliação do acesso às sementes e às mudas com ações que possam contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar.

No período 2013-2015, por meio de parceria com a ASA, iniciou-se a estruturação e a gestão comunitária de seiscentos bancos de sementes crioulas/adaptadas no Semiárido, com seleção e capacitação de 12 mil famílias de agricultores familiares inscritos no Cadastro Único. Outros 390 bancos comunitários, em diversas regiões e biomas, também tiveram apoio do Planapo no período (Brasil, 2016).

Como ações diretas de promoção da produção agroecológica com o protagonismo das mulheres, destacam-se o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, as diretrizes e as orientações para a produção agroecológica e orgânica da Pnater, os serviços específicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para mulheres (TROVATTO et al., 2017).

Numa escala local e também fruto da luta de diversos movimentos sociais e instituições que são favoráveis à transição agroecológica, o Governo do Estado de Sergipe sancionou uma lei de autoria da deputada estadual Ana Lúcia (PT), que trata da instituição do conceito de sementes crioulas e do incentivo à conservação da Agrobiodiversidade no Estado. A Lei nº 8.167 foi publicada no Diário Oficial e entrou em vigor no dia 20 de dezembro de 2016.

Art. 5º São objetivos precípuos desta Lei:

- I - A proteção da Agrobiodiversidade e dos Biomas;
- II - Incentivar o resgate e perpetuação de espécies, variedades e cultivares produzidos em unidade familiar ou tradicional, prioritariamente as espécies vegetais para alimentação;
- III - Incentivar o respeito, a preservação e manutenção do conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e

práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas;

IV - Incentivar a organização comunitária;

V - Respeitar os conhecimentos tradicionais;

VI - Fortalecer valores culturais;

VII - Incentivar o mapeamento da Agrobiodiversidade em Sergipe;

VIII - Incentivar a pesquisa agroecológica e tecnológica e processos de diagnóstico participativo relacionados à sensibilização e ao resgate da agrobiodiversidade junto aos camponeses.

Segundo Fontes (2019), a lei institui os marcos legais da agroecologia em Sergipe. A mesma dispõe sobre os mecanismos para a proteção da biodiversidade e considera como área de proteção da biodiversidade as áreas de onde são produzidas as sementes crioulas, proibindo, assim, a produção, nessas áreas, de qualquer material genético (sementes transgênicas e híbridas) que venha a ameaçar as características fenotípicas e genotípicas das sementes locais.

No Art. 2º da lei nº 8.167 é considerada variedade local, tradicional ou crioula a semente ou muda desenvolvida, adaptada ou produzida em condições *in situ* (onde a conservação é feita no local de origem) ou *on farm* (onde a conservação é feita também na propriedade do produtor), por agricultor familiar, assentado por programa de reforma agrária, quilombola, indígena ou povos e comunidades tradicionais, que apresente características fenotípicas próprias que a diferencie de variedades e cultivares comerciais e que seja assim reconhecida pela comunidade em que é cultivada; e que não seja oriunda de manipulação por engenharia genética nem outros processos de desenvolvimento industrial ou manipulação em laboratório, não contenha transgenes e não envolva processos de hibridação que não estejam sob o domínio das comunidades locais.

Ainda no 2º artigo a lei dá ênfase a nomenclatura escolhida pelo campesinato sergipano para suas sementes

§ 1º Considera-se Sementes da Liberdade a identidade das sementes crioulas em Sergipe.

§ 2º Pela sua própria natureza e tradição histórica, as cultivares locais, tradicionais ou crioulas, constituem patrimônio sociocultural das comunidades, não sendo aplicável patente, propriedade e nenhuma forma de proteção particular para indivíduos, empresas ou entidades.

Fontes (2019) nos conta que as sementes crioulas de Sergipe foram batizadas como sementes da liberdade durante o encontro Estadual de Agroecologia, promovido pela RESEA em 2015. Esse nome foi escolhido pelo camponês e Guardiã Seu Carlinhos, que com sua sabedoria tradicional, refletiu sobre como ter sementes na mão libertava o homem que trabalhava na terra de ficar refém do mercado de insumos.

No que se refere à criação de políticas públicas, a Lei nº 8.167 estabelece meios para que sejam feitas ações de resgate, conservação, expansão e pesquisa das variedades de sementes

tradicionais ou crioulas e fortalece a Agrobiodiversidade das comunidades. O Movimento Camponês Popular (MCP) incidiu sobre a política estadual de sementes que trata da compra e distribuição de sementes para os camponeses sergipanos. Em 2018, pela primeira vez o Estado de Sergipe adquiriu, por meio da política estadual de sementes, 45 toneladas de sementes crioulas produzidas por camponeses do MCP.

A casa comunitária de sementes da Comunidade Bom Jardim recebeu doação dessas sementes, advinda da Organização Não-Governamental Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural (SASAC), que fica localizada em Simão Dias, um dos municípios que foram beneficiados com esse material genético e, durante o período de realização do trabalho de campo desta pesquisa, algumas sacas desse material ainda estavam disponíveis para empréstimo aos sócios.

Figura 19 – Comunidade Bom Jardim – Sementes adquiridas através da Política Estadual de Sementes, 2019.



Fonte: Thais Moura dos Santos (2019).

As sementes foram adquiridas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) com recursos do PAA. Os beneficiários são pequenos agricultores dos municípios de Tomar do Geru, Cristinópolis, Estância, Itabaianinha, Santa Luzia do Itanhy, Gararu, Umbaúba, Lagarto Simão Dias, Poço Verde e Indiaroba.

Essa compra se deu pela brecha criada pela portaria nº 51, de 3 de outubro de 2007, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que afirma a possibilidades das agricultoras e agricultores cadastrarem suas sementes (porém não exercem nenhum poder sobre elas) e comercializá-las, desde que seja em programas institucionais que atendem à demanda dos próprios agricultores e agricultoras.

Essa ação abre caminhos não apenas por aumentar a produção de grãos de milho crioulo, mas também incentiva a produção de sementes a partir da garantia desse canal de compra. Esse movimento gera um impacto positivo na perpetuação das sementes camponesas para garantir uma produção saudável, maior geração de renda pelo valor agregado que a semente possui e possibilita contrapor o monopólio das sementes transgênicas.

A construção desse capítulo visou contribuir para que o leitor compreendesse a edição de leis, tratados e acordos, específicos sob o tema das sementes, como políticas tangenciadas pelas instituições de governança global, que privilegiam abertamente os interesses dos grandes grupos de poder em detrimento dos povos tradicionais. Apesar da condição de subordinação vivida pelo campesinato, esse se faz classe e oferece resistências e essas se materializam nas lutas para que seus direitos de guardar sementes, de intercambiá-las, de vendê-las, se materializem em leis. Essas lutas são empunhadas por camponeses em todo o mundo, que também embatem cotidianamente com o modelo capitalista-agronegócio, que se expande destruindo a natureza, subordinando mão-de-obra e suprimindo modos de vida, o capítulo a seguir aprofundará essa discussão.

CAPÍTULO 03 – CAMPESINATO E SEMENTES CRIOULAS

Os camponeses [...] vão desenvolvendo e cultivando simultaneamente diversos cultivos – e diferentes variedades de cada cultivo – segundo as estações e o lugar de que dispõem [...] Não plantam tudo da mesma variedade, já que umas são melhores para guardar a longo prazo, outras para consumir frescas, outras resistem melhor à seca, à chuva ou a determinadas pragas, outras adaptam-se melhor aos diversos pratos, ou têm usos medicinais, melhor sabor e um sem fim de outras razões. Em cada colheita, selecionam as sementes que melhor cumprem seus objetivos e voltam a plantá-las, sozinhas ou cruzando-as com outras, experimentando e desenvolvendo assim cultivares locais adaptados a cada família, criando uma base de recursos para si próprios e criando uma enorme diversidade. (RIBEIRO, 2003).

O ponto de partida para qualquer reflexão geográfica é o espaço, esse que é o constructo resultante do processo sócio-metabólico da relação sociedade-natureza-trabalho. Para o geógrafo brasileiro Ruy Moreira (2007), o espaço geográfico é uma construção social em constante transformação, que só é passível de entendimento em associação com o tempo, visto que, cada sociedade distingue-se de outra pela sua forma espacial em determinado tempo.

Na concepção filosófica do materialismo histórico e dialético, espaço e tempo são duas dimensões de uma mesma realidade: a materialidade do mundo. Não há matéria fora do espaço e do tempo, como também não há espaço e tempo fora da matéria. Eles são inseparáveis e, pelo fato de não existir matéria sem movimento, fazem parte da dinâmica da matéria. O espaço se reproduz indefinidamente como novo espaço e o tempo como novo tempo (GOMES, 1991).

Não dissociar tempo e espaço é uma tarefa por vezes complicada, isso tem a ver com a formação da ciência moderna que compartimentaliza e hierarquiza os saberes. Milton Santos (1988) vai se referir ao espaço-tempo como categorias indissociáveis, nos permitindo uma reflexão sobre espaço como coexistência de tempos. Em um mesmo espaço coabitam tempos diferentes, resultado das distintas relações sociais. Para esse geógrafo, o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações.

Santos (2006) deixa claro que os sistemas de objetos (fixos) e sistemas de ações (fluxos) interagem constantemente. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. Associando seus conceitos aos de Marx, o supracitado autor compara o sistema de objetos ao

conjunto de forças produtivas e o sistema de ações ao um conjunto das relações sociais de produção.

Ao considerar o espaço como esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações, o referido demonstra que o espaço geográfico é produzido pelo trabalho humano, na relação homem-natureza que constrói um sistema de coisas edificadas e um conjunto de ações, que assim como todas as dimensões da realidade, está em movimento permanente que no decorrer da história avança, se modifica e se complexifica.

Ao fazer a distinção entre Paisagem e Espaço, Santos (2006) nos presenteia com um conceito muito acessível do espaço geográfico:

Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima [...] A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única (SANTOS, 2006, p.66-67).

Fica claro que o espaço é uma totalidade composta por todas as produções humanas em suas esferas materiais, imateriais e relacionais. Definição que corrobora com o entendimento de Lefebvre (2006, p. 66), o “espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade”, assim, o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.

Carlos (2011) concebe o espaço como sendo estritamente uma construção humana, pois é impossível a existência de uma sociedade a-espacial. O homem transforma constantemente o espaço em que vive e, ao transformá-lo, transforma a própria natureza. A autora defende que o espaço é uma realidade prática que se constitui no desenvolvimento da história humana enquanto condição, meio e produto da reprodução social.

Assim como o espaço, o lugar também é um constructo das relações sociais, “o lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações” (SANTOS, 2006, p. 62), onde se desenvolve a vida em todas as suas dimensões, acendendo perspectivas para pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, e todos os processos de apropriação do espaço.

Para apreendermos a realidade do trabalho feminino na conservação das sementes crioulas nos debruçaremos sobre o Lugar enquanto categoria geográfica e o Cotidiano como categoria sociológica, considerando-as, em suas dinâmicas que são únicas/locais – resultado de

características históricas e culturais – e também, múltiplas/globais, e por isso só podem ser compreendidas a partir da totalidade.

Para Santos, a geografia é a "ciência dos lugares" (SANTOS, 1988, p.13) e o conceito de totalidade é chave para o entender o movimento da criação, recriação e/ou renovação dos lugares. Ainda para o autor, o motor desse movimento é a divisão do trabalho, encarregada a cada cisão da totalidade de transportar aos lugares um novo conteúdo, mil novos significados e um novo sentido.

Nessa direção, todos os lugares existem em relação com o tempo do mundo. Dessa forma, os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados quantitativamente e qualitativamente por esses tempos do mundo. Logo, cada lugar é teatro de tempos "externos" e múltiplos (SANTOS, 2006a). Portanto, o lugar não pode ser pensado como local isolado ou fragmento, mas sim como a evolução conjunta dos diversos lugares.

Corroborando com essa ótica a geógrafa Carlos aponta que “o lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular” (CARLOS, 2007, p. 21-22). Diante disso, é no lugar que se manifestam os desequilíbrios, as situações conflituosas e as tendências da sociedade que se volta para o mundial. O lugar ganha forma e conteúdo no movimento dialético entre o particular e o universal.

A produção do lugar liga-se indissociavelmente a da vida, visto que, essa categoria realiza no plano do vivido, garantindo a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, e por isso é no lugar que o homem se reconhece (lugar de vida).

O sujeito é pertencente ao lugar e vice-versa, é nesse plano concreto do espaço que se dá a unidade da vida social, onde o sujeito modifica, constrói e usufrui de acordo com sua realidade material e imaterial. Isto é, o lugar guarda em si o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida.

A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feitas de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo (CARLOS, 2007, p.22).

A autora em questão deixa claro que cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos de vida e as formas de apropriação. Fica evidente que o plano do lugar expõe a realização da vida humana nos atos da vida cotidiana, enquanto modo de apropriação que se realiza através

do uso, pelo corpo. Se pensássemos de acordo com o mundo cinematográfico, diríamos que é no lugar que rodam as cenas do cotidiano.

Lefebvre (1991), em seu livro *A vida cotidiana no mundo moderno*, entende que o cotidiano se equivale à sucessão de acontecimentos, sendo a dimensão que permite compreender as amplas e dinâmicas contradições do mundo moderno. Apesar da repetição, do aprisionamento, do programa e da definição inerente à condição de ação sem reflexão, o cotidiano contém em si a possibilidade de revelar os desafios, os dramas, os contextos e enredos que alimentam a vida social, por isso, para o autor o cotidiano teria se tornado central na leitura sociológica.

Nóbrega (2017) nos ajuda a compreender que o cotidiano não se revela no seu processo de observação, ele ganha concretude no conjunto de práticas banais, que não se resumem apenas a uma condição inferior do mundo vivido, mas que traz em si a possibilidade de repetição, de naturalização e de aplicabilidade das forças de criação.

A vida cotidiana em seu movimento complexo se apresenta como um campo de possibilidades, que indica os sentidos da reprodução da vida no tempo e espaço do capital. A sociedade e suas práticas se revelam através da observação do comum, do corriqueiro, toda novidade do mundo que se encontra diluída na ação banal, na repetição automática dos gestos, das formas (CARLOS, 2007, NÓBREGA, 2017).

Agnes Heller, no livro *O cotidiano e a história*, afirma que a “A vida cotidiana é a vida de todo homem” (2000, p. 17), todos os viventes, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico estão sob o jugo do cotidiano. Em outras palavras, a vida cotidiana é um campo da possibilidade, que acontece inevitavelmente, assim, nenhum ser que vive consegue evadir a condição de ser que se realiza através de um cotidiano.

A história é vivida e, em primeira instância, é decifrada no cotidiano, por isso, para Heller (2000), a vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, coloca-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias.

Ao tratarmos do cotidiano, necessariamente ajustamos o pensamento para pensar a cotidianidade:

O conceito de *cotidianidade* provém da filosofia e não pode ser compreendido sem ela. Ele designa o não filosófico para e pela filosofia. Mas o pensamento só pode levá-lo em consideração no decorrer de uma crítica da filosofia. O conceito de cotidianidade não vem do cotidiano nem o reflete: ele exprime

antes de tudo a transformação do cotidiano vista como possível em nome da filosofia (LEFEBVRE, 1991, p.19).

A cotidianidade é o esforço do pensamento filosófico para entender o movimento imposto pelo cotidiano. Santos (2006b) afirma que o cotidiano ganha concretude no espaço vivido, dessa forma, é no âmbito desse espaço que acontecem as ações imediatas. O espaço vivido, ou simplesmente o vivido, pode ser compreendido como aquele que é experienciado no cotidiano dos sujeitos, nele se realizando a produção e reprodução da vida, seja de forma individual ou coletiva, nos quais se manifestam, relacionam e se confundem o real, o idealizado, o sentido.

O vivido é espaço da prática cotidiana, sendo então a “ordem próxima” que revela os modos de vida. Para Lefebvre, o vivido ou o espaço de representação são “penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história de um povo e a de cada indivíduo pertencente a esse povo” (LEFEBVRE, 2006, p. 70). Essa afirmação traduz o sentido essencialmente coletivo do lugar.

O espaço vivido é a própria experiência vivida do espaço, experimentado pelos sujeitos nas práticas cotidianas. Lefebvre (1991, 2006) aponta que o vivido ganha sentido e concretude através dos sentidos, ele também possui um núcleo ou centro afetivo, sendo e contendo os lugares da paixão, da ação, e o das situações vividas, e por isso é concebido como o espaço da vida cotidiana. Diante disso, o lugar é modelado pelos sujeitos que são talhados por ele, e conseqüentemente onde vai sendo construído o sentido para a vida do ser humano.

Nessa direção, Nóbrega (2019) e Dias (2013) revelam que na dimensão do espaço vivido, cria-se uma rede de sociabilidade que remete a sentimentos diversos e a práticas sociais que na vida cotidiana criam novas relações e percepções. Uma vez que o vivido problematizado e investigado possibilita entender a verdade do espaço, enxergando o movimento do real, capturado na construção da vida cotidiana.

Carlos (2007) concorda com essa concepção, quando assinala que o lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo em que é produzida a existência social dos seres humanos. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (sentidos). As relações que os sujeitos mantêm com os espaços se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário e no acidental.

A análise da vida cotidiana envolve o uso do espaço, pelo corpo, no desenrolar das relações cotidianas, que criam laços profundos de identidade e apropriação com o lugar.

Portanto, são as relações que criam o sentido dos “lugares”. Dito de outra forma é o corpo que nos possibilita o acesso e experimentação do mundo, possibilitando a conexão imediata do indivíduo com o lugar.

Como tal, o corpo é parte constitutiva e fundamental para a formação da prática sócio-espacial, e construção do cotidiano, e a seu modo de vida, onde se locomove, trabalha, passeia e outros. Isso é tão importante e real que a sociedade patriarcal, racista e capitalista dita onde cada corpo deve estar, assim é possível falar de “lugar de homem”, “lugar de mulher”, “lugar de negro”, “lugar de branco”, “lugar de pobre” e assim sucessivamente.

É necessário perceber que a produção do lugar é heterogênea, contraditória e repleta de tensionamentos, o cotidiano ganha força, inclusive na produção de formas-conteúdos que são antagônicos, refletindo embates e disputas nos diversos campos (político, ideológico e outros). Um exemplo claro é a disputa entre as formas de fazer agricultura que acontecem nas comunidades em análise nesta dissertação.

O cotidiano se firma como melhor dimensão para compreendermos o reflexo do campo de luta presente no espaço de ação, pois o lugar apresenta-se como campo de resistência; como zona de materialização das táticas em resposta às estratégias impostas pelo poder hegemônico. Não à toa, o lugar pode ser compreendido como a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil (NÓBREGA, 2017; SANTOS, 2001).

Santos (2001) fala em “poder dos lugares” quando ressalta a capacidade de contraposição à racionalidade e ordem hegemônica-moderna-globalizante. Destarte, o cotidiano tem em determinados momentos, o poder de transformar essa racionalidade hegemônica em “irracionalidade”, e construir outras formas de ser racional.

Essa força se torna possível graças à produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural, cuja forma de convivência e de regulação são criadas a partir do próprio lugar (SANTOS, 2001; 2006a). Nesse sentido, o espaço banal (lugar) pode se tornar revolucionário e passar a ser uma estratégia para modificar a estrutura social, destacando-se como resposta às imposições verticais hegemônicas.

Então, quando as Guardiãs de Lagoa da Volta e Bom Jardim armazenam, multiplicam e resgatam as sementes dos seus pais e ao mesmo tempo rechaçam as sementes transgênicas oriundas das multinacionais do agronegócio, que são comercializadas como “modernas” e “do futuro”, essas mulheres, a partir do lugar estão transformando a racionalidade hegemônica/global em uma irracionalidade, empreendendo um enfrentamento revolucionário.

O exercício de apreensão das categorias analíticas lugar e cotidiano é crucial para analisar o empírico da pesquisa, ou seja, a produção socioespacial e socioterritorial decorrente do trabalho feminino na guarda de sementes crioulas, que reverbera na produção da diversidade e autonomia camponesa.

Ademais, esse capítulo traz uma discussão sobre o processo crescente do controle corporativo sobre o mercado de alimentos e a apropriação do capital sobre as sementes, lançando luzes sobre fenômenos como a padronização da dieta alimentar, das fusões e aquisições, dos transgênicos e outros aspectos que afetam diretamente o modo de vida dos povos.

Em seguida, nos debruçaremos sobre o campesinato, buscando analisar e entender as características desse sujeito coletivo, que se faz classe no embate direto com o capital e as suas imposições verticais, se recriando dentro desse sistema econômico. Por fim, ensaiamos uma discussão sobre a importância do controle coletivo que o campesinato empreende com as sementes crioulas, apontando esse processo como construção contínua de autonomia e ação revolucionária.

3.1. AGRICULTURA CAPITALISTA E O CONTROLE CORPORATIVO SOBRE O MERCADO DE ALIMENTOS E SEMENTES

A produção mundial de alimentos e de sementes no decorrer do tempo vem passando por um processo crescente de especialização e oligopolização. Esse fenômeno tem ligação direta com a diminuição da oferta dos tipos de alimento e o domínio corporativo sobre a produção e comercialização dos alimentos e de insumos. Nesse cenário, o controle coletivo das sementes pelo campesinato, vigora como uma prática de enfrentamento ao modelo capitalista, em seu sistema industrial agrícola, que entende a alimentação e as sementes apenas enquanto mercadorias.

As origens desse sistema industrial agrícola podem ser rastreadas, a partir do último quarto do século XIX na Grã-Bretanha, que exercia, então, o poder comercial dominante do mundo. As primeiras grandes empresas agrícolas com atuação global surgiram por uma série de razões, tanto tecnológicas como institucionais. E impulsionadas pela mecanização agrícola, invenção e comercialização dos agrotóxicos; revolução nos meios de transporte; e novas tecnologias melhoraram a preservação e o armazenamento de alimentos. O livre comércio eliminou as barreiras tarifárias e os mercados de futuros superaram a escassez de capital vendendo as colheitas antes mesmo de a semente ter sido plantada (SANTOS, GLASS, 2018).

Com o advento da hibridização, na década de 1930, começou o cruzamento de diferentes variedades de cultura ou linhagens de reprodução. Isso levou ao surgimento de empresas produtoras de sementes e de reprodução animal. Cada uma dessas indústrias tinham suas próprias tecnologias ou estratégias de *marketing* que criavam barreiras à entrada de novas empresas. O comércio varejista alimentar permaneceu local e familiar até a década de 1950 nos Estados Unidos da América (EUA) e até a década de 1960 na Europa, quando as cadeias de supermercados *self-service* surgiram (SANTOS, GLASS, 2018).

Esse processo foi acelerado com os programas de reconstrução liderados pelos EUA na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, e reforçado pelo surgimento de novos tipos de produtos: *fast food*, lanches e bebidas. As empresas de máquinas e agrotóxicos, juntamente com a recém-criada indústria de sementes, abriram o caminho para a industrialização da agricultura na Europa. A ajuda ao desenvolvimento e a Revolução Verde permitiram a disseminação dessas empresas na Ásia e na América Latina.

Examinando o caso do Brasil, Amorim (2016) afirma que na década de 60 a agricultura brasileira se aliou aos princípios da Revolução Verde, que consistiu na difusão de um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado a uma base ideológica de valorização do progresso.

A propagação das “novas práticas agrícolas” foi bem sucedida graças à ação do Estado que financiou a criação de instituições de pesquisa e extensão, modificações nas grades curriculares dos cursos de ciências agrárias, criação de linhas de crédito, etc.

O paradigma da agricultura moderna promoveu a concepção de que tanto o melhoramento genético quanto a produção das sementes eram competência apenas de profissionais das ciências agrárias. Dessa forma, as populações tradicionais passaram a ser tratadas como detentoras de técnicas atrasadas e meros consumidores de sementes e de insumos agrícolas industrialmente produzidos. Essa visão de mundo ignorou a importância de camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc., como inovadores e detentores de saberes e práticas de manejo dos agroecossistemas (AMORIM, 2016, p. 36).

Nessa conjuntura econômica, política e social, foi criada a primeira lei de sementes brasileira (abordada com mais detalhes no segundo capítulo), a lei 4.727 de 1965 (BRASIL, 1965). Os dispositivos legais criados nesse período foram totalmente influenciados pelo paradigma da agricultura capitalista. Nessa nova ordem produtiva, as sementes modernas, homogêneas, estáveis e dependentes de insumos externos, adquiriram papel central e se tornaram elemento chave na difusão do pacote tecnológico (SANTILLI, 2009).

Esses fenômenos rebateram diretamente na mudança das dietas alimentares dos povos. Londres e Almeida (2009) apontam que o sistema de produção agrícola construído ao longo

das décadas é extremamente favorável ao processo de erosão da diversidade agrícola e alimentar. Essa forma de produção atua na simplificação dos sistemas produtivos e segue *pari passu* a desestruturação dos circuitos locais de abastecimento.

Dessa forma, o mundo assiste um processo de globalização neoliberal com seu corolário de fortalecimento das grandes empresas e desenraizamento cultural. Esse desenraizamento é perceptível na tentativa de homogeneização das dietas alimentares, tornando as populações vulneráveis às vicissitudes do mercado mundial de *commodities* e cada vez mais dependentes dos recursos produtivos controlados, sobretudo, por grandes empresas transnacionais.

Figura 20 – Oligopolização da produção de alimentos no mundo, 2016.



Fonte: SANTOS, GLASS (2018).

A figura 2 demonstra os dez principais fabricantes de alimentos no mundo no ano de 2016, chamando à atenção para o processo de oligopolização da produção de alimentos no mundo. A tendência assinalada é a de se consolidar uma padronização universal da dieta alimentar ou dos tipos de alimentos a serem ofertados aos consumidores na maioria dos países do mundo, e isso independentemente da sua história cultural e dos seus hábitos alimentares.

Michael Pollan (2013) aponta em seu livro *Em defesa da Comida: um manifesto* a simplificação da cadeia alimentar. Para o autor, a espantosa variedade de alimentos oferecida no supermercado de hoje esconde o fato de que o número verdadeiro de espécies na dieta moderna está diminuindo. Milhares de variedades de plantas e de animais deixaram de ser comercializados no último século, quando a agricultura industrial focou sua atenção em

algumas variedades altamente produtivas (e em geral patenteadas), com qualidades que as tornavam adequadas para procedimentos como colheita mecânica e processamento.

Com o surgimento da agricultura industrial, vastas monoculturas de um grupo minúsculo de plantas, a maioria cereais, substituíram as fazendas diversificadas que antes alimentavam a população. “Essa simplificação da paisagem agrícola leva à simplificação da dieta” (POLLAN, 2013, p. 88), isso explica o fato de quatro produtos agrícolas (milho, soja, trigo e arroz) serem responsáveis por dois terços das calorias que são mundialmente consumidas, “Quando se considera que a humanidade consumiu historicamente oitenta mil espécies comestíveis e que trezentas dessas estiveram em uso generalizado, essa conta representa uma simplificação radical da dieta humana” (Ibidem, p. 89),

O autor em questão atrela esse fenômeno à ideologia do nutricionismo:

O primeiro ponto a entender sobre nutricionismo é que este não é um sinônimo de nutrição. Como o “ismo” sugere, não se trata de um assunto científico, mas sim de uma ideologia. Ideologias são formas de organizar grandes faixas de vida e experiência sob um conjunto de suposições compartilhadas mas não examinadas. Essa característica torna uma ideologia particularmente difícil de enxergar, pelo menos enquanto está exercendo sua força sobre nossa cultura. Uma ideologia reinante é um pouco como o tempo — onipresente e, portanto, praticamente inescapável (Ibidem, p. 30).

Sob a égide do nutricionismo, a suposição amplamente compartilhada é que a chave para se entender o alimento são os nutrientes. Em outros termos, os alimentos são, em essência, a soma de seus nutrientes. Assim, uma vez que os nutrientes, ao contrário dos alimentos, são invisíveis e, portanto, ligeiramente misteriosos, cabe aos cientistas nos explicar a realidade oculta dos alimentos.

Pollan (2013) alerta para a crescente substituição do alimento pelos nutrientes, em nome de uma suposta saúde física apregoada pelos cientistas. Dessa forma, se os alimentos forem entendidos somente em termos das várias quantidades de nutrientes que contêm, mesmo os alimentos processados poderão ser considerados ‘mais saudáveis’ do que os alimentos naturais se contiverem as quantidades apropriadas de alguns nutrientes. Logo, o nutricionismo oferece uma lógica respeitável para criar e vender todo tipo de novos alimentos processados e permissão para que as pessoas os comam.

Além de favorecer mais novos tipos de alimentos altamente processados, o nutricionismo convoca o sistema médico e o governo na promoção desses produtos, e por consequência, uma completa mudança nos hábitos alimentares da população.

Carvalho (2008) aponta como efeito dessa tendência a mudança dos hábitos alimentares, que acontece não apenas nos países desenvolvidos, mas também nos países emergentes e em

desenvolvimento. Os alimentos não processados estão sendo substituídos por refeições altamente processadas e prontas. O Brasil, segundo Santos e Glass (2018), é apontado como um dos países do mundo onde mais se percebe o processo de controle corporativo sobre os alimentos. Entre 60 e 70% das compras de uma família no país são produzidas por dez grandes empresas, entre elas Unilever, Nestlé, Procter & Gamble, Kraft e Coca-Cola.

Glass e Santos (2018) afirmam que dois adventos, a saber: a) o domínio do capital financeiro e o b) impacto das biotecnologias resultaram em uma onda de fusões e aquisições desde a década de 1980, mudando a cara do setor e rebatendo na criação de conglomerados empresariais cada vez mais poderosos.

Um bom exemplo desse fenômeno foi a fusão, em 2017, de duas gigantes: DuPont e Dow Chemical, ambas dos EUA, que se fundiram na DowDuPont. Também nesse ano, a ChemChina comprou a empresa suíça Syngenta. Nenhuma outra empresa aniquilou mais concorrentes no setor de sementes do que a Monsanto. A empresa começou a comprar produtoras de sementes no mundo inteiro desde a década de 1990 e agora domina um quarto do mercado mundial de sementes comerciais. No entanto, em junho de 2018, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos aprovou a compra da gigante americana Monsanto pela alemã Bayer.

Para isso, a empresa teve que se desfazer dos setores de sementes, pesticidas e agricultura digital, que foram adquiridas pela BASF para que não houvesse monopólio de produtos agrícolas nos EUA. Com a fusão, a Bayer se converteu em maior corporação agrícola do mundo (sementes, fertilizantes e agrotóxicos), possuindo um terço do mercado global de sementes comerciais e um quarto do mercado de agrotóxicos (SANTOS; GLASS, 2018). Assim, os três conglomerados recém-formados devem dominar mais de 60% do mercado de sementes comerciais e de agrotóxicos.

Tabela 2 – Fusões mais significativas no mundo entre 2008 e 2018 no ramo de bebidas, alimentos, agrotóxicos e farmacêuticos.

Ano	Fusão	Natureza do empreendimento	Valor da transação em bilhões de US\$
2008	InBev/Anheuser-Busch	Bebidas	57
2015	AB InBev/SABMiller	Bebidas	117
2015	Heinz/Kraft	Alimentos	100
2015	Dow Chemical/Dupont	Agrotóxicos	130

2016	Actavis/Allergan	Farmacêuticos	71
2017	ChemChina/Syngenta	Sementes	43
2018	Bayer/Monsanto	Agrotóxicos	63

Fonte: Atlas do Agronegócio, 2019.

A tabela acima demonstra algumas das fusões mais importantes na última década, A significância dessas transações deve ser observada em dois pontos distintos e complementares. O número de empresas no mercado global de sementes, alimentos, farmacêuticos e agrotóxicos tem diminuído em ritmo acelerado, no mesmo passo em que fusões criam conglomerados empresariais cada vez mais poderosos.

É necessário salientar que o conglomerado da indústria de bebidas está intimamente ligado ao controle da água. Enquanto que a monopolização das indústrias de alimentos reverbera na maior especialização da agricultura, que cada vez mais se torna fornecedora de insumos. Outra questão é a intersecção entre indústria farmacêutica e de agrotóxicos, ou seja, as mesmas empresas produtoras de fármacos produzem agrotóxicos.

Um aspecto fundante na compreensão do processo de controle da agricultura e conseqüentemente do mercado de alimentos é o controle das sementes pelas empresas multinacionais. Carvalho (2012) afirma que nos sistemas camponeses de produção, as sementes são vistas como organismos vivos, carregados de significados culturais e informações genéticas, como patrimônio dos povos a serviço da humanidade. Em contrapartida, no sistema de produção do agronegócio as sementes perdem totalmente esse sentido.

Portanto, o agronegócio contemporaneamente intensifica a industrialização e comércio das sementes, fazendo desse bem comum da humanidade uma propriedade controlada pelas empresas, as quais se intitulam detentoras de variedades por terem tecnologicamente alterado as sementes. Exemplo disso é a Caverna Global de Sementes Svalbard (*Svalbard Global Seed Vault*), ou como popularmente é conhecida, 'Banco de Sementes do Fim do Mundo', construída num dos cantos mais remotos do mundo, Svalbard no Mar Barents perto do Oceano Ártico, a cerca de 1.100 quilômetros do Polo Norte.

Os investimentos para esse megaprojeto provêm, além do governo norueguês, da Fundação Bill & Melinda Gates; do gigante americano do 'agribusiness' DuPont/Pioneer Hi-Bred, um dos maiores proprietários mundiais de patentes de sementes de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) de agroquímicos e afins; a Syngenta, importante companhia de sementes OGM e agroquímicos, com sede na Suíça, através da Fundação Syngenta; a Fundação Rockefeller, um grupo privado que criou a "revolução genética com mais

de 100 milhões de dólares em sementes desde os anos 70; o CGIAR, a rede global criada pela Fundação Rockefeller para promover o seu ideal de pureza genética através da alteração da agricultura.

A justificativa para a construção do local é a preservação da variedade genética do planeta caso ocorra um grande desastre natural ou uma guerra. No entanto, deve-se atentar para o fato desse megaprojeto ser financiado pelas empresas responsáveis pelo processo de monopolização das sementes, assim, caso aconteça algum desastre, esse material genético, os alimentos e a vida estarão sob a posse dessas multinacionais. Isso rebateria na total negação do postulado que coloca as sementes como patrimônio da humanidade.

Nessa lógica de produção, cada nova semente produzida é considerada uma invenção, ou seja, um produto novo a colocar no mercado de consumo do sistema do agronegócio, uma mercadoria com um dono determinado. Ou seja, aquela empresa inventora torna-se detentora do direito de propriedade, cobrará em *royalties* pela tecnologia desenvolvida (SANTOS, 2018).

Nessa direção, ganham protagonismo as sementes transgênicas ou OGMs, que são seres vivos manipulados em laboratório com a intenção de que sejam neles incorporadas uma ou mais características encontradas naturalmente em outras espécies. Ou seja, é um processo que modifica os seres vivos, permitindo a fusão de material genético de espécies completamente diferentes, sejam bactérias, fungos, plantas ou animais visando conferir a esses uma nova função biológica. Para Londres (2011), essa tecnologia permite que o homem realize “cruzamentos” entre espécies, jamais possível na natureza.

A Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM) é enfática ao dizer que “semente é tecnologia”, ou seja, a semente é tratada como tecnologia, mas tecnologia forjada em laboratórios, não aquela desenvolvida ancestralmente nos sistemas camponeses de produção. De acordo com Araújo (2010), no cenário mundial, mais de 98% das plantas transgênicas foram geneticamente modificadas para expressar apenas dois tipos de características:

- a) a síntese de uma toxina inseticida nos seus tecidos: são as chamadas plantas Bt, que teoricamente são “resistentes” a insetos, pois o inseto alvo, [...] ao se alimentar da folha de milho, soja ou algodão ou da raiz (principalmente de milho Bt), irá ingerir aquelas toxinas e morrerá.
- b) a modificação de vias metabólicas nas plantas que lhes permitem ser insensíveis à ação letal de determinados herbicidas: essas plantas são denominadas pela indústria de biotecnologia de plantas Tolerantes a Herbicidas (TH). O exemplo mais conhecido é representado pela soja RR, que ao receber um banho de glifosato não morre, contrariamente a todas as outras plantas da lavoura tratada com o agrotóxico (ARAÚJO, 2010, p. 37).

Nesses últimos anos, cada vez mais áreas são cultivadas com plantas transgênicas que combinam essas duas funções, ou seja, são plantas tóxicas a determinados tipos de insetos e também resistentes a determinados agrotóxicos. Se antes o agricultor precisava utilizar o agrotóxico com cuidado, sob risco de danificar a própria lavoura, com os cultivos resistentes a herbicidas ele pode pulverizar o produto à vontade, que todas as plantas morrerão, salvo a cultura transgênica. Assim, a utilização de sementes transgênicas está associada à utilização massiva de agrotóxicos.

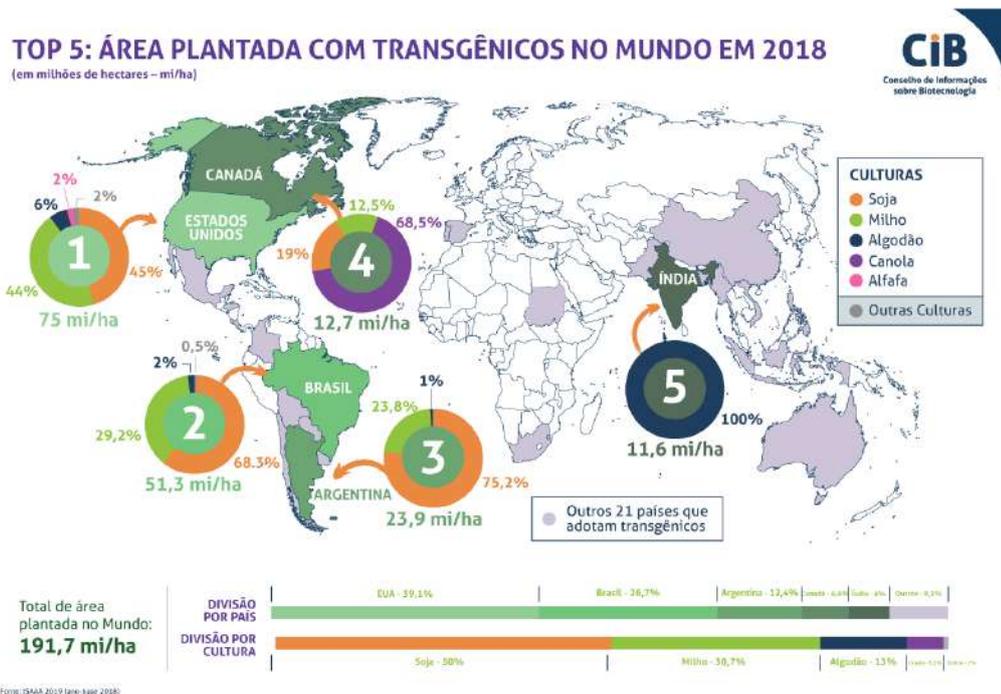
Para Adrioli (2008), a disseminação dos transgênicos deve ser compreendida no contexto da modernização capitalista da agricultura, a qual se iniciou, particularmente, a partir da década de 1950, e criou a base para a crescente dependência dos agricultores diante das multinacionais da indústria química. A “Revolução Verde” tentou propagar, globalmente, a necessidade do aumento da produção agrícola para combater a fome. Dessa forma, disseminou-se que o melhoramento genético de sementes poderia contribuir, desenvolvendo variedades adaptadas a determinados locais, as quais seriam mais produtivas e mais resistentes contra doenças e pragas.

No entanto, passadas algumas décadas a transgenia na agricultura mostrou-se como uma estratégia global, com vistas à privatização do material genético e controle de toda a produção de alimentos, apresentando grandes oportunidades de mercado, particularmente para algumas multinacionais. Andrioli (2008) chama a atenção para alguns passos seguidos a fim de “viciar” os agricultores no cultivo de sementes transgênicas:

a) acostumar os agricultores ao uso do herbicida[...]; b) influenciar a pesquisa pública, particularmente, pelo financiamento de pesquisas e instituições de pesquisa [...] c) adquirir empresas produtoras de sementes nos países e monopolizar sua produção; d) escolher uma região e aguardar a contaminação(neste caso, a Argentina foi a escolhida na América Latina);e) ganhar, estrategicamente, pesquisadores e políticos para a causa da multinacional; f) instalar uma rede de técnicos parceiros, através da criação de empresas de assistência técnica que trabalhem em função da multinacional ou de seu financiamento; g) promover enormes campanhas de publicidade [...]; h)escolher, como propriedades-modelo, agricultores bem-sucedidos nos municípios e apoiá-los [...]; i) criar fatos que diminuam argumentos críticos do público em geral; j) promover ofertas baratas para herbicidas e sementes (isto é, inicialmente livres de royalties); k) forçar condições legais pelo trabalho de lobby e da influência sobre parlamentos e governos; l) ganhar organizações parceiras para o controle: as cooperativas e outras empresas agrícolas, incumbidas da compra da produção e do fornecimento de insumos (particularmente sementes e herbicidas), que, pela participação, estejam dispostas a cobrar os royalties dos agricultores (ANDRIOLI, 2007, p.243).

São passos eficazes e que podem ser observados no Brasil, por isso já somos o segundo país que mais planta sementes transgênicas no mundo, ficando atrás apenas dos EUA, conforme demonstra a figura 19, a seguir (SANTOS; GLASS, 2018).

Figura 21 – Área plantada com transgênicos no mundo em 2018.

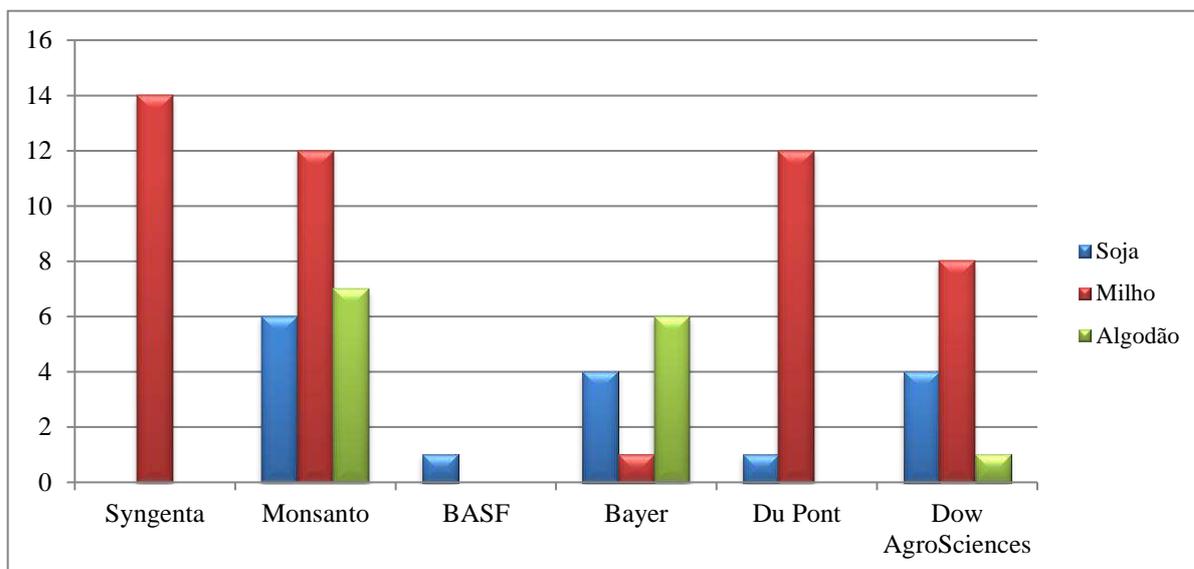


Fonte: Conselho de Informação sobre Biotecnologia, 2019.

Segundo o Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), Cinco países – Estados Unidos, Brasil, Argentina, Canadá e Índia – são responsáveis por mais de 90% da área plantada com sementes geneticamente modificadas no mundo. Em 2019, o Brasil já possui mais de 51 milhões de hectares plantados com transgênicos, predominando respectivamente a soja, milho e algodão.

De acordo com Santos e Glass (2018), no Atlas do Agronegócio, historicamente, cinco das sete maiores produtoras de sementes do mundo são originárias da indústria química: Monsanto, Du-Pont, Syngenta, Dow e Bayer. A Bayer, a décima maior fabricante de agrotóxicos do mundo, expandiu-se para o setor de sementes ao adquirir outras empresas. No Brasil, das setenta e seis variedades transgênicas aprovadas para uso comercial até 2018, segundo a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Monsanto, Basf, Bayer, Dow Agroquímica, Du Pont e Syngenta detém setenta e três cultivares, como demonstra o gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 – Transgênicos liberados comercialmente no Brasil até 2018 por cultivo e empresa.



Fonte: SANTOS, GLASS (2018).

É inegável o monopólio das empresas multinacionais sobre as sementes no Brasil, e o que acontece no país é reflexo de um panorama mundial. O controle envolve toda uma cadeia que passa pela produção, insumos, agrotóxicos, processamento e comercialização, assim dominam e definem o que a população vai plantar, comer e o preço a ser pago.

Londres (2010) alerta para o risco do processo de contaminação das lavouras por transgênicos. Nesse sentido, a autora aponta que, uma vez que uma planta transgênica está cultivada em campo, em escala comercial ou experimental, não haverá forma ou possibilidade de impedir o escape de transgenes para o meio ambiente.

Isso quer dizer que é impossível a convivência de uma lavoura transgênica com uma não transgênica, visto que, o risco de contaminação é uma constante. No Brasil, por exemplo, não existem normas que resguardam as lavouras camponesas contra contaminações via transgênicos.

Dessa forma, o avanço da biotecnologia genética com seu caráter tecnológico e homogeneizante, ao promover a modificação das sementes, está fazendo desaparecer variedades tradicionais, promovendo um processo de erosão genética baseado na perda da Agrobiodiversidade, fenômeno que influencia também a perda de costumes e da cultura que envolve cada espécie e variedade de semente cultivada.

A erosão genética provocada pelo agronegócio não afeta somente a diversidade genética, mas também a forma social de organização dos sistemas camponeses de produção que são baseados na heterogeneidade de cultivos. Dessa forma, a guarda de sementes pelos

camponeses, e em especial as mulheres, é uma prática milenar que embate diretamente sobre essa forma de fazer agricultura e de pensar alimentação.

Nesse contexto, as guardiãs e guardiões de sementes exercem papel determinante nas estratégias de conservação da Agrobiodiversidade, pois, além de guardar, selecionar e multiplicar as sementes conhecem as mais adaptadas às suas localidades e repassam esses conhecimentos para as gerações seguintes (MORAIS et al., 2014).

Desmarais (2013) enfatiza que, para a Via Campesina, as sementes são o meio primário de produção, o patenteamento dessa e dos seus componentes significa que as comunidades indígenas e camponesas perdem o controle dos recursos que tradicionalmente utilizavam e detinham conhecimento. É evidente que o acesso controlado aos recursos genéticos impostos pelas multinacionais do agronegócio impõe formas novas de dominação sobre os hábitos alimentares das populações humanas.

No mundo, onde é crescente o processo de patenteamento de sementes e monopolização do mercado de alimentos, a padronização do modelo de cultura alimentar que descaracteriza os costumes locais, eliminando milênios de práticas agrícolas relacionados à identidade dos povos é cada vez mais possível.

Se outrora as sementes constituíam um acervo comunitário e cultural dos povos camponeses e indígenas de todo o mundo, cuja obtenção, guarda e reprodução eram muitas vezes mediadas pelo sagrado e tinham na partilha desse bem comum um valor material e simbólico que as tornavam sinônimos da vida, contemporaneamente as sementes transformaram-se em mercadorias, em objetos de negócios cujo objetivo precípua é o lucro através da exploração e da submissão dos produtores rurais de todo o mundo, não por potências estrangeiras, mas por corporações privadas capitalistas de âmbito multinacional (CARVALHO, 2003, p. 95-96).

León (2003) e Carvalho (2003) apontam que no meio rural, e particularmente para camponeses e povos indígenas, a adoção massiva das sementes industrializadas e a aceitação ideológica e prática de uma agricultura química e de uma dieta a partir de alimentos industrializados, determinou mudanças na matriz tecnológica e na forma de organização da produção, no que diz respeito à matriz de consumo alimentar. Essas mudanças facilitam a perda da sua identidade social e étnica.

Para Nodari e Guerra (2001), a tecnologia de transgenia e patenteamento na agricultura exerce impactos sociais, econômicos e culturais. Nessa situação, os camponeses que não controlam suas próprias sementes serão obrigados a pagar *royalties* a cada compra de semente, o que aumentará os custos da produção. Esses elementos apontam que o controle e posse das sementes é central para autonomia e resistência camponesa.

Nos dizeres de Carvalho (2010), se outrora as sementes constituíam um acervo comunitário e cultural dos povos camponeses e indígenas em todo o mundo, cuja obtenção, guarda e reprodução eram muitas vezes mediados pelo sagrado e tinham na partilha desse bem comum um valor material e simbólico que as tornavam sinônimos da vida, contemporaneamente as sementes transformaram-se em mercadorias, em objetos de negócios das corporações privadas capitalistas de âmbito multinacional, cujo objetivo precípua é o lucro.

Concordando com essa visão, Londres (2006) e Adrioli (2008) afirmam que a apropriação privada oligopolista da geração, reprodução e distribuição de sementes pelas empresas multinacionais, reverbera no domínio direto da oferta dos insumos, de matérias primas para a agroindústria e o controle efetivo da disponibilidade de produtos para o abastecimento alimentar que tem delimitado o tipo, o volume, a diversidade, a periodicidade e a qualidade dos alimentos que serão oferecidos às populações.

Carvalho (2010) afirma que nunca, na história da humanidade, se obteve um domínio tão grande sobre a produção de alimentos, pois nunca foi possível determinar, a partir de uma técnica, a apropriação dos resultados econômicos dessa tecnologia. No entanto, a transgenia e outras biotecnologias permitem esse controle corporativo, onde, determinadas empresas passam a determinar onde e qual planta será cultivada, o tipo de insumos a ser utilizado (os insumos dessas empresas) e para quem essa comida será produzida.

3.2. “O CAMPESINATO É EXPLORADO, MAS RESISTE”: UMA CLASSE *SUI GENERIS* QUE SE REPRODUZ NO CAPITALISMO

Dentro das ciências humanas, diversos autores já se debruçaram sobre o campesinato. Carvalho (2005) aponta que, de modo geral, três possibilidades acabam por delimitar os caminhos a serem seguidos pelos estudos sobre essa categoria, a saber: o fim do campesinato, o fim do fim do campesinato e a metamorfose do campesinato em agricultura familiar, vertentes interpretadas a partir de diferentes perspectivas teóricas e políticas, sendo dessa forma.

[...] considerado desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída à sua condição de classe social, até as profecias do desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas. Outras interpretações ainda apontaram para uma importante produção familiar, denominada agricultura familiar, mas que não deve ser classificada de camponesa em vista dos diferentes vínculos e relações engendradas no processo de produção que está inserido (FABRINI, 2008, p. 239).

A modernização da produção agrícola rebateria na implantação total do capitalismo agrário. Esse fenômeno, para Kautsky (1968), daria fim ao campesinato e a seu modo de vida. Os defensores do capitalismo agrário reafirmam a absorção/exclusão social do camponês pela

expansão do capitalismo, que faria emergir uma realidade contrária à permanência e reprodução da família camponesa, em decorrência da consolidação da empresa capitalista no campo.

Para Abramovay (1992), o camponês se metamorfosearia em agricultor familiar. Haveria nesse contexto, uma desconfiguração do campesinato, que perderia a sua capacidade de resistência, tornando-se conformado com as diferenças decorrentes do capitalismo. O referido autor defende que o sujeito camponês adaptar-se-ia às exigências do mercado e estaria, portanto, totalmente integrado à globalização da economia, o que causaria a dissolução por completo dos resquícios da tradição camponesa. Ou seja, haveria o surgimento de um novo personagem. Esse personagem seria representado pelo moderno; aquele que por intermédio do capital, assimilaria a modernização das técnicas e dos modos de produção, como requisito inquestionável para a sua sobrevivência.

Autores como Chayanov (1972), Shanin (2005) e Oliveira (1986), mantêm a postura e enfrentamento das perspectivas catastróficas quanto ao futuro do camponês, afirmando o fim do fim do campesinato. Atuando na contraposição das ideias do fim do campesinato e/ou de seu metamorfoseamento, os supracitados teóricos defendem que a criação e recriação do campesinato se daria por meios variados e assim representam-no, hoje os assentados, os posseiros e os meeiros, dentre outros.

É importante pontuar que esses autores não defendem o campesinato como algo fora do capitalismo, ou seja, a produção camponesa não estaria de um todo isenta das influências do capital, todavia o cerne de sua lógica não estaria afetado. Embora inserida no universo capitalista, a produção camponesa continua mesmo em tempos de globalização exacerbada, possuindo peculiaridades que a distinguem desse modelo.

Nossa perspectiva coaduna com a visão dos teóricos que afirmam o “fim do fim do campesinato”, compreendemos o campesinato como classe que se faz nas lutas e, portanto, mesmo estando dentro do capitalismo se reproduz fiel a sua essência, que iremos discutir adiante. Dessa forma, o campesinato é um conceito que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo (MARQUES, 2008).

Nesse sentido, esse conceito além de possuir seu significado político e da construção de pensamento acadêmico, reflete a história social em sentido amplo. De acordo com Marques (2008), a origem do conceito de camponês está relacionada à realidade da idade média europeia, mas a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. Aqui, o campesinato

é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista.

As lutas camponesas no Brasil possuem uma história longa e remontam desde a invasão colonial, passando por Palmares, Canudos, Contestado, Greves nos cafezais paulistas, muitos têm sido os exemplos de luta na história dos trabalhadores e rebeldes. Foi, pois, nesse processo combativo que os trabalhadores do campo foram forjando os movimentos sociais de luta pela terra e pelo estabelecimento de relações de trabalho condizentes com a dignidade humana (OLIVEIRA, 1997). Nessa perspectiva, a luta pela terra tem acendido, desde o Brasil Império, enfrentamentos entre os camponeses e os grandes latifundiários.

No entanto, o conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 1950, ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das “Ligas Camponesas”¹², quando a grande concentração de terra e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira (CUNHA, 2013; MARQUES, 2008).

Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no sul - dependendo de sua origem, se imigrante ou não. O mesmo também acontecia com os grandes proprietários de terra, que eram conhecidos como estancieiros, senhores de engenho, etc. Em decorrência do mesmo processo que deu sentido ao conceito de camponês, é definido o conceito de latifundiário, o seu par contraditório (MARQUES, 2008).

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na tríade Família-Terra-Trabalho. Essa tríade é percebida na centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais do campesinato, quer sejam parceiros, posseiros, foreiros, arrendatários, pequenos proprietários e outros.

Diante desse cenário, Vergés (2010) aponta que o modo de vida e de organização social camponesa só se realiza e se estabelece a partir de sua base material ou acesso à terra, na relação

¹² As ligas foram Associações de trabalhadores rurais criados inicialmente em Pernambuco e posteriormente na Paraíba. Elas tiveram início nos anos de 1950. Nesta mesma época eclodiram outras Ligas, porém não tiveram tanto impacto na sociedade brasileira quanto as Ligas que se formaram no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da Zona da Mata e no Agreste pernambucano.

com o território e com a natureza que se dinamiza a cultura os processos de produção, econômico, sociais e de sua potencial conformação de classe.

A permanência da questão camponesa no mundo “moderno” carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel *sui generis* no capitalismo (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16).

Para Paulino (2008), a posse da terra vigora de duas formas distintas, a saber: propriedade privada capitalista e a propriedade camponesa, e seus distintos campos de poder. Na visão da autora, apropriação seria o melhor termo para analisar essa relação de propriedade exercida pelos camponeses, por se tratar de terra cujo valor é o de uso, tendo centralidade à reprodução da família, que nela trabalha para garantir os intercâmbios materiais imprescindíveis à sua existência.

Ao passo que, a propriedade capitalista enquadrar-se-ia na lógica da dominação, pois se trata de terra de negócios, tanto no sentido de meio de produção equivalente de capital, que oportuniza a extração da mais-valia por meio da contratação da força de trabalho que a coloca para produzir, quando no sentido da manutenção especulativa, a espera de uma valorização que permita o saque da renda capitalizada.

Logo, a terra para o campesinato aparece como terra de trabalho, e não terra de negócio (PAULINO; ALMEIDA, 2010). Para o camponês, a terra é o espaço de reprodução da vida, o meio de produção que permite sua realização material, ou seja, é a base territorial de garantia de sua sobrevivência e não apenas mercadoria. Para Félix (2013), a terra para o campesinato configura-se como o espaço da produção e da reprodução da vida.

Em Chayanov (1981), a cultura camponesa está baseada na família e é pertencente a uma estrutura econômica que é fundamentalmente diferente dos empreendimentos capitalistas. Para esse autor, a unidade de produção camponesa possui uma lógica interna de organização da produção, assentada no trabalho familiar. O comportamento do camponês é determinado em função das necessidades de reprodução do grupo familiar, dessa forma a manutenção da unidade camponesa não ocorre a partir de comportamentos individuais dos membros que a compõem, mas do grupo. Como as atividades da unidade de produção camponesa são estabelecidas e desenvolvidas pelo grupo familiar, a renda familiar é um todo indivisível.

Chayanov (1981) propõe o conceito de autoexploração camponesa, para explicar como o campesinato ao desenvolver suas atividades produtivas na unidade de produção familiar, torna-se um trabalhador coletivo, tendo como resultado o produto do seu trabalho, o qual se constitui na renda indivisível da família.

O grau de autoexploração dos membros da família está intimamente ligado à sobrevivência do grupo familiar, pois segundo o referido autor, esse é determinante do equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a penosidade do trabalho. É uma espécie de balança que conta, de um lado, com bocas para alimentar, e de outro, pessoas para trabalhar. Se o lado da balança com bocas para alimentar for mais pesado que o com número de pessoas para trabalhar, a unidade camponesa haverá um sobretrabalho para os membros produtivos.

Se atentando à economia não capitalista, Chayanov (1981) vai definir a família camponesa como conjunto de produtores e consumidores, dito de outra forma, uma unidade de produção e de consumo. Assim, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens/produto do trabalho.

Chayanov (1981) compreende que a quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente por aspectos como o tamanho e composição da família trabalhadora, número de membros capazes de trabalhar, produtividade da unidade de trabalho e grau de esforço do trabalho (grau de autoexploração através do qual os membros trabalhadores realizam certa quantidade de trabalho durante o ano). O objetivo da família camponesa é o equilíbrio interno entre a satisfação da demanda familiar e a penosidade do trabalho. Então:

Enquanto não atingir o equilíbrio entre os dois elementos [...] a família que trabalha sem utilizar trabalho pago tem todo tipo de motivos para prosseguir com a atividade econômica [...] Quanto atinge este o equilíbrio, porém, não terá interesse em continuar trabalhando (CHAYANOV, 1981, p. 139).

Segundo o autor em questão, é imprescindível explicar que o produto do trabalho nem sempre será o mesmo para todas as unidades econômicas familiares, esse irá variar de acordo com a situação do mercado, a localização da unidade em relação aos mercados, disponibilidade dos meios de produção, tamanho e a composição familiar, quantidade de terra e outras condições de produção.

Ao se debruçar sobre a diversidade camponesa, Theodor Shanin (2005) assevera que “o camponês é uma mistificação [...] em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo” (SHANIN, 2005, p. 44). Para esse autor, a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional. Um ecossistema de um equilíbrio particular entre agricultura, atividade extrativista e artesanato.

Shanin (2005) elenca algumas características do campesinato, como: a relação com a terra; a granja camponesa como unidade básica da organização econômica e social; o trabalho familiar; a vida coletiva em aldeia ou pequenas comunidades rurais com uma cultura e economia distintas do capitalismo. A relação com a terra é a primeira característica apontada por Shanin (1966, p. 216), para o autor “*la relación con la tierra y el carácter específico de la producción agrícola se encuentra en la raíz de algunos de los rasgos específicos de la economía camponesa*”, o trabalho na terra permite sanar as necessidades básicas da unidade de produção familiar camponesa, fato que dá uma relativa independência dos produtos mercantis.

Essa estabilidade relativa nas famílias é essencial para sua manutenção em épocas de crises, pois os camponeses podem continuar se mantendo com seus esforços, reduzindo seu próprio consumo e retirando-se parcialmente das relações de mercado que possam ter. Outra característica camponesa apontada por Shanin (1996) é a vida coletiva do campesinato, que se realiza com a família estendida/grupo doméstico, e com a comunidade numa dinâmica de produção de cultura, produção econômica e de trocas.

O campesinato como sujeito coletivo, em determinados períodos ou circunstâncias/conjunturas, onde possam estar inseridos, podem se organizar coletivamente, construir uma agenda de reivindicação ou contestação e realizar a luta social, quando ele assim o faz, se converte em uma classe, a classe camponesa. Nessa perspectiva, Shanin (2008) afirma que o campesinato se faz classe em diferentes momentos históricos, onde sua pauta de luta não é única, ela é diversa, heterogênea e por vezes antagônica.

Para Oliveira, o campesinato é uma classe *sui generis*, sua singularidade se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. É o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução de cada família nem sempre o determine. “O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista” (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Para Horácio Carvalho (2012), o campesinato contemporâneo na práxis social do seu modo de produzir e de viver se comporta enquanto classe, que se concretiza nos confrontos econômicos, políticos e ideológicos contra a dominação-hegemonia do modo de produção capitalista nas diversas formações econômicas e sociais em todo o mundo. O campesinato, mesmo sendo formado por relações de trabalho não-capitalistas, sua reprodução deve ser entendida a partir das contradições do capital. Isso significa que o campesinato deve ser

entendido como de dentro do capitalismo e não de fora deste, pois o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção, onde:

O processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Rosa Luxemburg (1970) vai ser a primeira a compreender o desenvolvimento do modo capitalista de produção enquanto um fenômeno contraditório. Em sua perspectiva, desenvolvida na obra “Acumulação do capital”, o capital precisa de territórios não-capitalistas – “algo fora de si mesmo” – para acumular, ou nos termos da autora (p. 245), “a acumulação capitalista depende dos meios de produção que são produzidos de modo não-capitalista”.

Em síntese, a economia capitalista, com sua força expansionista, não existiria, historicamente, em um contexto que não tivesse como prerrogativa o aniquilamento de toda e qualquer forma de produção não-capitalista. Essa combinação entre relações de naturezas diferentes, longe de ser uma debilidade do processo de acumulação, se constitui como metabolismo próprio de se realizar a reprodução ampliada do capital.

Sem as formações as formações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas. Assim, pois, nem a acumulação do capital pode realizar-se sem as estruturas não-capitalistas nem estas podem sequer se manter (LUXEMBURG, 1970, p. 363).

Nessa direção, a condição vital para a acumulação do capital é a existência e dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas. O processo da acumulação tende a substituir em todas as partes do globo, de forma progressiva, a economia natural pelas formas capitalistas e a fazer que a produção do capital domine absolutamente como forma única e exclusiva em todos os países e setores. Luxemburg (1970) deixa claro que o ímpeto do capital é invadir e/ou se associar às formas de produção e de exploração estranhas a ele. Quem não está em total com as relações sociais especificamente capitalistas, alimenta indiretamente o capital com os produtos do seu trabalho.

A expansão do capital monopolista no campo, esse que se configura a partir da fusão/associação entre os donos das grandes extensões de terra, indústrias e bancos, tem sido refletida no processo de territorialização do capital na agricultura (PAULINO, 2008). Esse fenômeno que se dá mediante expansão da propriedade privada e incorporação de trabalho assalariado. No entanto, nem todo processo se dá com compra de terra, tem sido cada vez mais constante o acesso à terra pelo processo de arrendamento de fazendas.

Nesse contexto, é produzido o processo geográfico de exploração do campesinato, pela sujeição da renda camponesa e monopolização do território camponês. A monopolização do território camponês ocorre quando não existe mobilização capital-dinheiro para o acesso à terra (o capital não compra ou arrenda a terra camponesa), não contrata força de trabalho, não mobiliza dinheiro-capital para adquirir insumos, mas impõe para os camponeses um regime de produção de mercadorias que lhe interessa, sobre as bases de manejo que interessam ao capital.

Por vezes, a exigência dessas bases de manejo leva a empresa capitalista a ser apenas a fornecedora de tecnologia, insumos e créditos. No final do processo produtivo, a empresa capitalista compra o resultado da produção de acordo com o preço que é estabelecido pelo mercado, sem levar em consideração a dinâmica camponesa.

Essa dinâmica viabiliza um processo de exploração tal que a terra camponesa e o trabalho camponês é totalmente dominado pelo capital. Nos dizeres de Oliveira (1997), o capital monopoliza o território sem territorializa-se. Assim, de acordo com Oliveira (2007), é o processo de sujeição do campesinato ao capital que está em marcha, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção.

De acordo com Vergés (2015), a exploração do campesinato é um processo unitário, mas multifacetado. Como unidade de produção e consumo, a economia camponesa é um todo complexo constituído por diversas atividades organicamente entrelaçadas e não há uma lógica específica para cada uma delas senão o fato de que são guiadas pela racionalidade do conjunto.

Para o autor, a unidade camponesa de trabalho e consumo não é mais do que o suporte de um processo produtivo imerso no capital e definido, sobretudo, por sua condição de trabalho explorado. Essa exploração, que se consuma por meio de diversos mecanismos de intercâmbio desigual, é também um todo complexo constituído por diversas transferências organicamente entrelaçadas.

As diversas formas de transferência-exploração do campesinato, pela sua relação contrária ao capital, incidem sobre um mesmo sujeito socioeconômico e constituem um processo único e multilateral, além de a totalidade do excedente camponês, independentemente das diversas atividades das quais se origina “saqueada por procedimentos múltiplos e ao mesmo tempo complementares” (VERGÉS, 2015, p. 40).

No mundo da troca, o camponês se subordina em três mercados distintos: o de produtos, o de dinheiro e o de trabalho. Na incorporação dos produtos camponeses no mercado capitalista, esse é reduzido à condição homogênea de mercadoria e automaticamente como um produto do

sistema. O fato é que o camponês produz sobre bases familiares e tem seu produto posto em pé de igualdade com mercadorias provenientes de uma escala de produção industrial, com mão-de-obra assalariada e utilização de tecnologias.

Vergés (2015) nos diz que pelo simples fato de entrar no mercado, o produto camponês não pode ser diferenciado de qualquer outra mercadoria produzida em condições capitalistas. O campesinato tem que vender seus produtos por um preço imposto pelo mercado, então é nesse processo que sua riqueza é drenada para o capital. No processo da troca de mercado por dinheiro, o campesinato provê as bases para sua reprodução. Com o dinheiro da troca, o camponês compra produtos que ele não consegue produzir, então mais uma vez ele se subordina no mercado de produtos, seja vendendo, seja comprando.

De acordo com Vergés (2015), no mercado de trabalho, o camponês é sujeitado quando há uma crise interna na unidade de produção familiar e precisa liberar força de trabalho para trabalhar fora da unidade de produção familiar. Esse sujeito somente venderá sua força de trabalho caso os rendimentos totais obtidos como produtor independente não sejam suficientes para atingir a reprodução familiar equilibrada. A existência desse mecanismo de subordinação possibilita que o capitalista satisfaça sua necessidade de maximizar os lucros, pagando a força de trabalho abaixo de seu valor, prolongando ou intensificando a jornada.

Por fim, o autor reflete sobre a sujeição camponesa no mercado de dinheiro, que se configura a partir da aquisição de créditos agrícolas utilizados para dinamizar a produção. Esse processo é uma verdadeira “bola de neve” para o camponês, pois com os créditos vem o pagamento das taxas de juros, para quitar essa taxa normalmente é necessário aumentar a produção, aumenta o grau de penosidade do trabalho, isso implica em liberar força de trabalho para poder se assalariar nos empreendimentos capitalistas.

Essas formas de sujeições descritas anteriormente demonstram como o capital consegue se expandir a partir da criação e recriação do campesinato e revela a funcionalidade para o capitalismo da existência de formas de produção não-capitalista. Esse campesinato, ao mesmo tempo em que se insere de forma subordinada na sociedade capitalista, representa uma negação/resistência ao sistema (que tende a homogeneizar as relações sociais e produtivas) possuindo, assim, um potencial de ação/transformação (FONTES, 2019).

Marques (2008) nos ajuda a compreender essa situação ao afirmar que o campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de

subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza.

Nesse contexto, tem sido esse sujeito coletivo entre os produtores rurais quem melhor oferecem nas mais diversas formas de cooperação, condições objetivas e subjetivas de produção de alimentos, apesar dos avanços tecnológicos e das formas de produzir anti-social e anti-ambiental que o capitalismo impõe à produção na agricultura.

3.3. SEMENTES CRIOULAS: AUTONOMIA E RESISTÊNCIA CAMPONESA FRENTE ÀS INVESTIDAS DA AGRICULTURA CAPITALISTA

Conforme demonstrado anteriormente, o campesinato se reproduz através das contradições do capital. Podendo somente ser compreendida a relação entre o capitalismo e o campesinato, uma vez que o desenvolvimento do capital não se faz em sentido único, antes a sua reprodução ampliada se faz ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, (re)cria formas não capitalistas com vistas à extração da renda (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

No entanto, o mesmo campesinato que é subordinado ao capital, resiste. Logo, é importante ressaltar que “a presença camponesa não decorre de uma licença capitalista”, mas sim “da capacidade própria de se articular, enquanto classe” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 65), o constante processo de enfrentamento e organização campesina reflete em articulações que permite o fortalecimento desse sujeito coletivo.

Compreendendo que o campesinato não está fora do capitalismo, e que este último se expande tentando destruir a relação social que é o seu contrário (a relação não capitalista), o campesinato tem buscado construir alternativas próprias de autodeterminação, desde as escalas locais das relações comunitárias.

De acordo com Carvalho (2012), esse processo dá conta de ensaiar a construção de uma autonomia relativa perante as diversas frações do capital, porém, necessária para a reprodução de uma vida digna para essa classe, visto que, o campesinato se percebe constrangido pelas imposições dominantes, tanto nas suas tentativas de impor o modo de produzir e o padrão tecnológico das grandes empresas capitalistas na agricultura, como na concepção de mundo baseada unicamente no lucro e na exploração indiscriminada do trabalho humano e da natureza.

Zatti (2007, p. 12) mostra que “Etimologicamente autonomia significa o poder de dar a si a própria lei, *autós* (por si mesmo) e *nomos* (lei)”. Esse poder não pode ser compreendido como algo absoluto e ilimitado, também não se entende como sinônimo de autossuficiência. Indica uma esfera particular cuja existência é garantida dentro dos próprios limites que a

distinguem do poder dos outros e do poder em geral, mas apesar de ser distinta, não é incompatível com as outras leis.

Como a autonomia é “condição”, como ela se dá no mundo e não apenas na consciência dos sujeitos, sua construção envolve dois aspectos: o poder de determinar a própria lei e também o poder ou capacidade de realizar. O primeiro aspecto está ligado à liberdade e ao poder de conceber, fantasiar, imaginar, decidir, e o segundo ao poder ou capacidade de fazer. Para que haja autonomia os dois aspectos devem estar presentes, e o pensar autônomo precisa ser também fazer autônomo (ZATTI, 2007).

A autonomia como o contrário da heteronomia, visto que, enquanto o sujeito autônomo dá a si as leis que regem seu comportamento, o sujeito heterônomo recebe as leis de outras instâncias. Desse modo, autonomia envolve, ao mesmo tempo, um processo de tomada de consciência e de superação da dominação, seja de um indivíduo ou de uma coletividade (FONTES, 2019; ZATTI, 2007). Paulo Freire (1983) entendia a autonomia como a condição sócio-histórica de um povo ou pessoa que tenha se libertado, se emancipado, das opressões que restringem ou anulam a liberdade de determinação.

Para Ploeg (2008), falar em autonomia camponesa é pensar formas para a criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada pelas famílias que proporcione, ao mesmo tempo, a coprodução, que diz respeito à interação e transformação mútuas constantes entre o homem e a natureza viva.

De acordo com Porto-Gonçalves (2017), autonomia significa dar-se às próprias normas, ter o controle de seu destino. Assim, autonomia camponesa é uma construção entre comunidades, lugares, regiões, territórios-territorialidades, de outra articulação supralocal.

Esta luta pela autonomia, que o campesinato compartilha com muitas outras categorias sociais, articula-se, no caso específico do campesinato, como processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos autocontrolada, sendo a terra e a natureza viva (cultivos, animais, água) suas partes essenciais (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Concordamos e seguimos o mesmo posicionamento de Fontes (2019), quando afirma:

Autonomia como a luta dos povos contra a sujeição, subordinação ou integração ao capital. Em outras palavras, é o direito de viver de acordo com suas normas, formas de organização de suas sociedades em seus territórios, de tomada de decisões. Trata-se, assim, da luta pelo direito de permanência das suas lógicas e culturas (construídas milenarmente), pois os camponeses possuem outro modo de vida, outra lógica de sociedade do que a imposta pelo capital (FONTES, 2019, p. 129).

Desse modo, a autonomia está no centro das lutas do campesinato contra o processo de heteronomização imposto pelo sistema capitalista, que diminui a capacidade de tomada de decisões no modo de vida e produção camponesa.

Compreendemos então, que o controle sobre as sementes crioulas imprime para o campesinato autonomia, que se concretiza em condições objetivas de negar o domínio corporativo sobre as sementes e a subordinação aos mercados de insumos e agrotóxicos. Nesse contexto, os camponeses mantêm o poder de decisão sobre o que plantar, onde plantar, como plantar e pra quem plantar.

Trata-se também da permanência e recriação da lógica camponesa presente no conhecimento ancestral contido nas sementes, na solidariedade e sociabilidade camponesa que permitem processos de trocas que não passam pelo caráter mercadológico, bem como, garante a permanência na terra e a reprodução de uma vida digna e da autossuficiência alimentar para as famílias camponesas.

Conhecidas como caboclas, tradicionais, de herança e outas, as sementes crioulas trazem consigo a ancestralidade, o simbolismo, a resistência e a afirmação da cultura camponesa. Segundo a Lei de Sementes e Mudas (10.711/03), a semente crioula é definida como cultivar local, tradicional, variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades. São variedades que chegaram até os nossos dias pela prática da agricultura tradicional e pelas trocas de sementes realizadas entre os povos dos campos, das florestas e das águas.

As variedades crioulas são aquelas que passaram por processos de melhoramento tradicional, sendo manejadas por camponeses e povos tradicionais por meio de uma seleção dirigida e adaptada às condições ambientais locais. É importante salientar que as sementes crioulas não se configuram apenas as variedades comestíveis. Para além de um código genético, essas sementes representam a cultura e o modo de viver dessas comunidades e estão associadas também às práticas tradicionais de manejo dos agroecossistemas. Mas envolve animais, ervas medicinais, plantas nativas (PANDOLFO et al, 2014; GLIESSMAN, 2005; MEIRELLES et al, 2006).

No momento em que a ação humana deixa de existir, elas [variedades crioulas] permanecem na natureza por pouco tempo ou desaparecem na competição com outras plantas silvestres. Este é um aspecto que diferencia as plantas domesticadas/cultivadas das plantas silvestres, ou selvagens, e que mostra a estreita ligação entre as plantas cultivadas e o ser humano (MEIRELLES et al., 2006, p. 14).

As sementes crioulas possuem certa integridade genética e são reconhecidas morfologicamente pelos agricultores que as cultivam. Comumente, as variedades são nomeadas e diferem entre si em relação à adaptação aos diferentes tipos de solo, ao período de cultivo, ao ciclo, sabor, porte e outras características (HARLAN, 1971).

Nesse contexto, por trás desse processo de preservação e uso das sementes crioulas, estão camponesas e camponeses que resistiram ao movimento muitas vezes imposto de substituição de variedades e seguiram plantando, selecionando e conservando seus materiais. Diante do estigma de que essas eram sementes antigas e ultrapassadas, muitos mantiveram esses materiais de forma quase que escondida (SANTOS, 2018).

Nesses invisíveis atos de resistência estão presentes e se concretizam diferentes elementos da racionalidade camponesa, dado que o campesinato sempre viu, nessas sementes, características como variabilidade, rusticidade, adaptabilidade, multiplicidade de usos e economicidade compatíveis com sua cultura, seus sistemas agrícolas e suas estratégias produtivas e de reprodução econômica. Essas qualidades, bem como preferências culturais, justificaram o cuidado e a manutenção dessas variedades ao longo do tempo. Com efeito, são sementes de autonomia, traço constitutivo da identidade camponesa e que não podem, portanto, ser reduzidas à categoria de meros insumos produtivos.

As pessoas responsáveis por armazenar e “cuidar” das sementes recebem o nome de Guardiã e Guardião de sementes, um termo novo e inacabado. Olanda (2015) descreve que esta terminologia surge da necessidade de orientar a população em geral sobre a erosão, contaminação, perda e apropriação indevida das sementes crioulas, da cultura e do conhecimento transmitido entre as gerações.

Normalmente esses sujeitos estão ligados aos bancos de sementes, podem ser individuais, coletivos ou institucionais. Esses bancos são espaços de armazenamento de sementes e de troca, um local onde a semente fica armazenada de forma adequada, fisicamente e ambientalmente.

De acordo com Olanda (2015), existem muitas iniciativas de banco de sementes pelo mundo e cada um tem sua forma de funcionamento, estabelecida pelo guardião, pela instituição ou comunidade que o utiliza. No caso dos bancos comunitários, normalmente os participantes além de armazenarem suas sementes, que pode ser em um local construído para este fim ou na casa de um agricultor, promovem feiras de trocas, para que as variedades crioulas possam ser conhecidas e apresentadas à comunidade e cultivadas em outros espaços, garantindo assim cada vez mais a especificidade daquela variedade crioula naquele local.

De forma prática e eficiente, os bancos de sementes possuem a finalidade de garantir e proporcionar a interdependência e autonomia do campesinato que produzem alimentos, manejam florestas e trabalham com produção de mudas. Guardar sementes também tem a ver com a produção de outra sociabilidade que se assenta na construção de autonomia camponesa, baseada em relação de produção não-capitalista, no trabalho familiar e na produção de direito contra-hegemônico.

Nas famílias camponesas, o trabalho de cuidar das sementes normalmente é delegado à mulher, pois é uma tarefa que envolve o cuidado. Apesar de ser uma atividade extremamente importante para a manutenção da família camponesa, para a construção de autonomia e embate ao modelo capitalista-agronegócio, assim como os demais trabalhos feitos por mulheres, é interpretado como “uma ajuda”, e isso tem a ver com o patriarcado e suas facetas de dominação feminina. No capítulo seguinte aprofundaremos essa discussão, entendendo que é necessário compreender que a luta das Guardiãs de Sementes também se relacionam com a superação da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero.

CAPÍTULO 04 – A CONSTRUÇÃO DAS MULHERES: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO FEMININO NA AGRICULTURA CAMPONESA

Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer a mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família. (Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, 1976).

Entendemos que qualquer análise que se propõe compreender a situação da mulher na sociedade precisa se debruçar sobre o patriarcado, que se configura como uma categoria macro e estruturante das relações sociais. Chamamos de patriarcado a esse sistema onde os homens, individual ou coletivamente, exercem poder e controle sobre o corpo (incluindo a sexualidade e reprodução), o trabalho e o espaço das mulheres.

No campo das relações de poder (material e simbólico) que regem a conquista, dominação e/ou apropriação dos lugares, temos um elemento crucial e pouco refletido nesse processo, o corpo. Nosso corpo não vive inerte no espaço, ao contrário, é nele que é sentido e refletido os efeitos das conjunturas e conflitos. E o corpo feminino e feminizado é o primeiro espaço-lugar a ser destruído, aprisionado e violentado quando o capital se expande em busca insaciável.

Para a feminista comunitária e indígena *maya-xinka* Lorena Cabnal (2010), o corpo tem sido milenarmente um território em disputa, ainda mais no que tange os corpos das mulheres, pois são nesses que os opressores asseguram maior lucro e exploração de diversas naturezas. Os lugares ocupados pelos sujeitos na sociedade são resultantes da construção social dos seus corpos. Nesse sentido, o valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal perpassa todas as áreas de convivência social, sendo primeiro sentido no corpo feminino, que vivem num eterno amoldamento aos padrões.

De acordo com Galindo (2013), é necessário definir o patriarcado como um sistema de opressões, e não somente como uma forma única e linear. Teórico-conceitualmente, isso implica dizer que o patriarcado não é apenas a discriminação das mulheres, esse é na sua essência a construção de todas as hierarquias sociais, superpostas umas sobre as outras e fundadas em privilégios masculinos.

Cuando hablamos de patriarcado no estamos hablando de una cuestión aparte, sino de un eje de la forma de organización social, económica, cultural y política de cualquier sociedad; no es una discusión periférica, ni específica, ni particular, sino que es una discusión central e ineludible (GALINDO, 2013, p. 92).

Dessa forma, para a autora, quando falamos de patriarcado estamos nos referindo à base que sustenta todas as opressões, que se concretiza em um conjunto completo de hierarquias sociais, expressas nas relações econômicas, culturais, religiosas, militares, simbólicas cotidianas e históricas.

Saffioti (2004) discute a polissemia do conceito de patriarcado, apontando-o em diversos contextos. Para a autora, as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. O patriarcado configura um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade, representando uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia, quanto na violência. Nessa direção, ergue-se uma dominação masculina naturalizante da dominação-exploração dos homens sobre as mulheres.

Concordando com essa ótica, Federici (2017) descreve o patriarcado como uma estrutura social poderosa que busca submeter e controlar as mulheres. A autora aponta a ordem patriarcal, que torna as mulheres servas da força de trabalho masculina, fundamental inclusive para o desenvolvimento do capitalismo. Também se propondo a discutir o patriarcado, Delphy (2009) o compreende como “uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens” (p. 173). Dessa forma, esse é visto pela autora como um sinônimo de dominação masculina ou de opressão das mulheres.

As autoras em discussão compreendem o patriarcado como uma instituição milenar que se adapta às diversas revoluções comportamentais e fases da humanidade. Entendido como um sistema que agrega dominação e exploração das mulheres e coloca o homem como centro do poder, ultrapassa as barreiras domésticas, e se reproduz no sistema jurídico, na cultura e comportamentos.

Neste capítulo propomo-nos abordar a “divisão sexual do trabalho” e as “relações de gênero”. Dois conceitos que se complementam e são resultantes do patriarcado nos seus mais diferentes aspectos, e que nos permitirá compreender o lugar determinado para a mulher na sociedade capitalista. Pois, concordamos com a Socióloga francesa Danièle Kergoat (2009), quando afirma que as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas são antes de tudo construções sociais.

Primeiro nos debruçaremos sobre a divisão sexual do trabalho, compreendendo que esse conceito vai além do processo de divisão das tarefas entre os sexos, mas que vigora como a construção da relação de poder dos homens sobre as mulheres (MIES, 2016). Assim, buscaremos aspectos que remontam sua origem e rebatimentos na sociedade atual.

Seguindo, abordaremos as relações de gênero, que como aponta a historiadora austríaca Gerda Lerner (1990), trata-se do comportamento considerado apropriado para os sexos e são expressos em valores, costumes, leis e funções sociais.

No último tópico denominado “Trabalho Feminino na conservação das sementes crioulas como construção de autonomia para o campesinato” buscamos compreender a importância do trabalho da mulher na agricultura camponesa, jogando luzes para a tarefa de guardar sementes crioulas. Como discutimos no capítulo 1, o controle sobre essas sementes é estratégico para a autonomia do campesinato. Já no capítulo 2 vimos que existe todo um cerco legal que busca inviabilizar a produção local e camponesa dessas sementes.

Portanto, a produção e multiplicação das sementes crioulas, realizada pelas mulheres, é parte integrante da reprodução da vida, que vai contra o projeto hegemônico do capital no campo, e que coopera para a construção autonômica do campesinato.

4.1. TRABALHO DE HOMEM E TRABALHO DE MULHER: O MUNDO MOLDADO SEGUNDO A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Neste tópico, buscaremos compreender o processo da divisão sexual do trabalho e como esse conceito reverbera na construção dos espaços de trabalho de homens e mulheres em sociedade, partindo da reflexão de que há relações de poder que invisibilizam determinados trabalhos. Tendo apontado nosso alvo, faz-se necessário primeiro compreender a categoria trabalho.

Engels (1876), ao fazer análise “*Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*”, reflete que o trabalho não é somente a fonte de toda riqueza criada pelo ser humano. A partir da mediação com a natureza, para o autor, o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana, afirmando que o trabalho criou o próprio homem.

Engels traz um recorrido histórico do desenvolvimento do trabalho enquanto fundante do ser social, descrevendo as etapas pelas quais passaram os primatas na transição até os seres humanos. O referido autor evoca o trabalho como elemento fundante do ser humano e identifica a mão como órgão crucial nessa transformação, e ressalta a apreensão do trabalho em sua dimensão ontológica ao afirmar que “a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto

dele” (ENGELS, 1876, p.3). Nessa altura, o autor lembra que no processo de transformação da natureza por meio do trabalho, o homem também é modificado.

A oralidade também é apontada por Engels (1876) como produto do trabalho. Com o desenvolvimento do trabalho aumentou as ajudas mútuas e as atividades conjuntas, com isso, veio à necessidade da comunicação oral. Essa necessidade modificou a laringe ainda pouco desenvolvida, e os órgãos da boca também foram aprendendo a pronunciar sons mais articulados. Junto com o trabalho, a palavra articulada foi, depois deste, um dos principais estímulos que fez o cérebro do macaco ir se transformando em cérebro humano, e, gradativamente, também se desenvolviam os órgãos dos sentidos – seus instrumentos mais imediatos, segundo o autor.

Engels (1876) ressalta que quanto mais os homens e as mulheres vão se afastando dos animais, mais suas ações sobre a natureza vão adquirindo um caráter intencional e planejado, tendo como fim alcançar objetivos traçados previamente. Os animais utilizam e modificam a natureza somente por estarem nela, mas a mulher e o homem modificam a natureza e ao mesmo tempo, a dominam.

Também nessa direção, Antunes (1999) compreende que o trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilitou o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. A gênese do ser social se baseia na aquisição de autonomia sobre a natureza, advindo com o trabalho. Nesse sentido, o trabalho está no centro do processo de humanização do homem.

Em “*O capital*”, Marx (2013, p.326-327) também aponta o trabalho como dimensão central na “construção” do ser social, ao afirmar esse como:

[...] antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Para Marx (2013), o trabalho é a transformação da natureza para atingir determinado fim imaginado na mente humana. O trabalho é defendido pelo autor como a atividade pela qual o ser humano emprega sua força para produzir sua própria vida. Nesse processo produtivo, o homem mediado pelo trabalho se relaciona com a natureza, relação nomeada pelo supracitado autor como metabolismo, o ser social não apenas modifica a natureza, mas ele também é modificado por ela.

O trabalho teleológico diferencia o homem dos animais “Pressupomos o trabalho sob a forma exclusivamente humana [...] Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 2013, p. 211), quando o homem transforma a natureza em prol de seus interesses fundamenta a vida em sociedade e o separa do homem primitivo.

O trabalho é percebido como atividade mediadora que cria um processo dialético na relação homem-natureza, onde há a transformação da "primeira natureza" em "segunda natureza", nesse processo ocorre uma naturalização do homem e uma humanização da natureza (OLIVEIRA, 2013). Em sua condição original, o trabalho era uma atividade voltada para a produção de valores de uso. Entretanto, quando se analisa o trabalho na perspectiva do capitalismo, percebe-se uma substituição do trabalho como produtor de valores de uso por um produtor de valores de troca.

Saffioti (1976) vai pensar o trabalho como o momento privilegiado da práxis, por sintetizar as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si. É certo que o trabalho é central na vida humana, no entanto, esse é dividido de acordo com o sexo, e a isso chamamos de divisão sexual do trabalho.

De acordo com a socióloga francesa Danièle Kergoat (2009), homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Essas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho.

Para a supracitada autora, essa noção foi primeiro utilizada pelos etnólogos para designar uma repartição “complementar” das tarefas entre os homens e as mulheres nas sociedades que eles estudavam. Mas foram as antropólogas feministas, as primeiras, que lhes deram um conteúdo novo demonstrando que ela traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres.

A divisão sexual do trabalho foi objeto de trabalhos precursores em vários países, porém somente no começo dos anos 1970 que houve na França, sob o impulso do movimento feminista, uma onda de trabalhos que dariam rapidamente as bases teóricas deste conceito.

Kergoat (2009) conceitua a divisão sexual do trabalho como a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; adaptada historicamente a cada sociedade. Relação que tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera

produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...). Porém as mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadoras.

Alves (2011) concorda com as autoras supracitadas, e afirma que a base da divisão social do trabalho é o resultado da definição das ocupações sociais estabelecidas para o homem e para a mulher na sociedade. Sendo assim, falar em divisão sexual do trabalho significa dar relevo e problematizar as relações de opressão dos homens sobre as mulheres.

Na perspectiva de Kergoat (2009), essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (o trabalho do homem “vale” mais do que o trabalho da mulher). Esses princípios são naturalizados e utilizados para justificar a maior valorização do trabalho masculino e inferiorização do trabalho feminino, além de delegar os espaços públicos ao homem e os espaços privados para a mulher.

Ainda, por causa desses princípios, uma enorme massa de trabalho é realizado gratuitamente pelas mulheres, haja vista, que o trabalho feminino é constantemente invisibilizado e dedicado a outrem em nome do “amor”, “dever maternal” e outros termos. Para mulher fala-se em “dupla jornada”, “acumulação” ou de “conciliação de tarefas”, como se fosse somente um apêndice do trabalho masculino.

Mies (2016) aponta que para a mulher sua participação na produção da vida é frequentemente vista como uma função da sua fisiologia, da sua “natureza”. O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos são considerados consequências “naturais” do fato de que mulheres têm um útero e podem dar à luz.

Smith (1984) ressalta que a natureza é muitas vezes concebida como feminina. Embora o conceito de natureza seja tão complexo e impregnado de metáforas, provavelmente nenhuma seja tão consagrada ou tão arraigada quanto à da feminilidade da natureza. Essa é uma comparação bastante sintomática, pois na modernidade a natureza é um objeto a ser dominado e manipulado.

Nessa direção, o trabalho que as mulheres desempenham na produção da vida não é interpretado como uma interação consciente de uma pessoa com a natureza, mas como um ato da própria natureza, que gera plantas e animais sem ter autocontrole sobre esses processos. Essa definição da interação feminina com a natureza como ato da natureza possui vastas consequências.

É extraordinário que o tratamento das mulheres na sociedade capitalista iguale-se ao tratamento da natureza. Assim como a natureza exterior, as mulheres são objetos que a humanidade tenta dominar e oprimir, arruinar e tornar românticos; elas são objetos de conquista e penetração, da mesma forma como idolatria e culto. A linguagem é exata. As mulheres são postas em pedestais somente quando sua dominação social está garantida; precisamente como se faz com relação à natureza, a romantização é aí uma forma de controle (SMITH, 1984, p.43).

Tanto Smith (1984) quanto Mies (2016) reconhecem que se esconde por trás desse conceito, distorcido biologicamente, de natureza uma relação de dominação, o domínio dos seres humanos (masculino) sobre a natureza (feminina).

Devido a essa visão biologista da atividade feminina, as suas tarefas não são definidas como trabalho. O conceito de trabalho nas relações capitalistas é majoritariamente utilizado no sentido restrito ao chamado “trabalho produtivo”, e isso significa trabalho que produz mais-valia. Embora mulheres também desempenhem o trabalho produtor de mais-valia, o conceito de trabalho é dotado de uma marca masculina, pois as mulheres são definidas tipicamente no capitalismo como donas de casa, ou seja, como não-trabalhadoras.

O próprio conceito de divisão sexual do trabalho também é biologicamente distorcido. Observado de maneira superficial, esse sugere que homens e mulheres se dividem nas diferentes e indispensáveis tarefas na produção social. O conceito, porém, oculta o fato de que as atividades masculinas são consideradas aquelas verdadeiramente humanas (isto é, conscientes, racionais, planejadas), enquanto as femininas, por sua vez, parecem determinadas principalmente por sua “natureza” (MIES, 2016). Nessa direção, as origens da divisão sexual do trabalho esta alicerçada sobre uma relação hierárquica, exploratória é intencional e não meramente uma simples divisão de tarefas entre parceiros iguais.

Como vimos em Marx (2009), o processo de trabalho em sua forma elementar é atividade consciente para a geração de valores de uso. A alteração da natureza própria e externa acompanha esse processo de produção. Isso significa que, em relação a homens e mulheres, eles não alteram apenas o ambiente, mas também seus corpos. Apropriação da natureza significa, então, apropriação da sua própria corporalidade, ou ainda: humanização da sua própria corporalidade.

Cada produção requer um meio de produção. O primeiro – e último – meio de produção com o qual seres humanos atuam sobre a natureza é o próprio corpo. Os corpos são, assim, o pressuposto eterno de todos os demais meios de produção. Contudo, os corpos não são apenas “ferramentas”, com as quais seres humanos intervêm na natureza exterior, os corpos são também o objetivo deste trabalho, ou seja, a satisfação das necessidades humanas. As pessoas

utilizam seus corpos não apenas para gerar valores de uso: por meio do consumo de seus produtos, elas também mantêm seus corpos vivos, em sentido mais amplo.

Nesse sentido histórico-social, o próprio corpo é percebido não só como primeiro instrumento de trabalho ou meio de produção, mas também como primeira força produtiva. Assim, ao contrário dos animais, a relação do ser humano com a natureza é também produtiva. Na apropriação histórica da produtividade – ou das forças produtivas – do próprio corpo, a diferença sexual entre mulheres e homens teve vastas consequências.

O que caracteriza a relação do sexo feminino com a natureza, tanto a sua própria quanto a externa? Inicialmente deve-se observar que a totalidade do corpo das mulheres é tida como produtiva, não apenas suas mãos ou sua cabeça. Por meio do seu corpo elas produzem novas pessoas, bem como seu primeiro alimento. É de suma importância para nosso questionamento que a relação entre parir e amamentar seja vista como uma atividade histórico-social verdadeiramente humana, isto é, consciente.

Mies (2016) defende que as mulheres apropriaram-se da sua natureza corporal da mesma forma que os homens (suas mãos e sua cabeça adquiriram habilidade, por meio de trabalho e reflexão, na criação e manuseio de ferramentas), por isso a atividade de dar à luz e alimentar as crianças deve ser interpretada como trabalho.

Um dos maiores obstáculos à emancipação das mulheres é a interpretação dessas atividades como funções puramente biológicas, comparáveis àquelas de outros mamíferos e, portanto, fora de seu próprio e consciente controle. Essa equiparação da produtividade do corpo feminino com a fertilidade animal é um resultado da divisão patriarcal do trabalho, mas não sua condição.

Mulheres observaram e estudaram as mudanças de seus corpos e adquiriram, ao longo de sua história, um valioso acervo de conhecimento empírico sobre as forças produtivas de seus próprios corpos, sua sexualidade, ciclo de suas menstruações, sobre gravidez e parto. Essa apropriação de sua corporalidade está estritamente ligada à aquisição de conhecimento sobre as forças produtivas da natureza, sobre plantas e animais, terra, água e ar (MIES, 2016, p. 846).

A relação das mulheres com a terra, água, plantas e animais era praticamente uma relação de mulher para mulher, de um ser dotado de espírito com outros nas mesmas condições. Dessa forma, a produção de algo novo só foi possível quando a mulher “colaborou com a natureza”. As mulheres refletiram sobre experiências anteriores, aprenderam e as transmitiram a seus parentes e descendentes. Isso significa que elas não eram cegamente entregues às forças geradoras de seus corpos, porém estavam na condição de manipulá-las.

A produção de novos seres está intimamente ligada à produção de meios de subsistência para essa vida. Mães que davam à luz e amamentavam eram também levadas a obter comida para si e para sua prole. A apropriação de suas capacidades corporais de produzir filhos e leite as tornou também as primeiras fornecedoras do alimento diário.

A primeira divisão do trabalho entre os sexos, a saber, entre a atividade de coleta das mulheres e a caça esporádica dos homens, tem como fundamento o fato de que as mulheres tinham, por necessidade, a responsabilidade pela sua própria subsistência e de seus filhos pequenos. A coleta de alimentos duráveis foi desde o princípio uma atividade social (MIES, 2016).

A necessidade do abastecimento diário de alimentos para si e seus filhos levou as mulheres a terem um rico conhecimento sobre as plantas, a terra, as águas e as estações do ano. Essa coletânea de experiências ao longo de milhares de anos levou finalmente à invenção do cultivo regular de plantas.

Kallontai (1976) afirma que as mulheres foram as descobridoras da agricultura. Isso se deu durante as épocas em que estavam amamentando e não podiam sair para a caça com o bando, estas se viam obrigadas a ficar e esperar o regresso do grupo. Por não disporem de muitas provisões precisavam buscar nos arredores frutas e vegetais comestíveis.

No ato de se alimentar, caíam grãos no solo que, depois de algum tempo, percebiam que esses haviam começado a germinar. Assim, a mulher se deu conta que o vegetal amadurecia ao ponto de ser consumido, ou seja, percebeu então que não era necessário esforço para ter alimento próximo de onde habitavam (KALLONTAI, 1976; MAZOYER, ROUDART, 2010; LEÓN, 2003). Com o processo de observação e experimentação as mulheres conseguiram dar um salto de qualidade na vida das tribos e revolucionar o processo de reprodução da vida.

Essa invenção é um fenômeno recente na história da humanidade e ocorreu no período neolítico, principalmente na Eurásia, onde houve o primeiro cultivo de cereais silvestres. Ele e diversos outros cientistas narram essa invenção em conjunto com as ferramentas utilizadas pelas mulheres. A produção de nova vida e de alimentos não é apenas uma atividade consciente e humana, é também produção social. Ao contrário dos homens adultos, que conseguiam coletar e caçar para si sozinhos, as mulheres eram levadas a obter comida para si e para seus filhos. Isso significa que a sua relação com a natureza era de cunho social.

Elas (*as mulheres*) não eram apenas as inventoras da primeira economia produtiva, a saber, a agricultura, mas também as inventoras das primeiras relações sociais, as relações entre mães e filhos. Essa relação é constantemente interpretada numa visão biologista de “instinto materno”. Todas as ideologias

fascistas mistificam a relação mãe-filho como condicionada ao instinto e remetem a mulher, dessa forma, ao reino da natureza (MIES, 2016, p. 848-849. *Acréscimo nosso*).

Como produtoras de nova vida, as mulheres foram também precursoras da primeira economia de produção. Sua produção é desde o início produção social e inclui a criação de relações sociais, ou seja, a criação da sociedade. Da forma que evoluiu ao longo da sua história e como materialmente sempre se deu, a relação do feminino com a natureza foi modificada por efeito do processo civilizatório patriarcal, de modo que a maioria das mulheres perdeu a conscientização sobre sua própria produtividade, que ainda subsiste.

Semelhante à relação feminina com a natureza, a relação masculina tem uma dimensão material-corporal e histórica. O lado corporal dessa relação mostra que os homens tomam a natureza para si por meio de um corpo qualitativamente diferente do das mulheres. Os homens não conseguem compreender seus corpos como produtivos da mesma forma que mulheres, pois eles não geram nada de novo de seu corpo. A produtividade masculina, conseqüentemente, não pode surgir sem o intermédio de instrumentos e ferramentas externas (FEDERICI, 2017; MIES, 2016).

A contribuição dos homens para a produção da vida, apesar de necessariamente disponível, pôde se tornar visível apenas no decorrer de um longo processo histórico de influência na natureza externa. O conceito de que os homens têm sua própria corporalidade é um resultado do processo de reflexão da sua influência instrumental na natureza externa. Por isso, os conceitos com os quais homens refletem sobre seus corpos são frequentes analogias de sua interação com a natureza externa e com as ferramentas que eles utilizam em seu processo de trabalho.

A autoconsciência masculina, ou seja, consciência da sua humanidade está, portanto, intimamente ligada com a invenção e o controle da tecnologia. “Sem ferramentas o homem não é um ser humano” (MIES, 2016, p. 851). Esse é o motivo pelo qual a tendência é que sua relação com a natureza, tanto sua própria quanto a externa, se torne uma relação instrumental.

É mais fácil para homens compreender a natureza como algo fora de si próprio e esquecer que eles mesmos são parte da natureza, do que para mulheres que sempre são visivelmente lembradas desse fato. A ideia de que o homem, ao contrário dos animais, é, antes de tudo, um “animal que faz ferramentas” dá origem a esse pensamento.

Muitas analogias entre ferramentas (masculinas) e seus órgãos corporais, sobretudo sua genitália, expressam uma relação caracterizada pela dominação. Antes que os homens pudessem estabelecer uma relação de dominação com a natureza, com as mulheres e com os próprios corpos, eles precisavam

desenvolver uma produtividade que, ao menos aparentemente, fosse independente da produtividade feminina (MIES, 2016, p. 851).

Mies (2016) afirma que as sociedades matriarcais não são apenas, necessariamente, o início da história, mas a produtividade matriarcal é necessariamente a pré-condição de toda a evolução histórico-mundial até os dias de hoje.

A primeira forma de divisão sexual do trabalho com a qual nos deparamos historicamente é aquela entre mulheres, que essencialmente colhiam e posteriormente trabalhavam na capinagem, e homens, que em grande parte se especializavam na caça.

Essa divisão de trabalho só poderia surgir com base na produtividade feminina desenvolvida. Ela consiste no fato de que mulheres, como coletoras e agricultoras, estavam na posição de garantir alimentação cotidiana não só para si mesmas, mas também para toda a tribo ou clã. Eram elas quem providenciavam o sustento não só para seus filhos, mas consideravelmente para os homens, que nem sempre tinham sorte em suas expedições de caça.

Os defensores da hipótese do caçador creem que as primeiras ferramentas foram criadas por homens. As invenções das mulheres na atividade da colheita e na agricultura primitiva passam despercebidas. Isso se dá provavelmente, pois as primeiras ferramentas eram recipientes para apanhar e guardar alimentos: cestas, recipientes feitos de folhas, cascas e mais tarde canecas. Pás rústicas e enxadas foram outras invenções femininas (MIES, 2016).

Note-se que todas as ferramentas das mulheres eram meios de produção no sentido real, o que significa que elas eram utilizadas para produzir algo novo, transportar e armazenar aquilo que era produzido. Os instrumentos de caça, não são, no entanto, verdadeiros meios de produção. Eles não podem ser utilizados para outra finalidade senão matar.

Arco, flecha e lanças são, conseqüentemente, verdadeiros meios de destruição. Sua significação está no fato de que elas podem ser utilizadas para matar animais, mas também para matar pessoas. É essa ambivalência dos instrumentos de caça que foi decisiva para o desenvolvimento de relações sociais desiguais, exploradoras e para a divisão desigual do trabalho entre homens e mulheres, e não o fato de que os caçadores adquiriam uma posição hierárquica mais elevada por proporcionarem a carne como alimento rico em proteína.

A relevância da caça não está na sua contribuição econômica como tal, mas na sua específica relação com a natureza, que se deixa estabelecer através das armas. As características dessa relação são as seguintes:

- a) Armas não são instrumentos para multiplicar ou preservar vidas, mas para destruí-las. Por isso elas podem sempre ser utilizadas contra seres humanos também como um meio externo de coerção.

- b) Isso dá aos caçadores um poder sobre seres vivos, animais e pessoas, que não deriva da sua própria atividade produtiva. Caçadores não podem se apropriar somente do que se encontra na natureza, como as coletoras, as plantas e os animais o fazem, eles se apropriam de outros produtores e produtoras com a ajuda de armas, e os dominam.
- c) A relação que é transmitida pelas armas é, essencialmente, predatória ou exploratória, ou seja, com o auxílio de armas uma vida pode ser apropriada e subjugada, mas não produzida. Todas as relações posteriores de exploração entre produção e apropriação não puderam ser mantidas como meios de coerção sem as armas.
- d) A relação transmitida por armas possibilita uma relação de dominação entre caçador e natureza e é antagônica ao princípio cooperativo das coletoras. Essa relação de dominação tornou-se um componente integral de todas as futuras relações de produção instituídas pela humanidade. Sem o domínio sobre a natureza e as pessoas, os homens não poderiam ter construído um sistema produtivo, tampouco se compreender como produtivos.
- e) A “apropriação do produto natural para satisfazer necessidades humanas” (Marx) se torna um processo de apropriação unilateral com a ajuda de armas e leva finalmente à construção de relações de propriedade, mas não a uma “humanização” do natural.
- f) Como os caçadores não caçam apenas animais, mas podiam também assaltar os acampamentos e vilarejos de outros grupos, eles também podiam saquear mulheres e crianças sem portar armas e se apropriar como presas. Há muitas indicações de que nem todo o excedente econômico na forma de gado ou comida representava a primeira forma de propriedade privada, mas sim escravas femininas, que haviam sido roubadas (MIES, 2016, p. 858)

Neste ponto é importante esclarecer que não é a caça em si que estabelece uma relação de dominação e exploração entre as pessoas e a natureza e entre as pessoas entre si. Isso significa que a tecnologia da caça contém apenas a possibilidade de construir relações de dominação e exploração. Enquanto os caçadores permanecerem em seu restrito contexto social, eles não poderiam realizar essa possibilidade.

Sua contribuição econômica ainda fazia destes dependentes da produção de subsistência das mulheres. Podia haver diferenças entre mulheres e homens, porém os caçadores não estavam em condições de estabelecer um sistema de dominação desenvolvido. As “forças produtivas” só permitiriam esse feito quando se desenvolvesse a ampla agricultura e pastoreio.

Segundo Mies (2016) e Kallontai (1976), a permanente submissão das mulheres aos homens começou apenas com os pastores guerreiros, que viviam da gestão de gado e invasão em territórios estrangeiros passaram a dominar as funções reprodutivas das mulheres. Para Mies (2016), essa nova forma de sociedade só se tornou possível, no entanto, por dois elementos: pela posse de armas dos homens, que possibilitava o domínio sobre animais e pessoas, e pela longa observação do comportamento reprodutivo dos animais.

Nesse contexto, enquanto os homens modificavam o comportamento sexual e reprodutivo dos animais, subjugando seus interesses, eles descobriram sua própria capacidade de procriação. Com isso, alterou-se também a divisão sexual do trabalho.

Para os pastores, as mulheres passaram a não serem mais interessantes como trabalhadoras e produtoras de alimentos, mas como procriadoras de filhos, sobretudo de filhos homens. Sua sexualidade e fertilidade eram, por conseguinte, sujeitas à mesma exploração coercitiva como a dos animais. Isso significa que a produtividade foi apropriada pelos homens (MIES, 2016).

Podemos, então, atribuir a divisão assimétrica, desigual e exploratória de trabalho entre homens e mulheres a essa relação de produção predatória, que é condicionada ao monopólio dos homens sobre meios de coerção, armas e violência direta, pelas quais relações de dominação permanentes entre os gêneros podem ser construídas e mantidas.

Ainda de acordo com Mies (2016), essa divisão assimétrica de trabalho entre homens e mulheres, uma vez violentamente estabelecidos, foi conservada através de instituições poderosas como o sistema de casamento, sistema da família, pelo Estado e a construção de enormes sistemas ideológicos, sobretudo as religiões patriarcais. Assim, “em todas as grandes civilizações patriarcais, as relações entre mulheres e homens continham caráter de apropriação e coação, pelo qual as mulheres eram reduzidas a uma parte da natureza dominável” (MIES, 2016, p. 864).

Igualmente na história recente do feudalismo europeu, o modo predatório de apropriação viveu uma Renascença. Dessa vez, os objetos de apropriação cobiçados não eram apenas mulheres, escravos, gado e campos de pastos, mas terra agrícola. Junto com a terra, aqueles que a cultivavam eram também apropriados.

Analogicamente, as mulheres sob a economia predatória foram “englobados na natureza”. Para os senhores feudais, seus corpos não pertenciam mais a elas mesmas, mas àqueles que haviam conquistado a terra mediante a força das armas. Isso significa que, mesmo depois de a apropriação violenta ter sido substituída por formas “pacíficas” de controle laboral, o modo de produção feudal se baseava, em última análise, no monopólio sobre meios coercitivos nas mãos da classe dominante.

O mesmo pode-se dizer do capitalismo. Quando a acumulação do capital tornou-se o motor da atividade produtiva, o trabalho assalariado tornou-se a forma dominante de controle do trabalho. É certo que a prevalência dessa relação “pacífica” de exploração entre capital e trabalho, se deu apenas depois de séculos de uma enorme expansão do modo predatório de

apropriação. Roubo direto de ouro e prata e de outros produtos desejados nas colônias espanholas e portuguesas na América, de escravos na África, saques e extorsões de produtores primários de temperos e produtos têxteis no sul e sudeste da Ásia revelou-se como a atividade “mais produtiva” da burguesia europeia em ascensão desde o século XV.

O capitalismo não eliminou formas brutais de controle sobre a capacidade de trabalho, pelo contrário, como constata Wallerstein, com maior razão, as criou. “Por isso a escravidão (é) [...] em grande parte uma instituição capitalista, intimamente ligada a antigas etapas pré-industriais da economia mundial capitalista” (WALLERSTEIN, 1974, p. 88). Trabalho forçado e escravidão são novamente apenas possíveis, quando, de um lado os senhores dessa forma de produção detêm o monopólio de armas efetivas e, de outro lado estão disponíveis amplos criadouros, fora de sua própria esfera, nas quais as mulheres produzem suficiente “gado humano”, que pode ser caçado, apropriado e subjugado.

O que certamente diferenciava o capitalista dos antigos pastores nômades é o fato de que ele não se importa com a reprodução desse gado humano, ele não é primeiramente um produtor, mas um apropriador. Nesse sentido, não apenas determinadas mulheres, precisamente as africanas, eram definidas como animais reprodutores de gado humano, mas também era necessário assegurar que a extração desse gado das fêmeas reprodutoras, que se tornaram um recurso natural, acontecia fora da esfera em que o capital era acumulado, isto é, fora da Europa, “de modo que a Europa não precisava se preocupar com as consequências econômicas para a região de reprodução, que através da ampla caça a escravos tinha sua força de trabalho roubada” (WALLERSTEIN, 1974, p. 89).

O que interessava aos primeiros capitalistas nesse gado humano era apenas sua força muscular, sua energia. A natureza era para eles um reservatório de matéria-prima e as mulheres africanas eram aparentemente uma fonte de energia inesgotável. A apropriação predatória dessa força de trabalho humana e sua exploração por meio de violência direta possibilitava à ascendente burguesia europeia a acumulação de seu primeiro capital de investimento.

Federici (2017) aponta que o processo de “naturalização” afetou não apenas as colônias em geral e as mulheres da classe trabalhadora, mas ainda as mulheres pertencentes à burguesia que também eram definidas a partir da natureza, como procriadoras e educadoras da maior parte dos herdeiros masculinos da classe dominante. Em contraste às mulheres africanas, cujos produtos (seres humanos) eram apenas roubados e apropriados, as mulheres da burguesia eram submetidas a uma rígida administração e seleção reprodutiva, que as roubava toda autonomia sexual e produtiva.

Essa domesticação das mulheres da classe burguesa, sua transformação em donas de casa, dependentes da renda do marido, tornou-se o modelo da divisão sexual do trabalho nas relações capitalistas. O processo de domesticação das mulheres para torná-las donas de casa não era apenas a condição para a reprodução mais barata da força de trabalho, mas também uma necessidade política para ter as funções reprodutivas das mulheres – na verdade de todas as mulheres – sob controle.

Mies (2016) e Federici (2017) constatarem que o processo de proletarização dos homens foi então acompanhado da domesticação das mulheres. Da mesma forma, esse processo de imposição da versão capitalista da divisão sexual do trabalho também não transcorreu de forma pacífica. As mulheres europeias se tornaram, apenas após séculos dos mais brutais ataques contra sua autonomia sexual e econômica, as donas de casa dependentes e caseiras, que a princípio todas nós somos hoje.

Em contrapartida à caça aos escravos na África, havia a caça às bruxas na Europa nos mesmos séculos. Por mais que os homens (capitalistas) buscassem tornar as mulheres parte da “natureza”, delas se apropriar e as explorar, eles eram confrontados com um dilema fundamental: eles não podiam produzir pessoas e tampouco força de trabalho humana sem as mulheres.

Como a escravização de mulheres e homens africanos não bastava para tornar homens europeus dóceis escravos assalariados, era necessário também que as funções produtivas e reprodutivas das mulheres europeias fossem tidas sob controle. Do século XIV ao XVIII não apenas as artesãs foram deslocadas da esfera produtiva pela burguesia urbana ascendente e pelos membros das guildas, mas milhões de mulheres, em sua maioria pobres, urbanas ou agricultoras, foram queimadas, torturadas, atormentadas por anos, denunciadas como bruxas, porque elas tentavam exercitar autonomia sobre seus corpos, sobretudo sobre o processo de produção de nova vida (FEDERICI, 2017).

Mies (2016) chama atenção para o fato que nessa época a mulher ainda não era vista como um ser sexual passivo ou até assexual, como aparecia na segunda metade do século XIX até os anos sessenta de nosso século, isto é, até o início do movimento de mulheres. Pelo contrário, as energias sexuais da mulher eram consideradas uma ameaça ao homem virtuoso, leia-se, o burguês ascendente, cujas energias mental e física deviam ser transmitidas à acumulação de capital e não ao prazer, e cuja “pureza” dos seus sucessores, isto é, os herdeiros do seu patrimônio, deveria ser assegurada.

Para controlar a sexualidade de suas mulheres, os homens eram instruídos a tratá-las e a puni-las de forma severa. Todos esses ataques diretos e ideológicos contra a natureza pecadora das mulheres serviam essencialmente à imposição da hegemonia masculina em todas as esferas econômicas e não econômicas. Ao final desse “processo civilizatório”, encontramos as mulheres suficientemente disciplinadas a trabalhar como dona de casa para um homem ou como trabalhadora numa fábrica, ou como ambas.

Igreja, Estado e, sobretudo a família, forneciam necessários pilares ideológicos e institucionais para essa auto-repressão. A separação do local de trabalho da família e a restrição imposta às mulheres formavam, por último, o elemento estrutural para a consolidação da nova forma de divisão sexual do trabalho, pela qual todas as mulheres eram compreendidas como donas de casa e todos os homens como provedores.

A divisão assimétrica do trabalho, imposta entre mulheres e homens, é o modelo a partir do qual o mundo inteiro está integrado num sistema de divisão do trabalho desigual e explorador. Apesar de, pelo menos nos países industrializados, essa exploração do trabalho humano ter adotado a forma “racional” da troca desigual, a manutenção dessas relações desiguais é sempre garantida por meio de coação direta.

Em síntese, podemos dizer que as formas de divisão assimétrica e hierárquica do trabalho, evidenciada ao longo da história, são, até a nossa época, baseada no modelo predatório e armado do homem-caçador, que se apropria de produtores e produtos sem produzir por si mesmo. Sua assim chamada produtividade pressupõe a exploração da natureza e de outros produtores e produtoras.

Para Fougeyrollas-Schwebel (2009), trabalho doméstico, produção doméstica, economia doméstica, serviço doméstico, atividades do lar, atividades domésticas, cuidadora de pessoas, dona de casa, esposa, mãe, todos esses termos têm conotações disciplinares e conceituais distintas que suscitam controvérsias sobre o significado que se deve dar à expressão “trabalho doméstico”.

Definimos o trabalho doméstico como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família, trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 257). O elemento desvalorizante do trabalho doméstico decorre do fato que, ao contrário da esfera econômica em que as mercadorias são trocadas por outras, existe a disponibilidade permanente do tempo das mulheres a serviço da família.

Federici (2017) afirma que a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. Em muitos casos, serviram também para desviar o antagonismo de classe para um antagonismo entre homens e mulheres.

Para Antunes (1999), é evidente que a ampliação do trabalho feminino no mundo produtivo das últimas décadas é parte do processo de emancipação parcial das mulheres, tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmeras formas de opressão masculina, que se fundamentam na tradicional divisão social e sexual do trabalho.

Mas, esse processo tem sido central para a incorporação do trabalho feminino de modo desigual e diferenciado no sistema de produção capitalista. A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital.

No universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria (ANTUNES, 1999).

Sem essa esfera da reprodução não-diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas. Mas o capital tem sabido também se apropriar intensificadamente da polivalência e multi-atividade do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico.

Enquanto os homens - pelas condições histórico-sociais vigentes, que são como vimos, uma construção social sexuada - mostram mais dificuldade em adaptar-se às novas dimensões polivalentes (em verdade, conformando níveis mais profundos de exploração), o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres (ANTUNES, 1999, p.110).

O que, portanto, era um momento efetivo ainda que limitado de emancipação parcial das mulheres frente à exploração do capital e opressão masculina, o capital converte em uma fonte que intensifica a desigualdade.

Diante desse cenário, Biase (2007) aponta que no contexto da agricultura moderna, a intensificação das relações capitalistas no campo reduz compulsoriamente o espaço da

agricultura familiar. Diante da diminuição do território camponês, o espaço destinado à produção para o mercado (masculino) ganha importância em relação ao terreiro/quintal ou arredor de casa (feminino), e, portanto, adquire maior área relativa ao tamanho da unidade familiar camponesa.

A inversão de valores serve não apenas para desconstruir as relações tradicionalmente existentes, mas promove a supervalorização dos produtos do mercado. A alimentação produzida na propriedade passa a ser considerada inferior àquela comprada no mercado. Juntamente à desvalorização do espaço produtivo destinado ao auto-consumo, acontece a desvalorização da mulher enquanto ser social (BIASE, 2007).

4.2. RELAÇÕES DE GÊNERO

Se a divisão sexual do trabalho “regula” a divisão assimétrica das tarefas e as relações de poder entre homens e mulheres, as relações de gênero nos ajuda a compreender o papel designado socialmente para cada sexo. Franco e Thomaz Jr. (2003) afirmam que o enfoque de gênero na perspectiva analítica é fundamental para a apreensão dos códigos, formas de controle e gestão do trabalho, e dos arranjos territoriais promovidos pela reestruturação produtiva do capital.

As relações de gênero têm sido um conceito útil para explicar muito dos comportamentos de mulheres e homens na sociedade, contribuindo para compreender as discriminações que as mulheres enfrentam no trabalho, na vida pública, no exercício de sua sexualidade, na reprodução, na família e na luta pela construção de sua cidadania (JALIL, 2013). Faria e Nobre (1997) afirmam que o conceito de gênero passou a ser discutido, a partir da década de 1970, entre diversos campos científicos, tornando-se indispensável numa abordagem teórica crítica, que busca pensar a construção das relações sociais.

Esse conceito coloca claramente o ser mulher e o ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e dos papéis sociais destinados a cada um. Por isto, gênero, um termo emprestado da gramática, foi a palavra escolhida para diferenciar a construção social do masculino e do feminino do sexo biológico (FARIA; NOBRE, 1997, p. 29-30).

Poderíamos nos referir aos gêneros como obras culturais, modelos de comportamento mutuamente excludentes cuja aplicação supõe o hiperdesenvolvimento de um número de potencialidades comuns aos humanos em detrimento de outras. Modelos que se impõem ditatorialmente às pessoas em função do seu sexo (SCOTT, 1995).

Nesse intento, gênero, para Scott (1995), trata-se de uma categoria de análise das relações de poder, assim como classe social e raça, e se refere ao modo como as diferenças sexuais são construídas e trazidas às práticas sociais, e tornadas partes do processo histórico. De acordo com a autora, a categoria gênero é uma construção associada aos atributos socioculturais que se aplica, de forma diferenciada entre os sexos, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e os atributos sociais destinados a cada um, assim, gênero é a organização social da diferença sexual.

Lerner (1990) aponta que o papel e comportamento considerado apropriado para os sexos foram expressos em valores, costumes, leis e funções sociais, assim, toda construção cultural que temos é regida por esses códigos compreendidos como o “normal”, portanto, o que se espera de cada sexo. Então, os papéis sociais são na verdade imposição, e o gênero nos auxiliam a perceber e questionar essas imposições, que rebatem em desigualdade e opressão de um sexo sobre o outro.

Nos dizeres de Lamas (1995, p. 15), “*La cultura marca a los seres humanos con el género y el género marca la percepción de todo lo demás: lo social, lo político, lo religioso, lo cotidiano. La lógica del género es um lógica de poder, de dominación*”, os gêneros são as manifestações de uma desigual distribuição de carga na produção social da existência, onde, a sociedade estabelece uma classificação de responsabilidades que são alheias às vontades das pessoas, sendo que os critérios dessa distribuição são sexistas, classistas e racistas.

Jalil (2013) aponta que a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada, gera hierarquizações e relações de poder na sociedade. Quando refletimos essa questão, percebemos que as construções de gênero, nada mais são, do que barreiras construídas num plano imaterial das relações sociais, relegando espaços de homem e espaços de mulher. Assim, para Saffioti (2004), o gênero é a construção social do masculino e do feminino, que vem desde o útero.

De acordo com Federici (2017), se é verdade que na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções do trabalho, o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe.

Nessa direção, Saffioti (2004) propõe para a análise das relações sociais uma unidade dialética entre classe, gênero, raça, que pode ser percebido concretamente na estrutura tripartite da sociedade: Patriarcado, Racismo e Capitalismo. Dessa forma, o gênero permite identificar a

construção social do ser homem e ser mulher na perspectiva de desnaturalização das identidades e das desigualdades entre os sexos. É, portanto, um elemento estruturante das relações sociais.

As relações de gênero, na perspectiva da totalidade, articulada com as relações de classe e de raça, estruturam e consolidam o real em suas múltiplas complexidades. Cisne e Gurgel (2008) afirmam que como base analítica, gênero desvenda as desigualdades entre homens e mulheres, situados como sujeitos numa ordem determinada pela produção, troca e consumo, evidenciando também as dimensões simbólicas, normatizadas e socializadas na produção das subjetividades.

A discussão sobre gênero possibilita a busca dos significados das representações tanto do feminino quanto do masculino, inserindo-as nos seus contextos sociais e históricos. A análise das relações de gênero também implica na compreensão das relações de poder. Nesse sentido, a autora acrescenta que essa relação permite a apreensão de duas dimensões, a saber: o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos; e o gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis.

Nessa direção, o gênero é um recurso analítico utilizado para questionar as relações sociais e como estas configuram relações de poder. Concordamos com Jalil (2013) quando ela nos diz que sob a lente do gênero, rompe-se com a polaridade entre masculino e feminino, homem e mulher, percebendo e questionando o que há por trás dessas construções sociais, bem como propondo outra forma de olhar os problemas sociais, questionando a epistemologia patriarcal.

4.3. ONDE ESTÃO AS MULHERES DENTRO DO CAMPESINATO? LANÇANDO UM OLHAR SOBRE O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR

As teorias campesinistas são extremamente importantes para nos ajudar na compreensão da classe camponesa, suas especificidades e desafios. No entanto, é inegável que tais teorias são constructos historicamente permeados pela modernidade, ocidentalidade e patriarcalismo. Pensadas por sujeitos homens, dentro da matriz do pensamento eurocêntrico, portanto reproduzem o padrão da colonialidade e de gênero. Diante desse limite, o feminino é analisado através de categorias atravessadas pelo binarismo patriarcal, que normaliza a dicotomia homem e mulher, que compreende a produção através do economicismo do capital, que só enxerga valor nas mercadorias que são pertencentes ao circuito do mercado.

Compreendemos que essa ótica de analisar o campesinato, por sua vez, impossibilita a) de escutar das inaudíveis vozes femininas e feminizadas; b) de ver e sentir os corpos femininos que historicamente são percebidos apenas como reprodutor de mão-de-obra; c) de valorizar o trabalho feminino que é cotidianamente responsável pela produção e reprodução da vida nas unidades camponesas de produção familiar; e) de perceber as diversas violências sofrida pelas mulheres camponesas; f) de compreender as relações patriarcais que atravessam o cotidiano do campesinato, e que conseqüentemente ditam o lugar da mulher camponesa.

O campesinato rural da América Latina está composto em sua maioria por mulheres, e esses sujeitos e suas vivências, por muito tempo estiveram apagadas, obedecendo a “ordem” imposta pelo patriarcado e suas facetas, discutidos neste capítulo (divisão sexual do trabalho e relação de gênero), onde o poder de decisão é do homem. Brandão (1993), em seus estudos, nos ajuda a perceber essas relações de poder que perpassam a estrutura familiar camponesa em sua organização interna de produção. O autor aponta que a família camponesa é um trabalhador coletivo, porém, esse fato (trabalhador coletivo) não quer dizer que as tomadas de decisão partam do grupo, mas geralmente do esposo-pai, que é ao mesmo tempo, pai-patrão-proprietário.

O pai-patrão-proprietário é o detentor do poder de decisão, e é também dos meios de produção e da terra. Como já vimos no capítulo três, a terra é um elemento central para a reprodução do campesinato, no entanto, mais que objeto de trabalho e de exploração física e do valor econômico, ela guarda consigo um valor moral. Woortmann e Woortmann (1997) apontam que a terra não é somente uma materialidade, ela é também um patrimônio carregado de valores simbólicos, uma sacralidade, concebida como uma dádiva. A terra torna-se condição necessária para a realização do sujeito enquanto trabalhador.

Aqui temos uma pista importante para entendermos a invisibilidade feminina no contexto do campesinato, se é verdade que é a posse da terra que afirma o sujeito enquanto trabalhador, a mulher que historicamente não é possuidora de terra, nem dos meios de produção, ela é outra coisa, menos trabalhadora. Ademais dessa situação, essa condição coloca a mulher em alto grau de vulnerabilidade e de dependência em relação aos homens nas famílias camponesas.

Para Woortmann e Woortmann (1997), o processo de trabalho pode ser visto como uma construção simbólica relativa à hierarquia familiar, que garante ao homem o domínio nos processos decisórios do arranjo doméstico, remetendo à apreensão do homem como aquele que trabalha, e que por isso, o que tem condição de provedor e de chefe da família, portanto, o que

governa. Nessas relações, se desenha uma estrutura familiar, centrada numa hierarquia, onde mulheres e crianças possuem apenas papel acessório.

Se por um lado as teorias do campesinato lidam com uma família que está centrada no homem, o empírico da dissertação trouxe consigo um conjunto de elementos que me permitiram analisar a família camponesa sob a ótica do trabalho feminino, nessa direção eu falo desde uma construção matriarcal, um processo em curso de organização política e transformação de consciência, que só é possível quando i) a mulher camponesa acessa o controle dos meios de produção, ii) da terra, iii) compreende-se enquanto sujeito político decisivo para os rumos de sua comunidade, iv) acionam elementos históricos que a posicionam enquanto responsável pelo descobrimento da agricultura e posteriormente como produtora dos alimentos básicos responsáveis pela reprodução familiar, v) constroem estratégias para elevação de consciência e outros.

Diante desse contexto, concordamos com Seibert (2019) quando afirma que é necessário reconhecer que dentro da unidade familiar camponesa há desigualdades, discriminações, hierarquias de poder, e inclusive, violências que recaem primordialmente sobre as mulheres. Em nossa sociedade patriarcal, o campesinato não está exímio da reprodução de relações baseadas neste sistema de dominação e exploração das mulheres, pelo contrário, o conservadorismo do campo e as próprias condições de vida, de produção e culturas escondem práticas machistas e patriarcais profundas.

Esse pensamento fomenta nossa visão de que não se deve romantizar a família camponesa como uma unidade de relações entre iguais, e algumas de suas práticas tradicionais, que por diversas vezes, enraizadamente, naturaliza e justifica como parte da cultura as relações hierárquicas e de desigualdade. Tais práticas devem ser desvendadas e eliminadas, e culturas e tradições que se baseiam na discriminação, opressão e exploração das mulheres e de qualquer membro da sociedade devem ser questionadas e transformadas.

Nessa direção, pensamos que o diálogo com o Feminismo Camponês e Popular, enquanto uma teoria-movimento construída por mulheres do campo, com identidade camponesa, e a partir das lutas dos povos, seria fecundo para visibilizar as práticas femininas e as opressões que permeiam o campesinato, mas que não comparecem nas teorias. Não é nosso objetivo fazer uma extensa explanação sobre o Feminismo Camponês, nem nos aprofundar em sua história de construção, talvez em outro momento o façamos. Nesse momento desejamos trazer a essência dessa construção e demonstrar como essa contribui para visibilizar, questionar, denunciar e anunciar a vida e luta das mulheres camponesas.

O aumento dos conflitos no campo provocado pelos processos expansivos do capital exigiu (e exige) cada vez mais que os movimentos socioterritoriais se organizem na luta pela defesa dos seus territórios. Nesse contexto, percebe-se também a importância da articulação e da resistência das mulheres do campo, das florestas e das águas. Nessa esteira, foi possibilitada nos últimos anos, a inclusão da discussão sobre questões de gênero dentro das famílias rurais, nos próprios movimentos e na sociedade como um todo, tais debates incidiram, permearam e espalharam em maneiras de combater o atual sistema de desigualdades que se sustenta, em linhas gerais, a partir de uma estrutura patriarcal, capitalista, racista e classista (CHEHAB; CARVALHO, 2020).

É nesse cenário que emerge um feminismo camponês e popular, ou seja, um feminismo refletido e construído a partir da própria realidade das mulheres do campo, pautado na identidade da luta dos seus movimentos sociais rurais. Esse é um conceito que nasce no seio dos próprios movimentos e que vem sendo forjado, de maneira conjunta, pelas mulheres camponesas do Brasil – e da América Latina. Tal feminismo guarda, portanto, raízes na prática da vida cotidiana das mulheres camponesas (CHEHAB; CARVALHO, 2020, p.158).

As mulheres do campo, através dos seus movimentos, estabelecem paulatinamente um conjunto de lutas contra todos os tipos de opressões e se afirmam como feministas. O Feminismo Camponês e Popular parte da história construída e vivenciada pelas mulheres dos campos, das florestas e das águas, que ao longo de suas jornadas de luta, se percebem enquanto sujeitos portadores de direitos e capazes de transformar a realidade. Para Araújo (2020), a construção desse feminismo avança na elaboração e na articulação das lutas das mulheres ao identificar as contradições que atingem suas vidas; as violações e opressões que as ligam em sofrimento e os laços comuns que unem e as mobilizam em lutas, sem que não se perca nem se negue suas identidades individuais.

Para o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (2018), é a partir desse feminismo que as mulheres envolvidas no movimento passam a questionar tudo que antes era invisibilizado ou naturalizado pela sociedade. Refletem, assim, acerca das questões de gênero, raça, classe, etnia, deixando claro que lutam e acreditam na superação dessas opressões. Por seu turno, essa proposta teórico-prática de feminismo dialoga com a existência de outras opressões que atingem as mulheres, para além da opressão de gênero, a partir de um olhar interseccional. Considerando que analisar o contexto de desigualdades como advindas somente da opressão de gênero reduz a discussão e silencia as consequências do entrecruzamento dos demais tipos de opressão.

E é na militância em movimentos autônomos que as mulheres afirmam contundentemente que “quem sente e sabe do que as mulheres podem e devem são elas mesmas,

quem sente e sabe da opressão patriarcal, além da opressão do capital, deve reagir contra ambos.” (CONTE; MARTINS; DARON, 2009, p. 115). Assim, o Feminismo Camponês e Popular só pode ser entendido enquanto uma construção coletiva, por isso diversa, que expressa o acúmulo político e práxis das mulheres camponesas no Brasil e América Latina no âmbito da Via Campesina.

O MMC (2004) posiciona o Feminismo Camponês e Popular como uma prática fundamentada na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos, prática que necessariamente está associada à ação cotidiana de luta anticapitalista e antipatriarcal, desconstrução de conceitos e construção de novos valores e relações sociais desde uma perspectiva feminista. Por essas características, o Feminismo Camponês e Popular é, antes de tudo, um instrumento político, que busca a emancipação das mulheres camponesas. Mas, que no seu horizonte se faz presente também uma transformação ampla e estrutural da sociedade.

É no cotidiano que as mulheres e povos do campo veem suas riquezas (corpo, terra, sementes, água, cultura, espiritualidade, e seus conhecimentos ancestrais) sendo ameaçados pela expansão do modelo agroexportador de agricultura¹³, que é em essência agroindustrial, produtivista, insustentável e privatizado, incapaz de satisfazer as necessidades alimentares das pessoas e destruidor da natureza. Como para tudo é preciso ter um ponto de partida, a luta popular que se faz ao mesmo tempo feminista e camponesa, parte da necessidade de construir um projeto de agricultura centrado na produção de alimentos saudáveis, por isso permeado pela agroecologia (MMC, 2007; SEIBERT, 2019).

As mulheres defendem a construção de um projeto de agricultura camponesa agroecológica e feminista, em contraposição ao modelo do agronegócio. Entendendo a agroecologia “não [...] apenas *como* uma ideia, é um modo de vida, é concreto, faz parte da nossa realidade, é ciência construída com nossa experiência e dizer isso significa que construímos ela no dia a dia.” (MMC, 2018, p. 24). Nos moldes da agroecologia, esse projeto de agricultura defende a produção de alimentos saudáveis, de qualidade e diversificados para a mesa das famílias camponesas e para toda a sociedade, preservando a cultura e a identidade do campesinato que o modelo do agronegócio tem negado, desvalorizado e tentado extinguir.

No entanto, para as mulheres do campo, a libertação das opressões e exploração está relacionada com a libertação da terra, para tanto, a construção da agroecologia não pode ser pensada desvinculada do acesso à terra. Acessar a terra é um elemento garantidor de que as

¹³ Discorreremos sobre esse modelo de fazer agricultura no capítulo 3.

mulheres tenham condições materiais de produzir seus alimentos e a auto sustentação econômica, rompendo em muitos aspectos a condição de opressão e de exploração do trabalho feminino, e construindo independência frente à subordinação histórica à vontade do pai-patrão-proprietário.

Se entender feminista camponesa e popular é a certeza que desde seu modo de vida, de ser e de produzir, as mulheres ressignificam as relações de trabalho, e no interior da família, lutam para que essas se deem igualmente entre os sexos e as gerações, para que todos os membros da família participem em igualdade na tomada de decisão sobre os rumos da unidade familiar, para eliminar qualquer forma de discriminação, exploração, hierarquia de poder, submissão e violência.

Dentro da estratégia do feminismo camponês e popular se faz necessário a luta cotidiana por transformações desde o micro e o macro espaços de vida (ARAÚJO, 2020). Por isso, a palavra da vez é transformar. As mulheres com as lutas cotidianas (individual e coletivamente) transformam-se, e, a partir desse processo reconfiguram as relações pessoais e intrafamiliares e, com a consciência de sua identidade coletiva, afirmando-se como sujeito político que pautam para dentro da unidade de produção familiar e para toda a sociedade a urgência de construir um projeto de agricultura agroecológica, de defender seus territórios de vida, de valorizar o trabalho feminino, de reorientar os valores pelos quais a sociedade se pauta, e de projetar novas relações solidárias entre homens e mulheres.

4.4. TRABALHO FEMININO NA CONSERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS COMO CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA PARA O CAMPESINATO

Ao resgatarmos Bartra Vergés (2005) no capítulo 1, vimos que o campesinato se sujeita no mercado da troca, de crédito e de trabalho, formas que cotidianamente tolhem a autodeterminação camponesa. Já no capítulo 2, é perceptível que as leis de governança global se apresentam favoráveis ao modo capitalista de fazer agricultura e por vezes relega o campesinato à submissão de empresas sementeiras. Pensamos que todos os processos, técnicas e formas que embatam e busquem alterar essas dimensões de sujeição, são construções necessárias à autonomia camponesa.

Quando tratamos da autonomia camponesa estamos no marco de um processo histórico, processual e relacional, onde o campesinato enquanto sujeito coletivo constrói as suas próprias alternativas para continuar produzindo sua vida.

Para Ploeg (2008), o campesinato representa basicamente uma luta constante por autonomia. Essa autonomia implica, segundo o autor, dois tipos de relações: um tipo que assegura (pelo menos relativamente) que o camponês esteja livre de relações agressivas de exploração e submissão ao capitalismo, e outro (evidentemente ligado ao primeiro e condicionado por ele), que consiste na liberdade para agir de tal forma que a agricultura corresponda aos interesses e aspirações dos produtores envolvidos e não para atender as exigências do mercado.

Nesse contexto, o controle sobre as sementes possibilita ao camponês não mais ser refém do mercado para comprar sementes transgênicas, conseqüentemente não vai se sujeitar ao pacote tecnológico envolto nessas sementes. No ciclo produtivo esse sujeito garantirá sua liberdade de escolha, atrelado ao processo de preservação de suas práticas tradicionais tais como: a conservação das sementes que mais se adaptem aos seus gostos e aspectos climáticos para ciclos posteriores de cultivo; troca de sementes com vizinhos e os camponeses da sua comunidade; e a manutenção dos conhecimentos associados aos cuidados com os plantios.

Na construção da autonomia camponesa, as mulheres têm desempenhado um papel fundamental. Elas estão presentes na construção de experiências em todas as regiões do país, nos mais diferentes contextos socioambientais, apoiando e fortalecendo as organizações locais e suas lutas.

O primeiro aspecto que devemos levar em consideração é o extenso conhecimento feminino acerca das práticas que envolvem o ciclo da vida. Então, vão ser as mulheres as responsáveis pela observação e cuidado das espécies. Também são as mulheres que fazem de suas roças, quintais e/ou arredores de casa o lócus da produção e reprodução da diversidade.

Outro aspecto, este atrelado ao fato das matriarcas serem as principais responsáveis pelas trocas de sementes (filhas, mudas, brotos) e de conhecimentos tradicionais. É nas conversas entre comadres, na passada na casa da vizinha, na sociabilidade das feiras, que as mulheres vão intercambiando entre si e esse processo contribui sobremaneira na diversificação genética das espécies.

Esse hábito, que também possui um sentido de solidariedade, de gentileza e de manutenção dos laços de amizade, tem sua origem nos primórdios da agricultura e faz parte do processo de domesticação e manutenção das variedades crioulas (MEIRELLES et al., 2006). A contribuição econômica das mulheres do campo, das florestas e das águas, muitas vezes se oculta em relações que não necessariamente passam pelo dinheiro, como autoconsumo, trocas e doações daquilo que elas produzem.

É importante salientar o caráter multifuncional da mulher camponesa, essa que exerce uma múltipla jornada, e ao longo do dia não fica limitada a uma tarefa só, desenvolvendo diversos trabalhos importantes para a manutenção da família e da produção. Assim, elas se dividem entre os serviços domésticos, os cuidados com a família e o trabalho agrícola. Ao combinar diferentes modalidades de trabalho, elas formam um mosaico complexo, tornando difícil identificar onde começa ou termina uma atividade (CORDEIRO, 2007).

Cordeiro (2007) esclarece que diferentemente dos homens, que se dedicam inteiramente ao trabalho agrícola, as mulheres se desdobram entre os roçados, os terreiros e a casa para conciliar as diferentes demandas do grupo familiar.

Outra especificidade do trabalho feminino desenvolvido na agricultura camponesa é a responsabilidade das mulheres pelo processamento dos alimentos (produção de queijos, manteiga, remédios e doces, por exemplo) e a manufatura de diversos produtos (vassouras, cerâmica, retalhos e utensílios domésticos), além dos cuidados com os pequenos animais (galinhas, patos, porcos e cabras). As mulheres elaboraram várias estratégias que permitiram a circulação, em diferentes espaços e processos sociais, de uma ideia fluida e pouco demarcada sobre o trabalho feminino no espaço rural.

Não buscamos aqui romantizar as práticas femininas na agricultura, pois como já dissemos anteriormente, a esfera do cuidado fora delegada à mulher, a partir de processos sociais que desvalorizam essa esfera e posteriormente o trabalho feminino. Sabemos ainda que coexiste um contexto de desvalorização do trabalho feminino, as atividades masculinas e femininas cumprem papéis importantes na manutenção e reprodução da vida, o problema não está na diferença, está na inferiorização de um pelo outro, e isso por vezes reflete na família camponesa. Outro adendo importante para a compreensão do que dissemos até agora, é afirmar que não atribuímos à mulher o papel de “salvadora do mundo”, nem tão pouco, pensamos ser ela a única responsável pela construção da autonomia camponesa.

Concordamos com Desmarais (2013) e Jalil (2009) quando apontam que questionar a inferioridade do trabalho feminino, a divisão sexual do trabalho e as formas como esses fenômenos se materializam, é de extrema importância para que a autonomia camponesa também sirva para a emancipação das mulheres e construção de mudanças reais e mais justas nas relações entre homens e mulheres.

Afirmamos aqui a importância de reconhecer e valorizar o trabalho feminino na agricultura, esse que rebate diretamente: no controle das sementes, na expansão da agrobiodiversidade, no combate à erosão genética, na provisão de alimentos, no enftretamento

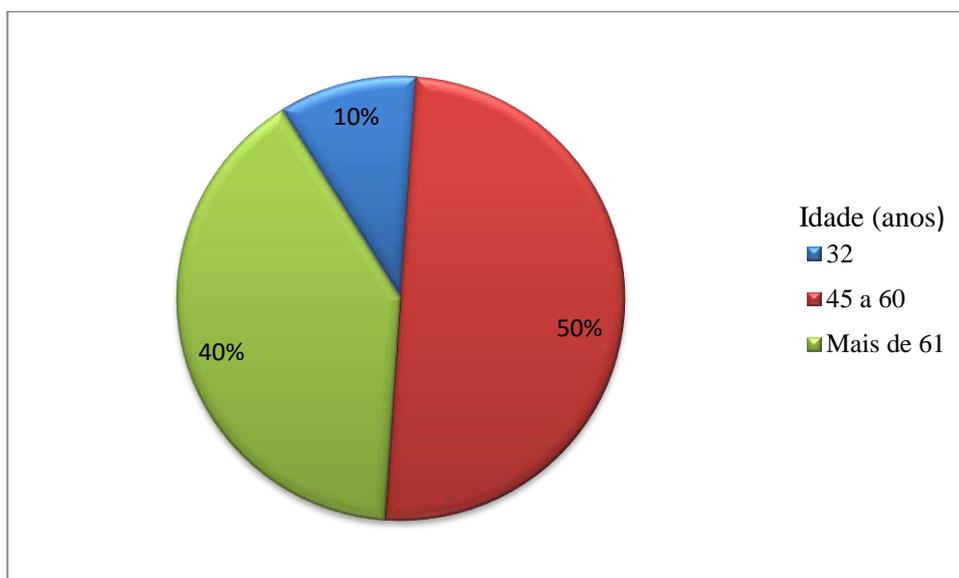
ao modo capitalista de agricultura e seu aparato tecnológico e jurídico e, assim, na produção e reprodução da vida e essas são elementos fundantes na construção da autonomia camponesa.

CAPÍTULO 05 – GUARDIÃS DE SEMENTES DO ALTO SERTÃO DE SERGIPE: RESISTÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIAS

A análise das informações coletadas buscou ir além da descrição dos elementos, procuramos compreender os processos e a realidade em sua complexidade, as formas de conhecimento e experiências das mulheres Guardiãs de Sementes no manejo e conservação da biodiversidade, a partir dos vários aspectos que se entrelaçam e as envolvem, das estratégias que criam e recriam cotidianamente, considerando os elementos produtivos, econômicos, culturais, os desafios no ambiente semiárido.

Dialogamos com dez Guardiãs de Sementes, com idades entre 32 e 72 anos (gráfico 4). São mulheres que sempre residiram no espaço rural, e, portanto, possuem vasta carga de experiências e saberes na produção da agricultura, e assim no que tange a conservação e multiplicação da biodiversidade. Pudemos perceber que a maioria das Guardiãs residiam há mais de vinte anos em suas respectivas comunidades, dessa forma, detinham a memória sobre as mudanças e continuidades ocorridas em seus espaços vividos

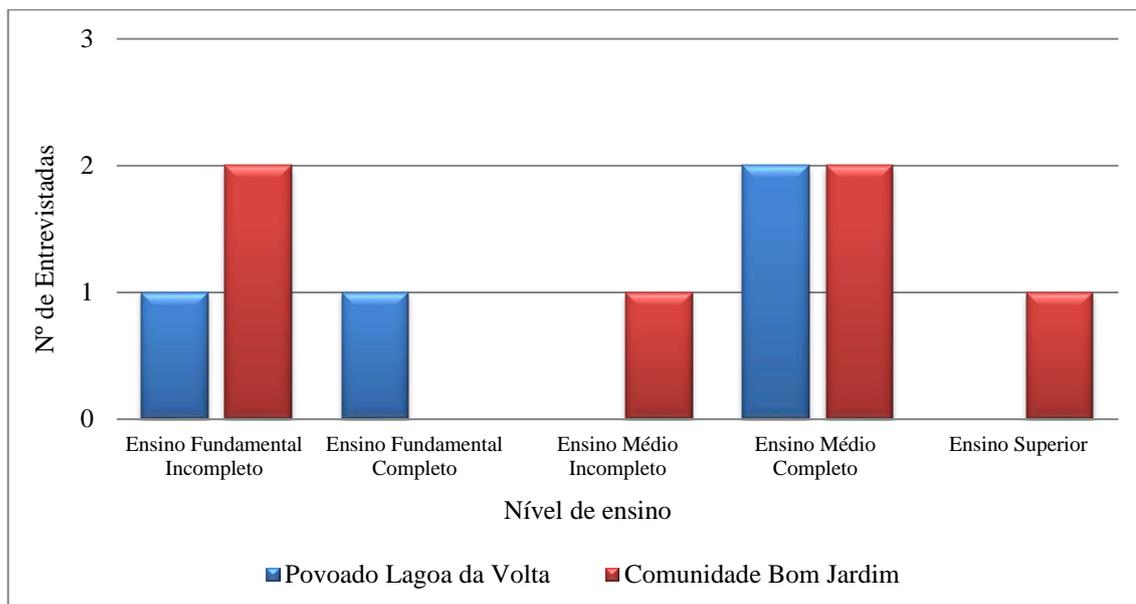
Gráfico 4 – Faixa etária das Guardiãs de Sementes entrevistadas



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Org.: Thais Moura dos Santos, 2019.

No que tange ao nível de escolaridade, todas as entrevistadas revelaram que tiveram acessaram a escola (Gráfico 5), no entanto, na maioria das vezes era necessário se dividir entre o trabalho e os estudos, como demonstra a entrevistada: “Minha fia eu estudei quase nada, eu estudei mobral, e essa outra escola eu estudei bem pouquinho que papai não deixava a gente ir pra escola, ele botava a gente na roça” (MC, 65, Comunidade Bom Jardim).

Gráfico 5 – Escolaridade das Guardiãs entrevistadas



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Org.: Thais Moura dos Santos, 2019.

Comparecem na fala das Guardiãs que o estudo não era visto como prioridade pelos seus pais. Por mais que esse fenômeno pareça uma irracionalidade ele é explicado pela ótica camponesa. Shanin (2005), ao compreender a unidade de produção familiar camponesa como uma unidade de produção e ao mesmo tempo de consumo, deixa claro que quando for necessário (e possível) toda a mão de obra familiar vai ser empregada para sanar as necessidades da família, o que inclui o trabalho das crianças e das mulheres.

Satisfazer as necessidades da unidade de produção familiar camponesa é a prioridade, é um fator importante na garantia da sobrevivência do campesinato enquanto sujeito coletivo, o que justifica a secundarização dos estudos em detrimento do trabalho.

Outro elemento que é usado pelas Guardiãs de Sementes para justificar esse fenômeno tem a ver com as relações de gênero,

5.1. SENTIDOS E SIGNIFICADOS DE SER GUARDIÃ DE SEMENTES CRIOLAS

São nas práticas da vida cotidiana que as mulheres se constroem e se afirmam enquanto Guardiã de Sementes, transmissoras de conhecimento e multiplicadoras da cultura que está associada a essa prática, por conseguinte, na escala do lugar negam os pressupostos da agroindústria sementeira. Diante disso, procuramos construir um entendimento sobre a significação e o sentido que está imbricado nesse sujeito a partir das definições encontradas nas falas das mesmas.

Eu acho que ser guardiã de sementes significa ter cuidado com elas, ter carinho pelas sementes, guardar direitinho (MA, 45 anos, Comunidade Bom Jardim).

Eu acho uma coisa muito importante porque você tá revivendo o tempo passado dos seus pais, preservando as sementes que eram deles (MC, 65 anos, Comunidade Bom Jardim).

Eu sei que guardar semente é guardar, é preservar e não só a semente né, é o conhecimento também, é guardar para se plantar, para ter, para não andar atrás dos outros, isso é ser guardiã (DM, 72 anos, Comunidade Bom Jardim).

Então, guardiã de semente é a pessoa guardar semente e ficar tranquila porque não vai estar se preocupando de comprar semente, sem saber se vai nascer ou não e a gente guardando a gente sabe que vai nascer (SR, 50 anos, Povoado Lagoa da Volta).

Minha filha eu me sinto muito orgulhosa de ser guardiã de semente, porque é não deixar nossa cultura morrer, é guardar pra mim e para quem mais precisar (CS, 55 anos, Povoado Lagoa da Volta).

Diante das falas percebe-se que a Guardiã de Sementes Crioulas em suas práticas cotidianas se relaciona intimamente com dimensões da vida que atravessam desde a manutenção das tradições familiares, a cultura camponesa e a construção de autonomia. O sentido de ser Guardiã se liga, no primeiro momento, ao elemento do cuidado com as sementes em todos os seus aspectos (plantio, colheita, seleção, armazenamento).

Nas falas e nas práticas realizadas no cotidiano do lugar, fica evidente que o sujeito coletivo Guardiã de Sementes tem relação direta com as dimensões da sociabilidade, reprodução e autonomia camponesa, pois os cuidados com a semente permitem a família o controle sobre o embrião da produção de alimentos, e a semente não é pensada por esses sujeitos como propriedade privada, mas como um bem que pode ser facilmente doado ou intercambiado com os vizinhos, parentes, amigos e as pessoas da comunidade.

São as relações sociais de reciprocidade que afirma uma coletividade entre pessoas que não só mantêm as sementes crioulas, mas de um posicionamento social, que se transforma em ideológico ao se contrapor à lógica do modelo dominante (OLANDA, 2015).

A dimensão da sociabilidade está diretamente atrelada ao melhoramento e aumento da diversidade genética. Processos como a produção, seleção e guarda das próprias sementes para o plantio na lavoura seguinte, a realização das trocas com outros grupos camponeses num processo de partilhas, dão o tom da criação e manutenção de verdadeiros mosaicos de variabilidade de espécies. São as Guardiãs responsáveis pelo melhoramento das espécies, produto da seleção das melhores sementes, que fazem colheita após colheita, pois como afirmou

a Guardiã SR, da Comunidade Lagoa da Volta, “A gente sabe que é uma semente boa porque quando a gente guarda, a gente guarda a melhor”.

Guardar as sementes todos os anos permite ter segurança e a garantia sobre o que é plantado. Se o camponês adquirir sementes fora, dificilmente terá a certeza de sua qualidade, arriscando-se inclusive a perder a safra. Da semente que está na sua casa, tem o conhecimento do tempo em que está guardada, o que garante a confiabilidade de germinação. Por serem fruto do conhecimento popular construído historicamente, a partir dos processos de observação da natureza, as sementes crioulas são adaptadas ao clima e aos sistemas de produção familiares.

Carvalho (2003, p. 68) nos ajuda a compreender como as Guardiãs aportam a construção da dimensão da autonomia, para o autor “as sementes são o primeiro elo da corrente alimentar. Quem controla as sementes vai controlar a disponibilidade de alimentos”, ao possuir o controle das suas sementes o campesinato constrói possibilidades concretas para superar a subordinação ao mercado capitalista, um processo relativo e gradativo que é encabeçado nas comunidades estudadas pelas Guardiãs de Sementes.

Corroborando com essa, ótica Gutiérrez (2013) concebe a semente como a própria vida, sendo a base da produção do alimento, e, portanto, é elemento básico da agricultura como estratégia social. Na vida camponesa, a posse das sementes próprias representa autonomia, liberdade, poder popular, independência e auto-suficiência. Em outros termos, o camponês que perde suas sementes fica em condições de dependência, pois os de fora vão determinar o novo plantio.

A autonomia camponesa é um processo em que a semente se mantém perto do camponês, dentro de um comportamento cultural de carinho, de agradecimento aos animais e às plantas, de respeito e compreensão pelos *sinais* da natureza, regido pelo ritmo de trabalho lunar, de ritualidade, de solidariedade na partilha das sementes, de mutirões ou sessões solidárias de trabalho, ao contrário das culturas utilitaristas, pragmáticas, em que as sementes, os animais e os sistemas de produção são só coisas comercializáveis (GUTIERREZ, 2013).

Outra dimensão presente na construção da Guardiã de Semente é o aspecto da visibilidade/valorização do trabalho da mulher e da afirmação da equidade de gênero dentro da Unidade Familiar de Produção Camponesa. Nos encontros de formação política realizados pelos mediadores no Alto Sertão de Sergipe, cada vez mais são construídas oportunidades para problematizar e questionar as relações injustas entre os sexos e os elementos simbólicos, culturais e subjetivos que subjugam as mulheres.

Nesse contexto, as Guardiãs vêm se percebendo, percebendo sua força e o suporte que prestam cotidianamente para a reprodução familiar e como protetores da biodiversidade e do patrimônio biológico em contraste da erosão e da contaminação genética, e da perda ou apropriação indevida do conhecimento associado a elas (SHIVA, 2007; OLANDA, 2015).

Guardiãs de Sementes são em essência produtoras de alimentos, e não é qualquer alimento. Essas mulheres são responsáveis pelo cultivo de alimentos saudáveis, sem utilização de agrotóxicos, transgênicos ou qualquer outra substância pertencente ao pacote tecnológico forjado durante a Revolução Verde. Assim, contribuem para assegurar a abundância e a diversidade alimentar para sua família, e através de doações, trocas ou comercializando para sua respectiva comunidade.

Os manejos agrícolas realizados pelas Guardiãs de sementes estão dentro de uma ótica ecológica, portanto, a recusa em obter e disseminar as substâncias do pacote tecnológico, principalmente as sementes transgênicas e os agrotóxicos, favorece a saúde humana e ambiental.

As Guardiãs colaboram em suas práticas com a preservação dos alimentos tradicionais, os modos de fazer, bem como, dos gostos locais. Pollan (2008) aponta a crescente desvalorização do alimento em detrimento do nutriente, esse processo é incentivador da industrialização dos alimentos, fenômeno que busca estabelecer uma nova dieta alimentar de tendência universal construída a partir de apenas alguns produtos básicos que favoreçam os seus interesses econômicos das multinacionais, que aspiram criar um paladar homogeneizado, direcionando o que a população deverá gostar e ter em suas mesas.

Na prática cotidiana de produzir, guardar e trocar as sementes, e ao criticar todas as formas e meios de patenteamento da vida, as Guardiãs erguem, ao mesmo tempo, uma barreira política e ideológica pluralista para deter essa ofensiva neoliberal, que tenta monopolizar e transformar todas as formas de vida em negócio. São ainda as Guardiãs de sementes que produzem no seu lugar, a partir da sua cotidianidade resistências conscientes e inconscientes frente aos acordos e leis impostos no âmbito da governança global, que insiste em desqualificar esse modo de produzir com vistas para autossuficiência alimentar (JALIL, 2009).

Se a sementes “Carrega consigo o valor da sobrevivência, da resistência, da continuidade, da perpetuação” (ALMEIDA; FREIRE, 2013, p. 289) as Guardiãs são os elos que protegem esse bem comum da humanidade, e ao mesmo tempo ofertam para a sociedade os frutos dessa relação. Assim, as Guardiãs cotidianamente vão inventando e reinventando sua realidade, construindo um repertório de conhecimentos que permite, como as sementes,

germinar e frutificar saberes, espaços socioculturais e políticos, expressão legítima de suas formas de atuar.

Depois de compreender os sentidos de ser Guardiã de Sementes, buscamos identificar quais as determinações sociais presentes no processo de naturalização da prática feminina de guardar sementes crioulas, ou seja, em qual momento as mulheres do Alto Sertão compreenderam-se enquanto Guardiãs de sementes?

Meus pais também guardavam, mas a gente não sabia o que era semente crioula, nos guardava, mas não sabia o que era que significava, porque lá não tinha esse negócio de vender semente transgênica (risos) de qualquer jeito era crioula tudo, né? Porque não existia isso de você comprar [...] assim a gente tinha a prática, mas não conhecia essa palavra, é isso aí é assim, a gente já guardava tudo que é sementinha a gente guardava, até as verduras a gente plantava na roça, né? (MS, 69 anos, Comunidade Bom Jardim).

Guardiã é da história desse povo mais novo, né? E começou um dia desses com minha filha aqui, ela que trouxe esse negócio, mas nós todos uma vida nós guardou nossas sementes, né? Nós colhia e colocava nos vasilhinhos de botar semente, nos tambor, no litro, bujão qualquer coisa era para guardar para colocar ali para quando fosse para o ano plantar porque a gente guardava de plantar guardar e a de comer (DM, 72 anos, Comunidade Bom Jardim).

As falas apontam que a prática de guardar sementes sempre foi constante na vida das entrevistadas, ao tempo que demonstram que as nomenclaturas “Guardiã de Sementes” e “Sementes Crioulas” são recentes para as entrevistadas. Sabe-se que para o campesinato a escolha e armazenamento de sementes pós-colheita, para servirem de material para o próximo plantio, historicamente fez parte do seu modo de fazer agricultura.

Amorim (2016) demonstra um aspecto importante que ajuda na compreensão do por que esses termos serem recentes para as entrevistadas. De acordo com o referido autor, a ameaça dos transgênicos se concretizarem no campo sergipano apenas no ano de 2008, quando o plantio dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) passou a ser permitido no estado de Sergipe.

Assim, a figura da Guardiã e o Guardião de Sementes e cunhada nas comunidades estudadas, em um contexto de enfrentamento ao processo de erosão das bases genéticas, homogeneização dos cultivos, abandono das sementes tradicionais e como forma de embater com o modelo que obriga o camponês a ser submisso ao mercado de insumos. Nessa direção, a guarda das sementes não mais (e apenas) deve ser feita para estocar germoplasma para o plantio da safra seguinte, mas essa prática passou a ser politizada e problematizada.

5.1.1. SEMENTES ENQUANTO TRADIÇÃO FAMILIAR, COM QUEM SE APRENDE O CARINHO E A IMPORTÂNCIA DE GUARDÁ-LAS?

O “guardar sementes” é apontado pelas entrevistas como uma herança familiar, um conhecimento que não é inato, mas que desde cedo foi transmitido entre as gerações. Assim, buscamos entender com quem essas mulheres aprenderam a prática de guardar sementes de uma colheita para outra.

Desde pequena eu aprendi com meu pai, desde pequena a gente lida com feijão, sempre a gente guardou sementes, eu aprendi tudo com meu pai, porque mamãe morreu e eu tinha cinco anos, e meu pai sempre guardou sementes (MC, 65 anos, Comunidade Bom Jardim).

A gente sempre guardou sementes, foi porque nosso pai, se ele tirasse pouca sementes como se diz a história, ele guardava as sementes, pouquinho que tirasse podia ser uma garrafa, duas garrafas, ele guardava e comprava pra comer. Ele preferia guardar para não perder, lutava para não perder e comprava pra comer, e se o inverno fosse ruim e desse só um pezinho de milho, um aqui e outro acolá aí ele, não comia nem assado: - Oie deixe lá, que é pra semente, pra nós plantar para o ano meus filhos, e nós se conformava, sabia que era pra plantar para o ano (LF, 49 anos, Comunidade Bom Jardim).

Quando eu vivia lá em casa, quando eu não era casada, pai guardava mais mãe e eu aprendi guardar, também porque se a gente guardar a gente sempre vai ter semente boa (SR, 50 anos, Comunidade Lagoa da Volta).

Foi com meu pai, ele guardava todas as sementes e a minha mãe também, os dois né. Eles se combinavam para guardar sementes (ML, 63 anos, Comunidade Lagoa da Volta).

É bastante interessante perceber que quando indagadas sobre quem havia transmitido os conhecimentos sobre a guarda das sementes, a maioria das entrevistadas tenham apontado o pai. Aqui percebemos que guardar sementes é tarefa que pertence a toda família camponesa, a depender da idade e do sexo, cada membro possui uma função nessa empreitada. No entanto, penso que no período onde as Guardiãs aprenderam o ofício com seus pais, a tarefa masculina – chefe da família – devido à divisão sexual do trabalho, era reconhecida enquanto mais importante, e por isso eles eram entendidos como transmissores dos conhecimentos acerca desse trabalho.

Na atualidade, as Guardiãs constroem cotidianamente estratégias para superar a divisão sexual do trabalho, e para se firmarem enquanto sujeitos coletivos detentores do conhecimento referente à guarda de sementes crioulas nas comunidades estudadas. Então, a ideia da autonomia camponesa e da emancipação econômica feminina precisa ser vista no horizonte geracional, histórico, porém não linear e evolutivo, mas sim dialético, contraditório.

O fator impulsionador da guarda de sementes é, como já dito anteriormente, a necessidade de possuir material genético para proceder com os novos plantios, bem como, possuir sementes confiáveis. No entanto, nas falas comparece importância da família, principalmente pai e mãe na transmissão, ainda durante a infância, dos conhecimentos, dos cuidados e do carinho com as sementes.

Para o campesinato, as sementes são mais que meras mercadorias, elas são a garantia da produção de alimentos e da reprodução digna e autônoma da vida, é um elo entre as gerações que permite transmitir os modos de fazer agricultura, assim cada família tem seu modo de guardar as sementes, e isso envolve técnicas específicas para os processos de plantar, secar, armazenar e etc.

Tem uns truques, sempre no tempo da lua cheia, tem que ver na hora que vai botar na garrafa, se a lua tiver fora dá gorgulho tem que botar quando a lua não tiver nascido, tem que colocar no escuro. Pai dizia vamos botar assim mesmo no escuro, quando a lua não nasceu, aí bota a semente na noite de escuro para não dar gorgulho e aí eu não coloco nada, não coloco nenhum condimento eu só observo processo da Lua (SR, 50 anos, Povoado Lagoa da Volta).

A de plantar era separado em outro modelo porque tinha que secar bem botar, colocar um tempero, uma pimenta do reino, uma coisa dentro para não dar gorgulho (LF, 49 anos, Comunidade Bom Jardim).

A Guardiã SR revela na sua fala os conhecimentos adquiridos com o seu pai sobre a fase lunar que melhor favorecia o armazenamento das sementes. A Guardiã LF revela os condimentos que foi ensinada a adicionar no mesmo recipiente das sementes a serem armazenadas, a fim de evitar o aparecimento de qualquer espécie responsável por estragá-la. Nota-se que a mesma espécie (gorgulho) é citada nas falas, no entanto, as formas de manejá-la são distintas, e isso demonstra como o campesinato é heterogêneo.

O mercado capitalista de insumos agrícolas oferece métodos químicos para manter as sementes, mas o campesinato no Alto Sertão mantém as formas autônomicas e tradicionais de cuidar das sementes, formas elaboradas com a observação e experiências agrícolas repassadas sucessoriamente que garantem a continuidade de seus modos de vida (CUNHA, 2013). Dessa forma, os conhecimentos ancestrais são ao mesmo tempo uma forma de perpetuação da descendência das sementes e das famílias.

5.2. MOVIMENTO, SEMENTES E CONSTRUÇÕES COLETIVAS.

No Alto Sertão de Sergipe, o trabalho com as Guardiãs de Sementes é construído principalmente pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que em seu Plano

Camponês¹⁴ compreende o campesinato como “sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista, ainda que inserido na economia capitalista” (MPA, 2012, p. 8).

O Movimento teve sua gênese durante a década de 1990, em um período de estiagem na região Sul, na qual a possibilidade de perda da produção agrícola reuniu em acampamento os camponeses em luta por melhorias de condições de vida no campo e contra a exclusão. Concomitante, em outros estados, lideranças camponesas refletiam a respeito do papel dos sindicatos e buscavam nova forma de organização que atendesse às necessidades camponesas.

Em Sergipe, o MPA passou a se organizar em 2000 e construiu suas primeiras bases sociais no Alto Sertão, a partir dos primeiros contatos com dirigentes nacionais de Rondônia e do Espírito Santo. Na oportunidade foi realizado um encontro de dois dias no município de Monte Alegre, com a presença de lideranças e dirigentes de associações comunitárias dos municípios de Poço Redondo, Porto da Folha e Nossa Senhora da Glória. Desse encontro encaminhou-se a criação de uma coordenação estadual que iniciaria o trabalho de base nas comunidades (AMORIM, 2016).

Na atualidade, o movimento está territorializado no Alto Sertão de Sergipe (municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre de Sergipe, Gararu, Porto da Folha), Baixo São Francisco (municípios de Ilha das Flores, Neópolis, Japoatã, Propriá, Pacatuba), região Metropolitana de Aracaju (município de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Aracaju) e no Sul Sergipano (município de Salgado).

O Movimento tem suas ações direcionadas pelas deliberações do Plano Camponês, que é composto por eixos. Para efeito do nosso trabalho é interessante discutir o Eixo da Soberania que dialoga com o sistema de produção camponês e reforça a compreensão de que a autonomia é um elemento chave para a agricultura camponesa.

O Plano Camponês aponta quatro tipos de soberania que o campesinato necessita alcançar, a saber: (1) Soberania Alimentar, que diz respeito às condições dos camponeses produzirem seus próprios alimentos, com os recursos disponíveis na propriedade, entre eles as sementes. (2) Soberania Energética, que aborda a produção, o controle e o autoconsumo da energia. (3) Soberania Hídrica, diz respeito ao direito das famílias camponesas de ter acesso à água de qualidade, tanto para consumo doméstico, quanto para produção de alimentos e animais

¹⁴ É uma proposta do MPA, que foi construída a partir de muitos debates e estudos sobre a realidade do campo brasileiro. Além de afirmar o campesinato como sujeito político, apresenta um conjunto de ações econômicas, políticas e culturais que traduzem concretamente os objetivos do movimento (PLANO CAMPONÊS. Disponível em < <https://mpabrasiles.wordpress.com/plano-campones/>>. Acesso 12 de Dez. 2019).

e, por fim, (4) Soberania Genética, onde as famílias camponesas devem ter direito ao controle das suas sementes, não podendo ficar refém das sementes transgênicas e híbridas (MPA, 2012; AMORIM, 2016).

É a partir dos eixos 1 e 4 que o MPA vem construindo o Plano Nacional de Sementes e Campanhas para que o campesinato tenha controle sobre as sementes crioulas, que nesse contexto são compreendidas como o Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade. A figura 21 a seguir traz o slogan de uma importante campanha desenvolvida pelo MPA em escala nacional e local que difunde a importância das sementes crioulas e das práticas das Guardiãs e Guardiões que cuidam desse patrimônio.

Figura 22 – Slogan da Campanha "Cada Família Adote uma Semente" desenvolvida pelo MPA



Fonte: Coletivo de Comunicação do MPA (2019).

A “Campanha cada família adota uma semente” foi lançada e saiu como um encaminhamento da carta política no congresso nacional do MPA que ocorreu em São Bernardo dos Campos/SP em 2015. Segundo a coordenadora do Coletivo de Produção do MPA, a campanha surge no intento de fomentar “apego” pelas sementes crioulas.

Por exemplo, às vezes um jovem não vai ter uma semente em casa mais, mas se ele conversar com outros agricultores ele vai ver uma semente lá, que ele lembra alguém de sua família, então ele volta a ter um apego pela semente porque a semente crioula, também é esse apego que faz com que as pessoas lembrem-se do seu passado, dos seus antepassados. Então a campanha ela vem para conseguir chegar ao maior número de pessoas guardando sementes, e aí essas pessoas, a partir, do momento que eu consigo pegar uma semente e eu guardo aquela variedade para mim, eu posso não cuidar de uma diversidade

de sementes, mas eu posso cuidar de uma semente que para mim representa uma ancestralidade na minha família. (MJ – Coletivo de Produção MPA/SE, 2019).

A campanha foi lançada em Sergipe, em setembro de 2018, no Alto Sertão, em um seminário na Unidade Produção Camponesa em Canindé do São Francisco com camponeses, militantes, estudantes e intercambistas de outros estados e uma delegação da Via Campesina, no mesmo ano a campanha foi lançada nos territórios do Sertão Ocidental e Baixo São Francisco, e também na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e no Instituto Federal de Sergipe (IFS).

É mister salientar que antes da construção da Campanha o MPA já fazia o debate sobre a importância das sementes crioulas para a autonomia do campesinato, sendo essa uma questão que se faz presente desde o surgimento do Movimento.

Aqui em Sergipe o trabalho com as sementes, ele é um processo que surgiu com o movimento, e assim a gente tem feito esse debate, ele é um embrião e ele é fruto do trabalho de base, é uma pauta pertinente que não sai do trabalho de base. Todo trabalho de base à gente precisa discutir as sementes crioulas, pois as sementes crioulas é o que garante autonomia dentro do campesinato, então você consegue discutir a semente crioula dentro de uma perspectiva de criar grupos para aquelas bases produzirem sementes, trocar e multiplicar suas sementes entre eles, nas suas casas e construir as casas comunitárias de sementes (MJ – Coletivo de Produção MPA/SE, 2019).

Essa convicção aproximou e contribuiu para a internalização da temática – Sementes Crioulas – por outras organizações, construindo assim alianças estratégicas com instituições como a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), Associação Mão no Arado de Sergipe (AMASE), Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural (SASAC), Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC).

É no bojo dessa articulação entre mediadores que é construído o processo de fomento a valorização dos sujeitos que guardam as sementes e as próprias sementes crioulas.

Eu me considero Guardiã desde quando que eu comecei a entender assim sobre as sementes crioulas, quando os meninos do MPA vieram fazer uma reunião aí eles foram dizendo (MA, 45 anos, Comunidade Bom Jardim).

Depois que foi feita a casa de sementes e eu comecei a participar das coisas, teve as reuniões para a cisterna que eu comecei a caminhar, andar e tudo (MC, 65 anos, Comunidade Bom Jardim).

Foi através do movimento, que foi dizendo o que é guardiã de semente, né? Porque eu já guardava, mas eu não sabia que isso era ser guardiã de sementes (SR, 55 anos, Povoado Lagoa da Volta).

As falas demonstram que a nomenclatura Guardiã de Sementes só passou a ganhar significado com o trabalho realizado pelo MPA. Na especificidade da segunda fala (Guardiã

MC) vê-se a materialização de uma das frentes de atuação da rede de mediadores, pois as cisternas nesse território foram fomentadas pelo projeto da ASA, com execução da ONG SASAC nas comunidades indicadas de base do MPA.

Essa rede de mediadores aporta diversas construções e processos coletivos que contribuem para o fortalecimento e construção da identidade das Sementes da Liberdade e dos seus respectivos Guardiões no Alto Sertão. Dentre as ações coletivas é possível destacar: Casas de Sementes, Cisternas, Encontros, Oficinas, Seminários, Intercâmbios e outros. Todas essas atividades são atravessadas por discussões reflexivas e políticas que impulsionam o trabalho com as sementes, com vistas para a construção de processos autônômicos, equidade de gênero e bem viver no semiárido.

O MPA Sergipe, no ano de 2014, organizou um Plano Estadual com duração de dez anos, que possuía metas para curto prazo (2 anos), médio prazo (5 anos) e longo prazo (10 anos).

Então a gente fez em 2014 o planejamento, a meta é que a gente tivesse mil famílias, fez um planejamento a curto, a médio e em longo prazo. Em curto prazo, a gente precisaria ter mil famílias produzindo sementes e ter sementes para guardar em suas casas, à médio prazo seria que em 10 anos a gente tivesse construída 10 casas de sementes dentro do território, e a longo prazo a gente vai chegar lá que é a Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) (MJ – Coletivo de Produção MPA/SE, 2019).

Como fruto desse planejamento o MPA contribuiu em Sergipe para a consolidação do *Projeto Sementes do Semiárido* que foi lançado em 2015 pela ASA. O referido Projeto surgiu na perspectiva de ampliar a proposta de convivência com o Semiárido que reforça a cultura do estoque das sementes crioulas, com o grande objetivo de estimular as dinâmicas de autogestão das sementes nas comunidades rurais, o programa se propõe a apoiar o fortalecimento das casas de sementes comunitárias, bem como a articulação delas em rede.

Figura 23 – Slogan do Programa Sementes do Semiárido da ASA



Fonte: ASA Brasil, (2019).

O financiamento do Projeto foi oriundo do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), do Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDS) e do PLANAPO, e teve execução pela ASA e SASAC. O MPA direcionou dez comunidades de sua base que receberam esse fomento.

A Coordenação Executiva Nacional da ASA nos explicou durante entrevista que o Programa Sementes do Semiárido surge quando a instituição percebeu a necessidade de fortalecer a proposição da autonomia genética dos povos do semiárido, a partir das sementes.

Em 2015 a gente lançou Programa Sementes do Semiárido, que tem como principal objetivo o fortalecimento das casas de sementes [...] No total nós tivemos duas etapas, uma foi em 2015/2016 e 2017/2018. Entre 2015 e 2018 foram construídas 892 casas ou bancos de sementes comunitários e foram 17.840 famílias diretamente envolvidas no projeto. Então, a gente entende que ASA não está sozinha nisso, mas nós temos a clareza da nossa relevância da importância do trabalho. Aqui em Sergipe a gente trabalhou em dois territórios o Sertão Ocidental e no Alto Sertão Sergipano, eu posso falar especificamente para o Alto Sertão Sergipano quando a gente agora fez a pesquisa a pedido do próprio governo do Estado de Sergipe que quis avaliar o programa de distribuição de sementes e pediu apoio das organizações, para que a gente fizesse o trabalho nas comunidades com quem acessou o programa, e com quem recebeu também o garantia Safra, e uma das questões era perguntar se os agricultores preferiam sementes crioulas ou sementes transgênicas tradicionais. E aí é impressionante como eles preferem as sementes crioulas, então a gente entende que são impacto também direto e reflexo das grandes capacitações que têm sido feitos com as comunidades e a gente entende que o MPA tem um papel importante nisso, os agricultores e agricultoras estão entendendo o que que significa semente transgênica e o que significa a semente crioula e nós sabemos que isso é muito interessante. É esse impacto que eu acho que é muito importante para famílias que estão entendendo no semiárido que semente transgênica não é uma coisa boa, sobretudo aqueles

agricultores e aquelas agricultoras que tem pequenas propriedades (DB, Coordenação Executiva Nacional da ASA, 2019).

Fabrini (2008) compreende que a organização dos camponeses nos movimentos sociais permite a esses sujeitos importantes conquistas, compreendemos que para as comunidades Lagoa da Volta e Bom Jardim a construção das casas de sementes, acessadas pelo Projeto Sementes do Semiárido, é grande avanço na valorização das sementes, das Guardiãs e do projeto de construção de autonomia.

Nas placas onde constam as informações das casas de sementes, é possível perceber as diversas entidades que compõem o que já denominamos de rede de mediadores responsáveis por materializar a casa de sementes. É interessante notar o slogan do Brasil Agroecológico (Planapo) que, como dito anteriormente no capítulo 2, é um dos principais instrumentos do Pnapo, isso demonstra como, a partir da atuação dos mediadores permite aos sujeitos o acesso às políticas públicas.

E não é qualquer política pública, mas uma que toma como referência os saberes e as estratégias usadas pelas famílias para conviver com o semiárido. Dessa forma, o Programa Sementes do Semiárido constitui um marco dentro do PNAPO e da Política Nacional de Segurança Alimentar, validando as estratégias das famílias e comunidades no estoque e valorização das sementes e dos Guardiões. Segundo os dados da ASA, até março de 2019 haviam sido construídos 709 bancos/casas de sementes crioulas em todo semiárido brasileiro, sendo que no território do Alto Sertão foi contemplado com dez dessas estruturas.

5.3. O COTIDIANO E SUAS DIMENSÕES: LUGAR DO TRABALHO FEMININO

Qual o trabalho da mulher na Unidade Familiar de Produção Camponesa? Que horas ele começa? Que horas termina? Nessa direção, esta seção busca compreender o lugar e as dimensões presentes no trabalho feminino nas Unidades de Produção Familiar Camponesa nas Comunidades que nos propomos analisar, para isso o primeiro a fazer foi empreender diálogos com as Guardiãs de Sementes sobre suas rotinas diárias.

De acordo com Jalil (2009), o trabalho da mulher está “mais próximo” da casa: as pequenas criações (vacas de leite, galinhas, porcos), a horta ou dentro da própria casa; o cuidado e educação dos filhos, preparo das refeições, limpeza da casa, cuidado com as roupas, ou seja, as tarefas rotineiras. As figuras (24 e 25) a seguir ilustram as Guardiãs de Sementes em alguns dos momentos cotidianos de trabalho.

Figura 24 – Povoado Lagoa da Volta – Guardiãs de Sementes em seus trabalhos cotidianos, 2019.



Figura 25 – Comunidade Bom Jardim. Guardiãs de Sementes em seus trabalhos cotidianos, 2019.



Fonte: Thais Moura dos Santos (2019).

A primeira característica marcante encontrada na rotina de vida cotidiana das Guardiãs de Sementes é a necessidade de despertar cedo. Em todas as entrevistas foi possível perceber esse aspecto. Acordar ao alvorecer é uma característica muito forte no espaço rural, por isso a expressão “acordar com as galinhas” é bastante comum para os sujeitos que habitam esse espaço. Nas comunidades estudadas esse comportamento se repete como demonstram as falas anteriores, onde as mulheres afirmam despertar entre 04h00min e 05h30min da manhã.

Minha filha, minha rotina é meio puxada, eu acordo de manhãzinha né, 5 horas, 5h e 30min às vezes antes, nunca depois, e aí a minha rotina é cuidar das galinhas, dos porcos, do quintal e o café quem tá cuidando é a menina que esta me ajudando muito, depois é que passo para as coisas da roça como diz a história (LF, 49 anos, Comunidade Bom Jardim).

Cuido da casa, cuido da roça, da horta isso sempre, sempre [...] Então é assim, eu também cuido do gado, cuido de porco, das galinhas, cuido de tudo, a roça e tudo e verdura e tudo. Eu me acordo quatro e meia ou cinco horas [...] Eu sempre acordo cedo e a minha rotina é sempre essa, tem que se acordar cedo, se se acordar seis a coisa já pegou (MS, 69 anos, Comunidade Bom Jardim).

Todos os dias eu me acordo 04h da manhã, cuido do café, aí cuido das galinhas, das minhas ovelhas e depois vou pra roça trabalhar, faço também as coisas da casa (EM, 57 anos, Povoado Lagoa da Volta).

O que as mulheres fazem com o seu tempo está intimamente ligado ao cuidado em relação às pessoas e os espaços da Unidade Familiar de Produção Camponesa. As Guardiãs são as primeiras a despertar na manhã e as últimas a descansar a noite, o que configura a dupla e, por vezes, até tripla jornada de trabalho. Engels (1984) elucida essa relação de escravidão doméstica que as mulheres vivem, ora evidenciada, ora dissimulada, mas latente, atingindo diretamente as mulheres camponesas.

A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. Hoje, na maioria dos casos, é o homem que tem que ganhar os meios de vida, alimentar a família, pelo menos nas classes possuidoras, e isso lhe dá uma posição dominadora, que não exige privilégios legais especiais. Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário (ENGELS, 1984, p. 80).

Dialogando com essa citação, que é tão atual e evidencia a questão da divisão sexual de trabalho, Jalil (2009) reforça que tal divisão influencia a vida das mulheres em suas práticas cotidianas, em sua relação com o cuidado, com a reprodução, com os filhos e filhas, na divisão de tarefas dentro do núcleo familiar, em suas relações mais íntimas, na comunidade e nos espaços em que elas participam.

Durante os trabalhos de campo percebemos em todas as Unidades Familiares que as mulheres levantam antes de todas as pessoas que moram na casa. Franco e Thomaz Jr (2003) elucidam que essa questão é bastante sintomática, sabemos que a família é um dos pilares que reforçam a ideologia hegemônica de gênero que relega a mulher à dimensão do cuidado, dessa forma, ela precisa acordar cedo para sozinha: preparar o café da família; cozinhar o alimento para o homem levar para o trabalho e alimentar os animais que estão aos arredores de casa, como é possível visualizar na fala a seguir:

Misericórdia eu me acordo 4 horas, começo fazendo almoço e o café para o meu marido levar para roça, aí faço o almoço dele, faço café ele toma café e ele vai para roça. Depois eu vou dar comida para as galinhas, vou dar comida aos cachorros, vou dar comida aos porcos, vou lavar prato, lavo roupa. Depois eu vou para o quintal, aí **trabalho** no quintal, vou limpar colher, **cuido** das fruteiras. E depois, eu entro em casa, faço o almoço meu e das meninas. Depois volto para o quintal, aí depois do quintal eu vou começar a fazer café, aí todo mundo chega, toma café e já vai ser a hora de dormir, né? Vou arrumar a cozinha de novo para deixar pronta para amanhã, no caso eu durmo dez da noite e acordo quatro horas da manhã (SR, 50 anos, Povoado Lagoa da Volta).

O sistema capitalista, patriarcal e racista hierarquiza e separa o trabalho produtivo do trabalho reprodutivo, não evidenciando que a vida humana depende da realização tanto de um, como do outro. Dessa forma, o cuidado se configura como parte fundamental da reprodução social, da reprodução das pessoas e da vida humana.

Bengoa (2018) explica que os cuidados (e o autocuidado) de modo geral respondem a diferentes necessidades humanas básicas, como comer diariamente, manter-se limpa/o, viver em um espaço limpo, etc., necessidades que habitualmente passam despercebidas porque estão encobertas, mas, sobretudo, porque estão naturalizadas. São realizados no interior dos lares como se fosse algo natural.

A autora em questão revela que dessa perspectiva, o cuidado pode ser entendido como um afeto a mais, um “*plus* afetivo” que as mulheres dedicam aos homens, às crianças e aos idosos, mas nunca reconhecendo a relevância dessa prática como base da vida e as mulheres como sustentadoras de toda a estrutura social e econômica, pois a enorme quantidade de trabalho e de cuidados que as mesmas realizam desde sempre permite que o sistema econômico e social possa seguir funcionando.

Dessa forma, os serviços prestados pelas mulheres aos membros das suas famílias estão na base da reprodução da Unidade de Produção Familiar Camponesa. A totalidade das Guardiãs apontou que o cotidiano é embebido pelas relações de cuidado que está imbricado a sua rotina do trabalho diário. O cuidar atravessa todas as esferas da Unidade de Produção Familiar Camponesa, indo desde a família, a casa, o quintal, a roça e os animais domésticos. sendo dimensões de cuidado que se complementam.

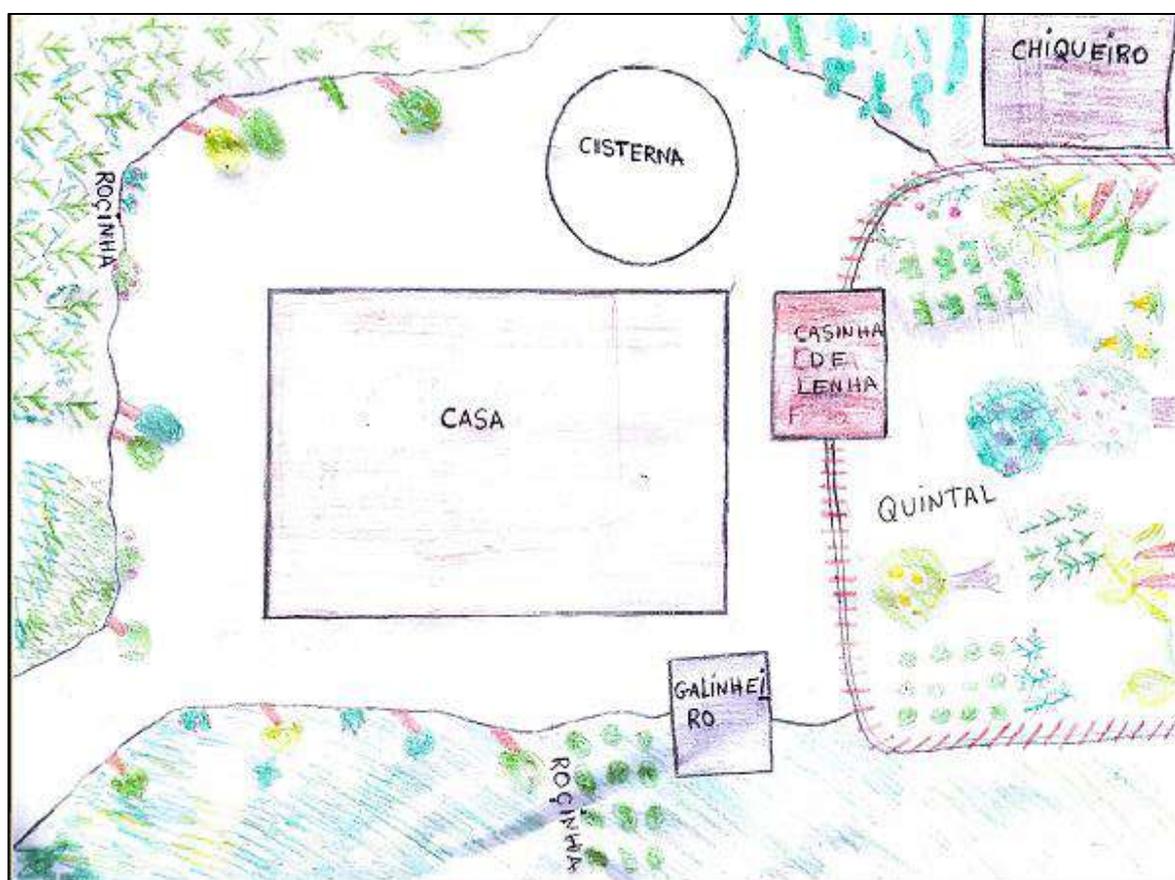
5.3.1. “LUGARES DE MULHER” E DA REPRODUÇÃO DA VIDA: QUINTAL, ARREDORES DE CASA E ROÇA

Durante as observações no trabalho de campo que incluiu a estadia na casa das Guardiãs de Sementes, foi possível vivenciar como essas mulheres são incansáveis. Sua atuação se dá dentro e fora da unidade de produção familiar. Dentro da Unidade de Produção Familiar Camponesa as mulheres se dividem basicamente em quatro espaços que se complementam e se retroalimentam, a saber: a Casa, o Quintal, os Arredores da casa e a Roça.

A manutenção das casas, dos quintais, dos arredores de casa e da roça, junto à produção e o processamento dos alimentos são parte do trabalho das mulheres, labor diário que aumentam a variedade de víveres oferecidos a família (autossuficiência alimentar), garantem a conservação das sementes e da biodiversidade e a transmissão de conhecimentos tradicionais.

As Guardiãs produzem com vistas à preservação e manutenção dos recursos naturais e o equilíbrio ambiental e ecológico nos seus espaços. Para isso, elas buscam manter a produção dos policultivos (diversificação vegetal e animal); a utilização de sementes próprias (crioulas); emprego de técnicas tradicionais que dispensam o uso de agrotóxicos; observação do tempo da natureza. Essas estratégias são notáveis porque viabilizam a autonomia frente aos mercados capitalistas.

Figura 26 – Croqui exemplificando os espaços do trabalho das mulheres na Unidade Familiar de Produção Camponesa



Fonte: Thais Moura dos Santos (2020).

A **casa** é o lugar onde no cotidiano a mulher se volta inteiramente para o cuidado da família, sendo responsável por todos os afazeres domésticos, incluindo preparo da alimentação, limpeza da casa, higiene das roupas, dos pratos, cuidados com as crianças. É um trabalho exaustivo e repetitivo que aparentemente nunca tem fim. Costa (2009) aponta que o doméstico é infundável, pois todos os dias são necessários executar sempre as mesmas atividades, que em geral obedecem à mesma ordem de realização, o que torna a rotina bastante desgastante.

Outro aspecto do trabalho dentro da casa é que este normalmente não é reconhecido pelos integrantes da família, sem produto concreto ou palpável que possa ser visto ou considerado produtivo, dessa forma, é sempre um trabalho que se faz e se desfaz rapidamente.

Pude presenciar durante os trabalhos de campo que “as coisas de casa” ainda são vistas como tarefas femininas, porém, os homens estão em processo de aprender a fazê-las. Visualizei durante a estadia na casa das Guardiãs de Sementes os maridos e os filhos executando a limpeza da casa, a lavagem e secagem dos pratos na casa da Guardiã DM. Na residência de EL, o companheiro dela servindo o almoço aos filhos e tirando roupas do varal na comunidade Bom Jardim. Da mesma forma em Lagoa da Volta, na casa da Guardiã CF, os homens limpando a casa e cozinhando.

Como demonstra a figura 27 acima, o **Quintal** em todas as Unidades Familiares de Produção Camponesas estudadas está situado nos fundos da casa, cercado por algum material (telas ou arames) entrelaçado por varas para proteger as plantas, principalmente das aves.

O cuidado com o quintal (regar, adubar, podar as plantas, semeadura e outros) é de exclusividade da mulher, porém, as Guardiãs de Sementes atrelam essa atividade ao prazer, normalmente quando se referem a esse lugar esboçam um sorriso, e sempre demonstram orgulho das variedades que possuem e das histórias que existe por trás de cada “pé de planta”.

A sociedade capitalista, patriarcal e racista enxerga as atividades de produção realizadas pelas mulheres nos quintais como uma extensão do trabalho doméstico, ocupando o espaço privado e, por isso tem dificuldade de reconhecer e valorizar esse importante trabalho desempenhado historicamente por elas.

Figura 27 – Comunidade Bom Jardim – Guardiã de Sementes regando as hortaliças, 2019.



Figura 28 – Povoado Lagoa da Volta – Guardiã de Sementes trabalhando em seu quintal, 2020.



Fonte: Coletivo de Comunicação do MPA.

Brito e Carvalho (2000) afirmam que o quintal é definido, na maioria das vezes, como a porção de terra próxima à residência, de acesso fácil e cômodo, na qual se cultivam ou se mantêm múltiplas espécies que fornecem parte das necessidades nutricionais da família, bem

como outros produtos, como plantas medicinais. Costa (2009) afirma que o quintal pode ser considerado um sistema policultural que produz grande diversidade de espécies, incluindo plantas ornamentais, frutíferas, medicinais, nativas e outras, tendo a mulher como principal responsável.

Os quintais são habitualmente espaços pequenos, onde é encontrada uma grande diversidade de plantas, com muitas utilidades e importância para as famílias. Assim, esses são muito importantes para a estrutura de autossuficiência alimentar; para os cuidados com a saúde (humana e animal); desempenham um importante papel econômico, pois alguns cultivos podem eventualmente ser vendidos em feiras e mercados para complemento da renda para a economia familiar; colaborando para que os moradores sejam menos dependentes de produtos industrializados ou de medicamentos.

Figura 29 – Elementos constituintes do quintal.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Org.: Thais Moura dos Santos, 2019.

O quintal é cuidado normalmente pela manhã, momento de molhar as plantas, fazer reparos na cerca, mudar plantinhas. É o espaço frequentado pela mulher muitas vezes ao dia em

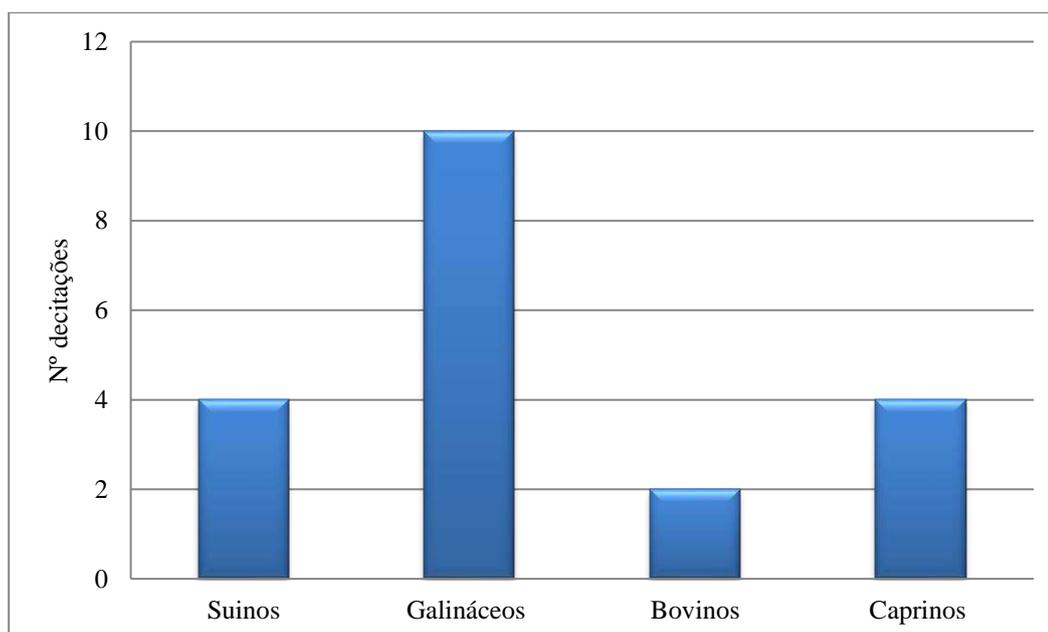
busca dos temperos, condimentos e alimentos usados nas refeições, ou de remédios para chás, infusões, ou “garrafadas”. Talvez por esses motivos as Guardiãs tenham tanta identificação com essa porção da unidade familiar, pois é o espaço apropriado por elas, onde retiram alimentos e organizam à sua maneira.

O que diferencia o quintal dos **Arredores da casa** para as Guardiãs de Sementes que compõem esse estudo é a disposição espacial. Os arredores são entendidos como as laterais e a frente da casa, e são também chamados de “oitão” ou “terreiros”. Essa área é gerida por todos, mas a primazia é da mulher.

Essa porção da Unidade Familiar de Produção Camponesa é o lócus dos animais como: as galinhas, cachorros, sempre tem um espaço para o cavalo (e a carroça) como uma espécie de baia, a alguns metros os chiqueiros dos porcos e dos caprinos.

A seguir, o gráfico 6 demonstra os tipos de animais que são criados pelas Guardiãs de Sementes nos arredores de casa.

Gráfico 6 – Tipos de animais criados pelas Guardiãs de Sementes entrevistadas, 2019.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Org.: Thais Moura dos Santos, 2019.

Para uma melhor compreensão dividimos as criações em Suínos, Galináceos (perus, galinhas, patos e galinha de angola), Bovino e os Caprinos (ovelhas). Todas as entrevistadas possuem criação de galinhas, duas das Guardiãs criavam perus e patos, três também mencionaram a criação de galinhas de angola. Quatro guardiãs afirmaram que possuíam criação de porcos, três criavam caprinos e duas porcos.

Possui também, árvores frutíferas, nativas (catingueira é a mais presente) e as plantas medicinais mais resistentes aos ataques dos bichos domésticos. A cisterna da água de beber, os montes de lenha e o terreiro também compõem o ordenamento dessa área.

Nos arredores de casa das Guardiãs de Sementes normalmente tem uma estrutura denominada “Casinha de Lenha”, esse lugar também é predominantemente feminino. A casinha de lenha tem a função de ser o lugar onde a mulher armazena lenha já cortada e cozinha as refeições ditas mais pesadas, ou seja, aquelas que demandam mais tempo de cozimento, como o feijão, sopas, mungunzá, arroz doce e outros. Ter a casinha de lenha significa menos gasto de gás de cozinha, conseqüentemente é uma prática feminina que reverbera em uma maior economia familiar.

O que vai predominar nos arredores da casa são as plantas ornamentais, sempre coloridas e numerosas, havendo até quem diga que a alegria do lar é medida pela diversidade de flores e a estética nesse espaço. Essas plantas recebem o cuidado secundário, ou seja, em épocas de maior escassez de água ou aumento na demanda do trabalho da mulher, a prioridade é manter as espécies que servem para alimentar a família, assim as ornamentais passarão a ser molhadas e cuidadas com menos frequência.

Costa (2009) ressalta que para além do estigma que os traduzem como “enfeitinhos” ou “coisinhas de mulher”, os arredores de casa são espaços que possibilitam, de forma inevitável: o estímulo às sociabilidades locais e regionais. Conforme os dados coletados em campo, esses espaços possibilitam a construção de relações fundadas numa perspectiva comunitária, diferente da lógica de mercado. A diversidade de plantas existentes nessas áreas é garantida, em sua maioria, por meio de sistemas de doação entre vizinhos, parentes, comadres e pessoas conhecidas.

Figura 30 – Povoado Lagoa da Volta – Variedade de plantas nos arredores de casa, 2020.



Figura 31 – Comunidade Bom Jardim – Guardiã de Sementes cuidando das galinhas nos arredores de casa, 2019.



Fonte: Coletivo de Comunicação MPA

Em ambas as comunidades, nos arredores da casa são cultivadas pelas mulheres as “roçinhas”, que normalmente são plantações pequenas e consorciadas de milho, feijão, fava, quiabo, abóbora e outros vegetais. A proximidade desse plantio o transforma em “roça para

comer verde¹⁵”, isso significa que essa porção será a primeira a ser consumida pela família em função de ser literalmente do lado da casa.

A **Roça** eventualmente é cultivada em terras descontínuas e distante em relação ao domicílio do grupo doméstico local que recebe o nome de “terreno”. O trabalho na roça é apontado nas investigações de Woortmann (1995) e Costa (2009) “pesado”, “penoso” e, portanto, como atribuição masculina. Quando a mulher labora nesse espaço, sua atuação é convencionalmente como ajuda ao homem, nunca enquanto trabalho.

As Guardiãs de Sementes que compõem esse estudo reverterem essa ótica, durante as entrevistas em nenhum momento associaram as atividades que desempenham na roça à ajuda, pelo contrário, reconhecem em seus discursos que as tarefas realizadas nesse espaço é trabalho, demonstrando certo grau de reflexão e posicionamento crítico em relação à divisão das tarefas.

Mas a gente descobriu que é um trabalho pesado, porque além da pessoa trabalhar em casa, ainda, tem que ter filho, ainda tem que educar os filhos, ainda tem que **trabalhar na roça** (SR, 50 anos, Comunidade Lagoa da Volta).

Eu cuido casa e depois vou pra **roça trabalhar** com meu companheiro (MA, 45 anos, Comunidade Bom Jardim).

A roça é o espaço da Unidade Familiar de Produção Camponesa destinada para produção de alimentos e sementes destinada para três fins específicos a) alimentação da família; b) alimentação animal e c) comercialização dos excedentes. Os cultivos realizados são principalmente grãos, o milho e o feijão são as culturas predominantes nas roças das entrevistadas.

Uma questão interessante é que são as mulheres as responsáveis pela diversidade de espécies nessa porção de espaço “Ah, se dependesse do homem a roça só ia ter milho, olhe lá se teria feijão. É a mulher que planta uma fava, uma abóbora, uma melancia, um quiabo, um girassol e as outras coisas” (MJ, Coletivo de Produção MPA).

¹⁵ A família irá consumir esses cultivos, antes que fiquem secos.

Figura 32 – Comunidade Bom Jardim – Guardiã de Sementes em sua roça, 2019.



Fonte: Thais Moura dos Santos (2019).

Tanta a Casa, o Quintal, Arredores e a Roça compõem a estrutura produtiva familiar camponesa, espaços que se complementam, o que permite a combinação de natureza e trabalho, que tem como principal objetivo a produção de alimento saudável e diversificado para reprodução da família.

5.3.2. MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

O trabalho doméstico e os cuidados com os filhos são considerados consequências naturais do fato de que mulheres têm um útero e podem dar à luz (MIES, 2016). Por ser essa uma visão naturalizada dentro da sociedade, durante as entrevistas constatou-se que nas comunidades estudadas as atividades de cuidado doméstico, ainda, permanecem sendo transmitidas entre as gerações femininas, como fica evidente na fala a seguir:

Eu acordava 5 horas de manhã, ia fazer o café e os (filhos) grandes ia para roça mais o pai. E eu ia cozinhar e levar para roça café. Às vezes tomava em casa, às vezes levava para roça o café. Voltava para trás e ia cozinhar o feijão para levar meio-dia todo dia [...] Aí depois que eu casei e quando as meninas ficaram maiores eu dei esse trabalho para as meninas, eu deixava em casa e eu ia para a roça gostava mais tá na roça do que tá em casa, na roça trabalha menos do que em casa, porque em casa é muito serviço demais [...] Mas hoje eu acordo e vou dar comida às galinhas, fazer o café, aí debulha um feijão, cuido dos cachorros e faço o almoço não faço mais por que tô com esse braço desse jeito (enfaixado) (DM, 72 anos, Comunidade Bom Jardim).

Na fala da Guardiã DM é perceptível que os cuidados com a alimentação da família também são ou foram deixados para as meninas, fenômeno que representa a transmissão e continuidade da divisão sexual do trabalho. Lerner (1990) afirma que nas construções sociais é apontado o papel e comportamento considerado apropriado para os sexos, que serão expressos em valores, costumes e funções sociais, assim, é “normal” para essas famílias marcar que o lugar do cuidado seja destinado às meninas, que futuramente se tornarão donas de casa e irão continuar reproduzindo e naturalizando esse comportamento.

Nas comunidades estudadas percebemos algumas situações e realidades que parecem negar alguns dogmas criados e difundidos pela sociedade patriarcal. A primeira negação se dá no fato das Guardiãs se reconhecerem como trabalhadoras na Unidade de Produção Familiar e não meras ajudantes.

Heredia (2013) aponta em seus estudos sobre o campesinato na Zona da Mata de Pernambuco que “o lugar do homem é no *roçado*, enquanto o da mulher, mãe de família, é a *casa*. Cabe a ela a organização e o controle das atividades vinculadas à *casa*” (HEREDIA, 2013, p. 48). Já Santos, em estudo sobre os Colonos do Vinho no Rio Grande do Sul, afirma que os “homens têm a responsabilidade de todas as tarefas produtivas, da direção do processo de trabalho” (SANTOS, 1978, p. 31).

No entanto, a palavra “ajuda” em nenhum momento foi mencionada durante os diálogos referentes à rotina de trabalho das Guardiãs de Sementes. Ao contrário, foi relatado que as mulheres atuam e se reconhecem como trabalhadoras em todas as tarefas sejam as reprodutivas ou produtivas.

Ah, antigamente a gente **trabalhava na roça**, né? Plantava milho, feijão, algodão, mandioca. Agora é mais tranquilo que eu já sou aposentada, então não trabalho muito mais não, eu já estou velha. Mas eu ainda **trabalho** na roça, cuido das galinhas, planto minhas coisas, ainda ontem eu estava debulhando um feijão de corda, tirado da rocinha aqui da frente (MC, 65 anos, Comunidade Bom Jardim).

O trabalho realizado na roça quando efetivado por homens é considerado como tal, no entanto se desempenhado por uma mulher ganha *status* de ajuda (COSTA 2009; JALIL, 2009), mas a Guardiã CM deixa nítido em sua fala que ela trabalha na roça, reconhecendo sua contribuição para a Unidade Familiar Camponesa. Atribuímos essa maneira de se posicionar sem o uso do termo “ajuda” às construções políticas realizadas no âmbito dos movimentos sociais e da rede de mediadores que desenvolvem um trabalho político-pedagógico em torno das relações de gênero.

Sobre essa questão, García (2009) aponta que estão em mudanças protagonizadas pelas mulheres trabalhadoras no contexto rural brasileiro, devido aos processos de incremento da mobilização destas através de grupos de trabalhadoras organizadas, autonomamente ou no interior de movimentos sociais que representam sinais de uma mudança de mentalidade e de questionamento das tradições.

São justamente essas mudanças que são relatadas pelas Guardiãs de Sementes quando questionadas sobre as transformações que aconteceram em suas vidas após o engajamento nos espaços políticos-pedagógicos dos movimentos:

Então, mudou muito a gente sempre trabalhou, a mulher sempre trabalhou e ninguém nunca reconheceu e ainda diz assim: o trabalho de mulher é trabalho leve. Mas a gente descobriu que é um trabalho pesado, porque além da pessoa trabalhar em casa, ainda, tem que ter filho, ainda tem que educar os filhos, ainda tem que trabalhar na roça. Trabalho de mulher é o mais pesado, mas para todo mundo é um serviço leve né? (SR, 50 anos, Comunidade Lagoa da Volta).

Mudou também a minha relação como mulher, me deu mais liberdade, desenvolveu mais a minha atitude, a minha coragem que era meio lá embaixo e se levantou mais (MA, 45 anos, Comunidade Bom Jardim).

Mudou, mudou muito eu acho que se eu não tivesse participado dos movimentos, dos movimentos sociais, eu não era a mulher que eu sou hoje (CS, 55 anos, Comunidade Lagoa da Volta).

Os relatos dessas mulheres dão o tom de mudanças que ocorreram e ocorrem cotidianamente baseadas na percepção crítica sobre a condição de desvalorização na qual se encontra a mulher. Para García (2009), é através de organizações, associações, comissões, movimentos autônomos ou setores e coletivos dentro de movimentos sociais, as mulheres trabalhadoras rurais do Brasil estão criando espaços a fim de quebrar com a sua invisibilidade.

É nesse ponto que percebemos outra mudança, ao estarem nos encontros, eventos, oficinas, intercâmbios e/ou qualquer outra forma de espacialização das ações construídas pelos movimentos sociais, as mulheres ganham mobilização, isso implica que o espaço da mulher deixa de ser restrito ao âmbito privado “da casa”, a esfera doméstica.

Pinto (1992), citado por García (2009), afirma que a importância da participação de mulheres nos espaços políticos-pedagógicos dos movimentos não implica a sua transformação necessária em feministas, mas faz com que a sua posição na rede de poderes seja transformada. A participação da Guardiã de Sementes nos movimentos sociais de caráter popular implica na ruptura com a sua invisibilidade pública. O desenvolvimento da dimensão pública da sua vida pressupõe além de novos saberes, novas informações que redefinam as relações de poder a nível privado.

Corroborando com essa visão, Jalil (2009) aponta que quando envolvidas nos processos políticos-pedagógicos as mulheres passam a questionar as dimensões das relações de poder; percebem-se enquanto sujeitos políticos e assim passam a exigir reconhecimento não só na arena pública estatal, com a proposição de políticas públicas que fortaleçam e ampliem sua cidadania (dando um sentido e significado real a esta), como também em espaços públicos diversos, como reuniões em sindicatos, igrejas, associações, em passeatas e dentro da própria família.

A mulher, ao sair, transcende o espaço privado e interage com o espaço público, quebrando assim relação dicotômica público-privado nos espaços de sociabilidade e de produção. No entanto, Jalil (2009), García (2009) e Santos (2019) chamam atenção para a sobrecarga de atividades que constitui a rotina de trabalho das mulheres engajadas na luta e militantes dos movimentos sociais, as autoras falam em múltiplas jornadas que as mulheres realizam em suas práticas cotidianas.

Então, minha vida é de trabalho de luta. Eu me acordo 4:30, o muito tarde às 5:30, mais do que isso, se eu acordar é porque eu tô doente (risos). Então, começa a trabalhar quando eu tô na minha casa, eu dou comida às galinhas, vou varrer o terreiro, aí começa mexer nas plantas, faço meu café eu tomo e volto a **cuidar** das plantas, regar. Isso vai até perto de meio-dia cuidando dessas plantas. Aí vou catar um andu, vou catar uma fava [...] eu não paro. Aí depois, venho para casa faço a comida, deixo a comida pronta e vou fazer outra coisa, sempre nós mulher quando tá fazendo as coisas não faz uma coisa só, faz duas três ao mesmo tempo [...] nós mulher faz três coisas numa hora, só eu boto os pano para bater no tanquinho, enquanto estou varrendo a casa, fazendo tudo no mesmo tempo. Só paro às vezes à noite, mas às vezes ainda me sento catando feijão, fazendo alguma coisa. E ainda no meio disso tudo tem os eventos, tem que avisar com antecedência, porque aí eu já me programo e já deixo tudo organizado e viajo, antes de sair já fica tudo planejado pra fazer, isso, isso e isso. Já deixo as tarefas que cada um tem que fazer, então quem faz é meu marido, o meu filho, faz aqueles trabalhos que eu já digo, faça isso, faça aquilo. Aí quando eu saio eu mostro, e aí eles já sabem tudo o que tem para fazer e as capacitações de intercâmbios que eu vou eu acho que é mais um aprendizado toda vez que eu vou é um aprendizado que a gente aprende a mais (CS, 55 anos, Povoado Lagoa da Volta).

Eu acordo cedo acordo cerca de 5 horas aí eu **cuido** da bagunça da casa e vou cuidar dos afazeres ao redor da casa, **cuidar** da horta, da roupa, das galinhas e ir para a roça, eu tenho minha roça e ainda cuida da minha mãe [...]eu tento conciliar o movimento (MPA), a faculdade, **cuidado** da casa, da minha mãe, dos arredores de casa. Um dia que eu faço uma coisa eu não faço outra, porque são muitas coisas, muitas tarefas ao mesmo tempo (EF, 32 anos, Comunidade Bom Jardim).

Eita minha filha eu acordo tão cedo, hoje mesmo eu levantei era 4:30 da manhã porque eu tive que ir para associação, hoje era o dia que tinha escala para regar as plantinhas, para organizar tudo isso e ainda tem que dar alimentação as galinhas [...] quando chega em casa aí eu vou para academia e não paro é o dia todo fazendo muitas coisas ou uma coisa ou outra preparando um papel

que é muita documentação é muito burocrático as coisas e a minha preocupação é associação porque eu sou apaixonada pela aquela associação (ML, 63 anos, Povoado Lagoa da Volta).

Os relatos acima demonstram como as Guardiãs de Sementes que são engajadas no MPA e na Associação de Mulheres executam mais trabalho, do que se não saíssem de casa, e isso se justifica pelo fato do sair de casa ser precedido de preparativos, como por exemplo, o pré-cozimento de alimentos, que são realizados pelas mulheres.

Santos (2019), em sua tese intitulada: *A espacialização da luta das mulheres camponesas em Sergipe: feminismo e resistência* discute as duas facetas do “sair de casa” para a mulher militante. Para a autora, se por um lado essa prática demonstra o processo de engajamento político, e o caminho em direção à libertação da mulher, por outro lado, questiona-se até que ponto o “sair de casa” fortalece a libertação dessas mulheres, pois é um movimento que amplia as jornadas de trabalho desta junto à família.

5.4. DIVERSIDADE PRODUTIVA COMO SEMENTES DE AUTONOMIA: O QUE AS GUARDIÃS DO ALTO SERTÃO DE SERGIPE PRODUZEM? QUAIS SEMENTES GUARDAM?

Guardar, resgatar e multiplicar sementes são práticas tradicionais muito importantes para a reprodução do campesinato e contribui para a conservação da biodiversidade e manutenção de espécies que atravessam gerações. Para Mies e Shiva (1993), a importância de conservar sementes está diretamente relacionada com a autonomia das famílias, que se tornam independentes dos insumos produzidos nos laboratórios das multinacionais.

Frente a isso, busquei primeiro compreender quais espécies e variedades vegetais as Guardiãs cultivam.

Armária, se eu for dizer o tanto de planta medicinal que eu tenho, eu não consigo nem dizer, tem que ir lá contar (risos). O menino da ASA foi lá fazer uma contagem de quantas medicinais tinha, ele conseguiu catalogar 35 espécies só de ervas medicinais que eu planto, fora nativa né. Só de hortelã eu tenho menta, poejo, miúdo e hortelã grande da folha verde, da folha pintadinha. Cinco qualidades só de hortelã, tem o boldo, tem uma manjerição de quatro diversidade, tenho de pizza, de florzinha roxa, de florzinha branca, tenho grande que é para colocar em carne, tem uma alfavaca tudo isso. Tenho de hortaliça tem alface e couve, couve manteiga que esse aí não é de semente ele pega com galinho, tenho Cebolinha de dois tipos tem uma da palha grossa e tem uma da palhinha fina, tenho cebola e tomate coração que dá 500 gramas e ele é resistente, tem o tomate cereja, eu tenho frutíferas também de todinha eu tenho uma até um, pé de cacau, cupuaçu, abacaxi sem espinho, abacaxi normal, já tá com abacaxi lá, goiaba, banana, banana pão, banana maçã, banana prata, manga coco, manga espada, manga rosa e manga Tommy, caju vermelho, amarelo, laranja, abacate, amora, siriguela, café, goiaba, acerola,

graviola, limão tudo eu planto numa tarefa, eu não tenho mais nada quando eu chego com um pé de planta o meu marido já diz meu Deus, eu troco muita sementes nos intercâmbios, sempre tenho algo novo. Ao redor da cerca tem ipê amarelo ipê roxo aroeira Pau ferro (CS, 55anos, Comunidade Lagoa da Volta).

Eu não tenho terra, só tenho um quintal, eu planto flores no meu quintal e fruta, planto verdura, hortaliça. Eu tenho muita coisa, tenho mamão, pinha, graviola, limão, acerola siriguela, laranja, abacaxi, graviola, jenipapo, maracujá, pitomba, couve, pimenta de vários tipos, biquinho, amarela de mesa, dedo de moça, malagueta, chapéu de frade, pimentão, tomate, tomate cereja, cebolinha, cenoura, batata-doce, abóbora, chuchu e tem caju, as ervas medicinais também, eu tenho capim-santo, erva cidreira, corpo de Cristo, malva Branca, mastruz, ciguleira, boldo, e se for calcular eu tenho muitas outras coisas, alface, coentro, goiaba, amora, feijão andu. Eu sempre troco sementes com Renilde, minha amiga sempre que ela tem uma semente nova, ela traz para mim e sempre que eu tenho algo novo eu também levo para ela. Eu também troco com minha vizinha, a gente sempre troca mudas, sementes, filhinas de planta e outras coisas também. Essas pimentas algumas eu trouxe de Goiás da vez que eu fui lá, já tão botando (SR, 55 anos, Comunidade Lagoa da Volta).

Essas falas são das guardiãs de sementes da Comunidade Lagoa da Volta. É inegável a diversidade produtiva que essas mulheres conseguem administrar. No quadro 4, a seguir, estão distribuídas as variedades citadas, divididas em quatro categorias (Tubérculos, Frutíferas, Vegetais e Ervas medicinal).

Quadro 4 – Comunidade Lagoa da Volta – Espécies vegetais citadas pelas Guardiãs de Sementes durante as entrevistas que são cultivadas nos arredores de casa, 2019.

Verduras	Manjeriçã, Couve, Alface, Couve Manteiga, Cebolinha, Coentro, Salsinha, Rúcula.
Legumes	Tomate Coraçã, Tomate Cereja, Pimenta Biquinho, Pimenta Malagueta, Pimenta Chapéu De Frade, Pimenta de cheiro, Pimentã, Abóbora, Chuchu, Feijã andu, Quiabo.
Raízes	Batata-doce, Macaxeira, Cebola, Cenoura.
Frutas	Abacaxi, Abacaxi Sem Espinho, Goiaba, Banana Pã, Banana Maçã, Banana Prata, Manga Espada, Manga Rosa, Caju, Laranja, Abacate, Amora, Siriguela, Cafê, Graviola, Limã, Acerola, Jenipapo, Pitomba, Maracujã, Graviola, Mamã, Carambola, Coco.
Medicinais	Hortelã miúda, Hortelã grande, Boldo, Aroeira, Malva branca, Mastruz, Ciguleira, Corpo de cristo, Babosa, Capim santo, Cidreira, Erva canudo, Sete dores, Aranto, Alfavaca.

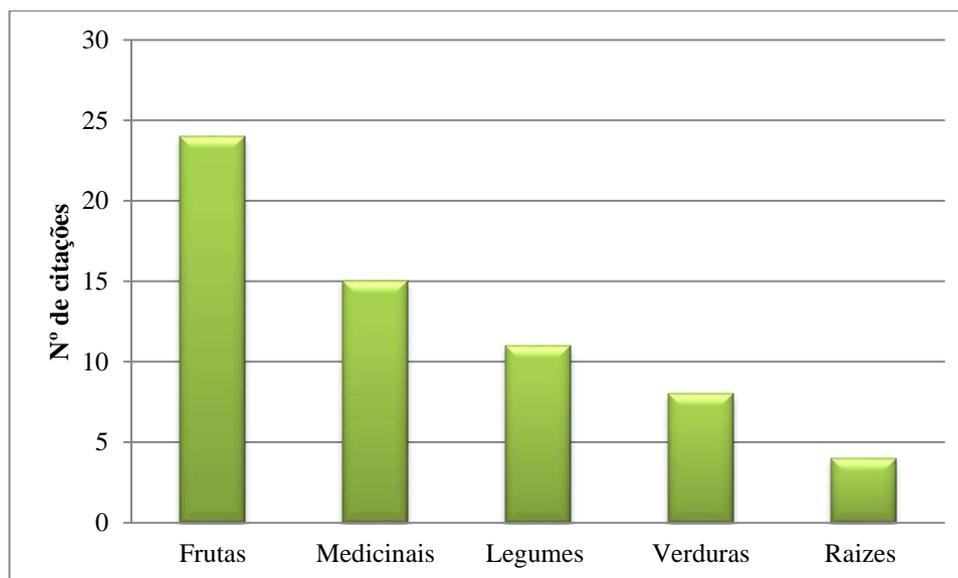
Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Org.: Thais Moura dos Santos, 2019.

É necessário pontuar que essa variedade de espécies, que já é enorme, pode ser ainda maior, pois as entrevistadas falaram apenas as que lembravam, sem contar que a Guardiã CS,

afirmou que em seu quintal já foram catalogados mais de 35 tipos distintos de ervas medicinais. Chama atenção o quantitativo de espécies frutíferas e vegetais que as Guardiãs de Sementes cultivam. A seguir, os dados do quadro serão transformados em gráfico, para uma melhor visualização da diversidade produtiva das Guardiãs de Sementes da Comunidade Lagoa da Volta.

Gráfico 7 – Povoado Lagoa da Volta – Espécies vegetais citadas pelas Guardiãs de Sementes durante as entrevistas que são cultivadas nos arredores de casa, 2019.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Org.: Thais Moura dos Santos, 2019.

O mesmo esquema de análise foi feito para identificar as variedades cultivadas pelas Guardiãs de Sementes da Comunidade Bom Jardim.

O meu quintalzinho ai, eu gosto de plantar um pezinho de alface, um coentro, pimentão, couve, tem tomate, tomate cereja, cebolinha, maracujá, tem os pés de frutas (LF, Comunidade Bom Jardim).

Melão coalhada botou tanto esse ano aqui, foi de grandeza. Tomate que deu tanto que eu tirei de balde. Coentro, salsa, couve, rúcula berinjela, espinafre, mamão, quiabo, abóbora, batata-doce, macaxeira, caxixe, quiabo, fava que não enrama. Tem as plantas medicinais ainda, eu tenho cidreira, capim-santo, arnica, miroró, aroeira, ciguleira, boldo, hortelã miúdo, alfazema, insulina, noro, puejo, menta, alecrim, babosa, pitanga, carambola, graviola, cajueiro, coqueiro, arruda, camomila, anador, nevalgina, alfavaca, manjeriço, reforcina, pinha, bananeira (MS, 69 anos, Comunidade Bom Jardim).

Hoje a gente tem planta nativa, medicinal, hortaliças e frutíferas. Alface, couve, beterraba, cebolinha, cúrcuma que eu trouxe da Bahia, couve, hortelã, capim-santo, cidreira, arruda, alecrim tudo um bocado de coisa mamão, acerola, coco, maracujá, laranja (EF, 32 anos, Comunidade Bom Jardim).

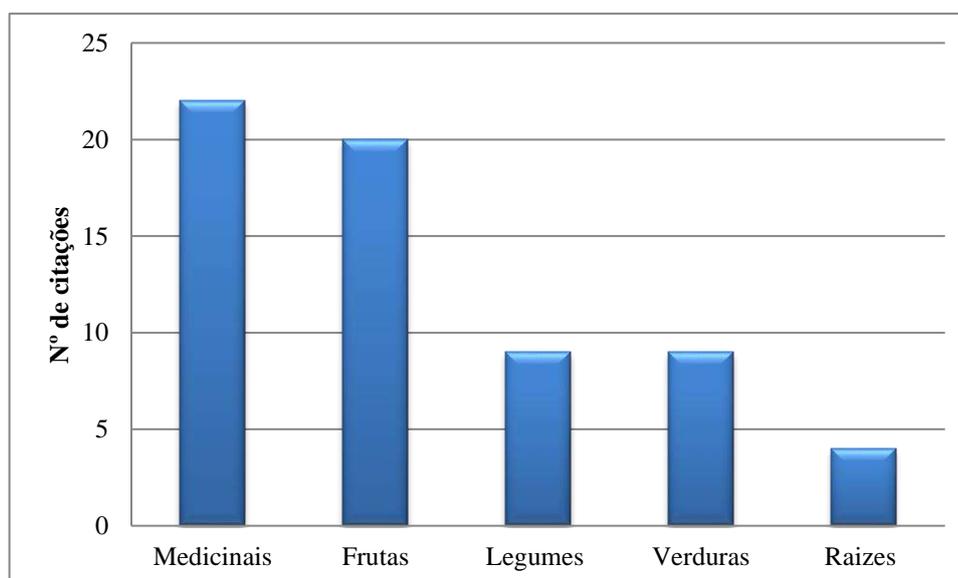
Quadro 5 – Comunidade Bom Jardim. Espécies vegetais citadas pelas Guardiãs de Sementes durante as entrevistas que são cultivadas nos arredores de casa.

Verduras	Coentro, Alface, Couve, Cebolinha, Salsa, Rúcula, Espinafre, Manjeriçã, Cúrcuma.
Legumes	Pimenta, Tomate, Quiabo, Pimentão, Tomate cereja, Berinjela, Abóbora, Caxixe, Abóbora, Melão coalhada.
Raízes	Cebola, Batata-doce, Macaxeira, Beterraba.
Frutas	Cana caiana, Goiaba, Graviola, Pinha, Jaca, Mamão, Maracujá, Caju, Pinha, Pitanga, Carambola, Graviola, Cajueiro, Coqueiro, Banana prata, Limão, Acerola, Laranja, Melancia, Abacate.
Medicinais	Hortelã, Capim santo, Cidreira, Arnica, Miroró, Aroeira, Siguleira, Boldo, Hortelã miúdo, Alfazema, Insulina, Noro, Puejo, Menta, Alecrim, Babosa, Arruda, Camomila, Anador, Nevalgina, Alfavaca, Reforcina.

Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Org.: Thais Moura dos Santos, 2019.

A mesma pontuação precisa ser feita em relação às variedades aqui elencadas, as Guardiãs no seu cotidiano não costumam fazer levantamento das variedades que cultivam, dessa forma, certamente esse número é bem maior do que as espécies citadas durante as entrevistas, pelo fato das entrevistadas terem apontado apenas as espécies que iam se recordando ao longo dos diálogos.

Gráfico 8 – Comunidade Bom Jardim – Espécies vegetais citadas pelas Guardiãs de Sementes durante as entrevistas que são cultivadas nos arredores de casa, 2019.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Org.: Thais Moura dos Santos, 2019.

Essa diversidade de espécies varia de acordo com o período do ano, uma vez que algumas plantas são cultivadas apenas no período chuvoso, como a melancia, abóbora e caxixe. Já outras, como as hortaliças, são cultivadas o ano inteiro graças à água armazenada nas cisternas, entre outras tecnologias sociais de captação e armazenamento de água. Todas as entrevistadas possuem em seus quintais algum tipo de horta.

É necessário se perceber o camponês não como um produtor de subsistência, como insinua o discurso burguês ou a percepção romântica de alguns setores da esquerda política, mas sim um produtor que produz produtos diversificados (sem o predomínio do monocultivo).

O atributo da policultura baseada na produção dos itens necessários para a manutenção da família, presente na agricultura camponesa, é vista por Fabrini (2008) como uma alternativa defensiva frente à lógica da especialização da agricultura, pressuposto presente na agricultura capitalista. Essa condição faz com que o campesinato construa alternativas de diminuição das dependências externas.

Para Fabrini (2008, p. 262), “verifica-se também entre camponeses uma *produção de resistência* de base territorial e localmente organizada”, os camponeses, do contexto local, tem procurado uma agricultura que foge ao padrão agrícola caracterizado pelo pacote tecnológico; agrotóxicos, insumos, máquinas, conhecimentos e tecnologias advindas das multinacionais. Dessa forma, esses sujeitos forjam uma agricultura, onde é estabelecido um vínculo com a terra (natureza), que não é perpassada pela acumulação de capital.

Após conhecer a variedade de cultivos realizados pelas Guardiãs, buscou-se verificar quais tipos de sementes elas armazenavam e quais técnicas elas utilizavam para essa tarefa. A seguir, traremos os dados da Comunidade Bom Jardim.

Agora a gente tem uma variedade horrível de sementes de fava (risos), a gente guarda sementes de feijão badajó, feijão carioca, com lista marrom e com a lista preta, milho, caxixe, abóbora (MA, 45 anos, Comunidade Bom Jardim).

Eu guardo milho cateto e imbra, feijão carioca, feijão riqueza, feijão de corda, feijão guandu, feijão moita, é tudo misturado. Eu tô preparando uma hortinha ali pra plantar legumes (MC, 65 anos, Comunidade Bom Jardim).

Minhas sementes estão na casa de sementes, eu guardei tudo lá, eu coloquei 15 sacos de milho lá dentro, tenho milho e feijão lá, eu plantei um pouco e o outro eu vou comer. Aí tenho o feijão carioca, badajô, e um branquinho, chamado feijão cachinho. O milho a gente tem milho cateto e o milho naná, e sim tenho o milho catingueirinho (LF, 49 anos, Comunidade Bom Jardim).

Para melhor visualizar os tipos de sementes que as Guardiãs possuem, dividimos em quatro categorias: Milho, Feijão, Fava e Outros.

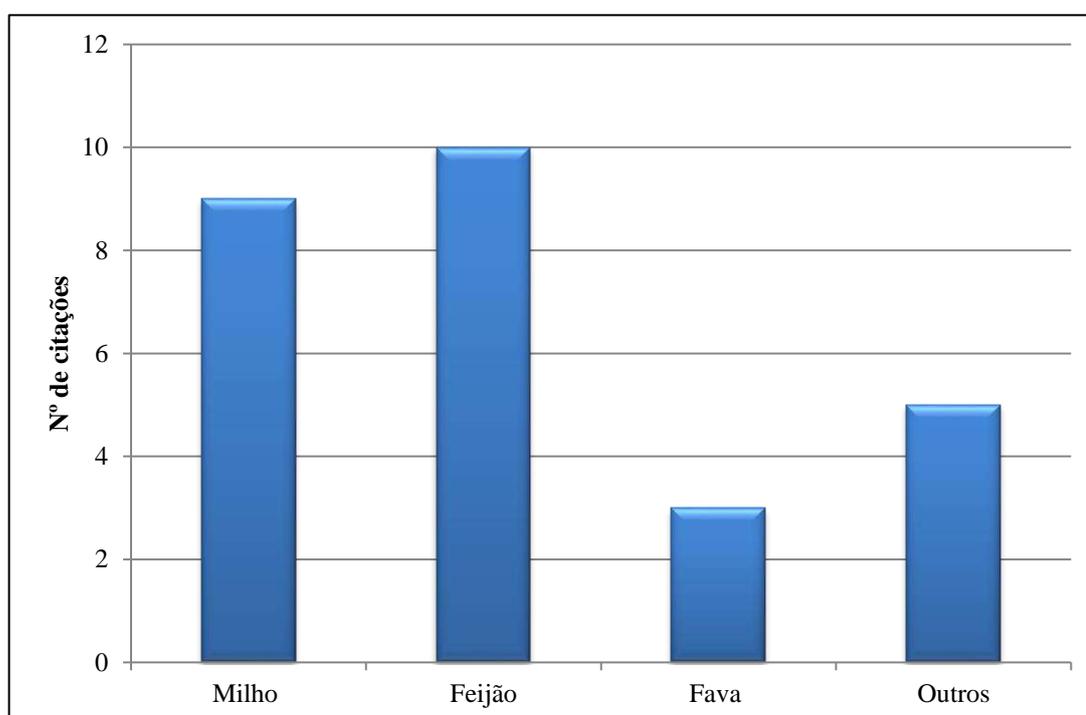
Quadro 6 – Comunidade Bom Jardim – Quantitativo de sementes guardadas, 2019.

Espécie	Variedades
Milho	Cateto, Imbra, Naná, Catingueirinho, Branco, do Campo, Cacimbinha, Cunha, Vermelho
Feijão	Badajó, Carioca, Lista marrom, Lista preta, Riqueza, Corda, Andu, Moita, Cachinho, Corujinha.
Fava	Boca de ovelha, Pintadinha, Lavandeira
Outros	Caxixe, Abóbora, Abóbora caboclo, Quiabo, Couve

Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Org.: Thais Moura dos Santos, 2019.

Da mesma forma que aconteceu na investigação dos cultivos, o número de sementes é ainda maior do que o diagnosticado neste trabalho, pois as Guardiãs não lembram de todos os tipos de sementes que guardavam, sem contar que algumas espécies elas ganharam em intercâmbios e não sabem as nomenclaturas.

Gráfico 9 – Comunidade Bom Jardim – Quantitativo de sementes guardadas, 2019.



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Org.: Thais Moura dos Santos, 2019.

O Gráfico 7 demonstra a diversidade de sementes que as Guardiãs da Comunidade Bom Jardim citaram durante as entrevistas.

Figura 33 – Comunidade Bom Jardim – Guardiãs e suas sementes, 2020.



Fonte: Thais Moura dos Santos (2019).

A figura 32 nos dá uma ideia sobre a diversidade de cores e tipos de sementes que são cuidadas pelas Guardiãs da Comunidade Bom Jardim. Como já discutimos no capítulo 2, a agricultura capitalista é fundada sobre a base da monocultura, como a própria nomenclatura denota, são cultivos monótonos, sem características culturais, uma mercadoria que pode ser plantada em qualquer lugar, desde que seja acompanhado do pacote tecnológico.

As crioulas seguem pela contramão, na natureza a diversidade é a regra, e as sementes crioulas seguem essa lógica, são germoplasmas diversificados que assumem características culturais e afetivas, assim, são adaptadas ao espaço geográfico e ao tempo histórico onde são cultivadas pelos povos. Por isso, na figura 32 é possível perceber o orgulho com que as Guardiãs mostram suas sementes e afirmavam as características que mais as agradavam nos germoplasmas que escolheram guardar, multiplicar e passar para as próximas gerações.

Em seguida, vamos conhecer as sementes crioulas armazenadas e multiplicadas pelas das Guardiãs do Povoado Lagoa da Volta.

Eu gosto de semente de milho. Aí tenho milho amarelo, milho branco, milho vermelho. E guardo semente de fava, vários tipos. Tem a fava branca, fava amarela, fava preta, fava boca de ovelha fava, fava lavandeira. Tenho feijão de corda, feijão preto, feijão cabeçudo, feijão de corda amarelo, feijão de arranca, feijão carioca rosa pequeno, carioca normal e tenho lavandeira e tenho cariocão. Tenho semente de quiabo, quiabo de metro, quiabo branco e quiabo Verde, abóbora, melancia, melão (SR, 50 anos, Povoado Lagoa da Volta).

Eu guardo milho cunha, milho doce esses eu planto mesmo na roça. Agora eu tenho variedade do milho vermelho, mas isso aí eu não planto muito, eu guardo mais aqui é milho alho, milho preto, milho alho vermelho e milho alho amarelo, só que o bicho cruza que só a serena aí eu prefiro plantar um pouquinho só para dizer que eu tenho, para não perder as sementes. Aí eu planto os pezinho e deixa para lá porque eles cruzam muito. Aí tenho feijão, eu feijão vagem roxa, feijão de arranca, feijão carioquinha, e feijão rosinha, todas essas variedades eu tirei na roça, na minha roça e feijão de corda eu tirei o cabeçudo que é o meu xodó é o feijão da família, o caupi o que é o que faz o feijão tropeiro[...]feijão rasga letra, feijão Sebastião, e o feijão manteiga eu gosto de plantar no verão próximo da cisterna porque ele é resistente, e tem o boi deitado que ele é um bem grandão (CS, 55 anos, Povoado Lagoa da Volta).

O número de sementes guardadas nessa comunidade também impressiona. A exemplo, da Comunidade Bom Jardim, as Guardiãs de Lagoa da Volta também possuem maior quantidade de sementes de milho e feijão, fato bem aceitável já que esses alimentos são a base da alimentação no Nordeste brasileiro.

Na roça, essa diversidade constitui lavouras consorciadas com milho, feijão e fava, em pontos estratégicos, abóbora, melancia e melão. Uma característica que remonta a questão da autonomia que está atrelada ao controle das sementes, pode ser vislumbrada quando a Guardiã CS fala das suas variedades de milho, ela afirma que planta em maior quantidade as sementes que mais gosta, e as que menos gosta planta em um área menor, ela não é refém de ninguém, a escolha do que plantar e quanto plantar pertence apenas a ela e a sua família.

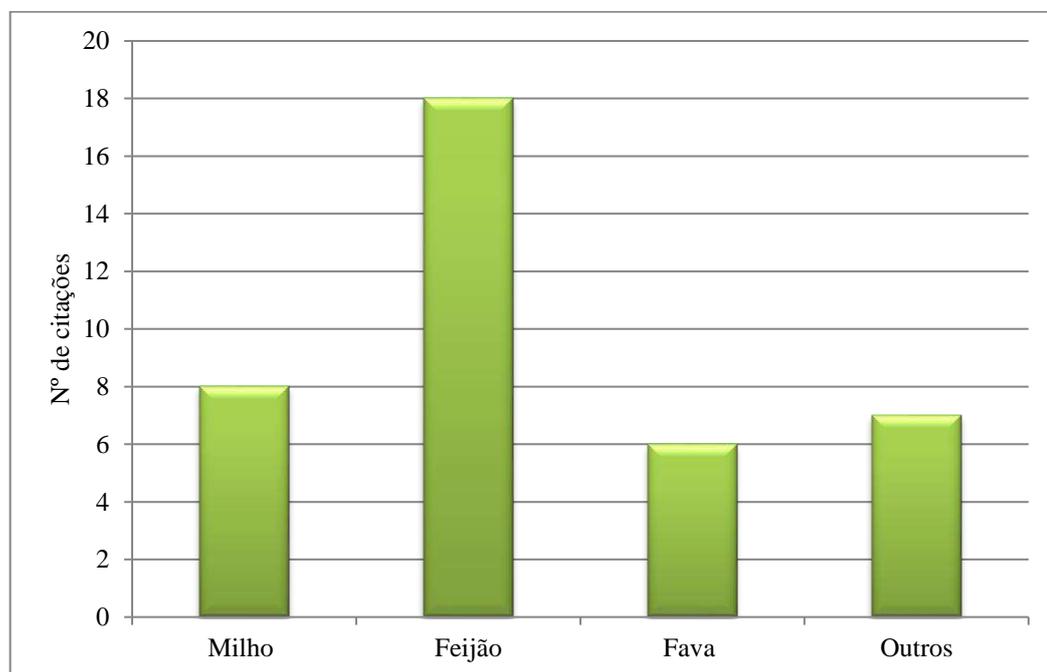
Quadro 7 – Povoado Lagoa da Volta – Sementes guardadas, 2019.

Espécie	Variedade
Milho	Amarelo, Branco, Vermelho, Cunha, Doce, Alho preto, Alho vermelho, Alho amarelo;
Feijão	Corda, Preto, Cabeçudo, Corda amarelo, Arranca, Carioca rosa pequeno, Carioca, Lavandeira, Cariocão, Vagem roxa, Carioquinha, Rosinha, Caupi, Rasga letra, Sebastião, Manteiga, Andu, Boi deitado.
Fava	Branca, Amarela, Preta, Boca de ovelha fava, Lavandeira, Rajadinha,
Outros	Abóbora, Melancia, Melão, Gergelim, Sorgo, Quiabo, Alface

Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Org.: Thais Moura dos Santos, 2019.

O gráfico 8, a seguir, dá conta de demonstrar o quantitativo de sementes que são armazenadas pelas Guardiãs da Comunidade Lagoa da Volta.

Gráfico 10 – Povoado Lagoa da Volta – Quantitativo dos tipos de sementes guardadas, 2019.



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.
Org.: Thais Moura dos Santos, 2019.

Diante da diversidade produtiva apresentada nas comunidades estudadas, precisa-se entender como a legislação repercute nesses sistemas camponeses de produção que são

caracterizados pela heterogeneidade de sementes e pelas formas autônomas de produção empregadas cotidianamente pelas Guardiãs.

Concordamos com Santilli (2009, p.132) quando ressalta que “não se pode compreender o impacto do sistema jurídico sobre a diversidade agrícola sem uma análise das normas que regulam a produção, a comercialização e a utilização das sementes” e por isso é necessário dialogarmos com o capítulo 2, onde está listado o conjunto normativo internacional e nacional sobre sementes e biodiversidade.

A primeira questão que se deve assinalar é que a elaboração e aplicação das leis de sementes não considera a diversidade dos sistemas agrícolas existentes, que são responsáveis pela produção de alimentos e conservação da diversidade agrícola, trata inclusive de ignorá-lo. Frente a isso, a legislação não contempla as sementes crioulas, tornando-as impossíveis de ser registradas no sistema formal de sementes e mudas, pois as mesmas não contêm a exigências de Distinguibilidade, Homogeneidade e Estabilidade (DHE) (SILVA, 2018).

As sementes crioulas, pela sua própria essência, não atendem os critérios de DHE, por serem, conforme ressaltou Santilli, (2009,p.135) “suscetíveis de variar no tempo e no espaço” inclusive sendo essa uma das suas principais características, a capacidade de se adequar a cada realidade e clima, inclusive o que existe hoje de diversidade de sementes é resultado da capacidade de variação das sementes.

A Lei até reconhece que as sementes crioulas existem e as conceituam (Art. 2º XVI), porém, ressalta que as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades de produção, beneficiamento, embalagem, armazenamento, análise, comércio, importação e exportação de sementes e mudas ficam obrigadas à inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM) (Art. 8, Caput), inscrição que somente é feita mediante apresentação dos critérios de DHE.

A brecha para as trocas de sementes crioulas está no Art. 8 § 3º, que faz a seguinte ressalva: “ficam isentos da inscrição no Renasem os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária e os indígenas que multipliquem sementes ou mudas para distribuição, troca ou comercialização entre si”. A Lei deixa claro que a multiplicação, distribuição, trocas e comercialização do material crioulo se restringem ao “entre si”, ou seja, apenas entre os agricultores.

A lei de Sementes e Mudas estabelece como crime a comercialização de semente não registrada (Art.41), recaindo sobre essa prática medidas de punibilidade, dentre elas, multa pecuniária, (Art.43, II), apreensão das sementes (Art. 43, III) e condenação das sementes (Art.

43, IV). Portanto, a lei limita a atividade de comercialização de sementes crioulas e consolida a hegemonia da indústria de produção de sementes.

Já a Lei de Proteção de Cultivares (Lei 9.456, de 25 de Abril de 1997), que institui a propriedade intelectual que dá direito a obtenção de cultivar, aumenta significativamente o poder do sistema industrial de sementes. A lei reflete a forma de apropriação por parte das empresas de um material genético já existente e construído pelos agricultores e agricultoras ao longo da história. Qualquer empresa fica livre para se apropriar de material genético e do conhecimento já existente em torno de determinada planta, enquanto o trabalho realizado pelos camponeses ao longo do tempo é desconsiderado.

A lei reconhece a existência das sementes crioulas, mas não reconhece direitos dos agricultores e agricultoras sobre essas sementes, apenas ressalta que é possível fazer o cadastro dessas sementes. No entanto “o cadastro não confere à entidade direito de propriedade ou posse a cultivar por ela cadastrada nem prerrogativa da detentora de cultivar, nem concede nenhum tipo de direito a nenhuma pessoa física ou jurídica” (Art. 3º § 2º, Portaria Ministerial 51, MDA, 2007).

Consequentemente, pode-se dizer que as leis de sementes não são diretamente responsáveis pela perda de diversidade genética, mas que contribuem para fomentar práticas que proporcionam a redução dessa diversidade existente nas comunidades, pois consolida um sistema normativo que exclui as sementes nativas de registros nacionais ou não se cria mecanismo de catalogação das mesmas, torna-as desprestigiadas pelo sistema formal e paralelamente distante da preocupação em preservá-la (SANTOS, 2018).

Portanto, o aparato legal é um dos principais causadores do desmantelamento dos sistemas locais de produção de sementes, quando a lei reforça que, para serem comercializadas, indispensavelmente precisam ser estáveis e homogêneas. Mesmo diante desse cenário legal, as comunidades estudadas resistem e teimam em existir produzindo, preservando, comercializando sem perder seus costumes e práticas agricultáveis que são herdadas de gerações em gerações, e desse modo garantem e preservam a diversidade agrícola e os saberes contidos nas sementes.

A tecnologia da casa de sementes implementadas pelos movimentos e mediadores que são mantidas na comunidade pelo trabalho das Guardiãs, se apresenta como uma conquista importante para o enfrentamento ao sistema hegemônico de sementes que é apoiado e em parte mantido pelas leis vigentes. Essa estrutura que é física, mas também é política e social, permite

que as famílias camponesas em sua comunidade preservem suas sementes com fenótipos definidos e reconhecidos por todos e todas.

Concordamos com Santos (2018) quando afirma que a casa de sementes na comunidade cumpre um papel estratégico que é garantir sementes de qualidade para a época dos plantios, e de criar espaços coletivos de gestão comunitária. Dessa forma, a casa de sementes é um campo de atuação da defesa da autonomia do campesinato e politicamente uma luta contra hegemônica ao monopólio das empresas sementeiras.

5.5. COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS E APORTES PARA A ECONOMIA FAMILIAR

As mulheres camponesas vêm construindo, no cotidiano das práticas de produção agroecológicas, novas formas de se relacionar, de promover saúde, sua autonomia como mulher e enquanto classe camponesa. Diante da quantidade de cultivos que as Guardiãs de Sementes produzem em ambas as comunidades, buscou-se compreender qual o destino desses alimentos e/ou sementes.

Eu vendo na feirinha, no início mesmo eu ia vendia 80 reais de mudinhas, vendia 60, 80, 70 só de mudinhas, e o dinheiro eu usava pra trazer comida pra casa. Na feira mesmo eu vendia o que eu levava e trazia o que eu não tinha, né até hoje uns mamão madurinho que foi da feira que eu trouxe [...] aí é assim, eu vendo uma coisa e compro outra (LF, 49 anos, Comunidade Bom Jardim).

A gente vende, mas só questão de hortaliça porque o resto é para comer. Teve período que a gente vendeu muito, a gente vendia por semana 20 molho de couve, uns quinze pés de alface, uns 20 pé de coentro, cebolinha aí sai de porta em porta vendendo a gente conseguia juntar dinheiro aí leva para feirinha, tinha feirinha que a gente fazia 100 cento e pouco isso contribui para renda familiar. Limão minha irmã leva para feira para vender, algumas mudas de planta, de remédio, planta de flor ela leva para rua para vender, o dinheiro a gente usa para fazer alguma coisa mais, para comprar outras coisas (EF, 32 anos, Comunidade Bom Jardim).

Vendo eu comercializo isso tudo que eu tenho feijão andu, feijão de corda até colorau eu tô comercializando e açafrão, eu tenho açafrão também então além de produzir essas variedade toda eu também comercializa né. Eu vendo minha produção é tanto que meu marido há tempos não trabalha mais alugado agora ele é aposentado mas há uns 10 anos atrás ele deixou de trabalhar alugado a gente começou nossa produção e toda semana a gente tem o dinheiro da nossa feira eu tinha do bolsa família, e aí eu disse que a gente não ia trabalhar mais alugado a gente começou a trabalhar a nossa tarefa de terra e depois disso ele nunca mais trabalhou alugado ele trabalhava de diarista. E aí depois disso como eu trabalho com as sementes no meu quintal ele saiu do alugado e eu digo isso com muito orgulho e ele concorda comigo e ele sabe disso, que com a tarefa de terra nós tinha ração de animal, nós tinha tudo, a gente tinha até uma vaca de leite, eu tenho minhocário e já vendo o húmus pra várias pessoas

que comprar a primeira vez e depois ficam meus clientes (CS, 55 anos, Povoado Lagoa da Volta).

Dentre as entrevistadas, 44% revelaram que para além do consumo interno seus cultivos são comercializados, seja nas feiras, como o caso da Guardiã LF da Comunidade Bom Jardim, seja na própria residência, como a Guardiã CS. O relato da Guardiã CS é muito importante para pensarmos a autossuficiência e autonomia do campesinato, ela revela que há mais de 10 anos seu companheiro deixou de vender sua força de trabalho (dia alugado) por conta da sua produção em sua terra.

O dia alugado é uma prática muito comum no Alto Sertão de Sergipe, e se caracteriza pelo aluguel do mão-de-obra do sujeito, por um dia. Normalmente o valor desse dia alugado varia entre R\$35,00 e R\$50,00, o mais cruel dessa forma de trabalho é que o sujeito trabalha sem nenhuma condição de segurança, roçando, aplicando veneno ou capinando sob as altas temperaturas de uma região semiárida.

A comercialização dos alimentos é realizada pelas mulheres, e a gestão do recurso oriundo das vendas também é administrada por elas. Essa prática contraria Heredia (2013, p. 53) quando ela aponta que “Se o *trabalho no roçado* é reconhecido como do domínio da esfera masculina, representada pelo pai de família, a venda dos produtos também corresponde à sua esfera do controle”, dessa forma, para a supracitada autora, o homem iria atuar na hegemonização desse processo, bem como, a decisão sobre como gastar o dinheiro auferido, e em que circunstâncias e condições se realizará a venda dos diferentes produtos.

O camponês é personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção – (terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho) – e trabalha com estes meios de produção. Esta combinação de elementos faz com que o camponês se apresente no mercado como vendedor dos produtos do seu trabalho, como produtor direto de mercadorias. Como produtor, venderá seus produtos para adquirir outros, qualitativamente diferentes, que possam satisfazer suas necessidades de consumo individual ou produtivo (SANTOS, 1978, p. 69).

Santos (1978) nos ajuda perceber como a produção realizada pelas Guardiãs de Sementes do Alto Sertão Sergipano se realiza a partir do ciclo Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria (M-D-M), assim sendo, esses sujeitos vendem seus produtos nos mercados locais, para em seguida comprar os produtos necessários para satisfazer as necessidades individuais e/ou familiar, “culminando o ciclo na obtenção de valores de uso; a mercadoria é retirada da esfera de circulação e introduzida na esfera de consumo do camponês” (SANTOS, 1978, p. 70).

Figura 34 – Povoado Lagoa da Volta – Barraca Camponesa, que é abastecida com produtos produzidos pelas Guardiãs de Sementes, 2020.



Fonte: Samuel Carlos (2020).

A figura 33 mostra uma das barracas da feira agroecológica camponesa, organizada por militantes do MPA e da Pastoral da Juventude Rural (PJR), realizada no povoado Lagoa da Volta todas as quintas-feiras. Essa barraca é abastecida por produtos cultivados por uma Guardiã de Sementes. Na ocasião da foto, estavam sendo comercializados verduras, legumes e frutas. Na mesma feira, as mulheres da Associação “Resgatando sua História” também comercializam o que produzem coletivamente, a exemplo do mel de abelha, bala de banana, biscoitos e outros.

Já as Guardiãs de Sementes de Bom Jardim comercializam o que produzem tanto na feira do Povoado Sítio Novos, quanto na feira da sede municipal (figura 34).

Figura 35 – Poço Redondo – Barraca camponesa na feira semanal da sede municipal, 2019.



Fonte: Coletivo de Comunicação do MPA (2020)

A Barraca do MPA na feira da sede municipal em Poço Redondo é abastecida por produtos camponeses oriundos de várias povoados, e os produtos das mulheres de Bom Jardim é sempre presença confirmada, além dos vegetais visíveis na figura (34) elas também comercializam artesanatos (bonecas de pano, renda de bilro), ovos e mudas de árvores nativas.

Das Guardiãs de Sementes entrevistadas, 56% revelaram que plantam somente para o consumo da família. No entanto, todas revelaram que doam aos amigos, vizinhos e/ou familiares o que cultivam em suas casas.

Eu não vendo. É só para consumo. Mas, eu também dou. Eu dou para minhas amigas e para minha família e o restante a gente consome aqui em casa. Mas se for pensar, economizo muito comendo as coisas aqui do meu quintal. Por semana eu devo economizar uns cinquenta reais de hortaliças e frutas. Porquê só o suco todo dia que economiza já é muito, viu! Porque se for pensar nas verduras, nas frutas, no milho, em tudo... Eita! (SR, 50 anos, Comunidade Lagoa da Volta).

Quando olhamos para as práticas econômicas das Guardiãs de Sementes, fica evidente que a economia é muito mais do que é vendido no mercado. Para além da produção para o mercado, ela envolve práticas como doações, trocas e produção para o autoconsumo. Fica em evidência que a produção para o consumo da família, para a troca e para a doação segue a lógica de valorizar a qualidade do que é produzido, relacionado com a qualidade de vida e os alimentos saudáveis. Já o dinheiro é necessário para garantir os custos de vida, como a compra de

mantimentos que não é produzido na “unidade socioeconômica camponesa” (VÉRGES, 2015, p. 5).

Para Shanin (1966), a relação com a terra é um caráter específico da produção agrícola que se encontra como um dos traços específicos da economia camponesa. Para esse autor, a produção na unidade camponesa satisfaz as necessidades básicas de consumo da família, e esse aspecto dá ao campesinato relativa independência de outros produtores e do mercado.

Eu não compro verdura quase nenhuma, eu não compro coentro, nunca comprei feijão de arranca, nem fava, nem feijão de corda, nem milho (MS, 69 anos, Comunidade Bom Jardim).

É muito dinheiro mesmo que economiza, sem contar o feijão que tá muito caro no mercado e que eu tenho em casa. Nunca mais eu comprei limão, nunca mais comprei laranja, nunca mais comprei acerola, nunca mais comprei feijão de corda nem coco (SR, 50 anos, Povoado Lagoa da Volta).

Fabrini analisa que pelo fato do campesinato possuir terra e instrumentos de trabalho, esse sujeito coletivo é produtor de excedente, também produz para o autoconsumo “diferentemente da produção capitalista calcada na divisão do trabalho, semelhante ao que ocorre numa fábrica” (FABRINI, 2008, p. 261). Nesse sentido, o autor aponta que a produção para autoconsumo ou mercantil em escala local reverbera numa autonomia, pois os camponeses criam determinações que lhes permitem construir meios de vida.

Marques (et al., 2018) afirma essas práticas como pertencentes à Economia Feminista, essa modalidade econômica coloca como preocupação central em suas análises e debates a capacidade das sociedades produzirem qualidade de vida e, por isso, considera que todas as atividades necessárias para a sustentação da vida são parte da economia. Assim, a economia feminista pensa o trabalho produtivo e reprodutivo da sociedade em geral, e, especialmente no mundo rural, como uma unidade, pois nenhuma pessoa pode abrir mão da necessidade de ambos os trabalhos.

Diante disso, o sistema econômico oficial só pode existir porque suas necessidades básicas – individuais, coletivas, físicas e emocionais – são cobertas pelo trabalho não remunerado das mulheres. Por isso a Economia Feminista preocupa-se com a sustentabilidade da vida em todas as esferas em que se realiza e não unicamente pelo mercado.

Isso significa que os valores tradicionalmente associados às mulheres como o cuidado, e que sempre estiveram na periferia das análises econômicas, devem ser revalorizados e reconhecidos. Desse ponto de vista, os propósitos de construção da autonomia camponesa exigem a alteração das relações de gênero e na divisão sexual do trabalho (SILIPRANDI, 2009; JALIL, 2013). Essa perspectiva advoga o esforço de reconhecer a produção e os conhecimentos

tradicionais das mulheres, de valorizar essa produção de forma monetária e não monetária e de fortalecer a expressão política das Guardiãs de Sementes Crioulas.

5.6. DESAFIOS DA GUARDA DE SEMENTES CRIOULAS

Após a exposição das potencialidades presentes no trabalho das Guardiãs com as sementes crioulas, propõe-se nesta seção discutir os principais desafios encontrados por esses sujeitos coletivos na materialização dessa prática nos lugares em que vivem e nas ações cotidianas, já que para Carlos (2007), o lugar e o cotidiano ligam-se indissociavelmente à produção da vida.

O primeiro desafio apresentado pelas entrevistadas foi a falta de chuva, conforme relata as falas a seguir:

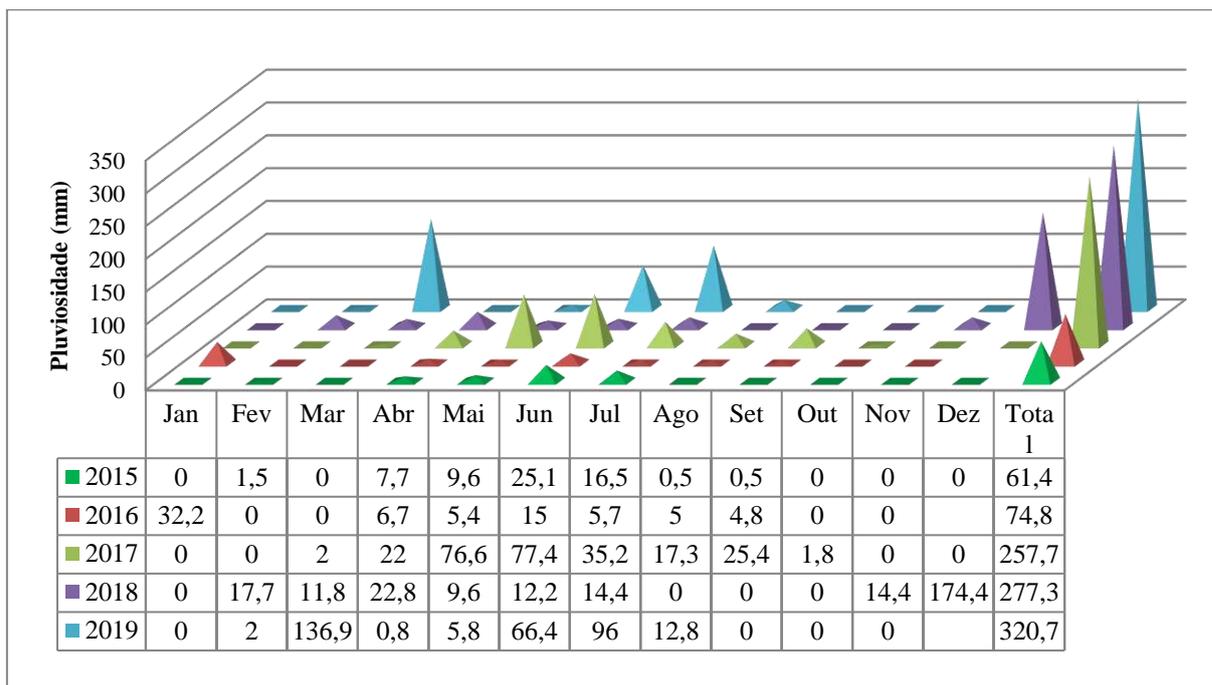
Aquilo que você tá encontrando agora é só falta de chuva mesmo, mas como lá eu ainda tenho a minha cisterna que é minha sorte é mandada por Deus porque mesmo não tá chovendo e eu planto umas carreiras de milho e vou molhando um pouquinho e não perco a semente graças a Deus (CS, 55 anos, Povoado Lagoa da Volta).

A primeira questão é o clima, porque nós perdemos muita semente foram sete anos de seca, sete anos sem chuva. Então, ano passado a gente ainda tiramos, mas nunca mais tivemos um ano bom para tirar semente perdemos tudo (ML, 63 anos, Povoado Lagoa da Volta).

A falta de chuva prejudica muito nós, por exemplo, o milho a gente perdeu, e também perdemos a semente do feijão de pai, que a gente tinha há mais de trinta anos e eu perdi na seca do outro ano (LF, 49 anos, Comunidade Bom Jardim).

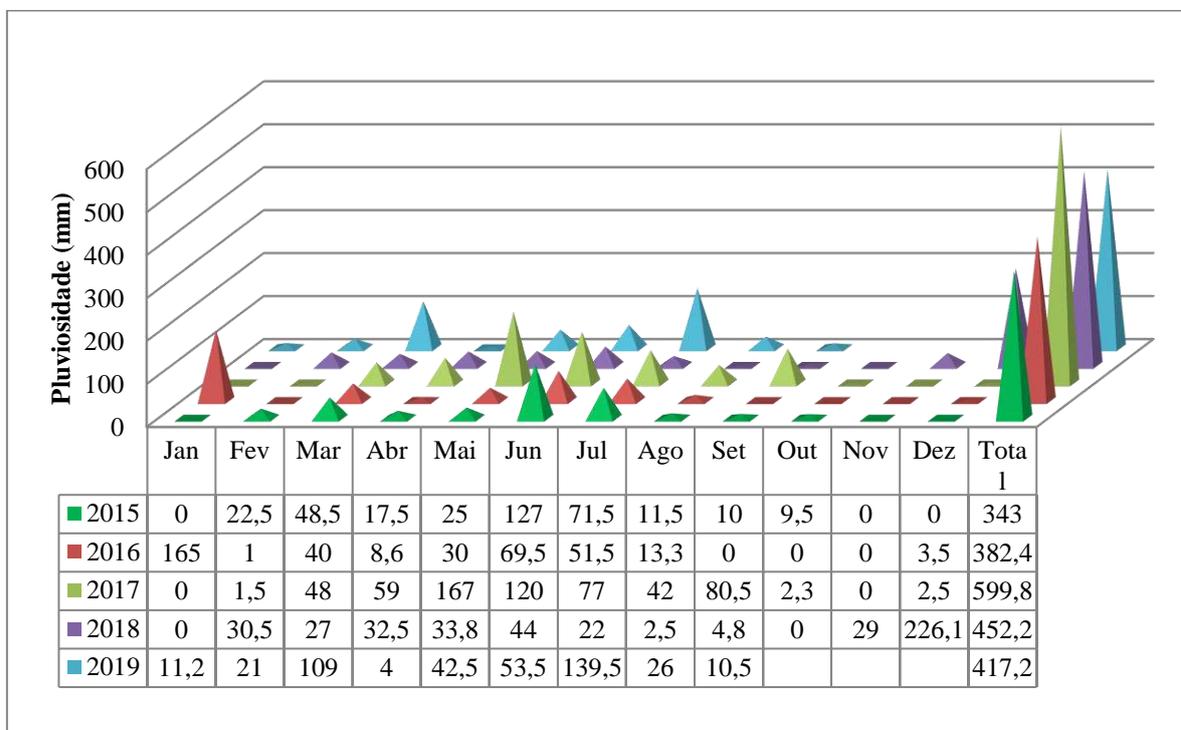
Por integrarem o semiárido brasileiro, os municípios onde estão localizadas as comunidades estudadas, possuem características como baixo índice pluviométrico e chuvas irregulares e/ ou escassas, conforme discutimos no capítulo 1. Lá demonstramos como os aspectos físicos eram responsáveis por dificultar a produção agropastoril. A seguir, nos gráficos 11 e 12, vai ser possível visualizar a distribuição anual das chuvas e como essa acontece de modo escasso, elemento que reforça a fala das Guardiãs de Sementes.

Gráfico 11 – Poço Redondo – Distribuição mensal das chuvas, 2015-2019¹⁶.



Fonte: Escritórios locais da EMDAGRO.

Gráfico 12 – Porto da Folha – Distribuição mensal das chuvas, 2015-2019.



Fonte: Escritórios locais da EMDAGRO.

¹⁶ Os quadros em branco significa ausência de valores.

Se pegarmos o exemplo do milho, que junto ao feijão é a cultura mais cultivada pelas Guardiãs de Sementes entre os meses de março e junho, os estudos da Embrapa Milho e Sorgo apontam que esse necessita de uma precipitação média de 400 a 600 mm de água durante o ciclo e que déficit hídrico em determinadas fases do desenvolvimento podem comprometer a produtividade final.

Os gráficos (11 e 12) demonstram que nos últimos cinco anos a média de precipitação entre os meses de março a junho não atingiu o mínimo de água exigida pelo milho. Essa situação impacta diretamente a produção de sementes, já que a pluviosidade é um elemento extremamente importante para os cultivos realizados pelas Guardiãs.

Para DB, da Coordenação Executiva da ASA:

Nos últimos tempos o nosso grande desafio tem sido fator climático, a gente tem tido um desafio grande de manter as sementes, porque os invernos não têm sido favoráveis. Então eu tenho percebido e nós todos do semiárido temos percebido que apesar de todos os investimentos que foram feitos nas casas e nas sementes, em tudo, esses últimos anos, não tem sido, não foram cenários favoráveis para a recuperação e para a ampliação das sementes, dado o processo climático esse é um desafio.

As guardiãs entrevistadas afirmam que têm perdido sementes consecutivamente em virtude da falta de chuva, mesmo entendendo que não podem colocar toda a semente na terra, mas a sequência de “invernos ruins” tem acarretado a redução do número de variedades crioulas, conforme foi visualizado no relato da Guardiã EF da Comunidade Bom Jardim.

Outro desafio apontando e sentido pelas guardiãs de sementes é a ameaça das sementes transgênicas.

Na minha área eu nunca tive problema nem com agrotóxico, nem com a semente transgênica. Porque eu não compro nenhuma semente lá fora, sempre todo ano eu tenho a minha de plantar quando chegar a hora. E às vezes até aquela do governo que vem eu recebo, e dou as galinhas, elas que come. Agora esse que tá vindo vermelho, eu tô até com medo de dar as galinhas, ele ainda tá lá em casa trancado escondido (CS, 55 anos, Povoado Lagoa da Volta).

Aquele milho que vem do governo, que vem da EMDAGRO que é o milho vermelho eu peguei ele, mas não plantei não, eu dei as galinhas porque assim, ele que a gente não sabe aonde vem, é um milho transgênico, cheio de tinta, Deus me livre plantar e contaminar os meus (DM, 72 anos, Comunidade Bom Jardim).

Eu tenho problema com a semente do governo, eu tenho medo de contaminar minhas sementes, é essas que vem pela EMDAGRO, eu não planto junto de jeito nenhum eu tenho medo de coisar as outras sementes, por isso eu digo num vou plantar não, aí as pessoas ficam rindo, já plantei as outras e elas eu dei pras galinhas (MA, 45 anos, Comunidade Bom Jardim).

Nas narrativas das Guardiãs de Sementes percebe-se que as sementes transgênicas chegam até as localidades pela via do Estado, mais precisamente pela Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), instituição que possui contraditoriamente a missão de “Contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e expansão do agronegócio do Estado de Sergipe¹⁷”.

Esse tipo de semente doado pelo Estado é acusado pelas Guardiãs de ser um milho sem qualidade, envenenado, contaminante dos germoplasmas crioulos e, por isso, inspira grande preocupação para os camponeses. Ferment (et. al 2015) aponta como um dos riscos principais associados às plantas transgênicas comerciais é a disseminação de transgenes no meio ambiente, e conseqüentemente a contaminação de espécies.

Como discutido no primeiro capítulo, a introdução de transgênicos acrescenta novas ameaças para o campesinato, fazendo a contaminação biológica e os processos que ela acarreta, tais como a potencial desestabilização de espécies e a perda das sementes locais, uma realidade cotidiana para esses sujeitos (RIBEIRO, 2010). Dessa forma, e de acordo com as falas anteriores, o abatesma dos transgênicos rodam rotineiramente as guardiãs de sementes.

Essa é também uma estratégia que o capital desenvolve para sujeitar a renda e o território camponês, pois se as sementes do camponês forem contaminadas ele precisará se sujeitar ao mercado de insumos. E ao fazer isso, irá produzir de acordo com as regras que vem de fora da sua propriedade. Comentando essa questão, DB (Coordenação Executiva da ASA) traz a preocupação com essa problemática dentro da instituição que ela atua:

A gente tem discutido enquanto ASA, que o Estado precisa ser responsabilizado por isso, né? Porque não existe uma regulamentação, o Estado brasileiro ele é negligente, porque assim ele priva o direito individual da pessoa de querer ou não querer a semente transgênica, uma vez que é de conhecimento de que existe um processo de contaminação, o Estado brasileiro deveria, portanto determinar territórios e comunidades e regiões que optassem por esse tipo de produção, mas que não prejudicasse aqueles e aquelas que não querem esse tipo de semente. Então a gente tem que criminalizar essa prática. Como a Paraíba que já está bem avançada, a Paraíba está construindo um dossiê para cada teste de sementes que eles fazem, as sementes estão contaminadas, então tem todo o registro todo o documento para que eles criam esse dossiê dentro uma perspectiva exatamente disso de se buscar estratégias de criminalizar, portanto de ver como o Estado se responsabiliza, de como esse Estado brasileiro se responsabiliza por esse tipo de contaminação.

No capítulo 2 foi possível perceber que o Estado privilegia a indústria sementeira, representada por grandes corporações dentro do agronegócio. Então, essa contaminação citada anteriormente é invisível e, pela omissão, é legitimada perante o Estado. Exemplo disso é a Lei

¹⁷ <https://www.emdagro.se.gov.br/a-empresa/>

nº 8.167 de 01/12/2016. Apesar de essa Lei considerar como área de proteção da Agrobiodiversidade a área/terreno/região/território onde há produção de sementes locais, tradicionais ou crioulas, e proibir o cultivo de qualquer material genético (sementes transgênicas e híbridas) que venha a ameaçar as características fenotípicas e genotípicas das sementes locais, tradicionais ou crioulas, não existem ações concretas que façam valer essa determinação.

Dentro do “Programa Sementes do Semiárido” existe uma linha de investimento para análise das sementes, buscando testar as sementes que as famílias guardam, e também as que estão armazenadas nas casas de sementes.

Figura 36 – Momento da realização dos testes de transgenia.



Fonte: Arquivos CDJBC (2019).

Em entrevista com a engenheira agrônoma do CDJBC, ela explicou como se davam os procedimentos para os testes. O primeiro passo foi triturar uma quantidade de sementes de milho com um pouco de água. Em seguida se esperou a mistura decantar o líquido sobrenadante foi colocado em tubos de ensaio, que receberam fitas que identificariam a presença de proteínas encontradas nas sementes transgênicas, após dez minutos foi possível visualizar o resultado, “Se tiver mostrando dois tracinhos é positivo para a proteína, se não tiver a proteína, aparece só um tracinho”.

De acordo com a engenheira entrevistada, essa modalidade de teste é muito confiável e foi realizado com amostras de milho trazido pelos camponeses e buscou a identificação de contaminação nas sementes, verificando a presença de cinco tipos de proteínas (Quadro 8).

Quadro 8 – Proteínas transgênicas testadas pelo Programa Sementes do Semiárido no estado de Sergipe

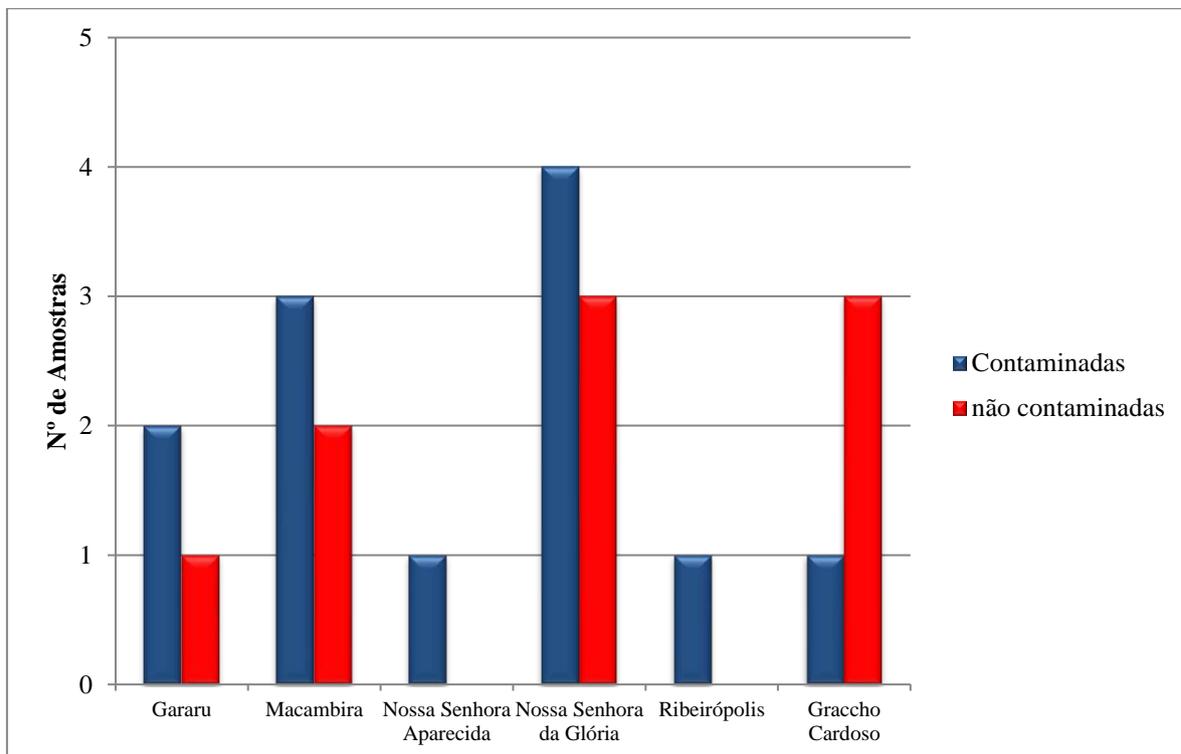
PROTEÍNAS	CARACTERÍSTICAS
LIBERTY LINK – (LL):	Tecnologia resistência ao herbicida (glifosato). Empresas que comercializam: Bayer, Syngenta, DuPont e DowAgroscience
Cry1F:	Ação na resistência/combate da lagarta do cartucho. Empresas que comercializam: DuPont e DowAgroscience, DuPont
Cry3BB:	Tecnologia – resistência à lagarta <i>Diabrotica (vaquinha ou patriota)</i> . Empresas que comercializam: Monsanto e DowAgroscience
Cry2AB:	Resistência à lagarta do cartucho. Empresas que comercializam: DowAgroscience, Syngenta, Monsanto
Cry1Ab:	Resistência à lagarta do cartucho. Empresas que comercializam: Syngenta, Dupont e Monsanto

Fonte: CDJBC, 2019.

São proteínas que tornam as sementes resistentes a basicamente duas situações: ao glifosato e aos insetos, conforme aprofundamos no capítulo 1. Tivemos acesso aos resultados parciais dos testes de transgenia realizados pelo CDJBC, que foram apresentados durante o Encontro Estadual Sementes do Semiárido. Nessa fase dos resultados, haviam sido testadas 22 espécies de milho dos municípios Gararu, Macambira, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Ribeirópolis e Graccho Cardoso, apontadas pelos guardiões como sementes crioulas.

Os resultados dos testes apontaram que 59% das amostras de sementes estavam contaminadas com alguma proteína encontrada somente no milho transgênico (citadas acima). A seguir gráfico 9 traz o quadro de contaminação por municípios.

Gráfico 13 – Contaminação por município das sementes identificadas pelos agricultores como crioulas, 2019.



Fonte: CDJBC, 2019.

Os testes dos municípios, onde pesquisamos as comunidades, os dados ainda não haviam sido tabulados, mas nos resultados parciais é possível visualizar as sementes contaminadas em Gararu e Nossa Senhora da Glória, que também fazem parte do Alto Sertão. Comentando essa questão, DB (Coordenação Executiva da ASA), afirma a existência de um quadro preocupante de contaminação nesse território, “O último resultado que a gente teve acesso do projeto Sementes do Semiárido é que das sementes que foram analisadas cerca de 60% deram contaminadas aqui no Alto Sertão”.

Esses dados deixam claro que existe fundamento no fato das Guardiãs temerem que suas sementes sejam contaminadas pelos transgênicos. Machado, Filho e Ribas (2003) entendem que as sementes são herança comum de todos os povos e não podem ser apropriadas por quaisquer organizações privadas. No entanto, a contaminação das sementes crioulas é uma estratégia do capital, que busca de todas as formas monopolizá-las e homogeneizá-las, e fazer desse bem uma mercadoria.

Ainda, referente aos desafios e associado ao pacote tecnológico do agronegócio, as Guardiãs apontaram os agrotóxicos como obstáculo para multiplicação das sementes.

Eu também fico sempre pastorando para ninguém passar agrotóxicos aqui perto, se não chega aqui no meu quintal, eu fico sempre pastorando para não acontecer isso (SR, 50 anos, Comunidade Lagoa da Volta).

[...] meu vizinho próximo do meu terreno eles não usam agrotóxico, mas no outro terreno que a gente planta passando um terreno no outro esse ano eu fui para minha roça catar um milho, visitar meu algodão, porque eu gosto de ir para roça, a roça é uma mãe sabe? Você nunca vai para a roça, para chegar sem nada em casa. Eu fui daqui para lá, eu fui com meu menino de moto, aí o meu vizinho tava passando veneno e eu sou alérgica a veneno, e quase que eu não chego em casa eu fiquei toda intoxicada (CS, 55 anos, Povoado Lagoa da Volta).

Aí eles plantam milho palma e plantam aí aplica agrotóxico, a redor lá do outro lado do riacho. Eu tenho um desgosto, infelizmente você não pode empatar por que a vida é deles né e a gente explica e fala, fala e eu mesmo que nada minha gente isso mata já tá dizendo mata-mato, mata tudo, mata a gente (ML, 63 anos, Povoado Lagoa da Volta).

O vizinho bem próximo a nossa casa botava veneno na palma pra não limpar, quando eu dei fé as minhas galinhas estavam morrendo, e eu não sabia o que era, pois ele tacava palma e as galinhas iam lá comer o mato e as galinhas tava ficando doente (LF, 49 anos, Comunidade Bom Jardim).

Foi relatado um caso de intoxicação por parte de uma guardiã de sementes (CS) e, outras três perceberam os problemas no entorno de sua propriedade. Ribeiro (2010) esclarece que o uso de agrotóxicos causa geralmente sérias consequências para a saúde e para o meio ambiente.

O “mata mato” citado pela Guardiã de Semente ML, da comunidade Lagoa da Volta, é o herbicida Roundup fabricado pela Monsanto, sendo classificado como extremamente tóxico, que de acordo com os estudos de Amorim (2016) é o agrotóxico mais utilizado no Alto Sertão sergipano. Segundo a bula do Roundup Original, a exposição a essa substância – fato que a Guardiã relatou – pode provocar doenças e sintomas como a rinite, tosse, ulcerações da mucosa, aumento da frequência respiratória, broncoespasmo e congestão vascular pulmonar, com edema pulmonar.

Nessa direção, Machado, Filho e Ribas (2003) reconhecem que se, por um lado, a manutenção da diversidade implica a continuidade e a proteção da natureza, por outro, a necessidade capitalista de novas formas de reprodução do capital tem criado “germoplasmas” simplificados, dependentes de altos insumos de síntese química – fertilizantes e agrotóxicos.

O mecanismo de dependência é uma grande arma do capital, e é simples e fácil de entender: as multinacionais controlam a produção e o comércio de sementes que são “melhoradas”, visando a uniformidade com altas produções. Essas uniformidades eliminam as resistências naturais e aumentam a vulnerabilidade das culturas, com o que se cria a dependência dos agrotóxicos.

5.7. ESTRATÉGIAS QUE PERMITEM ROMPER COM AS DEPENDÊNCIAS E CONSTRUIR AUTONOMIA

Frente aos desafios presentes na guarda de sementes crioulas, esta seção evidencia as principais estratégias adotadas pelas Guardiãs, e fomentadas pelos mediadores presentes no Alto Sertão de Sergipe, para garantir a manutenção dessa prática tradicional.

Como apontamos na seção anterior, a primeira dificuldade para a conservação e multiplicação das sementes crioulas é a falta de chuvas. A escassez de água é recorrente nos municípios que integram o semiárido brasileiro. Diante desse contexto, a primeira estratégia desenvolvida na parceria Guardiãs e mediadores tem a ver com a cultura de estoque, que há muito tempo tem sido promovida pelo sertanejo. Para estocar água das chuvas as entrevistadas contam com duas tecnologias sociais: a cisterna de beber e a cisterna calçadão.

Mudou, melhorou muito minha vida depois que ganhei a cisterna essa daí (cisterna de primeira água), ganhei também a cisterna calçadão ali, agora eu sempre tenho água. Aí semana passada faltou água não sei quantos dias, aí tem que ser no balde, o bom é que é pertinho. Eu criei os filhos buscando água nas pias de pedra, longe que só sabe? (MS, 69 anos, Comunidade Bom Jardim).

[...] tenho a minha cisterna que é minha sorte, é mandada por Deus porque mesmo não tá chovendo e eu planto umas carreiras de milho e vou molhando um pouquinho e não perco a semente graças a Deus (CS, 55 anos, Comunidade Lagoa da Volta).

A cisterna de beber ou de primeira água (beber e cozinhar) são reservatórios cilíndricos construídos com placas de cimento, que normalmente estão ao lado da casa e através de calhas capta a água da chuva que escoa pelo telhado. Cada cisterna tem capacidade para armazenar 16 mil litros de água, volume suficiente para abastecer uma família de até seis pessoas no período de estiagem. Em todas as cisternas são instaladas bombas manuais para retirada da água, placas de identificação, calhas, tampas, coadores, telas de proteção e cadeados (ASA Brasil).

Das Guardiãs entrevistadas, 86% possuem cisternas de beber. Na comunidade Bom Jardim essas foram construídas como fomento do *Projeto Mulheres em Movimento: Inovando e Reaplicando Tecnologias no Semiárido Sergipano*, executado pela Organização Não-Governamental SASAC, com recursos da Fundação Banco do Brasil. Na Comunidade Lagoa da Volta, as cisternas foram construídas pelo *Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC)* da ASA – Brasil.

Figura 37 – Comunidade Bom Jardim – Cisterna de primeira água, 2019.



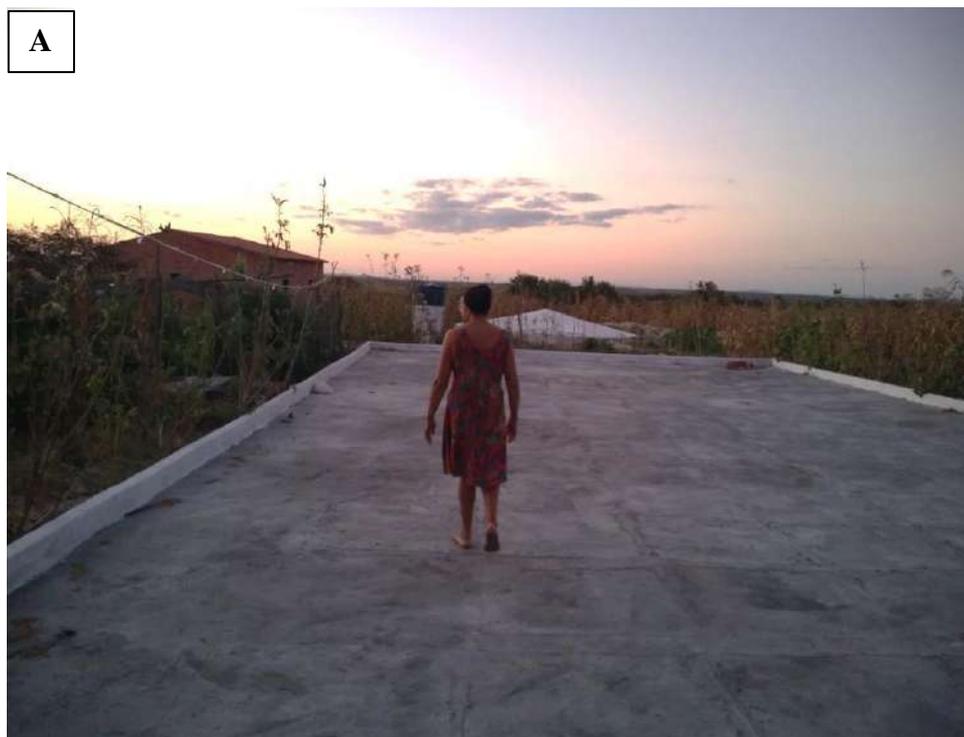
Fonte: Thais Moura dos Santos, (2019).

As cisternas do tipo calçadão ou de segunda água (para a produção) é uma tecnologia que capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m² construído sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para 52 mil litros. Por meio de canos, a chuva que cai no calçadão escoa para a cisterna, construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção.

O calçadão também é usado para secagem de alguns grãos como feijão e milho, e raspa de mandioca. A água captada é utilizada para produção de alimentos e para criação de animais. Durante as entrevistas, 67% das guardiãs afirmaram que possuem essa tecnologia. Esse tipo de cisterna possibilita que as mulheres possam produzir alimentos, mesmo que as chuvas sejam escassas. Ter água próximo de casa possibilita uma vida mais digna para as Guardiãs e sua família.

Ambas as comunidades tiveram suas cisternas calçadão construídas pelo *Programa Uma Terra e Duas Águas* (P1+2). O nome do programa faz alusão à estrutura mínima que as famílias precisam para produzir: terra, água para beber e água para produzir. O P1+2 integra o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, da ASA.

Figura 38 – Cisterna calçadão – A) Bom Jardim e B) Lagoa da Volta.



Fonte: Foto1: Trabalho de Campo (2019). Foto 2: Samuel Carlos (2020).

Historicamente, o programa das cisternas surge com objetivo principal de melhorar a vida da população que habita a região semiárida do Brasil e ao mesmo tempo garantir processos de formação e mobilização social que deem conta da construção de uma consciência cidadã coletiva. Nesse contexto, a importância da cisterna de placas não está apenas no fato desta

armazenar água para as necessidades básicas das pessoas e/ou produção de alimentos, mas, principalmente, no fato dela ser um valioso mecanismo de articulação, formação, organização e mobilização social na conquista de direitos.

Dessa forma, para que uma família adquira a cisterna, ela é selecionada, cadastrada e obrigada a passar pelo curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH). Nesse curso, ofertado pelas organizações executoras do P1MC. As famílias aprendem a cuidar das cisternas, e também adquirem conhecimentos sobre a dinâmica do clima semiárido, direitos humanos, sobre a Caatinga, sobre as relações de gênero, uso e cuidados de outras fontes d'água etc.

Outra característica interessante dessa ação é que o Programa se desenvolve diante de uma metodologia participativa, cujo processo de articulação e de mobilização com as famílias, as comunidades, as organizações e os técnicos garantem a continuidade e seu empreendimento em base popular. Todos os processos são constituídos de diálogos entre o saber científico (técnicos do programa) e o popular (camponeses), numa perspectiva proativa e sociotransformadora que aporta o fortalecimento da organização comunitária e a participação dos sujeitos nos movimentos sociais.

É nesse âmbito que o diálogo de saberes torna-se outra estratégia desenvolvida e fortalecida junto às mulheres: os intercâmbios de sementes e saberes, que acontecem em escalas distintas, se dando tanto na comunidade, quanto escala estadual, nacional ou internacional que possuem como principal objetivo: troca de experiências; de sementes; e o fortalecimento do patrimônio genético conservado pelas populações.

Amorim (2016) embasa a importância dessa prática afirmando que esse é um dos componentes principais do sistema informal de aquisição de material genético, por meio do qual ocorre a troca entre os membros da comunidade de agricultores, e comunidades distintas. Pois, junto com o fluxo de materiais genéticos também se dissemina o conhecimento, de camponês a camponês.

As trocas na escala da comunidade se dá no campesinato a partir da relação de vizinhança, essa que é uma característica que evidencia a dimensão local da vida camponesa. Para Fabrini (2008), esse fenômeno aponta para a construção de uma sociabilidade que se forja num pequeno ciclo de famílias que vivem próximas. É normal, principalmente entre vizinhas dentro das relações cotidianas, trocar sementes, mudas, galhos ou as “filhas” de ervas medicinais, condimentos, hortaliças, ornamentais e outras.

Essa permuta normalmente vem acompanhada dos saberes milenares que se referem ao modo correto de plantar e de cuidar da espécie intercambiada. Esse hábito feminino e cotidiano

que vem desde o quintal é realizado por fora das relações de mercado, e contraria o processo de privatização das sementes. São nessas ações que as mulheres contribuem para conservar e democratizar a diversidade na agricultura.

Os intercâmbios estaduais, nacionais e internacionais são construídos em dinâmica autogestionada, permitindo, assim, que os camponeses e camponesas conheçam experiências de outros sujeitos, que perguntem, que falem dos seus conhecimentos tradicionais. Essa interação e a troca horizontal de conhecimentos realçam os laços camponeses para a troca de sementes, de receitas e modos de fazer.

A gente recebe muita visita de fora, aí eles levam e trazem sementes e a gente convida as pessoas da comunidade (EF, 32 anos, Comunidade Bom Jardim).

Eu tenho meio mundo de fava, que vou pegando no intercâmbio, toda vez que eu ia ganhava sementes, por isso eu tenho muitas variedades (MA, 45 anos, Comunidade Bom Jardim).

Ambos os relatos reiteram a importância dos intercâmbios em seu caráter de contribuir na ampliação das variedades cultivadas pelas Guardiãs de Sementes crioulas que, vão participar ou receber em suas Unidades Familiares, esses eventos. A fala da Guardiã EF demonstra como as sementes são “levadas e trazidas” pelos camponeses intercambistas, ou seja, um fluxo contínuo, sem sentido de monopolização desse bem comum da humanidade.

Então os intercâmbios além de ajudar a gente trocar sementes, trocar conhecimento, faz com que a gente tenha a faculdade da vida, não é só o lugar de festa, é troca de experiência, eu pego a experiência de lá e aplica aqui (ML, 63 anos, Povoado Lagoa da Volta).

A Guardiã ML aponta em sua fala que os intercâmbios são eventos festivos, mas não só isso. São momentos de intercâmbio de saberes e de troca de material genético, que envolve aprender para aplicar na sua Unidade Camponesa de Produção Familiar. Amorim (2016) aponta que o conhecimento em torno do manejo das sementes crioulas, gerado pelas trocas, geralmente se mantém de forma coletiva e intergeracional.

Figura 39 – A) Canindé do São Francisco. Intercâmbio estadual de sementes da liberdade, 2019. B) Comunidade Lagoa da Volta. Intercâmbio realizado com Camponeses do Polo da Borborema/PB, 2018. C) Comunidade Bom Jardim. Intercâmbio com integrantes da Via Campesina, 2019.





Fonte: Coletivo de Comunicação do MPA/SE, 2019.

O intercâmbio nos remete à dimensão geográfica da escala, mais precisamente para a perspectiva de múltiplas escalaridades. Castro (2007) aponta a escala como um problema metodológico essencial para a compreensão do sentido e da visibilidade dos fenômenos, que auxilia o pesquisador na compreensão das articulações escalares envolvidas no processo de produção do espaço.

Já discutimos e posicionamos a guarda de sementes crioulas enquanto um processo relacional e histórico, que se afirma no cotidiano e no lugar. No entanto, ele é densificado, à medida que instrumentos metodológicos como os intercâmbios permitem maiores possibilidades de resgate, multiplicação, difusão de conhecimentos e outras ações de conservação de germoplasmas nas diferentes escalas.

Nessa direção, a sequência de figuras (39A, 39B, 39C) é bastante reveladora acerca do encontro entre atores representantes das diferentes escalas. Sabemos que a primeira escala – o termo “primeira” não tem a intenção de hierarquizar, mas de explicar didaticamente – dos intercambiamentos é realizada na Unidade de Produção Camponesa Familiar, entre os vizinhos, que se entende como a escala do lugar. A figura 39A revela quando os lugares de Sergipe se deparam. Em seguida, na figura 39B, os lugares do nordeste se encontram. E, na figura 39C é a vez dos lugares do mundo se encontrarem. Logo, a guarda das sementes não é uma prática unicamente local produzida por atores vinculados ao lugar, mas ela é feita e difundida por diferentes atores com escalas de atuação variadas.

A escala geográfica é a medida escolhida para conferir visibilidade ao fenômeno (CASTRO, 2007). Nesse contexto, o intercâmbio se comporta como processo de espacialização, lócus da concretude das ações desencadeadas por instituições, mediadores e camponeses, permitindo que os conhecimentos e os germoplasmas sejam trazidos e levados entre as diferentes escalas.

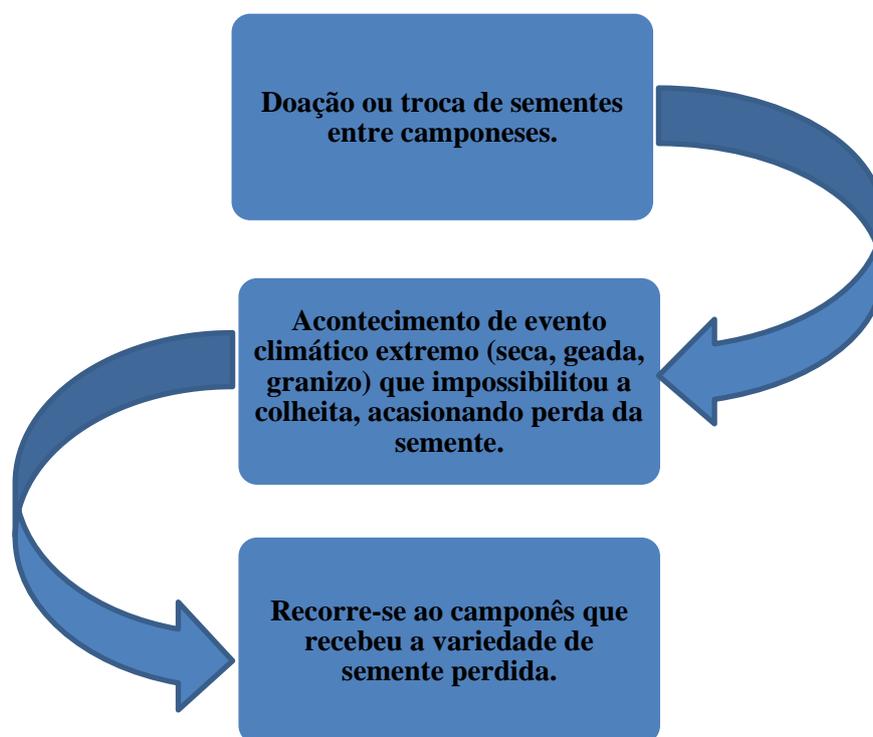
Cabe aqui partilhar o relato de Guardiã de Sementes CS (55 anos, Lagoa da Volta): “sempre ganho muito tipo de semente no intercâmbio, aí quando chego no sítio, vou experimentar a semente, se ela for boa aí multiplico, se ela não se adaptar ou for ruim, a gente não transforma ela em semente crioula da gente”. Percebemos no relato que os sujeitos possuem autonomia para escolher qual semente vai adotar e posteriormente multiplicar, não existe imposição ou pressão para que os camponeses produzam determinado germoplasma em sua unidade familiar.

Esses momentos de diálogos e trocas em diversas escalas, promovidos pelos intercâmbios, também têm contribuído no resgate de sementes crioulas que haviam sido perdidas em determinadas comunidades, em muitos casos, as sementes são reencontradas em outras comunidades. Isso contribui para a permanência dessas sementes nos territórios.

Se eu não plantar dele, para mim não teve graça e os vários feijões que minha mãe plantava quando nós éramos pequeno eu tenho semente deles. Ainda às vezes, tem daqueles que eu perco um ano, dois anos eu perco, mas eu consigo nos intercâmbios resgatar. Por isso que eu gosto de distribuir sementes, porque se eu não tiver, mas os outros que pegaram minha semente têm, e a sua semente deu, e aí eu falo a minha eu perdi, então você traga para mim essa. É a grande vantagem de partilhar e trocar as sementes (CS, 55 anos, Povoado Lagoa da Volta).

Como já dito anteriormente, as comunidades estão localizadas no clima semiárido, e a falta de chuva pode ocasionar perda de variedades crioulas, no entanto, através da partilha de sementes é possível resgatar as variedades já perdidas. A Guardiã CS esclarece como se dá esse processo.

Figura 40 – Esquema que demonstra a forma como as Guardiãs resgatam suas sementes com outros camponeses.



Org.: Thais Moura dos Santos, (2020).

Os intercâmbios entre os camponeses constituem importantes instrumentos metodológicos/formativos na valorização e no resgate de sementes crioulas. É ainda no bojo dessas trocas de saberes articulada em parte pelos movimentos sociais e mediadores que as Guardiãs aprimoram e apreendem técnicas que lhes permitem superar a dependência do mercado de insumos, para além das sementes.

A gente faz biofertilizante, essas coisas, defensivo natural para as hortaliças, a gente faz compostagem, usa esterco de vaca, de galinha. Porque hoje em dia a terra tá ficando é fraca, a gente plantava antes e dava, ficavam tudo grandão, o que plantava dava bem bom, mas agora tá desse jeito a gente tem que plantar e tem que colocar alguma coisa para ver se a terra fica mais forte (DM, 72 anos, Comunidade Bom Jardim).

Eu sempre tenho o maior cuidado, porque aqui tudo que eu tenho não tem agrotóxico em nada. A gente aprendeu numa reunião muitas coisas, inclusive os defensivos naturais como o mijo de vaca com água, detergente, porque qualquer coisa já tá lá. Os meninos me falaram da castanha de caju também (MS, 69 anos, Comunidade Bom Jardim).

É muito importante perceber nas falas das Guardiãs de Sementes que elas desenvolvem estratégias para atingir boas colheitas sem a utilização de agrotóxicos, ou outro tipo de

substâncias químicas advindas do pacote tecnológico. O uso de esterco e outras fontes de adubação orgânica para melhoria da fertilidade do solo é uma estratégia camponesa tradicional, e apresenta benefício ao solo nos aspectos físicos e biológicos, além de contribuir de forma positiva na dinâmica dos nutrientes (AMORIM, 2016).

As Guardiãs produzem para o autoconsumo e por isso o uso de agrotóxicos ou fertilizantes industriais é uma prática impensável para elas. Também foi possível observar a presença de minhocário em duas propriedades visitadas, na qual os resíduos vegetais servem de alimento para as minhocas, que por sua vez produzem húmus, uma substância muito rica em nutrientes, um adubo natural e o chorume que diluído em água pode ser usado como defensivo contra insetos.

Em uma propriedade também foi encontrado biodigestor, que após o processo de fermentação e disponibilização do gás metano (utilizado em substituição ao botijão), produz um biofertilizante, usado principalmente para a produção de hortaliças. Tanto o minhocário, quanto o biodigestor são geridos pelas Guardiãs, remontando a questão do cuidado.

Diante desse contexto, o conjunto das contribuições das Guardiãs de Sementes no manejo e conservação da biodiversidade, que ganham concretude nas técnicas adotadas para a produção de alimentos e no resgate e conservação das sementes crioulas, aportam uma constante negação à consolidação do agronegócio, das relações mercadológicas que envolvem os alimentos e constroem bases para a autonomia necessária para a reprodução do campesinato.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, propusemo-nos compreender a importância do trabalho das mulheres Guardiãs de Sementes para a construção da autonomia camponesa nas comunidades sergipanas Lagoa da Volta (município de Porto da Folha) e Bom Jardim (município de Poço Redondo). Compreendendo a Guardiã como um sujeito que se constrói historicamente como indivíduo, família, comunidade e coletividade, uma trabalhadora do campo, que tem em seu trabalho um contributo para a superação da sociedade de classes patriarcal e do processo monopolizador das sementes, e da produção global de alimentos.

Entendemos as sementes crioulas enquanto bens comuns da humanidade, que carecem circular livremente entre os camponeses, para que, intercambiadas possam fomentar a agrobiodiversidade. São ainda inseparáveis do saber tradicional, isso quer dizer que não podem ser vistas somente como um material genético, mas resultado dos conhecimentos aplicados na sua seleção e aprimoramento. Nesse contexto, a semente crioula deve também ser entendida em sua dimensão cultural, fonte de diversidade agrícola que contém e está contida na memória coletiva dos povos, sendo reflexo das bases comunitárias e modos de vida de determinado tempo histórico e espaço geográfico.

No decorrer do desenvolvimento do capitalismo e, portanto da sua lógica que a tudo pretende transformar em mercadoria, as sementes não foram poupadas e se tornaram alvo de um processo amplo de regulações jurídicas que garantissem a segurança da relação de venda, apropriação (propriedade intelectual), e, portanto, da concentração desse bem comum da humanidade, instaurando um cenário fértil para a elaboração de leis coercitivas das práticas camponesas de livre circulação dos germoplasmas.

Os marcos normativos estão em constantes disputas, sendo perpassados por relações de poder, e assim, tendem a favorecer os setores que mais fortemente incidem ou fazem *lobby* sobre aqueles quem constroem as leis. Esse processo resulta no protagonismo das sementes que são protegidas por lei, em detrimento do descrédito referente às sementes crioulas. Nesse contexto, a aquisição de sementes tem sido cada vez mais mediada pelas relações de mercado, aprofundando o processo de exploração e dependência dos camponeses frente ao mercado formal de insumos, consequentemente de créditos e trabalho.

Ploeg (2008, p.48) atesta que “o campesinato representa basicamente uma luta constante por autonomia”, nos ajudando a entender que a autonomia é uma condição relativa e relacional,

que em suma permite que o camponês esteja livre das relações agressivas de exploração e submissão.

No contexto caracterizado por relações de dependência, a condição camponesa se fundamenta na busca de estratégias para atingir maiores graus de autonomia. Para Ploeg (2008), a autonomia diz respeito à criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerida pela família camponesa, que por sua vez permite formas de coprodução entre o homem e a natureza, que reduzem as formas de dependência. A luta pela autonomia implica a produção de meios para garantir a sobrevivência, que está pautada numa vida digna para a família.

Quando o Armando Bartra Vegés (2010) fala da exploração do campesinato nos diversos mercados, ele aponta que toda e qualquer prática, procedimento ou organização política que produzam formas de diminuição gradativamente e relativa das formas de exploração são extremamente importantes para alcançar maior grau de autonomia para o campesinato. Uma dessas subordinações é ao mercado de insumos agrícolas, que se expande à medida que transforma os povos em reféns de pacotes tecnológicos, e as sementes em mercadorias patenteadas.

Nesse contexto, advogamos que a prática da guarda das sementes crioulas vai dimensionando as diferentes formas de produção da autonomia camponesa, pois esse sujeito é autônomo para escolher o quê, e quando plantar, bem como, o manejo que melhor se adequa a sua realidade. Guardar e multiplicar sementes são práticas oriundas do sistema familiar ancestral, é um trabalho, por vezes inconsciente, de preservação da natureza, que no caso do semiárido envolve o conhecimento e os desafios relacionados à convivência com as estiagens prolongadas, portanto, outra lógica de agricultura.

E as mulheres têm oferecido grandes contribuições na recuperação, guarda e multiplicação, bem como, na valorização das sementes enquanto bem comum da humanidade, apesar de a sociedade capitalista e patriarcal em suas estruturas da divisão sexual do trabalho e as relações de gênero subvaloriza o trabalho feminino e o encerra na esfera do doméstico/privado (JALIL, 2009).

Nessa perspectiva, afirmamos que uma dimensão fundamental da construção da autonomia camponesa, a partir do empírico deste estudo, é o reconhecimento da centralidade do trabalho feminino para a conservação e multiplicação de sementes, e que são fundamentais construir transformações nas relações de gênero para superar a desigualdade e opressão como

constitutiva da família camponesa, sem negar a existência da divisão sexual do trabalho, mas que busque equalizá-lo.

E é no lugar, nas relações do cotidiano, que as mulheres constroem revoluções – muitas vezes silenciosas – quando em suas práticas negam às imposições verticais hegemônicas (SANTOS, 2006), quando decidem i) produzir alimentos saudáveis sem utilizar sementes transgênicas; ii) negam os agrotóxicos e fabricam os próprios defensivos; iii) optam por guardar suas próprias sementes, eximindo-se do mercado e de suas sementes patenteadas; iv) constroem solidariedades horizontais, portanto trocam germoplasma entre si, com a comunidade e nos diversos espaços que transitam, e isso por fora das relações de mercado e dos dispositivos jurídicos impostos de cima para baixo; v) constroem processos para a elevação de consciência política e de classe; vi) lutam para a construção de relações igualitárias no interior da unidade de produção familiar camponesa.

Durante os trabalhos de campo nas comunidades estudadas foi perceptível como a presença e força das mulheres nos quintais, roças e arredores de casa são responsáveis pela diversificação dentro da unidade familiar camponesa, que se concretiza na produção e reprodução de alimentos saudáveis e sementes. Posição que não pode ser romantizada, pois traz consigo as determinações sociais da divisão sexual do trabalho, ao mesmo tempo em que remonta a ancestralidade das mãos femininas que descobriram a agricultura.

As duas comunidades estudadas possuem dinâmicas semelhantes de guarda de sementes, em ambos os casos essas são armazenadas em duas escalas. A primeira escala é a familiar, ou seja, as sementes são estocadas na Unidade Camponesa em recipientes como tonéis de zinco, potinhos, garrafas pets e vasilhas. Esse material genético é aquele que a Guardiã possui mais apego afetivo, normalmente é a de herança dos pais e/ou aquele onde a colheita foi prejudicada e houve o rendimento de poucas sementes, essas precisam de mais cuidado para não serem perdidas. E, também, são entesouradas na casa as sementes que servirão para alimentação da família ao longo do ano.

A segunda escala é a comunitária, quando a colheita é boa e se tem maiores quantias de sementes, as Guardiãs encaminham essas sementes para serem guardadas na Casa Comunitária, que nas comunidades estudadas são geridas pelas mulheres. Essas estruturas foram construídas a partir das políticas públicas, em consonância com as reivindicações da sociedade civil organizada.

As mulheres estão presentes desde o plantio, na colheita e no processo de armazenagem, além da comercialização e intercâmbios das sementes crioulas. Na Unidade de Produção

Familiar Camponesa o homem também está nesse presente no zelo com as sementes, porém em decorrência da divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais de gênero, esse se encarrega do plantio (quando se dá em grandes quantidades nas roças) e colheita. Quando as espigas e vagens estão em casa, são as mulheres que se encarregam do restante dos processos.

As mulheres também se fazem presentes nas roças e nas colheitas. Esse também é um trabalho feminino, porém, esses trabalhos só são plenamente reconhecidos quando realizados por mãos masculinas. Após a realização desse processo, as mulheres seguem com a secagem, peneiramento, separação dos melhores grãos e engarrafamento. As Guardiãs realizam também os plantios nos quintais e nos arredores de casa, esse plantio permite que mesmo sem chuvas, haja colheita e conseqüentemente a multiplicação de sementes, mesmo que em pequenas quantidades, feito que seria impossível nas roças.

Nos espaços dos quintais e arredores das casas, as mulheres também produzem grande diversidade de alimentos. Durante os trabalhos de campo percebemos que essa produção, além de diversa, permite que o excedente seja comercializado, o que gera dinheiro para a compra de produtos que não são produzidos pela família camponesa. O espaço do quintal é mantido pela prática laborativas das mulheres, sendo lugar importante para a biodiversidade local, não apenas pelo número de espécies diferentes cultivadas e manejadas, mas por proporcionar o exercício de um conjunto de práticas sustentáveis, a utilização dos insumos disponíveis, e estímulo às sociabilidades locais baseadas não na lógica do mercado, mas numa lógica comunitária de partilha de sementes, mudas, saberes e sabores.

As Guardiãs de Sementes crioulas também estão presentes nos intercâmbios construídos em parceria com os movimentos sociais e ONGS que atuam como mediadores no Alto Sertão sergipano, ora elas vão conhecer realidades e práticas distintas das que realizam nos seus cotidianos, ora seus quintais e arredores de casa são o palco desses importantes instrumentos metodológicos/formativos.

Buscou-se também identificar os desafios enfrentados pelas mulheres na prática de guardar sementes, pelas leituras e determinações que havíamos nos deparado antes dos trabalhos de campo, refletíamos que os papéis de gênero seria um fator dificultador da guarda das sementes. No entanto, durante as entrevistas percebemos que esse entendimento não se confirmou, porém identificamos outros desafios que merecem destaque.

O primeiro desafio apontado pelas Guardiãs de Sementes é a questão climática, não tem sido fácil multiplicar as sementes crioulas em um cenário de escassez de chuvas como vem se apresentando no Alto Sertão, existindo casos de sementes herdadas dos pais que foram perdidas

por causa da seca. Mesmo que não se plante todas as sementes de uma única vez, deixando “um pouquinho para depois” (MS, Belo Jardim), as recorrentes secas vão minando as sementes guardadas. As guardiãs contam com as cisternas para a convivência com o clima semiárido, e apontam que a existência dessa tecnologia social é a grande responsável por continuarem tendo suas sementes, mesmo em épocas sem chuvas.

Outro aspecto desafiante para o cultivo e multiplicação das sementes crioulas é o pacote tecnológico, que nas comunidades estudadas se materializam mediante o uso de venenos agrícolas e as sementes transgênicas de milho. Existe por parte das entrevistadas o receio que seus plantios possam ser contaminados com esse material genético. Ainda se apresenta como desafio a construção de estratégias que permitam o combate das espécies invasoras e de adubação do solo, que não envolva os produtos do pacote tecnológico. Para isso, as Guardiãs se utilizam de técnicas como a compostagem, biofertilizantes e outras.

Diante do exposto concluímos que as práticas produtivas das Guardiãs de sementes do Alto Sertão de Sergipe se dão no primeiro momento para a manutenção familiar, onde a produção de alimentos serve para o consumo interno e essa é uma prática comum entre as mulheres, que na divisão sexual do trabalho são impelidas a assumir a posição do cuidado.

No processo de aproximação com os mediadores que atuam no lugar-cotidiano dessas mulheres, e que pautam a produção de alimentos com base ecológica, se dá um nível político na tarefa de guardar sementes, essa prática feminina torna-se uma estratégia de enfrentamento aos pressupostos do agronegócio, seu pacote tecnológico e o patenteamento da vida.

Em ambas vertentes, é possível visualizar o protagonismo feminino nos cuidados dos bens comuns da humanidade, na construção de estratégias para enfrentar a seca tão recorrente no território, e na produção e reprodução digna da vida. Assim, acredito que o trabalho com as sementes crioulas, numa concepção política, faz parte de um projeto maior de transformação das relações de poder e das formas como o capital se apresenta nesses lugares, dessa forma, penso que esse processo é responsável por lançar cotidianamente as bases para a construção da autonomia para o campesinato.

Por fim, gostaria de firmar algumas intenções para restituição dos resultados dessa pesquisa aos sujeitos que a integraram, entendendo esse processo como etapa essencial do compromisso do pesquisador e como contribuição para construção de estratégias de intervenção na realidade das comunidades envolvidas. Ademais, essas ações visam motivar os sujeitos a colaborarem com o desenvolvimento de outras pesquisas e reitera meu comprometimento enquanto pesquisadora participante e com a transformação social.

1. Convidar e garantir que as Guardiãs de sementes das comunidades estudadas assistam a defesa da dissertação;
2. Imprimir o documento final, revisado e validado pela academia e entregar as organizações de mulheres pesquisadas, bem como disponibilizar no formato digital para as mulheres, as pessoas da comunidade e os demais mediadores presentes no semiárido sergipano.
3. Organizar no âmbito do coletivo de gênero do Movimento dos Pequenos Agricultores, um momento com as mulheres dos municípios do Alto Sertão, para discussão dos resultados da pesquisa, com a metodologia dos círculos de cultura e, a partir do estudo, levantar provocações acerca da realidade desses sujeitos.
4. Organizar matérias e artigos para que sejam veiculados pelos meios de comunicação populares, a exemplo do *fanpage* Campesinato em Movimento, pois compreendemos que temos denúncias e anúncios que merecem e podem ser ecoados.
5. Reunir as fotografias capturadas nos trabalhos de campo (oficinas, encontros, feiras, unidades de produção familiar camponesas e outros espaços) e construir uma mostra fotográfica online.

Mas que devolver os resultados, a restituição se relaciona com a transformação desses em outros possíveis, partindo da conjectura de que esses dados não se encerram em si e na interpretação do pesquisador. Nesse contexto, essas intenções tem a pretensão de fazer com que as Guardiãs de Sementes se apropriem dessa pesquisa para a ação, que a utilizem como ferramenta para ecoar suas vozes, seus conhecimentos e assim visibilizar a importância de seus trabalhos para a manutenção da vida. Essa é a principal contribuição que vislumbramos com a concretização desta dissertação.

7. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo: Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992.

ALVES, Ana Elizabeth Santos. **Fundamentos históricos da separação entre trabalho de homem e trabalho de mulher**: algumas notas. Campinas: Revista HISTEDBR On-line, 2011. pp. 174-187.

AMÂNCIO, Mônica Cibele. Aspectos legais da pesquisa com transgênicos no Brasil. In: FALEIRO, Fábio Gelape.; ANDRADE, Solange Rocha Monteiro de. **Biotecnologia, transgênicos e biossegurança**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2009.

AMORIM, Lucas Oliveira do. **Plantando semente crioula, colhendo agroecologia: agrobiodiversidade e campesinato no Alto Sertão sergipano**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

ANTONELLO, Ideni Terezinha. Força de trabalho familiar: célula da reprodução camponesa. In: SANTOS, Lourival Santana. **Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. Feminismo camponês e popular: caminhos para uma nova sociabilidade. **Revista Linguagem em (Re)vista**, vol. 15, n. 30, Niterói, 2020.

ARAÚJO, José Cordeiro. **A Lei de Proteção de Cultivares**: análise de sua formulação e conteúdo. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BARBIERI, José Carlos. **Uma avaliação do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio**: cinco anos depois. Rio de Janeiro: RAP, pp. 107-29, 2001.

BARBOSA, Mônica de Moura. **Casas de sementes comunitárias**: estratégia de resistência e manutenção da vida camponesa. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2014.

BATISTA, Rosana de Oliveira Santos. **Teoria e Método da Geografia**. São Cristóvão/SE, 2015.

BIANCHEZZI, Clarice.; TRAMONTE, Cristiana de Azevedo. **Memórias femininas enunciatórias da história estratégias de umbandistas e católicas em Santa Catarina**. USP, Ano V, n. 7, p. 129-144, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Parentes e parceiros. In. Arantes, A. A. et al. **Colcha de Retalhos**: estudo sobre a família no Brasil. São Paulo: UNICAMP, 1993.

BRASIL. **Territórios da Cidadania Territórios da Cidadania**. 2008. Disponível em < www.territoriosdacidadania.gov.br> acesso 20 de Fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil agroecológico**: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Brasília: MDA, 2013.

BRASIL. Lei no 10.711, de 5 de ago. de 2003. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências**, Brasília, 5 de ago. de 2003.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Regras para análise de sementes**, 2009.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Proteção de Cultivares no Brasil**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2011.

BOMFIM, Luiz Fernando Costa.; COSTA, Ivanaldo Vieira Gomes da.; BENVENUTI, Sara Maria Pinotti. **Projeto Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste**: Estado de Sergipe. Diagnóstico do Município de Porto da Folha. Aracaju: CPRM, 2002. 14p

CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitario. ACSUR-Las Segovias, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. São Paulo: Labur Edições, 2017, 2ª edição revisada, 317p.

CARVALHO, Horácio Martins de. O oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. In. CARVALHO, Horácio Martins de (org.) **Sementes**: Patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.

CARVALHO, Horacio Martins de. **Campesinato e a democratização da renda e da riqueza no campo**. Curitiba: Mimeo 2005.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e temas. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 117-140.

CARVALHO, Horacio Martins de. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Curitiba, 2012.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. Desenvolvimento territorial e a implementação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. **IPEA, regional, urbano e ambiental**, 2009.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verana (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CHEHAB, Isabelle M. C. V.; CARVALHO, Giovana N. Feminismo camponês e popular: a voz que vem do campo. **Revista Ártemis**, vol. 29 nº 1, 2020. pp. 157-171

CISNE, Mirla.; GURGEL, Telma. **Feminismo, Estado e políticas públicas**: desafios em tempos neoliberais. *SER Social*, Brasília, v.10, n.22, p. 69-96, 2008.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (org.) **Mulheres, luta e resistência**: em defesa da vida. São Leopoldo: Cebi, 2009.

CORDEIRO, Rosineide de L. M.. **Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva**. 2007. Disponível em <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_187.pdf>. Acesso 16 de Jan. 2019.

CORREIA, Elis Santos. **O fechamento das escolas do campo em Sergipe**: territórios em disputa (2007-2015). Mestrado em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

COSTA, Rakuel Samara Silva. **Pra não dizer que não falei das flores**: um estudo sobre relações gênero e biodiversidade no semiárido pernambucano. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife 2009.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. **Gameleira, sertão Norte de Minas Gerais**: um olhar feminino sobre o feminino camponês. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

DELPHY, Cristine. Patriarcado (teorias do). In: Hirata, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 173 – 178.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina**: a globalização e o poder do campesinato. Trad. SOARES, Carlos Alberto Silveira Netto. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

DIAS, Sharon Darling de Araújo. **Do espaço concebido à produção do cotidiano em Fortaleza – Ceará**: A experiência do conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurussu, Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, 2013.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. – 9. ed. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 239-271.

FALEIRO, Fábio Gelape.; ANDRADE, Solange Rocha Monteiro de. **Biotecnologia, transgênicos e biossegurança**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2009.

FARIA, Nalu., NOBRE, Miriam. (org.). **A produção do viver**. Ensaio de Economia Feminista. Cadernos Feministas. São Paulo: SOF, 2003.

FARIA, Nalu.; NOBRE, Miriam. (org.). Gênero e desigualdade. Cadernos Sempre Viva: Texto para ação feminista, São Paulo, SOF, p. 11-14, 1997.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FÉLIX, Ingrid Michelle Coelho Sampaio. **Uma breve discussão em torno do conceito de Campesinato**. I Simpósio Baiano de Geográfica, 2013.

FERMENT, Gilles et al. **Lavouras transgênicas – riscos e incertezas**: mais de 750 estudos desprezados pelos órgãos reguladores de OGMs. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Soberania alimentar como território**. 2008.

FERNANDES, Gabriel Bianconi. Sementes Crioulas, variedades e orgânicas para a agricultura familiar: da exceção legal à política pública. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa [et al.]. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017.

FONTES, Marília Andrade. **Nós aqui somos um barco de aprender com o outro**: redes de agroecologia na construção da autonomia camponesa. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico*. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, pp. 67–75.

FRANCO, Maria.; THOMAZ JR, Antonio. Trabalhadoras rurais e luta pela terra no Brasil: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Terra Livre**, São Paulo, v. Ano 18, n.vol.2, 2003.

GALINDO, María. **No se puede descolonizar sin despatriarcalizar**: teoría y propuesta de la despatriarcalización. Editora Mujeres Creando, 2013.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, 2008, p. 481–515.

HAGUETTE, M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 57-100.

HARLAN, J. R. Agricultural Origins: Centers and Noncenters. **Science**, v. 174, p.468-474, 1971.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. COUTINHO, Carlos Nelson.; KONDER, Leandro. 6ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ITABORAHY, Nathan Zanzoni. **Uma reflexão sobre a pesquisa participante em Geografia: lugares em construção**. Anais do XIV EGAL, 2013.

JALIL, Laeticia Medeiros. **Mulheres e soberania alimentar**: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2009.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, pp. 67–75.

KOLLONTAI Alexandra. **La mujer en el desarrollo social**. Barcelona: Editorial guadarrama, 1976.

LAMAS, M. **Usos, dificultades y posibilidades de la categoría género**. La Ventana, 1995.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.

LEFEVRE, Fernando.; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Discurso do sujeito coletivo**: representações sociais e intervenções comunicativas. Texto Contexto Enferm, PP- 502-7. Florianópolis, 2014.

LEÓN, Irene. Mulher, vida e sementes. In. CARVALHO, Horacio Martins de (org.) **Sementes**: Patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.

LERNER, Gerda. El Oríem do Patriarcado (cap. 11). **La Creación do Patriarcado**. Barcelona: Ed. Crítica. 1990.

LONDRES, Flávia. **A nova legislação de sementes e mudas no brasil e seus impactos sobre a agricultura familiar**. Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade Articulação Nacional de Agroecologia, 2006.

LONDRES, Flavia.; ALMEIDA, Maria Paula. **Impacto do controle corporativo no setor de sementes sobre agricultores familiares e sistemas alternativos de distribuição**: estudo de caso do Brasil. Rio de Janeiro: AS-PTA; ActionAid, 2009.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Trad. Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro.; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado.; RIBAS, Clarilton D. E. C. Sementes, direito natural dos povos. In. CARVALHO, Horácio Martins de (org.) **Sementes**: patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, nº. 12, 2008, pp. 57-67.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZOYER, Marcel.; ROUDART, Laurence. **Historia das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEIRELLES, Laércio Ramos et al. **Biodiversidade**: passado, presente e futuro. Centro ecológico, 2006.

MIES, Maria. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. Trad. SOARES, Marianna Borges. Rio de Janeiro: **Revista Direito & Práxis**, 2016, pp. 838-873.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. A Ação Territorial de Uma Igreja Radical: **Teologia da Libertação, Luta Pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da terra no estado da Paraíba**. São Paulo: Editora CRV, 2010.

MMC, Feminismo Camponês e Popular, Ed. Passografic, Passo Fundo, 2018.

MMC, Relatório reunião de planejamento do MMC Brasil, Brasília, 2004.

MORAIS, Rodrigo Campos.; ARAÚJO, Socorro Luciana de.; OLIVEIRA, Petrucia Nunes de.; OLIVEIRA, Fábria Raquel N. de.; SANTOS, Amaury da Silva dos. Sementes da Paixão cultivando vidas e saberes no Cariri, Curimataú e Seridó paraibano. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. v.11, n.1, p. 24-27, 2014.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

NEVES, Delma Pessanha. **Políticas públicas**: mediação e gestão de demandas sociais. Retratos de Assentamentos, n. 13, 2010.

NIEMEYER, Carolina Burle de.; RAMOS, Leonardo. **A árdua Tarefa de Ser Contra-Hegemônico**: a Via Campesina em luta contra a OMC. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Pernambuco: UFPE, 2007.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Leituras sobre o cotidiano, a cotidianidade e a centralidade do estudo da vida cotidiana na reprodução do urbano. **Revista Rural & Urbano**, Recife, v. 02, n. 02, p. 26-46, 2017.

NODARI, R.O.; GUERRA, M.P. **Avaliação de riscos ambientais de plantas transgênicas.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, vol. 18, n. 1, p. 81-116, 2001.

OLANDA, Rosemeri Berguenmaier de. (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Pelotas, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

PANDOLFO, Marcos et al. Guardiões da Agrobiodiversidade: estratégias e desafios locais para o uso e a conservação das sementes crioulas. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia** v.11, n.1. 2014.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Território e campesinato:** da teoria à práxis. Terr@Plural, Ponta Grossa, p. 199-211, jul./dez., 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território:** a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POLLAN, Michael. **Em defesa da comida:** um manifesto. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda., 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De utopias e de topoi: espaço e poder em questão (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/abya yala). **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 10-58, 2017.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A crise do capital, o desenvolvimento territorial e suas intersecções com o golpe de estado no Brasil. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva et al. **Expansão do capital, movimentos socioterritoriais e políticas de desenvolvimento.** 1 ed. São Paulo: Outras Expres

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. O campesinato entre a segurança e a soberania alimentar. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva et al. **Estado, políticas públicas e território.** 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

RIBEIRO, Elisa Antonia. A perspectiva a entrevista na investigação qualitativa. **Evidências**, Araxá, n. 4, p.129-148, 2008.

RICHE, Gilles Robert.; MANTOVANI, Luiz Eduardo. **Caracterização geo-ambiental do município de Porto da Folha (SE).** EMBRAPA, Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido, Petrolina – PE, 1985.

RIOS, Sadraque Oliveira.; COSTA, Jean Mario Araujo.; MENDES, Vera Lucia Peixoto Santos. A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.12, n.20, p.98-120, 2016.

ROMA, Júlio César.; CORADIN, Lidio. **A Governança da Convenção sobre Diversidade Biológica e sua implementação no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016.

ROSA, Clarissa da Silva Carrilho. **Protocolo de Cartagena: análise das condições de possibilidade da efetividade no Brasil**. Brasília, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos Agricultores**. São Paulo: Peirópolis. 2009.

SANTOS, Claudeilton Luiz Oliveira dos. **Repercussões da legislação de sementes nos sistemas de produção camponesa, Lagoa Comprida, Ouricuri-PE**. (Monografia) Universidade Estadual de Feira de Santana, 2018.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **Revista Nera**, ano 9, nº. 9, 2006b.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (Orgs.). **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006a.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Jémison Mattos dos. **Caracterização geoambiental do semi-árido**. Programa Estadual de Combate à Desertificação do Estado da Bahia, 2008.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho: Estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. educação e realidade**. 1995.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC. Superintendência de estudos e Pesquisas-Supes. **Informes Municipais**: Aracaju, 2000. 75v.

SEIBERT, Iridiani Graciele. **Feminismo camponês popular**: contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais), Universidade de Brasília, 2019.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SHANIN, Theodor. Lições camponesas. IN: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SHANIN, Theodor. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Presidente Prudente, Revista NERA – ano 8, n 7 – julho/dezembro de 2005, pp. 1-21.

SHIVA, Vandana. **Las nuevas guerra de la globalización**: semillas, agua y formas de vida. São Paulo: Editora Popular, 2007.

SILVA, Marcelo Leal Teles da (org.). **Plano camponês por soberania alimentar e poder popular**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

SILVA, Marcelo Kunrath; ROCHA Ana Georgina. Mediação nas Instituições Participativas: Articuladores Territoriais e Participação na Política de Desenvolvimento Territorial. **Interseções** v. 17 n. 1, 2015, p. 136-164.

SILVA, José Natan Gonçalves da. **Reconfiguração do espaço rural de Porto da Folha/SE**: inovações socioprodutivas e ruralidades. Dissertação (mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, 2016.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1984.

SOUZA, André de Mello e. **O acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS)**: implicações e possibilidades para a saúde pública no Brasil. Rio de Janeiro, 2011.

TANEZINI, Theresa Cristina Zavaris. **Territórios em conflito no alto sertão sergipano**. Tese (doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, 2014.

TROVATTO, Cássio Murilo Moreira.; BIANCHINI, Valter.; SOUZA, Cláudia de.; MEDAETS, Jean Pierre.; RUANO, Onaur. A construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro plano nacional de agroecologia e produção orgânica. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa [et al.]. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGÉS BARTRA, Armando. **Economia Política do Campesinato**. São Paulo, Coletânea nº 21, 2015.

Via Campesina. **Leis de sementes que criminalizam camponeses: resistência e luta.** 2015. Disponível em <<https://www.grain.org/pt/article/5231-leis-de-sementes-que-criminalizam-camponeses-resistencia-e-luta#1%20as%20leis%20das>> Acesso: 26 de Jul. 2019.

ZANGELMI, Arnaldo José.; OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa.; SALES, Izabella Fátima Oliveira de. Mediadores: problematizando algumas trajetórias. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 52, N. 1, p. 80-87, 2016

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. O sistema mundial moderno. Vol. I: **A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI.** Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: EdUnB, 1997.

ANEXO I – Roteiro da Entrevista Aplicada com as Guardiãs de Sementes Crioulas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Projeto de Pesquisa: TRABALHO FEMININO E SEMENTES CRIOULAS: CONTRIBUIÇÃO DAS GUARDIÃS DE SEMENTES À “AUTONOMIA” CAMPONESA

Roteiro da entrevista para Guardiãs de Sementes

1. Nome: _____
2. Idade: _____ Comunidade: _____
3. Conversar sobre a escolaridade da guardiã.
4. Conversar sobre a história da comunidade, da família.
5. Como é sua rotina doméstica e como são divididas as tarefas na família?
6. Pedir para a guardiã falar da sua trajetória na aproximação de movimentos e/ou instituições relacionadas às sementes. Houve mudanças na vida? Se sim, quais?
7. Quando você começou a se identificar como guardiã de sementes?
8. O que é ser guardiã de sementes crioulas?
9. Para você, o que são as sementes crioulas (vegetais e animais)?
10. Quais são os desafios enfrentados para guardar as sementes? (contaminações: transgenia, agrotóxicos, violências?).
11. Diante desses desafios, quais estratégias você desenvolve?
12. Como é feito o processo da seleção e armazenagem das sementes? (Aprendeu com quem?).
13. Quem da família contribui no processo de guardar e selecionar sementes?
14. Quais tipos de sementes você guarda? (Quais são de família? Quais vieram de intercâmbios?).
15. Quais tipos de cultivos você faz? (hortaliças, frutas, medicinais, ornamentais).
16. Perguntar sobre o espaço para plantar (Roça? Quintal? Problematizar essa questão).
17. Do que é produzido pela entrevistada, algo é vendido (como ela gasta o dinheiro da venda?) ou consumido internamente?
18. Você sente que seu trabalho é reconhecido?